

ORGANIZADORES

CELSO LUIZ PRUDENTE, ROGÉRIO DE ALMEIDA

HUGO CESAR BUENO NUNES, JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO



# REESCREVENDO A HISTÓRIA COM AS MÃOS NEGRAS

HOMENAGEM À TRAJETÓRIA  
DE ORLANDO DA MATA



FEUSP  
Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo

AULP  
EX UNITATE VIS  
Universidade de Lisboa Portugal

PALMARES  
FUNDAÇÃO CULTURAL

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





# REESCREVENDO A HISTÓRIA COM AS MÃOS NEGRAS

HOMENAGEM À TRAJETÓRIA  
DE ORLANDO DA MATA

DOI: 10.11606/9786587047737



APOIO



ORGANIZADORES

CELSO LUIZ PRUDENTE, ROGÉRIO DE ALMEIDA

HUGO CESAR BUENO NUNES, JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO

# REESCREVENDO A HISTÓRIA COM AS MÃOS NEGRAS

HOMENAGEM À TRAJETÓRIA  
DE ORLANDO DA MATA

**FEUSP**  
Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo

SÃO PAULO, SP  
2024

© 2024 by Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Common indicada.



Coordenação editorial: Jerry Adriano Villanova Chacon e Dacirlene Célia Silva  
Capa, Projeto Gráfico e Editoração: Mauricio Nisi Gonçalves | Nine Design Gráfico  
Revisão: dos autores

## DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

### Universidade de São Paulo

Reitor: *Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior*

Vice-Reitora: *Prof. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda*

### Faculdade de Educação

Diretora: *Prof. Dra. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto*

Vice-Diretor: *Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto*

### Direitos desta edição reservados à FEUSP

Avenida da Universidade, 308 – Cidade Universitária – Butantã – 05508-040 – São Paulo – Brasil

Tel.: (11) 3091-2360 • E-mail: [spdfe@usp.br](mailto:spdfe@usp.br) • <http://www4.fe.usp.br/>

### Catálogo na Publicação

Biblioteca Celso de Rui Beisiegel

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

---

R328 Reescrevendo a história com as mãos negras. Homenagem à trajetória de Orlando da Mata/ Celso Luiz Prudente, Rogério de Almeida, Hugo Cesar Bueno Nunes, João Clemente de Souza Neto (Organizadores). – São Paulo: FEUSP, 2024.  
332 p.

ISBN: 978-65-87047-73-7 (E-book) / DOI: 10.11606/9786587047737

1. História da escravidão. 2. Educação antirracista. 3. Políticas afirmativas.
4. Historiografia. 5. Afrodescendentes. I. Prudente, Celso Luiz (org.).
- II. Almeida, Rogério de (org.). III. Nunes, Hugo Cesar Bueno (org.).
- IV. Souza Neto, João Clemente de (org.). V. Título.

CDD 22ª ed. 326

---

Ficha elaborada por: José Aguinaldo da Silva – CRB8a: 7532

Obs.: Citações e referências não estão padronizadas por opção dos organizadores.

---

## SUMÁRIO

<b>Nota de homenagem ao Engenheiro Orlando da Mata</b> .....	11
<i>José Arlindo Barreto</i> – Presidente da AULP	
<b>Nota de homenagem ao Engenheiro Orlando da Mata</b> .....	13
<i>Cristina Montalvão Sarmiento</i> – Secretária-Geral da AULP	
<b>Alguns pontos civilizatórios para o discernimento da necessidade de reescrever a história com as mãos negras.</b> .....	15
<i>Celso Luiz Prudente</i>	

### 1. ARTES E CULTURA

<b>1.1 Waldir Onofre, ator e diretor negro do cinema brasileiro.</b> .....	23
<i>Afrânio Mendes Catani</i> - Universidade de São Paulo – USP e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	
<i>Nielson Rosa Bezerra</i> - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	
<b>1.2 Erlon Vieira Chaves o maestro veneno.</b> .....	28
<i>Alessandro Gamo</i> - Universidade Federal de São Carlos UFSCar - Departamento de Artes e Comunicação	
<b>1.3 O Dia do Samba-Reggae</b> .....	31
<i>Alexandre Siles Vargas</i> - Universidade Estadual da Bahia – UNEB	
<i>Celso Luiz Prudente</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
<b>1.4 Para reescrever a História de Cléa Simões: todo o nosso reconhecimento e muitos aplausos.</b> .....	36
<i>Ana Cláudia Melo</i> - Universidade Federal do Pará – UFPA	
<i>Carmen Silva</i> - Universidade Federal do Pará – UFPA	
<b>1.5 Vem de baixo do barro do chão: 170 anos da ancestralidade matricial de Tia Ciata</b> .....	40
<i>Anderson Brasil</i> - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	
<b>1.6 Refavela, África e diáspora na música de Gilberto Gil</b> .....	46
<i>Carlos Eduardo Paiva</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
<b>1.7 Uma mulher maior do que qualquer outra é maior do que qualquer homem: reconhecer e reparar Thereza Santos.</b> .....	49

---

Dagoberto José Fonseca - Universidade Estadual Paulista – UNESP

- 1.8 **Milton Gonçalves, um Ator Politicamente Engajado.** ..... 52  
*Elaine Pereira Rocha* - Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies, campus Cave Hill, Barbados.
- 1.9 **Luciene Carvalho: primeira mulher negra a presidir uma academia de Letras no Brasil – A pele negra virada nos versos e no avesso** ..... 57  
*Elni Elisa Willms* - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e PPGEDU da Universidade Federal de Rondonópolis  
*Julianne Caju de Oliveira Souza Moraes* - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso – SECITECI e PPGECCO/UFMT
- 1.10 **Carnavalizando o oráculo: A Cartomante de Machado de Assis** ..... 63  
*Flávio Ribeiro de Oliveira* - Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.
- 1.11 **Dona Maria, a artesanaria das resistências e a pedagogia ancestral na comunidade do Torre, Tracuteua, Pará** ..... 66  
*Francisco Weyl* - Universidade Federal do Pará – UFPA
- 1.12 **Paulo da Portela** ..... 78  
*Haroldo Costa* - Jornalista, escritor, ator e cineasta
- 1.13 **O Padecimento de Lima Barreto** ..... 80  
*Ivan Cotrim* - Fundação Santo André – FSA
- 1.14 **Na balada brega e na batida do funk: a potência da comunicação comunitária na luta antirracista – Como a influência de músicos populares e compositores engajados movimentam a economia criativa no Brasil? ...** 83  
*José Brito* - Mestre pela Fundação Getúlio Vargas – FGV
- 1.15 **Emanoel Araújo esculpiu e pintou o Brasil como ninguém com seu propósito genial.** ..... 86  
*Luiz Paulo Lima* - Jornalista e militante
- 1.16 **Maestro Moacir Santos** ..... 90  
*Mário Theodoro* - Doutor em Economia pela Université Paris I – Sorbonne
- 1.17 **Manuel Raimundo Querino (1851-1923) e Estêvão Roberto da Silva (1845-1891)** ..... 92  
*Maristela Carneiro* - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
- 1.18 **Uma matriarca na Vai-Vai** ..... 97  
*Neninho de Abaluaê* - Escritor e Mestre Capoeiristas
- 1.19 **Ismael Ivo – O dom de iludir** ..... 100  
*Neusa Maria Pereira* - Jornalista e militante
- 1.20 **Ventura – O primeiro super-herói do cinema negro português** ..... 102
-

*Paulo Morais-Alexandre* - Professor Coordenador da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa – IPL

- 1.21 **A Feminista Paulina Chiziane**..... 107  
*Paulo Muerembe* - Universidade Licungo – UL/FLH. Docente e Consultor Moçambique
- 1.22 **Machado de Assis, escritor afro-brasileiro** .....112  
*Rogério de Almeida* - Universidade de São Paulo Faculdade de Educação – FE/USP
- 1.23 **Maria Firmina dos Reis: idealista, engajada, precursora e corajosa**.....116  
*Ronald Acioli* - Conselheiro na Fundação Viva e na Fundação GEAP Saúde
- 1.24 **Luiz Melodia – A voz do morro** .....121  
*Toninho Vaz* - Jornalista, escritor e biógrafo
- 1.25 **Mostra Internacional de Cinema Negro: a dimensão pedagógica do cinema negro na história a partir das mãos negras**..... 124  
*Ana Vitória Prudente* - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP
- 1.26 **O cinema negro brasileiro**. .... 128  
*Noel dos Santos Carvalho* - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- 1.27 **Maria Firmina dos Reis: mulher, negra e abolicionista, uma maranhense** 134  
*Claudia Costin* - Fundação Getúlio Vargas – FGV
- 1.28 **Tula Pilar (1970-2019) – herança e legado** ..... 137  
*Patrícia Cerqueira dos Santos*  
*Iracema Santos do Nascimento*

## **2. MEMÓRIA**

- 2.1 **Clóvis Moura: da dialética marxista a dialética negra do movimento negro**..... 149  
*Dagoberto José Fonseca* - Universidade Estadual Paulista
- 2.2 **Luiz Gama: a liderança tem a palavra** ..... 153  
*Ana Vitória Prudente* - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP
- 2.3 **Águas ancestrais: caminhos do professor Azarias Ribeiro de Souza** ..... 157  
*Cláudia Maria Ribeiro* - Universidade Federal de Lavras – UFLA  
*Andrêsa Helena de Lima* - Universidade Federal de Lavras- UFLA
- 2.4 **Wilson Prudente, uma vida contra a opressão** ..... 163  
*Cláudia Reina* - Juíza do Trabalho. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
-

2.5	<b>Frantz Fanon</b> .....	168
	<i>Adriano Bueno Kurle</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
2.6	<b>Hamilton Cardoso: o ativismo negro como potência intelectual</b> .....	171
	<i>Dagoberto José Fonseca</i> - Universidade Estadual Paulista – UNESP	
2.7	<b>Luiz Gama: uma pedagogia civilizatória para construção de uma democracia substancial</b> .....	174
	<i>Jerry Adriano Villanova Chacon</i> - Faculdade SESI de Educação – FASESP	
	<i>Hugo Cesar Bueno Nunes</i> - Faculdade SESI de Educação – FASESP	
	<i>Celso Luiz Prudente</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
2.8	<b>Roberto da Silva, intelectual, educador e militante</b> .....	179
	<i>João Clemente de Souza Neto</i> - Universidade Presbiteriana Mackenzie	
2.9	<b>Eduardo Gonçalves Ribeiro – O afrodescendente que governou a Amazonia</b> .....	184
	<i>Luiz Carlos Ferreira</i> - Instituto Federal do Amazonas – IFAM	
	<i>Reinaldo Benedito Nishikawa</i> - Instituto Federal do Paraná – IFPR	
	<i>Celso Luiz Prudente</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
2.10	<b>Esmeraldo Tarquínio – O primeiro prefeito negro de Santos e seu legado político</b> .....	187
	<i>Luiz Sales do Nascimento</i> - Universidade Católica de Santos	
	<i>Esmeraldo Tarquínio Neto</i> - Advogado	
2.11	<b>Almerinda Farias Gama e a emancipação política das mulheres brasileiras</b> .....	192
	<i>Patrícia Cibele Tenório</i> - Universidade de Brasília – UnB	
2.12	<b>Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria e Wilson Prudente panorama de três ícones da fundação do Movimento Negro Unificado – MNU</b> .....	197
	<i>Rafael Pinto</i> - Sociólogo	
	<i>Renato Santos Aguessy</i>	
2.13	<b>Nilo Peçanha e a gênese do nacional desenvolvimentismo</b> .....	200
	<i>Ramatis Jacino</i> - Universidade Federal do ABC	
2.14	<b>Abdias do Nascimento</b> .....	205
	<i>Renato de Sousa Porto Gilioli</i> - Doutor pela Faculdade de Educação da USP	
2.15	<b>Maria de São Pedro, uma estrela do mar</b> .....	208
	<i>Rosane Cristina Prudente Rose Thioune</i> - Universidade Federal da Bahia – UFB	
2.16	<b>De Vinicius Brasilino para Vinicius Junior</b> .....	213
	<i>Vinicius Brasilino</i> - Assessor Técnico do Gabinete da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso e Conselheiro de Estado de Cultura de Mato Grosso	

---

2.17	<b>Rio Grande do Sul: a historiografia negra da fuxicoralidade no presente ...</b>	215
	<i>Lilian Soares da Silva</i> - Doutora em Educação, Arte e História da Cultura (UPM)	
2.18	<b>Movimentos socioculturais negros.....</b>	219
	<i>Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus</i> - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	
2.19	<b>Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra do Brasil .....</b>	226
	<i>Sátira Pereira Machado</i>	
	<i>Naiara Rodrigues Silveira</i>	
	<i>Oliveira Ferreira da Silveira</i>	
2.20	<b>Neon Dos Afonso Cunha .....</b>	229
	<i>Lígia Ramos</i>	

### 3. MOVIMENTOS

3.1	<b>Revoltas solitárias dos africanos e afro-brasileiros .....</b>	235
	<i>Luiz Felipe de Alencastro</i> - Professor Emérito da Sorbonne – Paris	
3.2	<b>Miragens Atlânticas: rota do escravo, patrimonialização e memórias do cativoiro .....</b>	237
	<i>Petrônio Domingues</i> - Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
3.3	<b>Imigrantes Negros no Brasil, na virada do século XX .....</b>	243
	<i>Elaine Pereira Rocha</i> - University of the West Indies, campus Cave Hill, Barbados	
3.4	<b>“Cismas Étnico-raciais na Orbis Christianus: fechando cicatrizes e desacorrentando corpos e mentes da implacável Ordem Escravista. ....</b>	247
	<i>Antonio Luiz do Nascimento</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
	<i>Suelme Evangelista Fernandes</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	
3.5	<b>Chaguinhas, o herói da brasilidade .....</b>	251
	<i>Bartolomeu Pereira de Souza</i> - Coordenador do Comitê Chaguinhas/ Baixada Santista	
3.6	<b>O encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) – 14 a 17/11/1991.....</b>	254
	<i>Dennis de Oliveira</i> - Escola de Comunicação e Artes Universidade de São Paulo ECA/USP	
3.7	<b>Esboço de memória sobre o papel do CEERT no surgimento das ações afirmativas no mercado de trabalho do Brasil .....</b>	257
	<i>Flavio Carrança</i> - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT.	
3.8	<b>Maria Luiza de Carvalho Nunes, Liderança Quilombola Paraense .....</b>	260
	<i>Hilton P. Silva</i> - Universidade Federal do Pará – UFPA e Universidade de Brasília – UNB	
	<i>Karoline Beatriz Oliveira Barroso</i> - Universidade Federal do Pará – UFPA	
	<i>Uriel Melquisedeq Lopes Coelho</i> - Universidade Federal do Pará – UFPA	

---

3.9	<b>Repensar Histórias: a ditadura militar no Brasil e a memória negra</b> . . . . .	264
	<i>Lucas Scaravelli da Silva</i> - Faculdade SESI de Educação – FASESP	
3.10	<b>Se “sou porque nós somos , até quando precisaremos de heróis?</b> . . . . .	270
	<i>Luiz Tiago de Paula</i> - Faculdade SESI de Educação – FASESP	
3.11	<b>Entrelaçando Raízes: a Luta pela Africanidade no Contexto Social e Cultural do Brasil</b> . . . . .	275
	<i>Marcos José Zablonsky</i> - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Escola de Belas Artes da PUCPR	
3.12	<b>Mahommah Gardo Baquaqua: a escrita de si e a reescrita da história negra no Brasil</b> . . . . .	279
	<i>Nielson Rosa Bezerra</i> - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	
3.13	<b>Da Revolução dos Cravos em Portugal à independência de São Tomé e Príncipe – o papel da Associação Cívica pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP</b> . . . . .	284
	<i>Olagário Tiny</i> - Jurista e ex-ministro da justiça de São Tomé e Príncipe – África	
3.14	<b>Canelas pretas, mais do que canelas, foram corpos negros em resistência!</b>	290
	<i>Roberlaine Jorge Ribeiro</i> - Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB	
3.15	<b>A presença negra na cabanagem</b> . . . . .	295
	<i>Sandra Costa dos Santos</i> - Faculdade SESI de Educação – FASESP	
3.16	<b>A revolta dos Malês</b> . . . . .	298
	<i>Marc Adam Hertzman</i> - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign (EUA)	
3.17	<b>A segunda abolição: a revolta de João Cândido contra a chibata na Marinha (1910)</b> . . . . .	301
	<i>Sílvia Capanema</i> - Universidade Sorbonne Paris Nord	

#### **4. RELIGIÃO**

4.1	<b>A benção meu Rei, João Tomaz</b> . . . . .	307
	<i>João Alegria</i> - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio	
4.2	<b>A Festa do Divino e a presença negra no Vale do Guaporé</b> . . . . .	309
	<i>Fábio Santos de Andrade</i> - Universidade Federal de Rondônia – UNIR <i>Laudicéia Fagundes Teixeira</i> - Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT <i>Maria Aparecida Costa Oliveira</i> - Universidade Federal de Rondônia – UNIR	
4.3	<b>De professora à promotora da justiça social: a história de mãe Rose</b> . . . . .	317
	<i>Fábio Santos de Andrade</i> - Universidade Federal de Rondônia – UNIR <i>Celso Luiz Prudente</i> - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	

---

# Nota de homenagem ao Engenheiro Orlando da Mata

Conheci o Prof. Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata no âmbito da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), como membro do Conselho de Administração, já após o término do seu mandato como Presidente da AULP entre 2017-2020.

Figura marcante, de trato nobre, o legado que o Prof. Doutor Orlando da Mata tem deixado em todas as funções por ele desempenhado falam por si. Membro fundador do CRUANG, Conselho de Reitores das Universidades Angolanas, já após o seu mandato como Reitor da Universidade Agostinho Neto, este insigne Angolano, Engenheiro Agrónomo, Doutorado na Alemanha, integrou altos cargos de responsabilidade, seja no Governo de Angola, seja na SADC e hoje, na Sonangol, E. P. como responsável do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.

No âmbito da sua Presidência da AULP, permitiu a consolidação dos programas de mobilidade, promoveu a aproximação à *International Assotiation of Universities*, e como Reitor da Universidade Mandume ya Ndemufayo, recebeu um Encontro da AULP (XXVIII) no Lubango, Angola, com a proposta de debate sobre o *Património Histórico do Espaço Lusófono*, alargando assim o âmbito do espaço geográfico e cultural da difusão do ideal da responsabilidade das universidades na produção, partilha e divulgação de conhecimento.

É por isso que, na qualidade de atual Presidente da AULP para o triénio 2024-2027, encaro como um desafio, a continuidade da proposta associativa de potenciar a comunidade de universidades e instituições de ensino superior, num espaço de conexão histórica, cultural, linguística e científica onde se cruzam pacificamente, vivências, investigação científica e perspetivas de desenvolvimento provenientes das quatro regiões do mundo: Norte, Sul, Este e Oeste.

Esta proposta também antes abraçada pelo Prof. Doutor Orlando da Mata, que lhe adicionou prestígio, implica que ao assumir, em nome da Universidade

---

de Cabo Verde (Uni-CV), a presidência do Conselho de Administração da AULP, a percecionemos como uma honra revestida de responsabilidade e nos associemos, sem hesitação, e com imensa satisfação, à significativa homenagem que é prestada pela Faculdade SESI de Educação – FASESP do SESI da FIESP, ao Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata, pela atribuição do título de Doutor Honoris Causa. Em espírito de “Djunta mó” (juntar de mãos) no seio da AULP, acreditamos que juntos, e em respeito pelos valores que partilhamos com o homenageado, contribuímos para a construção de um mundo de paz e tolerância.

*José Arlindo Barreto*  
Presidente da AULP  
Universidade de Cabo-Verde  
Setembro 2024

---

# Nota de homenagem ao Engenheiro Orlando da Mata

Por esta via a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), junta-se à justa homenagem que é prestada pela Faculdade SESI de Educação – FASESP do SESI da FIESP, no dia 22 de novembro de 2024 ao Professor Doutor Orlando Manuel José Fernandes da Mata, pela atribuição do Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) no triénio 2017-2020, a associação reconhece assim o imenso contributo prestado. Em 2019, e durante o seu mandato, foi consolidado o Programa Mobilidade AULP e o programa de bolsas. Nesse mesmo ano, e em conjunto com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e a CPLP, foi assinado um protocolo para Bolsas PROCULTURA PALOP-TL. Esta iniciativa da maior importância, pretende contribuir para a criação de emprego em atividades geradoras de rendimento nas economias culturais e criativas dos PALOP e de Timor-Leste, dando oportunidade a estudantes que estejam a frequentar licenciatura ou mestrado numa instituição de ensino superior dos PALOP ou Timor-Leste, em áreas disciplinares relacionadas com a Cultura, e cujas candidaturas ao Programa de Mobilidade AULP tenham já sido validadas. A iniciativa foi financiada pela União Europeia, cofinanciada e gerida pelo Camões, IP e cofinanciada também pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Orlando Manuel José Fernandes da Mata, como Magnífico Reitor da Universidade Mandume ya Ndemufayo, recebeu em 2018, O XXVIII Encontro da AULP que se realizou de 18 a 20 de julho de 2018, tendo como anfitriã a Universidade do Lubango, Angola, onde foi debatido o tema: *Património Histórico do Espaço Lusófono. Ciência, Arte e Cultura.*

Antes, ilustre Reitor da Universidade Agostinho Neto, em Angola, é Engenheiro Agrónomo, Mestre em Agro-Química pela Universidade Martin Luther-Halle/Wittenberg, da ex-República Democrática da Alemanha (RD) e

---

doutorado em Nutrição Vegetal, pelo Instituto de Agronomia Tropical da Universidade de Leipzig (República Federal da Alemanha). Em Angola, é membro fundador e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Angolanas (Cruang). Integrou o Governo de Angola e o Comité Consultivo Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia da SADC da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) da SONANGOL EP.

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), congratula-se com a consagração e partilha o momento de festa e celebração.

*Cristina Montalvão Sarmiento*  
Secretária-Geral da AULP  
Setembro 2024



# Alguns pontos civilizatórios para o discernimento da necessidade de reescrever a história com as mãos negras

CELSO LUIZ PRUDENTE<sup>1</sup>

O propósito da organização dessa obra é chamar a atenção para as multiplicidades de relações que expressam a escravidão, na vida dos brasileiros. Nosso objetivo é observar como a instituição do escravismo influenciou as relações de trabalho, gerando para uma sociedade marcada por contradição social, com a negação do trabalho como forma de ostentação de privilégio, diante da desigualdade social que se mostra interseccionada pela marginalização de raça, gênero, etnia, cor, sexualidade e outros.

Analisar-se-á na publicação como a euroheteronormatividade foi imbricada na polissemia do pensamento escravista. Essa publicação demonstra também que, no século XIX foi construída, uma idiosincrasia com o complexo de inferioridade da corte imperial, que se sentia diminuída em meio à pujante africanidade material e imaterial, destacando-se mediante a axiologia eurocaucasiana. Os valores europeus se mostravam tímido, dada a força negra na cultura desse período.

Por outro lado, é pertinente apontar que o movimento independentista mostrava um sentimento indianista afirmativo, com base na nação asteca da

---

<sup>1</sup> Livre-Docente, Doutor e Pós-doutor pela FEUSP. Pós-Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cineasta, Antropólogo. Professor orientador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPG FEUSP). Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. Âncora e Diretor do Programa Radiofônico: QUILOMBO ACADEMIA, da Rádio USP, FM 93,7 de São Paulo. Pesquisador do Lab\_Arte da FEUSP.

---

vida ameríndia mexicana, adotando-o em detrimento do índio transnacional do cone sul. Parece cabível observar que no romantismo fase inicial da literatura brasileira, os literatos concorreram pela invisibilidade do negro, em decorrência da escravidão e adotando o índio como referência de pujança nacional. É ilustrativo lembrar em 1870, quando Carlos Gomes fez a composição da opera O Guarani, o nome original da obra era Los Escravos, preocupado, com a rejeição da denominação da obra, que se ligava ao negro escravizado, Prudente (1995). O maestro a intitulou de O Guarani, preservando-a, com certa distância, do escravizado objeto do violento preconceito, na medida em que era também elemento fundante da escravidão. Ocupando, entretanto, o papel substancial para a existência da corte imperial.

São inegáveis os esforços de notáveis cientistas sociais, que demonstraram a escravidão e a nefasta localização social do escravizado. Ainda assim é constatada infelizmente uma lacuna, quando se busca o discernimento do trauma da escravidão nos diferentes atores da sociedade brasileira, onde os segmentos dominantes vivem a patologia da esquizofrenia social, causada pela crise de identidade racial, apontando-lhe fragilidade para condição de elite social, mediante a dificuldade de identificação com o empobrecido afrodescendente, decorrente da escravidão. Fenômeno que lhe indica para a condição de mera classe dominante, furtando-lhe, pelo menos tecnicamente, a condição de elite social.

A composição autoral, feita por diferentes pesquisadores, estudiosos e ativistas presentes nessa publicação, aponta os traumas que são dados pela ausência de consumo do afrodescendente, demonstrando quanto o Brasil perde, com a triste letargia em fazer da condição multirracial sua riqueza cultural, deixando de transformá-la em riqueza como no esporte e na cultura, que colocaram o país na galeria do reconhecimento mundial. Como aconteceu com a bossa nova, o cinema novo e o futebol arte, que são dimensões marcadas pela dinâmica miscigênica, protagonizada pelas relações de africanidade. Elas são tratadas com rapidez para o faturamento da indústria do turismo, como acontece na rede de hoteleira e os serviços de bares, restaurantes e casas de shows com o samba e seus derivados. Mas, tem sido lenta em contribuir para transformação da democracia adjetiva em elemento substancial, lembrando que somente teremos democracia

---

com a integração de todos os segmentos raciais, que foram marginalizados pela força excludente da escravidão preponderante, mas pouco refletida.

Observo aí a relevância de se refletir à escravidão e seu impacto nas relações sociais, observando a expressão racial da riqueza cultural brasileira, conjugando-a com a contradição socioeconômica, que se resultou dela e que a manutenção está no lento tratamento reflexivo da vinda africana, que se fez nas rotas da escravidão. **Reescrevendo a história com as mãos negras** é um estudo reflexivo, constituindo em uma convocação pedagógica de mobilização pacífica para se pensar as políticas públicas como apanágio fundamental para construção da democracia substancial, que é o principal elemento para consciência da cultura de paz, baseada no respeito à diversidade.

Dessa maneira essa publicação e o debate acontecem concomitante os trinta anos do estudo das rotas da escravidão, que foi mais uma excelente contribuição da UNESCO. Esses importantes esforços intelectuais são civilizatórios e fundamentais para se conhecer a história do Brasil, com base no respeito a sua essência multirracial, que sem essa presença nos lugares de decisão nacional não haverá democracia substancial. Colocando-a como mera construção mitológica, que se distancia da contemporaneidade inclusiva, ficando à mercê do anacronismo excludente, distanciado dos esforços que se fazem necessários para uma produção epistemológica ampla e holística, percebendo no respeito ao outro a sua contemplação democrática, que é fundamental para cultura de paz.

Considerando as diferentes áreas do conhecimento história, economia, sociologia, antropologia, psicologia, educação e arte, o livro **Reescrevendo a história com as mãos negras** conta com especialistas, acadêmicos, ativistas, militantes que escreveram artigos, apontamentos e notas, configurando a diversidade de pensamento em proveito do empreendimento para superação da escolaridade e editoralidade monoculturais, constituído num edifício criminoso, estabelecido como pseudodemocrático, mas movimentada pelas violentas relações de mercado, que se mostram estranhas às ontologias dos diferentes.

Tentando desarticula-las com sofisticações cujas essências são de interesses hegemônicos dissimulados, com vícios sub-reptícios. Isso é um fenômeno que dialoga com o racismo da inteligência que é o discernimento conceitual de

---

Pierre Bourdieu, (1983), que percebo aqui como racismo semântico a mais fria violência que tentam naturalizar, mostrando a resiliência com o racismo no ato constante da humilhação racial feita com falas de conotação racial superior para o branco e inferior para o preto. Como se constata: “estou sendo claro”, significando lucidez e veracidade, “clareando” tornando limpo, higiênico no âmbito da perfeição. Entretanto quando a derivação decorre do preto ela se estabelece de forma pejorativa: “a coisa está preta”, “lista negra”, “denegrir”, etc. sugerindo imperfeição e inveracidade. Esse comportamento é visto infelizmente nos discursos dos principais jornais e revistas, nas escolas e universidades e nos discursos oficiais de estado, no parlamento, no judiciário e no executivo. Um vício que por incrível que pareça se dá até mesmo em cerimônias, que são feitas no tentame de superar a marginalização racial, visando ampliar a estreita democracia.

Acredito que esse livro intitulado – **Reescrevendo a história com as mãos negras** será um importante instrumento de luta pacífica e civilizatória contra a violenta tentativa de apagamento da contribuição negra na história brasileira, que é impregnada pelo vírus da história única, (Chimamanda, 2014), que tem sido a disfunção geradora da síndrome de excessiva sede de poder do euro-hetero-macho-autoritário.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. O racismo da inteligência. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p. 205-208. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/14-bourdieu-o-racismo-da-inteligencia.pdf> > Acesso em: 22 jan. 2020.

CHIMAMANDA, Adichie. Vídeo TED – O perigo de uma história única – Dublado em português, 2014. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>

PRUDENTE, Celso Luiz. Barravento: O negro como possível referencial estético do Cinema Novo de Glauber Rocha. 1ª. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1995.

---

ARTES E CULTURA





# Waldir Onofre, ator e diretor negro do cinema brasileiro<sup>1</sup>

AFRÂNIO MENDES CATANI<sup>2</sup>

AMCATANI@USP.BR – BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP E UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

NIELSON ROSA BEZERRA<sup>3</sup>

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE – FEBF DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

Não é tão simples escrever sobre a trajetória do ator e diretor negro Waldyr Couto, conhecido artisticamente como Waldir Onofre (05.agosto.1934 – 07.janeiro.2015), em razão da ausência de análises mais aprofundadas sobre a sua carreira. Infelizmente não localizei o filme que o produtor Tininho da Fonseca dirigiu em sua homenagem – trata-se de *Waldir Onofre* (1979, 30 minutos). Após detalhada pesquisa, o site “[historiografiaaudiovisual.com.br/filme/waldir-onofre](http://historiografiaaudiovisual.com.br/filme/waldir-onofre)” informa que o curta-metragem mostra o artista em seu dia-a-dia pelas

---

<sup>1</sup> CATANI, Afrânio Mendes; BEZERRA, Nielson Rosa. Waldir Onofre, ator e diretor negro do cinema brasileiro; publicado na revista *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – PEMO* v. 5, e10890, 2023.

<sup>2</sup> É professor titular aposentado na Faculdade de Educação da USP e professor sênior na mesma instituição. Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (PPGECC/FEBF) da UERJ, campus de Duque de Caxias. Mestre e doutor em Sociologia pela FFLCH/USP. Livre docente em Educação (FE/USP). Pesquisador do CNPq. E-mail: amcatani@usp.br

<sup>3</sup> É professor adjunto na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus de Duque de Caxias. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC/FEBF). Mestre e Doutor em História, atualmente é Diretor do Museu Vivo do São Bento. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada. E-mail: bezerranielson@hotmail.com. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2781159435883800>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2211-5389>

ruas do bairro de Campo Grande, onde morava. São exibidos trechos de alguns filmes em que participou como ator, fragmentos de *Cinco Vezes Favela*, *Perpétuo Contra o Esquadrão da Morte*, *Jesuíno Brilhante* e *O Amuleto de Ogum*.

Nascido em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e originário de família humilde, trabalhou como engraxate, chapista, serralheiro e ferreiro. Fez curso de técnico em rádio e TV, aprendendo a consertar tais aparelhos, “ocupação à qual se dedicou durante anos, inclusive quando já atuava no teatro, no cinema e na TV” (AUTRAN, 2011, p. 425).

Começou a estudar interpretação em 1953, em um curso de rádio-teatro com o produtor Berliet Júnior, da Rádio Nacional. Ingressou, em 1956, no Conservatório Nacional de Teatro, lá permanecendo por 4 anos, tendo estudado com João Bethencourt (1924-2006), diretor húngaro radicado no Brasil, e estagiado com o ensaiador Jack Brown, discípulo de Constantin Stanislavski (1863-1938), fazendo figurações em alguns filmes.

Estreou profissionalmente no teatro em 1960, no drama *O Contato* (Heffner, 2012, p. 524). Sua atuação chamou a atenção do diretor Miguel Borges (1937-2013), que o convidou para o curta “Zé da Cachorra”, episódio de *Cinco vezes favela*, encabeçando o elenco. Com Borges fez também *Canalha em crise*; *Perpétuo contra o Esquadrão da Morte*; *Maria Bonita, rainha do cangaço*; *O Barão Otelo no barato dos bilhões* e *O caso Cláudia*. Ainda na década de 1960 atuou nas peças *Mister Sexy* (1964), *A juventude não é tudo* (1965), de Eugene O’Neill e *Dança lenta no local do crime* (1969), de William Hanley.

Sobre ele, Heffner escreveu: “Coadjuvante bastante considerado pelo tipo físico, a expressividade facial e o talento interpretativo, filma seletivamente, quase sempre atuando nos papéis de vilão” (HEFFNER, 2012, p. 524). Em 1966 criou em Campo Grande, subúrbio do RJ, onde residiu quase toda a sua vida, no Ginásio Afonso Celso, uma escola de teatro. A clientela era constituída, predominantemente, por jovens estudantes e moradores do bairro, na época contando com poucos equipamentos culturais.

O Serviço de Divulgação da Embaixada dos Estados Unidos patrocinou excursão por 22 cidades brasileiras, em que Onofre fazia leituras dramatizadas de peças de vanguarda. Em 1968 montou a primeira peça de sua

---

escolinha de teatro, *Papai Noel e os dois ladrões*, de João Bethencourt (HEF-FNER, 2012, p. 524-525).

Em 1967, Onofre fez *Perpétuo contra o Esquadrão da Morte*, tendo seu papel de maior relevância e sendo também assistente de direção de Miguel Borges. Esse filme, com roteiro de Marcos Farias e Borges, foi produzido por Luiz Carlos Barreto, Farias e Borges. Onofre interpreta o bandido “Cara de Cavalo”, famoso na crônica policial do Rio dos anos 1960.

No chamado ciclo de *cangaço*, além de *Maria Bonita, rainha do cangaço*, Onofre atuou também em *Jesuíno Brilhante, o cangaceiro* (1972). Fez 3 filmes com Paulo Thiago (1945-2021): *Os senhores da terra* (1971), *Sagarana, o duelo* (1974), com música de Tom Jobim e Dori Caymmi e *Jorge, um brasileiro* (1989). Trabalhou com Leon Hirszman (1937-1987) em *A falecida* (1965), com elenco encabeçado por Fernanda Montenegro (1929), adaptado de peça de Nelson Rodrigues (1912-1980) e com Cacá Diegues (1940) em *Ganga Zumba* (1964) e *Quilombo* (1984). O primeiro filme é o retrato da vida do líder do Quilombo dos Palmares, Ganga Zumba (1638-1678), com música de Moacir Santos (1926-2006) e interpretada por Nara Leão (1942-1989), com danças e rituais africanos realizados pelos Filhos de Gandhi. *Quilombo*, por sua vez, é coprodução brasileira e francesa, contando a história do escravo Zumbi.

Onofre integrou os elencos de *Macunáima* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988), baseado em Mário de Andrade (1893-1945); de *Toda nudez será castigada* (1973), de Arnaldo Jabor (1940-2021), a partir de peça de Nelson Rodrigues; de *Sete homens vivos ou mortos* (1969), de Leovegildo Cordeiro (1935-1983), *O homem de papel – volúpia de um desejo* (1976), de Carlos Coimbra (1927-2007) e *Lili, a estrela do crime* (1989), de Lui Farias (1958); de *Marcados para viver* (1976), de Maria do Rosário (1949-2010); de *Leila Diniz* (1987), de Luiz Carlos Lacerda (1945); do drama erótico *A dama do loteação* (1978), de Neville d’Almeida (1931), a partir de conto de Nelson Rodrigues; de *Sonhei com você* (1989), de Ney Sant’ Ana (1954); de *Lost Zweig* (2002), de Sylvio Back (1937), baseado em *Morte no paraíso*, de Alberto Dines (1932-2018), sobre o escritor judeu austríaco que se suicidou em Petrópolis em 1942; de *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto (1955), a partir do livro de Fernando Gabeira (1941).

---

Onofre trabalhou com o diretor Sérgio Rezende (1951) em 3 filmes: *O homem da capa preta* (1986), arrimado na pesquisa do historiador Israel Beloch (1942); *Doida demais* (1989), com roteiro de Jorge Durán e Rezende, e *Mauá – o Imperador e o Rei* (1999), que acompanha a trajetória de Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), mais conhecido como Barão de Mauá.

Na televisão, na TV Globo, atuou em 4 telenovelas, sendo duas escritas por Janete Clair (1925-1983) – *Irmãos coragem* (1970-71) e *O homem que deve morrer* (1971-72) –, uma por Gilberto Braga (1945-2021), *Corpo a corpo* (1984-85) e outra por Dias Gomes (1922-1999), *Mandala* (1987-88). Na própria Globo, nos anos 1960, foi um dos primeiros atores a fazer teleteatro, na adaptação da peça *O Matador*, de Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), com direção de Sérgio Brito (1923-2011).

Entretanto, apesar de em sua longa carreira como ator, abarcando cerca de quatro décadas e meia, e tendo participado de dezenas de filmes, peças teatrais e telenovelas, trabalhando com distintos diretores, Waldir Onofre encontrou a melhor das acolhidas em Nelson Pereira dos Santos (1928-2018), com quem atuou em *O amuleto de Ogum* (1975), em *Memórias do cárcere* (1984), adaptado do livro homônimo de Graciliano Ramos (1892-1953) e em *A terceira margem do rio* (1994), produção franco-brasileira baseada em conto, de Guimarães Rosa. É relevante destacar que em *Memórias do cárcere* e em *A terceira margem do rio*, Waldir foi assistente de direção.

No início da década de 1970, ele escreveu o roteiro de *As aventuras amorosas de um padeiro*, que viria a ser a sua única experiência como diretor em filme de longa-metragem. Após cerca de dois anos tentando filmar o roteiro, Onofre o mostrou a Pereira dos Santos, que produziu a película em parceria com a Embrafilme. É uma comédia suburbana em que a ginga e a malícia dão o tom, sendo lançada em 1975. O filme ganhou o **Kikito de Ouro** no Festival de Gramado de 1976.

Para Luiz Felipe Miranda, a década de 1970 foi “um tempo em que apareceram alguns diretores negros como Odilon Lopez, Waldir Onofre, Agenos Alves, Afrânio Vital e Antônio Pitanga, sendo Agenor o mais ativo deles...” (MIRANDA, 1990, p. 73).

Onofre dirigiu outros 4 curta metragens: *Cinema Brasileiro e sua comercialização* (1979), “com depoimentos do produtor Luiz Carlos Barreto, do diretor Miguel Borges e do exibidor Roberto Darze” (AUTRAN, 2011, p. 425); dois outros em 1980 (*Domingo da rapaziada* e *Clóvis, a alegria do carnaval*) e, em 1982, *Clóvis na Zona Oeste*.

Nos anos 1980, voltou-se “para a montagem de um projeto pioneiro, uma agência de figuração dedicada exclusivamente a atores negros” (HEFFNER, 2012, p. 525).

Waldir, em um depoimento no final dos anos 1990, diz que o “mercado de trabalho para ator negro, aqui no Brasil, é praticamente nenhum” e que “o visual é o visual ariano”, no cinema, na televisão e na propaganda. Quem quiser fazer um filme, como ele, tem que “escrever, dirigir, interpretar, correr atrás de dinheiro” (CULTNE CINEMA). Nessa mesma fonte, a atriz Zezé Motta (1944) afirma que Onofre é um batalhador incansável, que luta sem cessar para “fomentar a cultura da Zona Oeste”, enaltece *As aventuras...*, “uma obra prima”, acrescentando que a trajetória do cineasta é bastante sofrida. “Ele teve muitos projetos guardados, que não conseguiu realizar por falta de apoio, de patrocínio, e por ser discriminado mesmo. Não vamos ficar fazendo rodeios!” (CULTNE CINEMA).

## Referências

- AUTRAN, Arthur. Onofre, Waldyr. In: CASARES RODICIO, Emilio (Coord.). *Diccionario del Cine Iberoamericano: España, Portugal y América*. Madrid: SGAE y Editorial Fundación Autor, 2011, t. 6, p. 425.
- CULTNE CINEMA – Tributo a Waldir Onofre (1934/2015) – You Tube – youtube.com/watch?v=2cexfsjy708 (19:58 min.). Acessado em: 05. 06. 2023.
- HEFFNER, Hernani. Onofre, Waldyr. In: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edições SESC São Paulo, 3a. ed. [ampl. e atualiz.], 2012, p. 524-525.
- MIRANDA, Luiz Felipe Alves. *Dicionário de Cineastas Brasileiros*. São Paulo: Art Editora, 1990.
-

# Erlon Vieira Chaves

## o maestro veneno

ALESSANDRO GAMO<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS UFSCAR  
DEPARTAMENTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

Erlon Vieira Chaves, um dos mais destacados arranjadores da música brasileira, nasceu em 9 de dezembro de 1933, no bairro do Ipiranga em São Paulo. Sua mãe, funcionária na tradicional escola Caetano de Campos, conseguiu uma vaga para Erlon, onde era um dos raros alunos negros e desde cedo se destacou.

A música foi incentivada pelo pai, que conseguiu uma bolsa para os estudos de piano e canto no Conservatório Carlos Gomes, nos quais Erlon formou-se com louvor.

Aos 14 anos, venceu o Concurso “A Mais Bela Voz Colegial” realizado pela Rádio Tupi e passou a atuar na emissora e graças a sua desenvoltura e múltiplas aptidões, com o surgimento da televisão no Brasil, Erlon desempenhou diversas funções em programas da TV Tupi.

O convívio de Erlon com os maestros responsáveis pelos arranjos dos programas, garantiu a ele uma formação complementar. Em 1951, criou, com o produtor da TV, Mario Fanucchi, o jingle *Já é hora de dormir/Não espere mamãe mandar/Um bom sono pra você/E um alegre despertar*, que tornou-se um clássico. Aos 21 anos, Erlon já tinha certa experiência e Fanucchi chamou-o para compor a música de seu libreto “Sinfonia de São Paulo”, que foi exibida ao vivo no dia do aniversário da cidade e o jovem músico também regeu a Orquestra da TV Tupi. Foi seu início como maestro.

Erlon atuou como arranjador e maestro em diversas gravadoras, como a RGE, onde foi responsável por LP s de diversas cantoras com destaque para seu

---

<sup>1</sup> Doutor em Multimeios pela UNICAMP, é documentarista, diretor, entre outros, de Erlon Chaves, o maestro do veneno!. É professor do Departamento de Artes e Comunicação da UFSCar.

trabalho com Maysa. Em 1961 gravou seu primeiro LP com a Orquestra Erlon Chaves – formada por músicos da Tupi: *Em tempo de samba*. O disco apresenta arranjos inovadores sobre temas tradicionais de samba e de bossa nova.

Passou pela TV Cultura, em 1963 onde comandou o programa “Erlon Chaves Show” e dois anos depois, lançou um dos mais importantes discos do samba-jazz, *Sabadabadá*, onde contou com grandes músicos, como Raul de Souza e Hector Costita.

Sua visão moderna nos arranjos, com um uso diferenciado dos metais com as cordas, tornou-o disputado pelos canais de televisão. Mudou para o Rio de Janeiro, onde colaborou para o Telecentro da TV Tupi e para a TV Rio, onde foi diretor musical do primeiro Festival Internacional da Canção (FIC) e, em parceria com Ronaldo Boscoli, compôs a “Canção do Festival”.

A convite de José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, trabalhou para a TV Globo em várias novelas, criou os temas musicais de *Sheik de Agadir* e *Eu compro esta mulher* e colaborou nos arranjos de músicas de *Pigmaleão 70* e *Verão Vermelho*.

Iniciou trabalho com Elis Regina e foi responsável pelos arranjos de três discos dela (*Elis Especial*, *Elis – como & por quê* e *...em pleno verão*), nos quais buscou-se uma mudança no estilo da cantora. Com Elis, Erlon excursionou pela Europa e apresentou-se no Olympia de Paris.

Na mesma época, Erlon manteve uma parceria com Geraldo Vandré, fez arranjos para outros LP’s de destaque como o de Alaíde Costa e compunha trilhas sonoras para cinema. Com grande desenvoltura e talento, trabalhou em filmes de ação para Adolpho Chadler, Aurélio Teixeira, Jece Valadão e Paulo Gil Soares.

Estrela do campo musical, sua participação no Vº FIC, em 1970, marcou definitivamente sua carreira. Indicado pelo cantor Wilson Simonal, seu amigo e para quem havia feito os arranjos dos discos *Alegria*, *Alegria v. 3 e 4*, de 1969 e *Simonal* de 1970, André Midani, diretor geral da gravadora Philips, convidou Erlon para interpretar a canção *Eu Também Quero Mocotó*, de Jorge Ben.

Foi criado um *happening* especial. Erlon entrou dançando no palco e cantando o tema principal, seguido pelos músicos e um grande coro de mulheres e homens, todos negros e vestindo túnicas coloridas. A música, com sua letra

---

brincalhona, tomou o ginásio do Maracanãzinho. Apesar da euforia em torno da canção, ela terminou em sexto lugar na classificação geral, mas foi convidada para uma apresentação no encerramento do Festival, esta apresentação gerou uma reviravolta na sua carreira. O maestro preparou uma introdução, na qual subiram ao palco algumas dançarinas loiras que foram beijadas por Erlon no palco, antes da execução da música. A atitude causou revolta na platéia, que viajava o maestro, logo o ginásio foi invadido pela polícia e Erlon acabou preso por atentado ao pudor. Houve uma forte campanha nos jornais criticando o maestro, que foi proibido de se apresentar na TV Globo.

Duas semanas depois, Erlon ensaiava para uma apresentação da Banda Veneno no programa de Flávio Cavalcanti, na TV Tupi, quando o palco foi invadido por agentes que o encapuzaram, o levaram em um veículo sem placa e ele ficou desaparecido durante 5 dias. Soube-se depois, que Erlon ficara preso em uma cela ao lado de onde estavam os advogados Heleno Fragoso e George Tavares, não sofrera tortura física, mas muita violência psicológica. Após toda a confusão, sua carreira foi lentamente sabotada. Se até 1970, Erlon era um dos maiores e mais bem pagos arranjadores do Brasil, os convites de trabalho foram escasseando.

O maestro manteve uma participação semanal como jurado no programa “A grande chance” – no qual ajudou a revelar alguns artistas que lá se apresentavam, como Emilio Santiago – e no “Programa Flávio Cavalcanti”, onde tinha participações jocosas e vez por outra regia alguns números musicais.

Aos poucos recuperou certo destaque com apresentações de sua Banda Veneno em bailes e com a qual lançou 5 LP s de grande sucesso de vendas. O trabalho da Banda Veneno marcou um geração de jovens, que escutavam as músicas nos bailes ou em casa, sendo um dos marcos iniciais da *black music* no Brasil.

Em 1974, seu amigo Simonal foi preso, Erlon fora visitá-lo e prometera levar LP s para ele escutar. Foi a uma loja comprar discos e, conversando amargurado com um amigo sobre o caso de Simonal, Erlon Chaves sofreu uma parada cardíaca e morreu alguns minutos depois. Havia pouco tempo, ele tinha sido diagnosticado com um problema cardíaco e não resistiu ao que acontecia ao amigo, que trazia novamante as sombras do que ocorrera com sua carreira quatro anos antes.

---

# O Dia do Samba-Reggae

ALEXANDRE SILES VARGAS<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA – UNEB

CELSO LUIZ PRUDENTE<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

O Samba-Reggae é um gênero musical miscigênico da diáspora negra, marcado pela orquestra de territorialidade da unidade cultural africana Mukuna, 1979. Constituindo um traço etnomusicológico de origem jamaicana, que foi dinamizado no samba afro-brasileiro. Sendo um posicionamento crítico e reflexivo, que rompeu com o poder hegemônico expresso nas relações musicais de irreverência negra e configura, por isso, uma ideologia da resistência Freire, 2001, retratada na luta democrática, em proveito do respeito à diversidade na Bahia. Vale ressaltar que a ideologia da resistência para a liberdade estava ausente nas manifestações carnavalescas, tais como as batucadas e os blocos de índio, esses folguedos demonstravam possível ingenuidade social, ausentando-se do

---

<sup>1</sup> Doutor em Música pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor de Música da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Arranjador, produtor musical e guitarrista das cantoras Daniela Mercury e Ivete Sangalo. Colaborador do programa radiofônico Quilombo Academia, da Rádio USP.

<sup>2</sup> Livre-Docente em Cultura Afro-brasileira e Indígena, Cinema e Hermenêutica pela Faculdade de Educação da USP – FE/USP. Doutor em Cultura pela Universidade de São Paulo – FEUSP. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Pesquisador do Lab\_Arte – Laboratório Experimental de Arte-Educação & Cultura da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. Apresentador e Diretor do Programa Radiofônico: QUILOMBO ACADEMIA, da Rádio USP, FM 93,7 de São Paulo. Título de Doutor Honoris Causa, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas IFAM. Medalha de Mérito Universitário, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

---

mais evidente problema dos negros, enquanto maioria minorizada, que é o racismo. Com a efervescência cultural surge, na década de setenta, no cotidiano musical soteropolitano, alguns questionamentos sobre o autoritarismo monocultural, que negava e perseguia as expressões multiculturais, cujas africanidade e amerindidade se percebiam vitimadas por um carnaval de ideal eurocaucasiano, em lugar de forte presença afro-brasileira.

A luta contra o autoritarismo do regime militar e a contestação da contracultura estiveram presentes no carnaval, conjugados com a carnavalização, bakhtiniana, disruptiva, com a inversão da ordem, que era dada pela negritude dos blocos afros e afoxés. Apontamos as organizações e seus líderes, o Ilê Aiyê (Vovô do Ilê, no bairro da Liberdade), o Olodum (João Jorge, no Pelourinho), o Malê Debalê (Bujão, em Itapuã), o Muzenza (Geraldão, na Liberdade), Badaué (Mestre Moa do Catendê, no Engenho Velho de Brotas), entre outros grupos e lideranças, que articulado com o Movimento Negro Unificado – MNU discutiam questões humanitárias, com temas relacionados ao engajamento denunciavam o desemprego e a violência policial, impostas na juventude negra, lutando também pela igualdade de oportunidade e o fim da opressão racial.

Cabe lembrar que nessa luta contra o racismo os folguedos carnavalescos da africanidade baiana, já levantavam outras temáticas a exemplo da necessidade do respeito com as questões ambientais. É sugestiva a observação que a primeira manifestação de consciência do respeito à biodiversidade está nos saberes da circularidade sagrada da cosmovisão africana, primeva dos povos egípcio-bantu, Prudente (2019).

A ideologia da resistência foi criada a partir do confronto com a ideologia da discriminação, percebida na intransigência dos grupos dominantes. Tanto a ideologia da resistência quanto a da discriminação foram resultadas das tensões interculturais de classe, raça e gênero, denotando uma evidente relação de poder dos grupos privilegiados e da marginalização dos segmentos oprimidos, afirma Freire, 2001. A ideologia discriminatória é produto da violenta verticalidade monocultural e unicor, calçada na história única, por sua vez a ideologia da resistência é expressão da emergência multicultural e multicor, em que o afrodescendente, enquanto maioria minorizada, na horizontalidade

---

da amálgama simbólica do ibero-ásio-afro-ameríndio, tem inequívoca presença cultural protagonista.

Na nossa percepção, da filosofia da educação de Paulo Freire sugere que as relações dialéticas entre essas ideologias, do opressor e do oprimido, podem ser percebidas na conduta social ou individual, que se vê na prepotência, por exemplo, no “ar de superioridade, de distância, de frieza” que os poderosos nutrem e dispensam aos carentes e despossuídos de poder, ou no grau de resiliência ou rebeldia, que nos termos da metodologia freireana são denominados de “acomodação ou de rebelião” (Freire, 2001, p. 18). Essa dialética também pode ser percebida “na linguagem – na sintaxe e na semântica –, nas formas concretas de atuar, de escolher, de valorar, de andar, de vestir, de até dizer olá, na rua”. (Freire, 2001, p. 18) e também na música. O filósofo da educação Paulo Freire ensina que a luta democrática e ontológica pela superação da ideologia discriminatória é fundamental para “que possamos viver a Utopia: não mais discriminação, não mais rebelião ou adaptação, mas Unidade na Diversidade.” (Freire, 2001, p. 18). Portanto, a ideologia da resistência é estrutural no movimento do Samba-Reggae, com inegável reflexo no comportamento estético dos afoxés e blocos afros, com seus líderes, mestres populares e compositores na linguagem poética e musical em prol da emancipação libertadora, produzida no esforço de superação da ideologia discriminatória. Essa ação é sugestiva para a compreensão de um posicionamento civilizatório no movimento do samba-reggae.

A importância dessa luta foi reconhecida pelo povo da cidade de Salvador, em que a edilidade da municipalidade soteropolitana instituiu o Dia Municipal do Samba-Reggae. O notável reconhecimento se deu em homenagem aos fundadores do Samba-Reggae e como uma forma de fortalecer a importância da conscientização cultural dessa musicalidade de resistência, da africanidade da capital baiana. A institucionalização dessa efeméride se estabeleceu na Lei 8.446/13 (BAHIA, 2013), que consagrou o dia 31 de outubro como dia do Samba-Reggae. Esse movimento musical é um intento de resistência cultural da afro-baianidade, significando sobretudo, um incentivo e uma conquista para se alcançar a transformação social para uma convivência melhor, na perspectiva do

---

respeito à diversidade, contribuindo para a construção da cultura de paz. A Lei 8.446/13 dispõe, nos artigos:

**Art. 1º** Fica instituído 31 de outubro o Dia Municipal do Samba-Reggae no Município de Salvador. **Art. 2º** Esta Lei deverá ser divulgada e afixada nas administrações regionais, escolas municipais, unidades de saúde e outras repartições públicas do Município de Salvador. **Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias. **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BAHIA, 2013)

A conquista do Dia Municipal do Samba-Reggae na capital soteropolitana configura uma ação educativa dialética, com dimensão civilizatória, ensinando que a organização de luta pacífica da emergência étnico-racial tem a capacidade de construir lugar para o multiculturalismo. Constituindo um ato de superação da intransigência monocultural, caracterizada no anacronismo excludente Prudente, 2012 e Vargas e Prudente, 2023. Viva o Dia do Samba-Reggae, que é uma tamboralidade miscigênica de contemporaneidade inclusiva.

## Referências

- BAHIA. Lei nº 8.446 de 31 de outubro de 2013. Decreta e sanciona o Dia do Samba-Reggae. Salvador, Câmara Municipal, 2013. Disponível em:<Lei Ordinária 8446 2013 de Salvador BA (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 12 abril 2023
- FREIRE, P. Política e educação: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUKUNA, K. W. Contribuição bantu na música popular brasileira. São Paulo: Global, 1979.
- PRUDENTE, C. L. Futebol e samba na estrutura estética brasileira: a esfericidade da cosmovisão africana versus a linearidade acumulativa do pensamento ocidental. In: PRUDENTE, C. L.; SILVA, D. C. A dimensão pedagógica do cinema negro – aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente. 2ª. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.
-

PRUDENTE, C. L. Os tambores sagrados da arte negra dos Meninos do Morumbi. Editora Fiuza. 2012.

VARGAS, A. S. PRUDENTE, C. L. A importância da trilha sonora de Barravento na sensibilização da educação musical. In: PRUDENTE, C. L.; ALMEIDA, Rogério de. Cinema negro: D'África à diáspora – o pensamento antirracista de Kabengele Munanga. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2023. Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1167](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1167). Acesso em 12 abril. 2024.

---

# Para reescrever a História de Cléa Simões: todo o nosso reconhecimento e muitos aplausos.

ANA CLÁUDIA MELO<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

CARMEN SILVA<sup>2</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

**Simões, Cléa ou Cléia** [Esther Alexander de Andrade] (Belém, 4 de janeiro de 1927 – Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2006, Brasil).

Quando a atriz Cléa Simões morreu, no estado brasileiro do Rio de Janeiro, no dia 24 de fevereiro de 2006, aos 79 anos, os jornais do país destinaram à notícia apenas poucas linhas que citavam três ou quatro trabalhos da sua longa carreira dedicada ao teatro, ao cinema e à televisão. Também lembravam que Cléa Simões fazia parte da Velha Guarda da Escola de Samba Portela e que havia participado da fundação do Teatro Popular Brasileiro, ao lado de Solano Trindade. Notícias que nem minimamente conseguiram dimensionar a importância de Cléa Simões para a cultura brasileira e o quanto a sua origem remonta a um capítulo importante da história da imigração do negro do Caribe inglês para a Amazônia, no Norte do Brasil.

Atriz de teatro, televisão e cinema, Cléa Simões e/ou Cléia Simões foram os nomes artísticos de Esther Alexander de Andrade, descendente de imigrantes barbadianos que chegam ao estado brasileiro do Pará no início do século

---

<sup>1</sup> Ana Claudia Melo é professora do curso de Cinema e Audiovisual e no Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Universidade Federal Pará (UFPA). Email: [acmelo@ufpa.br](mailto:acmelo@ufpa.br).

<sup>2</sup> Carmen Silva é professora do curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri) da UFPA. Email: [carmensilva@ufpa.br](mailto:carmensilva@ufpa.br).

---

XX. Vinham em busca de oportunidades de trabalho com a instalação da *Parah Electric Railways and Lighting Company Ltd* e a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. No documentário *O Negro no Pará*<sup>3</sup>, produzido em comemoração à terceira edição do livro *O Negro do Pará – Sob Regime de Escravidão*, de Vicente Salles, e em uma das suas últimas entrevistas, em 2005, Cléa Simões contou que sua avó, Christian Miriam Tait Whorton, nasceu em Demerara, região da antiga Guiana Inglesa, atualmente Guiana. Após o casamento mudou-se para Barbados, lugar de origem de seus familiares. Entretanto, decidiu vir para o Brasil, após seu marido, marítimo, jamais retornar de uma viagem aos Estados Unidos.

Com a filha criança, Miriam Eudora Alexander (mãe de Cléa), Christian Miriam Tait Whorton mudou-se para Belém, capital do Pará. Na cidade paraense, tentou sem sucesso trabalhar tanto com costura quanto com lavagens de roupas. A realidade da avó de Cléa só começou a mudar após ser contratada para cuidar dos afazeres domésticos da casa do Reverendo inglês Arthur Miles Moss, da Igreja Anglicana do Pará, trabalho ao qual se dedicou por mais de 40 anos. Assim, Cléa Simões, nascida em Belém, e sua mãe, Miriam Eudora Alexander, cresceram e foram educadas nos princípios da fé anglicana, como grande parte dos negros barbadianos, termo utilizado para se reportar, sobretudo, aos imigrantes de diversas partes do Caribe que vieram para o Norte do Brasil, no início do século XX.

A rígida educação religiosa anglicana inglesa, na opinião da própria atriz, pode ter sido a razão dos seus familiares não terem recebido bem o seu desejo de estudar artes dramáticas no Rio de Janeiro. Mas foi no Rio de Janeiro onde Cléa Simões morou na maior parte de sua vida, fez e também teve carreira reconhecida, inclusive, em 1966, com o título de Cidadã Nilopolitana, da Câmara Municipal. O reconhecimento à época para a concessão do título se justificou pelo trabalho de Cléa Simões no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, devido ao sucesso que fazia com a personagem Guadalupe na telenovela

---

<sup>3</sup> *O Negro no Pará – cinco décadas depois*. Afonso Galindo. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JD7rUCG-va0>

---

intitulada *Eu Compro Essa Mulher* e por ser “um dos mais representativos valores negros do teatro brasileiro”<sup>4</sup>.

No teatro, Cléa Simões iniciou sua vida artística trabalhando primeiro nos bastidores, fazendo assistência de produção, como camareira e cuidando dos figurinos nas peças *A Baronesa* (1955), *Conchita* (1955), e em *Depois do Casamento* (1956). Também há registros que trabalhou como assistente de figurino, em Portugal, na peça *Há Horas Felizes* (1957), estrelada por Bibi Ferreira. No dia 25 de novembro de 1956, no Rio de Janeiro, estreou como atriz na peça *Orfeu da Conceição – Tragédia Carioca em Três Atos*<sup>5</sup>, de autoria de Vinícius de Moraes e direção de Léo Jusi. Cléa deu vida à personagem Mira de Tal, a mulher do morro. Em 1959, trabalhou na peça *Do Mundo Nada Se Leva*, com direção de Maria Clara Machado, no teatro Tablado, que arrancou elogios com a personagem Rebha. Entre as décadas 1950 e 1980, atuou ainda nas peças *O Profundo Mar Azul* (1958), *Mister Sexo ou Ilha de Circe* (1964), *As Feiticeiras de Salem* (1965), *Pendura a Saia* (1967), *Frank Sinatra 4.815* (1970), *Graça do Bom fim* (1974) e *Tupã, a Vingança* (1985).

Do teatro ao cinema, para Cléa Simões foi apenas um passo. Atualmente, encontramos seu nome no elenco de pelo menos 14 filmes, entre comédia, romance, terror e drama, nacionais e estrangeiros. Uma trajetória cinematográfica que começaria em 1960 com sua participação em *Macumba Love* (*Mistério na Ilha de Vênus*), de Douglas Fowley. Na década de 1970, atuou em *Como É Boa Nossa Empregada* (1973), *Essa Gostosa Brincadeira a Dois* (1974), *Costinha, o Rei da Selva* (1976), *As Mulheres Que Dão Certo* (1976), *Ladrões de Cinema* (1977), *Ódio* (1977), *Essa Freira É Uma Parada* (1977), *Quem Matou Pacífico?* (1977), *A Deusa Negra* (1978), *O Coronel e o Lobisomem* (1979), *Solidão, Uma História de Amor* (1989), *O Compadre de Ogum* (1994), *Woman on Top* (2000).

---

<sup>4</sup> Campanha de Defesa do Folclore. Título de Cidadã Nipolitana para Funcionária da Campanha. *Revista Brasileira do Folclore* (RJ), número 15, ano VI, p. 80, maio/agosto 1966.

<sup>5</sup> ORFEU da Conceição. *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. Verbete. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento397515/orfeu-da-conceicao>. Acesso em: 11 de abril de 2024.

---

Na televisão brasileira, a trajetória de Cléa Simões foi ainda mais intensa. Fez telenovelas, teleseriados e participou de diversos programas. De 1965 a 2002, foram mais de 20 trabalhos<sup>6</sup>. Entre os quais, *A Moreninha* (1965), *Eu Compró Essa Mulher* (1966), *Rainha Louca* (1967), *Bandeira 2* (1971), *Uma Rosa com Amor* (1972), *Senhora* (1975), *Vejo a Luz no Céu* (1976), *Sem Lenço Sem Documento* (1977), *O Direito de Nascer* (1978), *Os Gigantes* (1979), *Sol de Verão* (1983), *Meu Destino É Pecar* (1984), *Livre para Voar* (1984), *Armação Ilimitada* (1985), *Desejo* (1990), *Deus nos Acuda* (1992), *Fera Ferida* (1993), *Menino do Engenho* (1993), *Caça Talentos* (1996), *Quem é Você* (1996), *Laços de Família* (2000) e *Coração de Estudante* (2002). Em entrevista para a *Revista Sétimo Céu*<sup>7</sup>, feliz em interpretar a Mamãe Dolores, na versão de 1978 da telenovela cubana *Direito de Nascer*, realizada pela TV Tupi, Cléa Simões declarou que não se importava se a produção seria um remake, se era folhetim ou literatura de alto nível, mas sim que iria tratar sobre problemas sociais, como o racismo que ela bem sentia na carne, mas fazia que não entendia ou que não estava vendo. No documentário *A Negação do Brasil*<sup>8</sup> (2000), de Joel Zito Araújo, questionada se pelo seu tipo físico teria recebido muitos papéis de “mammy” (mommy), Cléa Simões respondeu: “Ah, sim muitos. Ao ponto de colegas confundirem. Aí eu tinha que parar e acertar. Dizer eu sou atriz, não sou sua empregada, não”. Sim Cléa Simões foi atriz, uma grande atriz e para ela, todos os aplausos e reconhecimento pela sua contribuição à arte e à cultura no Brasil.

---

<sup>6</sup> Pesquisa realizada nos sites Memória Globo e Teledramaturgia

<sup>7</sup> *Revista Sétimo Céu*. Mamãe Dolores, na História do Personagem um pouco da vida da atriz Cléa Simões. Agosto de 1978, n. 70, p. 16.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Joel Zito. *A NEGAÇÃO do Brasil* (Documentário). São Paulo, 2000, DVD, 1h 32min.

---

# Vem de baixo do barro do chão: 170 anos da ancestralidade matricial de Tia Ciata

ANDERSON BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB

Um tempo atrás fui convidado para me juntar a outros pesquisadores para tecer um parecer que concederia o título de Doutor *Honoris Causa* a um orixá vivo, o Dr. Mateus Aleluia. Esse mergulho nessas águas que guardam e protegem a história do Brasil me levou a perceber que é impossível ajuizar acerca de personalidades como seu Mateus<sup>1</sup> e não amalgamar a história destes entes espirituais a história do Recôncavo Baiano. Por isso, peço encarecidamente um pouco de paciência, mas como diz o meu Buda indígena Ailton Krenak: “o futuro é ancestral”.

Certa vez, Caetano Veloso falou o seguinte: “Milton Nascimento tem a alma do primeiro negro que aqui desembarcou”. Caetano, como filho ilustre do Recôncavo Baiano e meu conterrâneo, sempre foi a minha antena parabólica, sempre me traduziu o mundo e me antecipou de forma elucidativa e poética para tudo que diante de mim estava. Milton sempre me abraçou com essa alma que atravessa diferentes mundos, me envolveu com uma musicalidade que transcende nosso plano e me arrastou a um lugar espiritual de riqueza indescritível. Mas existe alguém que perpassa os Miltons e o verbo Caetaneir, o nome dela é Hilária Batista de Almeida, o nosso massapê, bastião eterno da vida e da beleza, Tia Ciata.

A minha infância foi adornada de histórias acerca de uma “Tia” que saiu da Bahia e mudou a música, a religião e a cultura brasileira para sempre. Para entender a dimensão da obra e a importância dessa seiva da natureza é forçoso pensar de que maneira esse lugar que hoje chamamos Brasil foi construído, pinçar

---

<sup>1</sup> Como o músico Mateus Aleluia é chamado no Recôncavo Baiano.

alguns matizes que atravessam as nações que aqui desembarcaram a partir de 1500. Ciata, assim como meu querido amigo Roberto Mendes, Emanuel Araújo, Assis valente, O Besouro Mangagá, Theodoro Sampaio, Dalva Damiana, Bule-Bule, Tranquilino Bastos, Ana Néri, Dona Edith do Prato, Roque Ferreira, Edson Gomes, a Família Veloso... Foi escolhida por essa terra para demudar o mundo, conjugar isso que chamamos Brasil, despir a nossa etérea existência.

O Recôncavo Baiano recebeu diferentes nações que aqui desembarcaram em virtude destas terras serem a primeira zona de ocupação portuguesa. Muitos destes povos foram submetidos a trabalhos desumanos na produção açucareira no século XVI e a partir do século XVIII nas plantações de fumo e mandioca. O Recôncavo Baiano, através de diversas fozes dos rios que desaguam na Bahia de todos os santos, permitiu entrepostos importantes para o comércio de todo o país, os quais levavam diversas mercadorias a díspares estados, a exemplo do Piauí e Minas Gerais.

Os elementos de identidade e cultura desta região são basilarmente doados pelas etnias indígenas que aqui estavam, juntamente com o maior número de pessoas escravizadas de África que na Bahia desembarcaram, juntando-se a eles portugueses, alemães, italianos, árabes, espanhóis, japoneses e muitos outros povos que aqui vieram em busca de riquezas e prosperidade. Por isso, é premente a verdade que aquilo que chamamos de “cultura baiana” não é algo alcançado pela capital do estado da Bahia, Salvador, é algo que foi desenvolvido de forma ampla e partilhado em todo o Recôncavo Baiano e por isso, para entender um pouco de Ciata, é preciso rememorar nestas linhas alguns breves acontecimentos. Por isso, esse chão sagrado que guarda todos os Santos, imprime ao Brasil os Reisados, as Burrinhas de Nilo Peçanha, as Caretas do Mingau, o Samba de Roda, o Nego Fugido, a Festa da Boa morte, o Bembé do Mercado, a Capoeira de Besouro e de outros doutores como mestre de capoeira angola Felipe Santiago de Santo Amaro da Purificação, as tonalidades religiosas de matriz africana que daqui reverberam para o Brasil e o mundo.

Assim, para tentar minimamente versar sobre Ciata é indispensável à consciência que séculos de força, beleza e resistência estão guardadas neste solo sagrado, o útero do Brasil. A capoeira, o samba, o carnaval são lançados ao Brasil

---

a partir do Recôncavo, o que nos leva a alargar e compreender, como foi dito antes, a percepção de termos como brasilidade e baianidade. Não é possível falar de transmigração, diáspora africana, cultura afrodescendente, sem alcançar o Recôncavo Baiano. Mas é preciso pensar que o povoamento destas terras se deu muito mais cedo com as populações indígenas que aqui já estavam. A concentração econômica e demográfica, as forças políticas e intelectuais do Brasil estavam também nessa região, pela fertilidade das suas terras e a navegabilidade dos seus rios. A Bahia de todos os santos e o Recôncavo são aqui berços imprescindíveis para compreender o que hoje chamamos Brasil.

O professor Hélio Santos, amigo querido, sempre me diz que o Brasil foi civilizado pelo trabalho destes povos e que ainda o será novamente, o que é cirurgicamente endossado por outro conterrâneo, o mago Muniz Sodré quando nos pronuncia “Os terreiros são espaços civilizatórios”. A partir dessas verdades primorosas, é preciso ponderar Tia Ciata como entidade escolhida por esse território, uma polímata da africanidade. Ciata amalgama a resistência e a beleza dos Congos Angolas, dos Jejes, dos Nagôs Iorubas, ela reúne em si a força matricial que nos gestou e nos nutriu enquanto jovem nação, sendo alimentada e conduzida pelas circularidades sagradas, as quais também nos apresentaram essas sucintas linhas. Ela reunia e dominava a arte de conceber prazer pelos alimentos, apaziguava o espírito do desafortunado, era doutora em ciências como a capoeira, o jongo e o candomblé.

Assim como a Santa Dulce dos Pobres, ajudava a todos, acolhia os aglomerados na praça onze e na pedra do sal, acastelou consigo doentes e moribundos. Ensinava por meio de sua vida que ela só poderia crescer e prosperar se aqueles que ao lado dela estavam prosperassem também. *Ubuntu* era sua carne, seu tempo e suas poucas posses, ela era a encarnação da junção permanente, da partilha e da troca. O conceito de família pode ser simplesmente expandido pela descrição histórica de como ela acolhia, de como cuidava de todos para além dos traços sanguíneos, talvez lição essa venha de sua essência existencial a partir do candomblé. Costumo pensar em Ciata com um raio que corta a noite sombria, trazendo luz, força e beleza. Filha de Oxum, Hilária Batista de Almeida chega a esse plano em 13 de janeiro de 1854. Ainda aos 16 anos, menor de idade, já

---

noticiara acerca da fundação da Irmandade da Boa Morte, confraria religiosa afro-católica citada anteriormente. Aos 22 anos, em 1876, se muda para o Rio de Janeiro. Quando encontramos uma baiana vendendo quitutes por diferentes estados brasileiros, não imaginamos, ali tem o legado dela há centenas de anos. Ciata, assim como Bebiana, Amélia, Celeste, Veridiana, Tomásia, Carmem, Mônica, entre outras Tias, nutriu o nosso Brasil com organização, teceu redes de partilha, emancipação e alteridade.

Esses pilares travestidos na figura de mulher protegeram e mantiveram o nosso país no pós-abolição. Elas eram capazes de juntar e celebrar com malês, ciganos e judeus, mostrando que a vida e o reparte são para todos, sem exceção de ninguém. Esse modelo comunal africano levou Ciata a ser reconhecida não só entre os seus, mas para além das comunidades em que vivia para o centro político do país. Foi na casa de Ciata, na Praça Onze (sua última morada nesse plano), que foi composto o primeiro samba registrado em disco. Esse feito, que mudaria o cenário musical brasileiro, trazia a assinatura de Donga e Mauro de Almeida, tendo outro baiano de Santo Amaro da Purificação cedendo sua interpretação, o celebre Manuel Pedro dos Santos, nosso Bahiano. Ciata era *Iyá Kékere*<sup>2</sup> na casa de João Alabá.

Ela era um ente divino ao qual orbitavam a sua volta diversas personalidades, tais como Catulo da Paixão Cearense, Heitor dos Prazeres, Pixinguinha, Mauro de Almeida, Donga, João da Bahiana, Sinhô, entre outros. Mãe do Samba, Mãe de Santo e Senhora dos saberes das ervas, teve seus ensinamentos anunciados as mais distintas comunidades do Rio de Janeiro. Por essa notoriedade acerca da organização, esmero e revitalização com os saberes trazidos de África, Ciata acabou por ser chamada ao Palácio do Catete para tratar de uma lesão no presidente Venceslau Brás. Venceslau, por sua vez, empregou seu marido e lançou Ciata ao status de: “a mulher que curou o presidente”. Esse feito ajudou toda a comunidade, principalmente frente às forças policiais, as quais perseguiram corriqueiramente sambistas e capoeiras, malungos da ilustre Tia. Gestora da emancipação e da gira foi percussora na arte da confecção de pulseiras, roupas e

---

<sup>2</sup> É como é conhecida a função de Mãe-Pequena. É segunda pessoa mais importante em um terreiro de candomblé, assumindo o comando na ausência da Ialorixá ou do Babalorixá.

colares, foi mestra na produção de quitutes famosos. Ela também tomou a vanguarda ao emprestar roupas para teatros e para compor figurinos de diversos blocos de carnaval. Diva do Partido Alto, era a mantenedora do samba, sabiamente imbricava a música às cerimônias religiosas, cuidando com generosidade do estômago e da fé daqueles que frequentavam os bailes na frente de sua casa e aos mais chegados, os quais assentavam no candomblé do seu quintal.

Encarnação da orixalidade<sup>3</sup> e tamboralidade<sup>4</sup> afro-brasileira, Ciata foi a nossa grande pioneira do empoderamento feminino, preservação da cultura, da música e da religião no país. Quando desencarna em 1924, deixa um legado monumental, passamos enquanto povo preto a frequentar diferentes ambientes na vida cultural desse país, a acessar bens até então inimagináveis. O seu encantamento me faz recordar uma história contada por outra orixá viva, a ilustre filha de Cachoeira, Dalva Damiana. Certa vez, ela disse que o povo de santo há centenas de anos consagrou a Pedra da Baleia<sup>5</sup> a partir de uma lenda que versava sobre Iemanjá. A história nos firma que a Rainha do Mar atravessou o Atlântico para socorrer seus filhos escravizados, após encontrá-los em aflição grandiosa, entrando no Rio Paraguaçu e decidindo ficar transformada numa grande pedra. Baluarte sagrado, Ciata é esta pedra que permanece alicerçando a nossa história, o nosso *Igi Òpè*<sup>6</sup>. A epifania do mestre Gilberto Gil “Vem debaixo do Barro do Chão” é celebração da ancestralidade que perpassa Gal, Caetano, Bethânia, Carlinhos Brown e os diversos filhos ilustres que beberam no *kirimure*<sup>7</sup> desta grande

---

<sup>3</sup> É uma cosmovisão que compreende narrativas míticas, percepções de mundo e o estético artístico presente na dimensão sagrada dos Orixás.

<sup>4</sup> Conceito criado pelo antropólogo e cineasta Celso Prudente (PRUDENTE, 2011). O Teórico esclarece que a tamboralidade é a relação da consciência humana com a biodiversidade que rege a cosmovisão africana. Essa consciência permite conceber a árvore como uma expressão de vida, como uma expressão sagrada. Desta maneira, quando se toca o tambor, toca-se também no sagrado, haja vista, esse tambor nasce da árvore sagrada.

<sup>5</sup> Estrutura rochosa presente no leito do Rio Paraguaçu, onde está localizado o Farol da Pedra da Baleia.

<sup>6</sup> É a Árvore da Fundação, ligação dos Orixás com a humanidade.

<sup>7</sup> Grande mar aberto dos Tupinambás.

---

Mãe, que aos seus 170 anos personifica a resistência cultural do povo preto, nos apontando sempre uma descrição uterina de empatia, um futuro mais altero, mais humano. Àçê!

## Referências

- CASA da tia Ciata. Disponível em: <https://www.tiaciata.org.br/tia-ciata> Acesso em: 03 abr. 2024.
- DOMINGUES, Cândido; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; JÚNIOR, Carlos da Silva. Africanos na cidade da Bahia: tráfico negreiro, escravidão e identidade africana – século XVIII. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.
- FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- PAIM, Márcio. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai. **SANKOFA: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, Ano VII, Nº XIII, p. 88-112, 2014.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- PRUDENTE, Celso Luiz. **Tambores Negros: Antropologia da Estética da Arte dos Tambores Sagrados dos Meninos do Morumbi**. São Paulo: Ed. Fiuza, 2001. v. 1
-

# Refavela, África e diáspora na música de Gilberto Gil

CARLOS EDUARDO PAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

Em 1977 Gilberto Gil lançava seu LP *Refavela*. O disco retrata a juventude negra urbana, trazendo uma interpretação dos gêneros musicais afrodiaspóricos que representam a experiência musical negra nos grandes centros metropolitanos: o afoxé, o samba, o funk e a soul music.

A ideia do disco surgiu em uma viagem para Lagos. Gil, junto com uma delegação de artistas brasileiros, participou do II FESTAC, Festival Mundial de Artes e Culturas Negras Africanas. Segundo relato do compositor foi a experiência de encontro com a África que motivou o disco.

A música de abertura e homônima do disco, *Refavela*, foi inspirada na vila de artistas onde a delegação se hospedou, muito semelhante aos blocos de BNH. *Refavela* é uma canção manifesto que congrega a intensão musical do álbum. Nas palavras de Gilberto, é um “baiãozinho” que discorre sobre a nova condição do negro no contexto de urbanização. (GIL, 2018) Os versos “A refavela revela o salto/ que o preto pobre tem pra dar/ quando se arranca/ do seu barraco/ prum bloco do BNH” apresenta a busca pela ascensão social no contexto da pobreza urbana, mas também a luta por reconhecimento da população negra brasileira.

A canção apresenta novas formas de expressão da juventude negra que emergiam nos anos 1970: “A refavela revela o salto de samba paradoxal/ Brasileiro pelo sotaque, mas de língua internacional. A refavela revela o passo com que caminha a geração/ do black jovem, do Black Rio, da nova dança no salão”. A referência ao movimento da Black Rio nos oferece a imagem de uma juventude negra carioca influenciada pela soul music e funk, gêneros negros norte americanos, sem, entretanto, se desvincular de seu sotaque brasileiro. Com isso, Gil apresentava musicalmente a perspectiva internacionalista do movimento

---

negro brasileiro que começava a se aglutinar em torno de pautas antirracistas internacionais.

A homenagem à musicalidade negra emergente continua na canção *Yle Ayle*, de Paulinho Camafeu. Ali, Gil faz uma referência aos blocos de Afoxé da Bahia, referindo-se ao mundo negro. O cantor usa a expressão “black pau”, onde a palavra “pau” torna-se uma corruptela de “power”, referindo-se ao movimento Black Power e apresentando também o dado internacional na organização da negritude baiana.

Em *Baba Apala* o compositor faz uma referência ao afrocentrismo e a ancestralidade. A canção traça um retorno geracional até chegar a Xangô, orixá e pai e fundador de uma linhagem. Conforme explica Gil, a canção foi influenciada pela sua ida à África e a busca de certa ideia de ancestralidade. A relação África e América é também explorada na canção *Balafon*, onde o compositor nos apresenta o instrumento nigeriano que dá o nome a canção. Na música, acompanhado por um balafon, Gil narra a aproximação do instrumento africano com a Marimba, instrumento latino americano.

Outro destaque é a releitura funk do clássico da bossa nova *Samba do Avião*. A regravação do clássico de Tom Jobim em versão funk traz certo estranhamento. A letra remete ao mundo do samba e da classe média carioca. Porém, os arranjos rítmicos e harmônicos funkeados parecem se dissociar dessa imagem criada pelo conteúdo. O efeito não é de mera incompatibilidade entre letra e arranjos, o artista cria um ambiente sonoro internacional para inserção de um clássico nacional, trazendo a intensão de seu disco, qual seja, diálogo entre o local e global, entre certa visão de musicalidade brasileira da classe média e expressões culturais do Atlântico Negro.

Com isso, Gil critica certa ideia de negritude brasileira embasada no samba e na mestiçagem que vigorou no Brasil até meados dos anos 1960. A releitura funkeada de um clássico da Bossa Nova possui uma postura iconoclasta de provocação, mas também de possibilidade de abertura da música brasileira para novas influências e experiências internacionais.

O disco dialogava com ascensão dos movimentos negros no Brasil dos anos 1970, que viria a desembocar na fundação do MNU (Movimento Negro

---

Unificado) em 1979. A referência a uma ancestralidade africana bem como a luta por reconhecimento étnico trazia a questão da formação da negritude brasileira na perspectiva internacional diaspórica, se afastando da perspectiva assimilacionista que vigorou por boa parte do século XX.

Assim, o disco Refavela estabelece um diálogo com as chamadas expressões culturais da diáspora africana. Em sua obra, *O Atlântico Negro*, o sociólogo Paul Gilroy destaca o processo de formação de uma cultura atlântica negra internacional, formada na diáspora dos africanos escravizados no novo mundo. Trata-se da formação de uma comunidade imaginada negra transatlântica que tem nas expressões musicais um de seus principais meios de comunicação. Para o autor, a experiência transatlântica diaspórica formulou uma verdadeira contracultura negra presente nas expressões corporais, artísticas e intelectuais dos negros nas Américas, contestando a própria ideia de cultura ocidental.

Mais que a soma de manifestações artísticas e culturais, a contracultura do Atlântico negro é, para Gilroy, um discurso filosófico de reinterpretação da modernidade pela perspectiva da diáspora negra, trazendo para a esfera pública a parcela excluída das narrativas canônicas colonialistas.

Neste sentido, a dialética entre brasilidade e africanidade no L.P. Refavela, representa um manifesto musical anticolonialista que coloca o corpo negro no centro do debate sobre a formação nacional, bem como a experiência moderna da negritude internacional nos anos 1970.

## Referências

- GIL, Gilberto. Refavela: Phonogram, 1977. Disponível em: <https://www.fonoteca.com.br/produtos/lp-gilberto-gil-refavela-1977/> Acesso em 10 abr. 2024.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Ed. 34. 2001.
-

# Uma mulher maior do que qualquer outra é maior do que qualquer homem: reconhecer e reparar Thereza Santos

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Seu nome de batismo Jaci dos Santos, nascida no Rio de Janeiro, mas o mundo, mais especificamente os países Brasil, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola a conhecem como Thereza Santos, nome artístico-cultural e político. Thereza Santos foi mulher de fibra, de voz rouca e forte, de convicções firmes e de solidariedade nas causas sociais dos mais violentados pela história (negros e mulheres), mas também pela cultura, em especial as artes negras fez peças de teatro e procurou reativar o Teatro Experimental do Negro no início dos 1960 juntamente com Abdias do Nascimento entre tantos outros e outras. Mas, foram interrompidos pela violência dos militares que não queriam reuniões de negros nas ruas, nos bares, nos cinemas e nos teatros, nas regiões centrais das cidades grandes e médias, somente nas periferias onde para lá a imensa maioria foi jogada desde o final do regime escravista e ali foram mantidos ao longo de toda a República.

Thereza Santos fez das artes negras sua trincheira de luta contra a ditadura no Brasil, mas presa e depois solta foi para o exílio. Não qualquer exílio, não foi para o chamado norte global (Estados Unidos e Europa ocidental) fazer palestras, dar aulas e consultorias em universidades, negou-se a correr para esses locais, mas foi para o continente africano lutar pela independência da Guiné-Bissau e

---

<sup>1</sup> Livre Docente em Antropologia Brasileira pela UNESP, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara. Coordenador Científico do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE) e Coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) da referida faculdade.

---

Cabo Verde esteve ombro a ombro com os independentistas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), especialmente com um dos maiores líderes do continente africano e um dos maiores intelectuais de sua geração de independentistas africanos, Amílcar Cabral. Depois da consolidação da independência dessas duas nações, Thereza Santos rumou para Angola a fim de fazer o mesmo para essa nação da África Austral, lutando a mesma luta de Agostinho Neto, o pai da nação angolana. Ela levou arte, educação e contribuiu com formação política nas zonas libertadas desses países africanos.

No Brasil e em nenhuma parte do mundo tenhamos uma mulher que lutou em seu tempo de vida produtiva e reprodutiva a luta pela liberdade, contra o autoritarismo, com o imperialismo do conquistador português ou de qualquer outro como Thereza Santos, que lutou em dois continentes e em quatro países. Ela fez a sua própria luta como mulher negra em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista como a brasileira, mas também em outras nações, agora livres. Reconhecer esse legado de Thereza Santos é uma reparação histórica para o Brasil, mas também para o mundo livre e desenvolvido. Thereza Santos fez mais do que Anita Garibaldi, a conhecida como a “Heroína dos Dois Mundos”. Thereza Santos fez muito mais pelo Brasil e pelo seu povo negro, maioria populacional do país, em toda a história do Brasil, o que exigiria ao menos um documentário sobre a sua história, como forma de gratidão. Ela se foi, mas a sua luta não, por mais que esses países sejam independentes politicamente hoje. A emancipação e autonomia econômicas ainda são parte de constantes lutas desenvolvidas na contemporaneidade.

Thereza Santos é uma referência para as gerações da década de 1980 e em toda a década de 1990. Ao retornar ao Brasil demonstra mais uma faceta não conhecida pela maioria dos que estavam no Estado de São Paulo, posto que viveu todo o tempo no Rio de Janeiro, antes do exílio. Thereza Santos foi gestora da máquina pública, sendo a primeira mulher negra a ser conduzida para a Presidência do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e depois para a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo entre 1986-2002.

É neste último espaço de gestão que encontro pessoalmente com Thereza Santos, com admiração, com respeito e com humildade que aceito o convite, em

---

1987, feito por ela, por Adomair Ogunbiyi e Ilma Fátima de Jesus, ambos do Movimento Negro Unificado (MNU) a realizar um conjunto de palestras formativas e preparatórias no interior do Estado de São Paulo acerca das comemorações do Centenário da Abolição do Escravismo no Brasil, levando conhecimento científico e político em diferentes cidades paulistas. Fui a todas as regiões do Estado ao longo de 1987 e no primeiro semestre de 1988. Eu saía praticamente todos os finais de semana para uma cidade paulista, graças à confiança de Thereza Santos e desses amigos de longa data (Adomair e Ilma). Eu vi e vivi a possibilidade de me tornar um pouco mais do que já era e pude sentir em mim a capacidade de que poderia ser um batalhador das minhas batalhas e de outros também que me são próprios. Talvez daí também venha a minha paixão por lutar no continente africano as minhas lutas, as dos meus ancestrais e dos meus antepassados.

Thereza Santos revolucionou a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira com o seu jeito de gestão despojada, vigorosa e pronta para fazer diferente, mas sobretudo acreditando nos mais jovens e gerando oportunidades a todos os movimentos culturais também na cena paulista e brasileira. Ela, em 1988, tornou a cidade de São Paulo o palco dos acontecimentos elaborando o Kizomba em inúmeros espaços, inclusive no teatro do edifício Copan, além das praças da República e Sé com shows de diversos grupos musicais como Olodum que iniciava a sua saída de Salvador.

Thereza Santos teve uma trajetória marcante no mundo das artes negras e no seu exercício de fazer a política, não como uma mulher de longos e intermináveis debates públicos, mas como uma pessoa de ação na militância aguerrida contra os racismos, os machismos, as explorações e expropriações de pessoas e de suas liberdades tanto no Brasil como em países africanos. A sua contribuição para esse momento é importantíssima, pois não buscou o conforto e nem conformismo, fez da luta a razão para viver o bem viver dos seus e de sua própria existência. Ela viveu de fato o Ubuntu!!

---

# Milton Gonçalves, um Ator Politicamente Engajado

ELAINE PEREIRA ROCHA<sup>1</sup>

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA UNIVERSITY OF THE WEST INDIES,  
CAMPUS CAVE HILL, BARBADOS.

No dia 31 de dezembro de 2018, o ator e diretor de televisão, produtor e diretor de teatro e ator de cinema, Milton Gonçalves recebeu o Troféu Mário Lago, por sua contribuição às artes. Foi a primeira vez que um ator afro-brasileiro era premiado, em quase 20 anos de existência do prêmio. Mas aquele não foi o único prêmio na vida do ator, que com mais de 60 anos de carreira, recebeu mais de 20 prêmios por seu trabalho na televisão, teatro e cinema.

Nascido em Monte Santo de Minas, em 1933 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1922, Milton pertence à segunda geração de afro-brasileiros nascidos depois do fim da escravidão. Seus avós haviam enfrentado a escravidão nas fazendas de café do sul de Minas, onde permaneceram, trabalhando nas roças em condições não muito diferentes do cativo. Menos de dois meses depois da assinatura da Lei Áurea, seus avós paternos se casaram na Igreja Matriz de Monte Santo de Minas, provavelmente o primeiro exercício da liberdade para o casal. Do lado

---

<sup>1</sup> Historiadora com doutorado pela Universidade de São Paulo, professora Associada do Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies, campus Cave Hill, Barbados. É autora de mais de 40 artigos e capítulos acadêmicos, e onze livros, entre os quais: *Many Rivers to Cross. Black Migrations in Brazil and the Caribbean* (2024); *Canal de Desvio. Um Estudo da Experiência de Agricultores e Índios no Confronto com a Itaipu Binacional* (2021); *Ideias Fora do Lugar. Representações e Experiências de Raça e Gênero* (2021); *Mosaico: Mosaico: Construção de Identidades na Diáspora Africana* (org. com Nielson Bezerra, 2020); *Milton Gonçalves: Memórias Históricas de um Ator Afro-Brasileiro* (2019); *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora* (org. com Nielson Bezerra 2015); e *Racism in Novels: a Comparative Study of Brazilian and South African Cultural History* (2010).

---

materno, seu avô nasceu em 1874, e a avó nasceu em 1888, mas serem livres não alterou o fato de que trabalhariam desde muito jovens, nas roças de café. Em 1930, aos 56 anos, seu avô materno sofreu um colapso em meio às fileiras de café, falecendo ali mesmo.

Seus pais, Bonfim e Maria, também trabalharam nas fazendas. Casaram-se em 1932, ele agricultor e ela empregada doméstica. Ao final da década de 1930, Bonfim, sua esposa e o filho Milton, com apenas seis anos de idade, se mudaram para São Paulo, seguindo outros familiares que migraram para a capital em busca de melhores condições de vida. Ali o pai empregou-se na construção civil e a mãe como cozinheira e lavadeira.

Milton também trabalhava no serviço doméstico desde os seis anos, na casa onde morava com sua mãe, cuidando de bebês e fazendo pequenas tarefas. Por volta de nove anos foi enviado para outra família, que o empregou num salão de beleza no centro. Seu trabalho era varrer o chão, catar grampos, buscar táxi para as freguesas. Quando a mãe soube que ele iria largar a escola para trabalhar o dia inteiro, foi buscá-lo e fez questão que o filho continuasse na escola. A essa altura, ela já tinha mais dois filhos, que eram cuidados pela avó materna, porque os patrões permitiam apenas uma criança vivendo no quatinho da empregada. Milton seguiu trabalhando: foi entregador de roupas numa alfaiataria, ajudava numa quitanda, foi engraxate e ajudante no serviço doméstico. Antes dos 10 anos, seus pais se separaram e, mais do que nunca, sua mãe contava com o dinheiro que Milton ganhava para sustentar a família. Seguindo uma tendência comum, Milton deixou a escola após terminar o Grupo Escolar. Ele completaria seus estudos décadas depois, já no Rio de Janeiro.

Desde muito jovem, a mãe lhe dava uns tostões para que fosse ao cinema, para evitar que ele ficasse perambulando pelas ruas e se envolvesse em problemas, quando não estava trabalhando. Segundo contava, foi nas pequenas salas de cinema que ele se encantou com o trabalho de ator. Aos 21 anos, Milton Gonçalves trabalhava numa gráfica que, entre outras coisas, imprimia ingressos para teatros; e foi assim que ele teve contato com o mundo do teatro, sendo convidado para participar numa peça infantil. A partir de então, as oportunidades não pararam de surgir, em 1957 ele entrou para o

---

Teatro de Arena, onde atuou com Gianfrancesco Guarnieri, Vianinha, Flávio Migliaccio, e outros. Milton atuou no maior sucesso do Teatro de Arena: a peça *Eles não Usam Black Tie*, em 1958. A este, seguiram-se outros grandes sucessos de bilheteria e de crítica, mas a pobreza não permitia que Milton se dedicasse exclusivamente ao teatro, portanto ele continuava trabalhando na gráfica. No ano seguinte, ainda no Teatro de Arena, ele decidiu ser ator em tempo integral, quando já tinha uma renda capaz de cobrir suas despesas pessoais e continuar a ajudar sua mãe.

Em 1958, ele recebeu seu primeiro convite para participar do elenco de um filme: *O Grande Momento*, de Roberto Santos. Outros filmes se seguiram, enquanto ele prosseguia no Teatro Arena, onde além de atuar, os membros se revezavam na direção, iluminação, e várias outras funções. Sob a liderança de Vianinha, transferiu-se para Rio de Janeiro, em 1962, onde atuou no Teatro dos Estudantes e em outras companhias.

Depois do Golpe Militar de 1964, a Ditadura fechou os teatros, e passou a censurar duramente a cultura brasileira, suspendeu os subsídios e prendeu pessoas ligadas às artes. A crise financeira do período foi exacerbada entre os profissionais do teatro, porém devido ao seu talento reconhecido e sua larga experiência no Arena, Milton Gonçalves conseguia alguns poucos trabalhos. Ainda em 1964, ele foi convidado para atuar em dois filmes: *História de um Crápula* e *Procura-se uma Rosa*, de Jesse Valadão.

Em 1965, Milton Gonçalves foi o primeiro ator contratado pela Rede Globo de Televisão, onde atuou como ator e diretor em novelas, teledramas e programas infantis e de humor até 2021. Na emissora ele foi ator e diretor, fazendo também narrações e apresentações de programas especiais.

A consagração como ator no cinema veio em 1974, com o filme *A Rainha Diaba*, que rendeu a Milton Gonçalves quatro prêmios como melhor ator: Coruja de Ouro, Air France, Candango e Prêmio Governador do Estado de São Paulo. A proposta de representar um travesti no cinema brasileiro era muito ousada, numa época em que havia um grande preconceito contra homossexuais. No âmbito internacional, atuou no filme *O Beijo da Mulher Aranha*, que recebeu quatro indicações para o Oscar, em 1986.

---

O teatro, antiga paixão, continuou a ter um lugar especial em sua carreira, depois do fim do Teatro Arena e do Teatro da UNE. Interpretou papéis importantes em peças de caráter histórico e político, como *Os Órfãos de Jânio*, de Millôr Fernandes (1980), *Vargas*, de Dias Gomes (1984-1985), *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes (1989). Recebeu o prêmio Estácio de Sá por seu trabalho no teatro, em 1981, e os prêmios Shell e Governador do Estado como melhor ator na peça *Conduzindo Miss Daisy*, de Alfred Uhry (2001). Milton Gonçalves quebrou barreiras ao interpretar Otto Frank, na peça *O Diário de Anne Frank* (2010) e Dantas, o Presidente da República, no filme *Segurança Nacional* (2010), personagens tradicionalmente interpretados por atores brancos. Além disso, apoiou a igreja católica no Rio de Janeiro ao interpretar diversos papéis bíblicos nas encenações de rua da Semana Santa, por vários anos.

Envolveu-se diretamente na política a partir de 1982, através do PMDB e emprestou sua imagem e voz à campanha por eleições diretas para presidente, o *Movimento Diretas Já*, de 1984. Por meio da política, assumiu a superintendência da Radiobrás, 1986, renunciando meses depois para candidatar-se a deputado estadual. Depois disso, de maneira apartidária, Milton Gonçalves tomou parte em campanhas contra o racismo e a exclusão racial na televisão, sendo um dos organizadores da *Marcha contra a Farsa da Abolição*, em maio de 1988, no Rio de Janeiro.

Para atores contemporâneos e para a nova geração, Milton Gonçalves é uma referência profissional e uma referência política. Atualmente, a participação de atores, atrizes e outros profissionais negros na televisão brasileira aumentou muito, graças ao trabalho de pessoas como Milton Gonçalves e seu constante posicionamento crítico e de denúncia sobre a ausência dos negros na televisão. Para seus colegas de profissão, Milton foi também um amigo que apoiava iniciativas que promoviam elenco e temas afro-brasileiros, participava de eventos e debates sobre a inclusão racial e denunciou ao vivo, no Programa do Faustão, na Globo, a ausência de dançarinas negras e de mulheres negras nas fileiras dianteiras da plateia, levando a produção a ser mais inclusiva. Em 1975, junto com o ator Jorge Coutinho e Benedito Sérgio, fundou o IPCN, Instituto de Pesquisa e Cultura Negra. No meio acadêmico, autores dedicados a estudos

---

afro-brasileiros também tiveram seu apoio, como Celso Prudente, para o qual escreveu a dedicatória do livro *Barravento: o Negro*, em 1995.

A trajetória de Milton Gonçalves é mais do que sua carreira como ator brasileiro. Porque ser negro no Brasil significa ter de enfrentar obstáculos e limitações específicas, que são impostas por uma cultura racializada. Ao engajar-se na carreira de ator, Milton não aceitou o “lugar do negro” que a sociedade havia demarcado no pós-abolição. Sua luta como ator está entrelaçada com sua luta contra o racismo.

### **Referências**

ROCHA, Elaine P. Milton Gonçalves. Memórias históricas de um ator afro-brasileiro. São Paulo, e-Manuscrito, 2019.

---

# **Luciene Carvalho: primeira mulher negra a presidir uma academia de Letras no Brasil – A pele negra virada nos versos e no avesso**

ELNI ELISA WILLMS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT e PPGEDU  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

JULIANNE CAJU DE OLIVEIRA SOUZA MORAES

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO –  
SECITECI e PPGECCO/UFMT

Escolha e liberdade deram o tom para o início da vida e da trajetória profissional de Luciene Josefa Carvalho como poetisa, escritora, dramaturga, performática e gestora de eventos culturais do terceiro setor. Com 14 livros publicados, milhares de poemas (alguns divulgados e outros ainda não), ela é a primeira mulher negra a tomar posse de uma cadeira na Academia Mato-Grossense de Letras em 2015 e a primeira mulher negra a exercer o cargo de Presidenta de uma academia de letras no Brasil desde setembro de 2023. Tudo isso talvez não fosse possível de acontecer, se seu pai e sua mãe não tivessem apresentado a ela o universo dos livros e a incentivado a gostar de ler. Além disso, Luciene pode ter tempo de estudar, ter formação e conhecer outros lugares mesmo estando em casa e não começar a trabalhar na infância, algo muito comum para aquela época.

Esse jeito peculiar de seus pais de deixarem ela se deliciar com as palavras, com as obras literárias e com o encanto da escrita foi desenhando sua profissão: poeta. Quem conhece os textos de Luciene Carvalho sabe que eles ora fazem rir, ora fazem chorar; num momento belisca, em outro abraça; tem vez que esfrega na cara verdades não ditas, tem vez ativa memórias afetivas; alguns deles causam arrepios e em outros doces cócegas; muitos deles revelam o proibido e o desejado,

---

a coragem e a raiva, dos vários sentires de ser mulher e mulher negra, da força da natureza e da delicadeza de toda a complexidade que há em estar nesse mundo.

No poema *Genealogia bruta*, desvela-se: “Nasci na janela do mundo / Meio que de lado / meio que de esguelha / Última filha do meu pai / Única filha da minha mãe / Sem irmãos, só meios-irmãos... / Casar? No papel, uma só vez, / No mais, casei todas as vezes que pude. / Cedo fui órfã de pai, / Não fiz filhos, nem abortos, / Neta de devota de São Benedito, / Bisneta de parteira, / Filha de Virgínia Conceição, / Fiz versos, virei poeta / Moro em Cuiabá, no Porto / E Porto é meu coração” (Ladra de Flores, 2012, p. 19).

Nesses versos dessa prosa, Luciene Carvalho mostra um pouco das inúmeras travessias de sua caminhada enquanto mulher negra, das suas escolhas e de suas atuações na cidade que nasceu em 1965, Corumbá/MS; e na que mora desde 1974, a capital de Mato Grosso: Cuiabá. É contando sobre a vida como ela é, sobre o cotidiano das pessoas com as quais convive que ela faz suas poesias. É pela observação da oralidade do mundo ao seu redor, pelo movimento dos pássaros, do vento das árvores e do balanceio das pessoas é que ela vai tecendo, uma, três, sete e às vezes até quinze de uma vez só, suas escritas permeadas com o que seu corpo e sua alma se alimentam.

Os trabalhos de Luciene Carvalho estão materializados em suas ações como poeta, declamadora, escritora contemporânea, diretora teatral que também flerta com o rap e o hip hop em espetáculos literários e musicais. A posse e a presidência na Academia Mato-Grossense de Letras é um acontecimento digno de nota, numa sociedade como a brasileira que durante séculos teve como projeto silenciar e apagar a riqueza e herança do povo escravizado.

Todas as linguagens da “escrevivência” de Luciene Carvalho compõem a essência de quem narra fatos, coisas e pessoas através do mundo que vive e enfrenta, tal qual também faz outra imortal, Conceição Evaristo, da Academia Mineira de Letras – autora de várias obras sobre a formação cultural brasileira, na perspectiva sobre discriminação racial e desigualdades de classe e de gênero. Segundo Evaristo, o ser, sentir e fazer em coletividade marcam sua trajetória: “O ponto nuclear da ideia de escrevivência é que ele traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam”, disse Evaristo ao explicar a terminologia e também associar o que Lélia Gonzales, outra intelectual negra,

---

defendeu em seus trabalhos para o uso do “pretuguês” – originário da formação da identidade cultural brasileira com base nos idiomas africanos.



Luciene Carvalho, primeira mulher negra a exercer o cargo de Presidenta de uma academia de letras no Brasil, na Academia Mato-Grossense de Letras.

Foto de Elni Elisa Willms, em 11/04/2024

Veja-se esse trecho da poesia de Luciene no poema “Pela cidade” de 2003, em que ela escreve: “Meu cabelo pixain é bem ruim, é bem ruim. / Fiz as pazes com ele e com quase tudo de mim. / Umas coisas vêm do DNA, outras são herança de quando eu era criança. / Vou gostando e gostando mais...”

Observa-se a autorrepresentação sobre o que é o corpo, a identidade e as emoções de Luciene de Carvalho. Ao mesmo tempo que ela fala de si ao escolher o uso da primeira pessoa do singular, ela reflete as mordanças colocadas na boca do povo negro no tempo em que suas vozes foram proibidas de ecoar. Conceição Evaristo também faz esse uso da autobiografia para escrever e fazer as vozes negras ocuparem os lugares que um dia lhes foi tirado.

Os 14 livros publicados de Luciene bebem nas fontes ancestrais da tradição oral. Conta a lenda que desde que tinha dois anos e meio – vivendo no pantanal – a sua mãe convocava a filha para “dar poesia” para as visitas, ou seja, ela declamava poesias para iluminar a alma e brindar as pessoas com algo que ela ainda

---

nem sabia o que era, mas gostava daquela cena. Nesses momentos, a menina pantaneira que era tímida desaparecia e brilhava a menina que “dava poesia” muito à vontade no palco daquela casa amorosa que a formou!

Sua escrita percorre os meandros desse processo contínuo de tornar-se mulher como um ser de identidades multifacetadas: a loucura, o erótico, a ancestralidade, o racismo, a misoginia, o etarismo, a submissão, o cotidiano, entre outros, são temas que emergem de sua produção literária, a nos interrogar como mulher negra e periférica, devolve-nos ao centro de questões emergentes da sociedade cuiabana e brasileira, marcada por séculos de exclusão. É também uma literatura de resistência.

Para Luciene Carvalho o empoderamento do povo negro deve acontecer na própria história dos que vieram antes, dos que aqui estão e dos que virão. As histórias negras já inspiraram e podem continuar inspirando outras pessoas negras. Ela que estudou em escola pública alerta sobre não ficar preguiçosa e se acomodar achando que tá bom do jeito que está. “Então, o reconhecimento não é estanque, ele não é uma escada rolante, ele é uma espiral muito louca em que você precisa ter autoestima de receber o mérito, não pode viajar para o ego e, ao mesmo tempo, precisa continuar vivendo um ciclo superior em que você se dê mais. A arte precisa do artista para ser manifesta.”

Nesse sentido, ela credita a dimensão do que é ser imortal: a possibilidade de imortalizar um tempo vivido e sentido por meio da materialização de uma obra produzida no presente e que estará sempre no futuro. Um dos exemplos dessa dimensão que ela explica é o fato da sua obra “Dona” (2018) estar na lista das obras literárias obrigatórias para se candidatar a uma vaga na Universidade Estadual de Mato Grosso. O livro retrata a invisibilidade da mulher de cinquenta anos. Embora madura e segura, essa mulher também sente a dor da consciência da nova existência: é preciso jogar fora o que é sem graça, desimportante e banal para descobrir outras peles nas possibilidades da vida que segue.

Outro exemplo da importância das obras de Luciene Carvalho são os inúmeros estudos que pesquisadores de diferentes programas de pós-graduação das universidades de Mato Grosso vem desenvolvendo para produzir conhecimento a partir das escrevivências da escritora.

---

Vivências no movimento estudantil, como participar do Diretório Central dos Estudantes (DCE) quando cursava Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso também constituem a poeta, bem como a formação em teatro pela MT Escola de Teatro (Unemat, campus Cuiabá).

O início no universo literário de Luciene Carvalho foi com a coletânea “Devaneios poéticos” (1994) como finalista do 8º FLAMP – Festival Livre de Arte e Música Popular, em 1993, organizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Nessa época Luciene tinha 27 anos. “Teia” (2001), primeiro livro individual, constitui-se de pequenas histórias ambientadas em Cuiabá, com narrativas de mulheres em seus cotidianos de fêmeas, chamadas de mães, profissionais, donas-de-casa, jovens ou senhoras.

“Porto”, lançado em 2006, evoca as sensações, paisagens e a ancestralidade vibrante do povo desse bairro tipicamente cuiabano. Foi publicado pelo Instituto Usina em dois idiomas, português e espanhol, com imagens fotográficas de Romulo Fraga. “Na Pele” (2020) é um livro produzido por Luciene, no primeiro ano da pandemia da Covid-19. Em forma de versos, dialoga sobre as marcas que continuam tatuadas nos corpos das mulheres negras, atravessadas por conflitos históricos e socioculturais. Mostra-nos a resistência dos corpos pretos que sentem, choram, mas sobretudo pulsam poeticamente, na força do silêncio da vida que transborda em coragem, mesmo diante de tanta dor.

Nessa obra, Luciene Carvalho destaca que “faz estes poemas pra falar com os meus”, ela faz denúncias e anúncios “porque é urgente que eu celebre minha poesia com minha gente”. Segue dois trechos dessas denúncias: “Clamor / ... Oh, Deus! / clamo por mim / e pelos meus... / Pelos meninos / cujas mães ensaiam o pranto / desde muito cedo, / enquanto embalam / seus negrinhos / no berço do medo / da polícia, / das drogas, / do patrão, / do desemprego...” E “O Rolê / ... O guri é corpo / sem vida, / está morto / E ele queria / só dar um rolê”.

A seguir, outros trechos de poemas em que a poeta faz anúncios: “**Síndrome de prometeu** / ... Queria me libertar / da síndrome de prometeu: / nem fígado, / nem águia, / nem pedra. / Queria uma efetiva / Carta de alforria...” E “**Tesouro** / ...O projeto está em andamento; / cresce e se espalha / em cada momento. / ... Somos maioria no Brasil? / tá perto, já / - meu peito diz. / A Era Afro acontecerá / plena de um povo mais feliz”.

---

Assim, a imortal Luciene Carvalho tem construído e materializado seu legado de escritas, narrações, poemas, escrevivências, contações, denúncias e anúncios de ser o que a constituiu, do que ela é e faz com sua negritude e com suas corporalidades. Um dia a acusaram de louca. Mas o papel e a caneta a libertaram. Suas escritas salvaram a ela e a todos nós. Assim como muitas abriram os caminhos para ela, ela está abrindo caminhos para muitas Marias, Joanas, Anas, Pedros, Marcos, Beneditas, Josés, Paulos, enfim, para os que dela bebem e se inspiram.

## Referências

- ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS. **Luciene Carvalho #HistoriasPretasInspiram**. Youtube, 30 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=H8wnAr9oAm8> Acesso em: 08 abr. 2024.
- INSTITUTO BRASIL. **Mulheres de (RE) Existência – Episódio 05, Luciene Josefa Carvalho**. YouTube, 27 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=POg3LRRfpNw> Acesso em: 08 abr. 2024.
- CARVALHO, Luciene. **Na pele**. Cuiabá: Carilini & Caniato, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Dona**. Cuiabá: Carilini & Caniato, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Ladra de Flores**. Cuiabá: Carilini & Caniato, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Insânia**. Cuiabá: Carilini & Caniato, 2009.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávia Rios; Márcia Lima (Orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- OLIVEIRA, M<sup>a</sup> E. Nascimento de. & FERREIRA, Gilmar L. **Na pele (2020)**, de Luciene Carvalho: as pulsações poéticas de um corpo negro, arteiro e fecundo. **Revista Athena**, 19(2), 2021. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/5237> Acesso em: 08 abr. 2024.
- SOUZA, Luana Soares de. **Negritude em Luciene Carvalho: do corpo da cidade ao corpo do sujeito/negritude**. **Revista ECOS**, 25(2), 2019. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/3311> Acesso em: 08 abr. 2024.
-

# Carnavalizando o oráculo: *A Cartomante* de Machado de Assis

FLÁVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNICAMP.

Machado de Assis dominava a cultura greco-romana – e são inúmeras, em sua obra, as referências ao universo clássico. Contudo, a recepção da cultura antiga em Machado não é dócil, não é submissa, não é passiva: ele subverte o clássico, despoja-o de sua gravidade e situa-o, maroto, no Rio de Janeiro do século XIX. Entre os gregos, deuses inclementes arruinavam os homens com seriedade, com sisudez. Em Machado, eles continuam a nos arruinar – mas o fazem zombeteiramente, como quem faz uma traquinagem.

Consideremos, por exemplo, o tema do oráculo e da inflexibilidade do Destino. Ele é crucial em muitas narrativas míticas gregas. No mito de Édipo (tal como aparece no *Rei Édipo*, de Sófocles), o oráculo de Apolo anuncia a Édipo (que acreditava ser filho de Pólibo, rei de Corinto, e de Mérope), que ele mataria o pai e faria sexo com a própria mãe. Édipo, assustado, toma providências para que isso não ocorra: abandona a casa daqueles que acreditava serem seus pais. Contudo, sem o saber, acaba matando Laio, seu verdadeiro pai e, mais tarde, casando-se com Jocasta, sua verdadeira mãe. Notem bem: o oráculo não enganou Édipo: disse-lhe a verdade. Foi Édipo que não soube interpretá-lo com propriedade. Apolo foi veraz; Édipo enganou-se e arruinou-se: seu destino se cumpriu.

No conto *A Cartomante*, Machado de Assis retoma o tema da profecia ou da predição oracular. Rita era esposa de Vilela e amante de Camilo – que era o melhor amigo de Vilela... Camilo recebe uma carta anônima que acusava sua vileza

---

<sup>1</sup> Professor de Língua e Literatura Grega no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Coordenador de Centro de Estudos Clássicos do IEL/Unicamp. Autor de traduções de Sófocles (*Rei Édipo*, *Aias*, *Traquínias*) e Eurípidés (*Medeia*, *Hipólito*)

---

e, envergonhado, deixa de visitar o casal amigo. Rita amofina-se com a ausência do amante: receia que ele tenha deixado de amá-la. Tola, vai à rua da Guarda Velha para consultar uma cartomante, que a reconforta: Camilo ainda a amava. Quando, mais tarde, Rita conta essa história a Camilo, ele, cético e seguro de si, ri da ingenuidade da amante. Entretanto, Camilo continua a receber cartas anônimas. Passa a temer que o missivista os denuncie a Vilela. Rita apreca-se: leva consigo os envelopes das cartas, para que, caso chegue a sua casa alguma carta com a mesma letra, a possa identificar e destruir antes que o marido a leia. Nos dias seguintes, nenhuma carta chega à casa de Rita – mas Vilela começa a se mostrar amuado, macambúzio – como que desconfiado, imaginou Rita... Ela conta sua suspeita a Camilo, sugerindo-lhe que retome as visitas à casa deles e sonde Vilela: talvez sua casmurrice não passasse de aflição por algum negócio que não andasse bem. Camilo discorda: crê que o melhor seria acautelarem-se e deixarem de se ver por algum tempo. No dia seguinte, na repartição em que trabalhava, Camilo recebe um bilhete de Vilela, instando-o a procurá-lo imediatamente em casa. Assustado, antevê um drama e decide ir antes a sua própria casa: quem sabe não encontrará um recado de Rita, que lhe esclareça tudo? Mas, em casa, não há nenhum recado. Volta à rua. Refletindo sobre a situação, considera que, decerto, alguém os denunciara e que Vilela, ciente de tudo, os mataria. Teve medo. Afrito, decide encontrar o amigo o quanto antes. Toma um tálburi no Largo da Carioca. Contudo, na rua da Guarda Velha o tálburi estaca: uma carroça caíra, atravancando a rua. Depois de uma espera de cinco minutos, Camilo repara que está bem ao lado da casa da cartomante consultada por Rita. Suas janelas estavam fechadas – “dir-se-ia a morada do indiferente Destino”, observa Machado de Assis. Na mente agitada de Camilo, voltam a avultar crenças e superstições de sua meninice: insinuava-se em seu espírito a ideia de consultar a cartomante. Hesita; angustia-se. Finalmente, salta do tálburi e precipita-se para a casa da cartomante. Ela o recebe e põe as cartas. Diz a Camilo que decerto um susto o levava até ali e que ele desejava saber se lhe aconteceria algo ruim. “A mim e a ela”, emenda o apaixonado. A cartomante restitui-lhe a confiança: garante que nada lhes aconteceria, que o marido ignorava tudo. Camilo parte aliviado: crê nas palavras da cartomante. Confiante, volta ao tálburi e dirige-se à

---

casa de Vilela. Ao entrar, vê Rita morta, ensanguentada. O amigo se aproxima e o abate com dois tiros.

No mito de Édipo, o oráculo não enganou o herói: revelou-lhe seu Destino com precisão. A profetisa, em *A cartomante*, engana Camilo. Ao Destino, não bastou aniquilar os amantes: antes, zombou deles; enviou-lhes sinais equívocos, enganadores, mentirosos – o tálburi que estaca ao lado da casa da cartomante, as palavras reconfortantes desta...

O Destino dos gregos antigos não equivale ao machadiano. Sim, Machado disse que “a velha caleça de praça [...] vale o carro de Apolo” – mas Apolo não fez tombar uma carroça que prendesse o tálburi de Édipo às portas de Delfos... O Destino grego não usa de astúcias; é o próprio homem, em sua vaidade e presunção, que se perde. O Destino machadiano se dissimula: apresenta-se sob a forma de um Destino lógico, coerente, racional – mas isso tudo é ilusório. Machado, com humor, desvela as verdadeiras feições do Destino: seus princípios não são os da Justiça, da Razão, da Beleza. Para nós, sua operação é insondável, impenetrável – mas não impenetrável como os desígnios de um Deus bondoso e coerente: é impenetrável por ser absurda.

No começo do conto, Camilo – que, ao final, será crédulo – zombava da credulidade de Rita. Esta lhe dizia: “Ria, ria. Os homens são assim; não acreditam em nada”. Camilo riu; depois, acreditou e, por ter acreditado naquilo em que não deveria crer, morreu. Por trás desse drama, quem ri – e ri de nós – é o Destino, gênio pândego que emprega toda sua arte para nos enganar. É Machado de Assis, que compreende nossa miséria e, junto conosco, ri dela.

---

# Dona Maria, a artesanaria das resistências e a pedagogia ancestral na comunidade do Torre, Tracuteua, Pará

FRANCISCO WEYL<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Dona Maria não gosta de sair do lugar em que mora e onde habita a sua paz interior, em meio às árvores, lagos, pássaros e um silêncio tão particular, que muitos ainda o buscam, mas já não mais o encontram nestes tempos tensos, demarcados pelas violências sociais e psicológicas das sociedades capitalistas contemporâneas.

Do alto de sua experiência de quase 70 anos de vivências e re-existências, mesmo emocionada pelo merecimento, ela não compareceu à cerimônia de entrega do Prêmio Mérito Cultural (IX FICCA-2023)<sup>2</sup>, que reconhece e distingue

---

<sup>1</sup> Pós-Graduado em Semiótica (2003), Mestre em Artes (2014), doutorando em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará; Professor de audiovisual, comunicação e estética no Brasil, Portugal e Cabo Verde; Poeta, jornalista e documentarista, criador do Festival Internacional de Cinema do Caeté (Ficca). E-mail: carpinteirodepoesia@gmail.com

<sup>2</sup> Com o Prêmio ‘Mérito Cultural’, instituído em 2015, o Festival Internacional de Cinema do Caeté – FICCA estimula o apoio dos segmentos institucionais e empresariais, gestores e lideranças, para que se reconheçam como partícipes de uma rede inclusiva, que garante o direito ao acesso à cultura, fortalecendo redes de artistas, fazedores de cultura, artesãos, pesquisadores, profissionais, instituições e projetos que se destacam no campo da cultura Amazônica. A ideia dos organizadores é fazer com que os participantes se reconheçam enquanto responsáveis por práticas participativas, abertas e plurais, atentas à produção e à partilha da arte e do conhecimento, e aos pulsantes diálogos contemporâneos. Além da Dona Maria, receberam este Prêmio no dia 16 de dezembro de 2023, na Quadra B, Nova Marambaia, Belém do Pará, os seguintes líderes sociais e culturais: 1. Clei Sousa, poeta e professor; 2. Cacique Kwarahy Tenetehar Xypew; 4. José

personalidades, projetos, coletivos, entidades, instituições, que se destacam na cena cultural da Amazônia Paraense.

Mestra e Guardiã de Saberes Ancestrais, mulher quilombola do Torre, é nascida e criada numa das três comunidades autodeclaradas quilombolas e reconhecidas pela Fundação Palmares no Município de Tracuateua<sup>3</sup>, Nordeste Paraense, casada com Pedro Queiroz dos Reis, com quem tem dois filhos, Madalena do Rosário Gomes dos Reis e José Maria Gomes dos Reis, este conhecido por “Tigrita”<sup>4</sup>, fonte oral desta narrativa ensaística.

A mãe do José Maria Gomes dos Reis é detentora do saber e de uma arte matrilinear que ela aprendeu com a avó dele, ou seja, com a mãe dela, Dona Maria Sebastiana do Socorro do Rosário Gomes, arte que ela repassa, ainda nos dias atuais, aos seus descendentes, no Torre, comunidade da qual não se afasta com facilidade, nem mesmo para receber o “Karuana das Ymagens”<sup>5</sup>, entretanto,

---

Carlos Barroso, professor, Augusto Correa; 5. Naraguassu Pureza da Costa, ativista ancestral marajoara; 6. Mãe Rosinha, sacerdote afroreligiosa e ativista trans; 7. Joel Antônio dos Santos, líder social comunitário da Marambaia; 8. Manoel Ramos, poeta e pescador, Ajuruteua.

<sup>3</sup> Além do Torre, Jurussaca e Cigano completam a tríade de quilombos sediados em Tracuateua, com associações de remanescentes quilombolas reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, em respeito aos saberes africanos e indígenas preservados e que caracterizam estas comunidades nas suas práticas em agricultura, pesca, artesanato, comércio, numa demonstração inequívoca de que há um projeto de resistência cultural ancestral na Amazônia.

José Maria Gomes dos Reis é sócio fundador e atual secretário da Associação de Remanescentes Quilombolas da comunidade do Torre – ARQUIT, sendo o interlocutor de sua matriarca junto à entidades e movimentos culturais, razão porque suas narrativas orais constituem a mais importante fonte deste texto.

<sup>4</sup> José Maria Gomes dos Reis é sócio fundador e atual secretário da Associação de Remanescentes Quilombolas da comunidade do Torre – ARQUIT, sendo o interlocutor de sua matriarca junto à entidades e movimentos culturais, razão porque suas narrativas orais constituem a mais importante fonte deste texto.

<sup>5</sup> “Karuana das Ymagens” é o nome oficial da estatueta FICCA, numa referência mística à estas entidades / energias / “criaturas” e/ou manifestações das naturezas dos rios e dos igarapés, das beiras de rios e florestas, e que compõem a cosmogonia de narrativas originárias marajoaras. Ao mesmo tempo, a “Karuana das Ymagens” são metodologias de ensino aplicadas nas oficinas de

---

ela não precisa ir longe para que o seu trabalho e a sua arte transbordem os territórios quilombolas e através destes, as diversas culturas da resistência negra.

## OS PRETOS<sup>6</sup> DO TORRE

No Torre, como nas demais comunidades tradicionais<sup>7</sup> da Amazônia Paraense, as pessoas estabelecem relações a partir de parentescos e de irmandade, portanto, desenvolvem um modo de vida em comum, entre elas, cada uma delas, de modos subjetivos e específicos, relacionam-se com a própria natureza territorial e espacial com a qual e na qual comungam, interferem, sobrevivem e são afetados nos diversos processos sociais e econômicos, sendo um território no qual a maioria da comunidade se re-conhece, enquanto quilombola, ainda que o racismo estrutural e a cultura racista se alastre na sociedade brasileira.

Além da artesanaria da Dona Maria, a cultura mais antiga que se tem notícia de ter sido desenvolvida na comunidade do Torre é a do tabaco, que, mesmo em declínio, ainda tenta manter algum ritmo de produção, assim como o feijão caupi, que se destaca junto com a preciosa mandioca e seus derivados, como

---

cinema de guerrilhas desenvolvidas pelo autor deste artigo em comunidades da Amazônia Paraense. De acordo com este processo e mediante a criação e construção de uma câmera artesanal a partir de materiais reciclados, culminando com jogos de olhares e de filmagens nos quais as crianças e os jovens são envolvidos de diversas formas lúdicas que envolvem até mesmo as estruturas da “Tripa” do Boi-Bumbá, entre outras, tornando-se os alunos em atores protagonistas de suas próprias filmagens.

<sup>6</sup> Apropriamo-nos neste ensaio da expressão “pretos”, a qual, de acordo com pesquisas e narrativas, também é usada para referir e/ou designar o povo do Quilombo do Torre numa dimensão de demarcação dos processos de resistência ancestral, conforme elucidado no decorrer deste ensaio.

<sup>7</sup> Apesar de não ser o foco deste artigo, o conceito de comunidades tradicionais remete à povos originários que habitaram e habitam a Amazônia paraense. Sob a perspectiva decolonial, tal conceito transborda territórios pela complexidade das forças produtivas que operam de diferentes formas a natureza nos seus respectivos territórios-espacos, desde os ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, etc.

---

a tradicional farinha, também em evidência, em consequência do Selo<sup>8</sup> obtido pelo Município vizinho de Bragança.

A maioria dos trabalhadores dos Torre, portanto, são agricultores familiares e pequenos pescadores, alguns são criadores de animais e coletores extrativistas, sendo quase toda a produção destinada à subsistência das famílias quilombolas locais, que ainda vivem em razão desta relação com a natureza, voltando-se para os desafios colocados aos guardiões das florestas, compartilhando o uso dos recursos naturais de forma coletiva e sustentável, não predadora.

Lá no Torre, Dona Maria e o “Tigrita” sabem e sentem que o Município de Tracuateua reflete a lógica de ocupação do capital nas áreas rurais na Região Amazônica, caracterizado pela concentração de terras nas mãos de poucos, com grandes propriedades agropastoris e fazendas que se sobrepuseram a engenhos, instalados durante a cultura da cana-de-açúcar, abandonados pelas políticas que negaram investimentos, mas mesmo assim, exauriram a produção com a prática de monoculturas predadoras, desde as capitânicas hereditárias até estes dias de ocupação colonial na Amazônia.

Desmembrado de Bragança, através da Lei Estadual nº 5.858 (de 29 de setembro de 1994), o município de Tracuateua foi instalado no dia 1º de Janeiro de 1997, localizando-se na mesorregião nordeste do Estado do Pará e integra a microrregião bragantina e a Região Caeté, conta com uma população de 28.595 pessoas (IBGE, 2022), distribuída numa área de 771,90 km<sup>2</sup>, secionada terras destinadas à agricultura, cultivadas ou desmatadas, manguezais e campos naturais.

Há cerca de 195 km da capital Belém do Pará; e, à 1 km da margem esquerda da Rodovia PA-242, entre os municípios de Capanema (40 km) e Bragança (15 km), o núcleo urbano municipal de Tracuateua, de onde se pode deslocar até o

---

<sup>8</sup> Em 2021, o Instituto Nacional da Propriedade Rural concedeu o selo de Indicação Geográfica/Indicação de Procedência para a farinha produzida em Bragança, na região nordeste do Pará, entretanto, municípios da Região, entre estes, Tracuateua, Augusto Corrêa, Santa Luzia do Pará e Viseu, também produzem este que é considerado o principal alimento da população paraense, a farinha d’água produzida artesanalmente através da moagem da mandioca

---

Torre, percorrendo-se cerca de vinte minutos, em meio a curvas em estradas de piçarras que recortam florestas nativas e pastagens, alagados, chegando-se finalmente de carro na comunidade, que não dispõe de nenhuma linha de transporte para que seja acessada.

Apesar das belas paisagens decantadas por idílicos poetas e antropólogos românticos, chega a ser calamitosa a situação dos ramais nos períodos de chuvas, o que prejudica ainda mais os moradores, obrigados a percorrer grandes distâncias que não ocultam condições inóspitas e intempéries entre comunidade do Torre e núcleo urbano municipal, caminhos que “Tigrita” precisou fazer diversas vezes, e que Dona Maria reconhece quando recolhe materiais para o seu sagrado trabalho com o barro, moldando-o até que se transforme em objeto, na experiência deste processo que é o fazer artístico.

Certificada pela Fundação Palmares, a Associação da qual o filho da Dona Maria (“Tigrita”) é o atual secretário, mantém um calendário que envolve ações sociais e culturais desde o começo até o final do ano, com foco em datas comemorativas alusivas à Mulher, Mães, Consciência Negra, entre outras, que congregam as pessoas para uma reflexão sobre estas comunidades marcadas por fenômenos antropológicos contemporâneos e variáveis políticas e econômicas, sociais e comportamentais.

Em diálogo ao pé do jambeiro, no quintal da casa de nosso interlocutor, “Tigrita” informou que o Torre é, na verdade, uma ilha habitada por cerca de 200 pessoas (52 famílias), tendo a comunidade sido povoada a partir da migração dos irmãos Francisco e Manoel Romão Gomes, que teriam sido um dos primeiros desbravadores do território, onde teriam desenvolvido o cultivo do tabaco na Região, enquanto as demais culturas se concentravam mais para o núcleo do Município de Tracuateua.

A narrativa de José Maria Gomes Reis é corroborada por fontes segundo as quais podemos afirmar que as relações entre pessoas e de pessoas com a natureza, elas também transbordam-se, dentro de um espaço e tempo cujos saberes têm sido perpassados por narrativas orais e práticas culturais, de geração em geração, refletindo-se e alterando-se, processos culturais, usos e ocupações territoriais e espaciais, locais e globais.

---

## DONA MARIA

A artesanaria da Dona Maria revela que o identitarismo africano da comunidade do Torre atravessou fronteiras jamais pensadas pelo primeiro sujeito que habitou a Região, sendo esta uma das muitas longas histórias com diversas narrativas que confluem para uma origem negra ou indígena de gentes que passaram pelo caminho do sertão, entre Pará e Maranhão, entre os Séculos XVII e XVIII<sup>9</sup>, deslocando-se de terras distantes para se refugiar num lugar inexplorado, posteriormente reconhecido como Torre, terra de pretos, os pretos dos Torre, alcunha com a qual até se sentiram ofendidos, tamanho o preconceito que evocava esta carga racista.

Estes processos identitários e atividades extrativistas e culturais que determinam a realidade social e econômica local na comunidade quilombola do Torre, entre estes, a caça e a pesca, a agricultura e a cerâmica, demarcam-se pelo uso comum dos recursos naturais, entretanto, para os mais velhos, como a da guardiã de saberes ancestrais Dona Maria, seus relatos evocam territórios como áreas sustentáveis, mas ainda intocáveis.

Não sendo nosso propósito aprofundar como é que os pretos do Torre se organizam, resgatam e compreendem a sua história e os seus símbolos e arquétipos, observamos como o passar dos tempos permitiu avançar o processo de aprendizado coletivo, do auto reconhecimento e da aceitação étnica e racial, fatores que se tornaram numa ruptura com o senso comum e com a resignação colonial, ao mesmo tempo, a afirmação de um lugar de resistência e resiliência.

Apesar da ARQUIT guardar uma relíquia<sup>10</sup> de mais de 200 anos, fabricada artesanalmente pela Dona Emília, esposa de Manoel do Carmo, feito sob

---

<sup>9</sup> Relatos de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Pará junto a Associação de Remanescentes do Quilombo do Torre referidas pelo autor deste ensaio indicam que o território pertencente à comunidade tem origem nas sesmarias da Coroa portuguesa (Séculos XVII e XVIII).

<sup>10</sup> De acordo com a ARQUIT, o objeto, usado para servir água nas festas tradicionais, possui 4 orelhas, tem 0,46 cm – Altura; 1,35 cm – Espessura; e Boca – 13 cm

---

encomenda para o casal Antônio Ezequiel do Rosário e Raimunda dos Reis, é em casa ou no terreiro, espaços do atelier doméstico, que Dona Maria Gomes dos Reis se utiliza de antiquíssimas técnicas ceramistas, por meio de roletes de argila, que trabalha com as ferramentas que ela cria, a cuia, que evita deformações nas peças, nas quais aplica pigmentos naturais, o cogumelo vermelho urupê, a resina do Jatobá que impermeabiliza e faz brilharem as peças, entre outros procedimentos técnicos que aprendeu e desenvolveu e que utiliza na confecção de seu trabalho manual artístico ancestral.

Detentora de saberes e memórias, a guardiã viva deste legado ancestral mantém suas práticas tradicionais, cuja epistemologia cabocla<sup>11</sup> resulta do caldeamento interétnico, tendo sido forjada no seio de estreitas relações com o ambiente natural campestre e outrora selvático da Região Bragantina paraense, onde se situa o maior manguezal do mundo.

É nestes campos naturais, longe da expansão predadora do capital, contra o qual resistem, que os quilombolas e pretos do Torre mantém uma tradição, hoje guardada pela Dona Maria, através da produção de uma arte cerâmica peculiar, cujos ensinamentos e processos, conhecimentos e práticas de origens afro-indígenas, foram e são transmitidos de geração a geração, constituindo-se um processo de resistência cultural que não se limita ao território local.

Os saberes milenares africanos sobre ciências e artes, agricultura e tecnologia, fabricação de armas e ferramentas, da medicina à matemática, da geografia à literatura, mesmo invisibilizados, também foram aproveitados pela Casa Grande, que se utilizou da mão de obra negra e indígena, tendo estas etnias absorvido e até hibridizado conhecimentos e saberes com as técnicas e tecnologias brancas.

Dona Maria aprendeu a arte com a Mãe, Maria Sebastiana do Socorro do Rosário Gomes, e, depois, ensinou o ofício à filha, Madalena do Rosário Gomes

---

<sup>11</sup> Informa o pesquisador e historiador Danilo Gustavo Asp, organizador de uma das principais obras consultadas pelo autor deste ensaio, que o conceito de “Epistemologias Caboclas” foi cunhado pelo professor e pesquisador e realizador audiovisual Evandro Medeiros, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e refere ao conhecimento produzido pelas comunidades caboclas africanas e indígenas da Amazônia Paraense

---

dos Reis, que a pratica e reproduz, entretanto, a falta de aprendizes locais ameaça a sobrevivência desta arte que expressa a resistência da cultura local.

As labutas de Dona Maria em defesa deste patrimônio cultural imaterial matrilinear, na feitura da cerâmica a partir do barro, constituem uma fonte criativa de processos e técnicas por ela operados para produzir utensílios oriundos da argila, materiais, aliás, ainda não valorados enquanto artesanato, mas, artefatos corriqueiros domésticos: papeiros, tigelas, panelões, alguidares, torradeiras de café, potes, panelas, pratos, entre outros.

A sobrevivência histórica da arte cerâmica praticada na comunidade dos Torre é a própria sobrevivência afroindígena, desde os séculos coloniais até os hibridismos contemporâneos, através de saberes & fazeres que constituem conhecimentos tradicionais, repassados, aprendidos, e reprocessados de geração em geração, via narrativas orais, técnicas e epistemologias, legados dos povos originários que resistem em nossas re-existências.

Trazidos à força desde África para o Brasil durante os primeiros séculos do Império português, os negros construíram diversas estratégias de sobrevivência e de resistências que culminaram em fugas de fazendas coloniais e na construção de quilombos, enquanto territórios-espacos de produção de pensamentos e de culturas que se resignificaram e se reafirmaram a partir das últimas Décadas do Século XX.

Muito além dos engenhos e das lavouras, entre os múltiplos ofícios dos povos africanos para além dos serviços domésticos, atividades criativas e habilidades artísticas e artesanais resignificavam as relações sociais, entre negros, indígenas e brancos, sob a perspectiva da resistência cultural com ascendência africana e indígena, como ocorreu em Tracuateua, onde a existência de três quilombos com identidades e origens comuns revelam a presença de culturas originárias, tradicionais e extrativistas na Região.

Ainda que pesquisas indiquem que estes territórios tenham sido ocupados pelos quilombolas no período Colonial, a partir das sesmarias de Jurussaca, observamos que inexistem registros cartoriais que sustentem um domínio jurídico dos negros sobre estes territórios, o que aliás não nos causa espanto, considerando os séculos de apagamento das identidades de povos originários e tradicionais.

---

Não podemos fazer nenhuma ilação, portanto, de que as sesmarias de Jurussaca eram quilombolas, considerando que não sabemos de quem eram nem por onde ou até onde estas terras eram, terras sem dono (devolutas?), entretanto, há narrativas da presença de aquilombados no Cigano, Torre, e Jurussaca, concluindo-se que a diversidade destes povos e os seus saberes culturais transbordaram a dimensão de seus próprios territórios, ao mesmo tempo que os afirmaram no tempo e espaço social.

Reforçamos no escopo desta dimensão territorial, as ancestralidades destes povos e de como eles resistiram de diferentes maneiras, seja através de sua própria genealogia, seus fenótipos e biótipos, seja pelas manifestações culturais e não apenas dos negros aquilombados, mas também nas comunidades dos entornos destes quilombos, em territórios nos quais os quilombolas não eram incluídos, mas mesmo assim influenciavam pela via de sua cultura e de seus saberes.

Os pretos do Torre sempre se pautaram pela dialógica sobre seus processos identitários e culturais, entretanto, ainda que prefeituras, secretarias ou departamentos educacionais tenham manifestado interesse de pautar estes temas, ainda que pesquisas como as que norteiam e fundam este artigo, tenham inventariado problemas que afetam as comunidades quilombolas, o fato é que nem Torre, nem cigano e nem Jurussaca dispõem de uma escola que possam chamar de quilombola.

A educação escolar quilombola e a construção do debate pelo reconhecimento dos direitos e das identidades étnicas negras e quilombolas são pautas históricas da ARQUIT, entidade pioneira na articulação dos povos pretos, desde 2015, quando protagonizou a organização e sediou o I Seminário Regional sobre Equidade Racial Negra<sup>12</sup>, realizado não por acaso, 20 de Novembro, Dia Nacio-

---

<sup>12</sup> Anos depois, em 2023, a ARQUIT também protagonizou um encontro de lideranças quilombolas da Zona Bragantina, organizado pela Associação Remanescente da Comunidade Quilombola do América, de Bragança, com apoio do Fundo Elas, e do IFPa-Bragança. Participaram dezenas de representantes de comunidades quilombolas, como Cigano, Campo Novo e Jurussaca, América, Itamoari, Belaurora, Jacarequara e Torres, para dialogar, trocar ideias e participar de formações sobre identidade quilombola, violência de gênero, e racismo estrutural, culminando com a aprovação de uma Carta coletiva no final da programação (29.01.2024). Por

nal da Consciência Negra – estabelecido no calendário escolar em função da Lei 12.519/11, em alusão a Zumbi dos Palmares.

Impõe-se-nos uma reflexão crítica de forma a contribuir com o reconhecimento e o fortalecimento das práxis pedagógicas sociais ancestrais, que são desenvolvidas no chão destas comunidades quilombolas, ou seja: reconhecer e respeitar a função educativa e pedagógica dos diversos processos de ensinamentos e aprendizagens e trocas de conhecimentos e de saberes que são próprios destas comunidades exige ruptura e despojamento de valores coloniais, saberes formais, hierárquicos e fechados, dependentes da estrutura racional cartesiana.

É dentro desta dimensão política e pedagógica, antropológica e artística que compreendemos o papel educativo que se concentra na artesanaria da Dona Maria Gomes dos Reis, quando ela, na sua dialógica, re-memoriza (junto com as comunidades) as histórias desta mesma comunidade, sendo estas histórias narradas enquanto trabalham o barro nos seus processos diversos, dialógicas de resistências ancestrais, femininas.

E suas metodologias, naturalmente aplicadas naquele fazer artesanal que molda e contorna objetos e utensílios, que, sendo domésticos, carregam esta energia e esta informação, estas memórias históricas, estes saberes desta própria comunidade.

O trabalho artesanal desta Guardiã de Saberes Ancestrais se torna ainda mais pulsante, se considerarmos que a escola tradicional local disponibiliza turmas até o 5º ano, o que obriga jovens a se deslocarem para fora da comunidade, percorrendo um trajeto sob condições adversas em razão dos problemas de mobilidade já aqui relatados.

Mas, se a escola está distante da comunidade, seja fisicamente, seja simbolicamente, porque a presença dela excluí os saberes quilombolas, entretanto, isso não anula a potência que atravessa as relações estabelecidas entre a artesã Dona Maria e suas alunas que com ela praticam o respeito aos saberes locais com as suas pedagogias das resistências ancestrais.

---

equivoco, os organizadores afirmaram ser o primeiro encontro quilombola, fato que apaga a própria organização local.

---

## Imagens



FOTO nº. 01  
TÍTULO:  
"Pote de mais de  
200 anos"  
LEGENDA:  
Pertenceu aos  
bisavós de Dona  
Maria José, que o  
herdou  
CRÉDITO:  
Francisco Weyl



FOTO nº. 02  
TÍTULO:  
"Barracão"  
LEGENDA:  
Espaço onde Dona  
Maria José e filhos  
convivem e  
recebem amigos do  
lado de fora da casa  
CRÉDITO:  
Francisco Weyl



FOTO nº. 03  
TÍTULO:  
"Debaixo do  
Jambelô"  
LEGENDA:  
O pesquisador,  
Francisco Weyl e  
sua forte viva, José  
Maria Gomes, o  
"Tigris"  
CRÉDITO:  
Francisco Weyl

## Referências

- ASP, Danilo Gustavo Silveira. (org.) Africateua: estudos étnico-raciais em Tracuateua, Pará, Brasil. Disponível em [https://www.academia.edu/97124620/Africateua\\_Livro\\_Colet%C3%A2nea\\_?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/97124620/Africateua_Livro_Colet%C3%A2nea_?email_work_card=title) – Consultado em: 10.04.2024
- CASTRO, E. M. R. de (org.). *Escravos e senhores de Bragança*. Belém: Naea, 2016.
- DOS SANTOS, F.R. Território e identidade quilombola em tracuateua/pa: história, memória e afirmação cultural. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2017
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- MORAIS, E. C. *A identidade africana presente na comunidade Quilombola do América*. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
-

- OLIVEIRA JUNIOR, A. S. *et al.* *Quilombolas do Pará: condições de vulnerabilidade nas comunidades de remanescentes de Quilombo*. Assis: Triunfal, 2011.
- PANTOJA, P. F. de A. *Prática docente, saberes culturais e educação quilombola: estudo da experiência da Escola Municipal Américo Pinheiro de Brito na comunidade Quilombola do América, Bragança, Pará*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2017.
- PRUDENTE, C. L. A dimensão pedagógica do Cinema Negro: a imagem de afirmação positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 6-25, jul./ dez. 2019. DOI 10.11606/extraprensa2019.163871.
- RIBEIRO, G.T. Das Chagas. Os pretos do Torre: história e resistência negra na comunidade quilombola do torre em Tracuateua/pa (2008-2017). Monografia (Licenciatura Plena em História, Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, 2018
- SALLES, V. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal do Pará, 1971.
- SANTIAGO, K. L.; SMITH JUNIOR, F. P. Quilombo do América e a migração negra. *Revista EDUCAMazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá, ano 12, v. XXII, n. 1, p. 255-273, jan./jun. 2019.
- SANTIAGO, K. L.; SMITH JUNIOR, F. P.; VIEIRA E SOUZA, A. P. As narrativas dos moradores do Quilombo do América na Amazônia Bragantina. *Revista Ciências da Sociedade*, v. 3, n. 6, p. 201-217, jul./dez. 2019.
- SILVA, J. F. C. da. *O português afro-indígena de Jurussaca/PA: revisitando a descrição do sistema pronominal pessoal da comunidade a partir da textualidade*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, H. P.; WEYL, F. Experiência do Cinema de Guerrilha na terra da liberdade. *In: PRUDENTE, C. L.; SILVA, P. V. B. (org.). 16ª Mostra Internacional do Cinema Negro: educação, cultura e semiótica*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 339-374.
- SILVA, H. P.; WEYL, F.; ARAUJO, ROSETI. Experiência do Cinema de Guerrilha no Quilombo do América. *Revista Trama Interdisciplinar*, São Paulo, 14(1):149-162, jan./jun. 2023: Função pedagógica do Cinema Negro, p. 149-162, jan./jun. 2023, DISPONÍVEL EM <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/issue/view/762>
- WEYL, F. *Kynema: ensaios científicos, semióticos, metafísicos, poéticos e políticos sobre arte, cinema e estéticas de guerrilhas*. Taboão da Serra: Vicenza Edições Acadêmicas, 2021.
-

# Paulo da Portela

HAROLDO COSTA<sup>1</sup>

JORNALISTA, ESCRITOR, ATOR E CINEASTA

Não há dúvida de que o samba na sua rica rítmica e na poética que inspira é um dos mais ricos legados implantados pela contribuição negra à definição do ser brasileiro, nas vastas latitudes do nosso país. No amplo aspecto de nossa cultura o samba tem conquistado depois de muita luta e incompreensões.

Além do fato de ter estabelecido não sem muita luta o lugar definitivo de figuras de indiscutível importância em nosso painel artístico. Uma das exemplares é o carioca Paulo Benjamim de Oliveira, homônimo do primeiro artista circense do Brasil cuja história ainda tem que ser conta apropriadamente. O nosso Paulo, tratemo-lo assim, nasceu no Rio de Janeiro no bairro Estácio de Sá, famoso pelos blocos de carnaval que embelezavam as ruas adjacentes e contribuíam para a alegria carnavalesca.

Paulo teve suas primeiras foram notadas pelos foliões. Mas o vírus já estava lá, quando a família se mudou para o bairro de Osvaldo Cruz na periferia de Madureira, deu-se o encontro inevitável com a rapaziada local com quem ele fundou um bloco, embrião da escola de samba Portela, que se transformou num dos maiores polos de criatividade tanto no aspecto musical como nas criações estéticas, Paulo da Portela foi Príncipe do Carnaval, Príncipe Negro, e até Rei Momo estabeleceu a máxima " sambista tem, que estar com o pescoço e os pés ocupados."

Além de excelente compositor. Tendo deixado uma obra significativa, foi uma liderança firme e forte. Um dos seus sambas de minha preferência é aqui.

---

<sup>1</sup> Jornalista, escritor, ator e cineasta. Primeiro negro a ser protagonista como ator no Theatro Municipal do Rio de Janeiro pelo TEN (Teatro Experimental do Negro). Foi responsável pela histórica parceria musical entre Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Autor do livro 100 anos de Carnaval no Rio de Janeiro (2000), entre outros, e diretor do filme Pista de grama (1958)

Peixeiro granfino  
Vai na cozinha  
Chamar mamãe, menino  
E diz a ela  
Que tem sardinha  
Tem peixe-galo e cavalinha,  
Peixeiro granfino  
Tem xaréu  
Tem xerelete, sardinha e tainha  
Um bom siri pra muqueca  
Pescado por mano zeca  
Salsa, pimenta de cheiro  
Faz um bom tempero, azeite de dendê  
Vai depressa correndo, menino  
Chamar mamãe  
Chegou o peixeiro granfino

---

# O Padecimento de Lima Barreto

IVAN COTRIM<sup>1</sup>

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ – FSA

Afonso Henrique de Lima Barreto (1881/1922) destacou-se como um dos mais importantes literatos brasileiros do século XX. Residiu e produziu seus trabalhos nos subúrbios do Rio de Janeiro, sua cidade natal.

O segmento artístico por ele abraçado consistiu em crônicas, contos, memórias, romances além de artigos jornalísticos. Personificou as diferenças de classes sociais entre trabalhadores pobres, os “de baixo” como expressava o pensador Florestan Fernandes, e a aristocracia tupiniquim carioca.

Em seu *Diário Intimo* (1903) ele expressou o desejo de escrever sobre a escravidão negra, como observa Francisco de Assis Barbosa, que prefaciou *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*.

Sua rara compreensão do humanismo negro encontrou-se presente em sua estética literária, uma produção eivada de categorias realistas, sublinhadas em seu quase modernismo; cujo seu nacionalismo já apontava a estética modernista brasileira.

A produção de Lima Barreto, portanto, apresenta essas características, embora estejam impressos, também em seus textos, elementos que remetem à experiência de vida do autor, marcada pela exclusão e preconceito, que arranharam sua subjetividade com o racismo intrínseco à cultura nacional.

Assim, seus romances, memórias, crônicas e contos trazem a imagem de um Brasil de início do século XX, a partir da visão, bastante crítica, de um escritor sempre excluído da sociedade e do meio acadêmico. Ele, que candidatou-se três vezes a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, recebeu dela, conforme Francisco de Assis Barbosa (1914-1991), apenas uma menção honrosa em 1921.

---

<sup>1</sup> Professor da UPM e Fundação Santo André – FSA , Pós-doutor em História econômica pela USP.

---

Em romances como *Recordações do escrívão Isaiás Caminha* (1909) e *Clara dos Anjos* (1948), a temática do preconceito racial foi fortemente marcada, e a visão de uma sociabilidade democrática não pode, jamais, se sustentar. Assim, o escritor, com ironia, apontou a hipocrisia da sociedade brasileira de sua época. O panorama nas obras de Lima Barreto foi o subúrbio como espaço de ação de suas personagens, e da sua consistente crítica social.

Nesses dois romances ele teceu crítica à política social brasileira; enquanto no primeiro foi evidenciado o poder político da imprensa, no segundo, foram os poderes estatais criticados pela negligência na solução da dramaticidade perpetrada nos subúrbios.

Outro aspecto que notabilizou a estatura humana de Lima Barreto foi impresso em sua mais conhecida obra, apreciada pela crítica, que é *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Nessa obra, ele demonstrou vários elementos da cultura nacional, tanto positivos quanto negativos, e dentre os primeiros o *violão* foi apresentado como integrante da cultura brasileira, instrumento que, no final do século XIX e início do XX, havia sido marginalizado.

A peculiaridade que acompanha sua trajetória de escritor e literato tem forma humanística, pois distingue as classes sociais subalternas pelo sofrimento individual, que subsumiu ao imperativo racista. Em seu caso pessoal o refúgio na escrita criou uma impecável literatura, e um consistente combate ao racismo.

Lima Barreto revela seu anti-machismo, num momento em que a misoginia era marca social contra as mulheres. Vibra em sua produção literária frase tirada do seu livro *Diário íntimo* (1953): “Esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa, que enche de indignação.”

Sagas e de elevada racionalidade humanística, ele distinguiu as diferenças da urbanização nacional e européia, em evidente crítica às gestões públicas, observando em *Triste fim de Policarpo Quaresma*: “Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades européias, com suas vilas’ de ar repousado e satisfeito, as suas ruas e estradas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados”.

---

O reducionismo social perpetrado em sua subjetividade de escritor, não ofuscou o brilhantismo de produção intelectual criada, mas ao preço da deterioração de sua vida pessoal, tomada pela condição de alcoólatra, que resultou na degeneração de sua saúde.

Não foram poucas as razões que levaram Lima Barreto se retrair diante do público, e evitar expor-se, vide o racismo entranhado na cultura nacional, que permeou os lares aristocráticos, as escolas, as instituições públicas e privadas, o comércio, etc.

Lima Barreto proveu sua produção de intelectual primoroso, com toques de distintos dialetos, com um sabor cultural especial, cultura que ele apreendera através das incessantes leituras dos livros aqui publicados, em acentuada distinção dos filhos da aristocracia, que eram enviados à Europa.

Destacamos um fato de singular importância na vida desse autor, que revelou o esmagamento de sua subjetividade intelectualizada, e polida por sua dedicação às leituras, e pelos dialetos colhidos desde a infância. Entretanto, seu pavor em apresentar-se publicamente, num renitente refugiar-se no vício, só pode ser tributado ao odioso racismo que permeava (e permeia) a cultura aristocrática brasileira de base escravista. Convidado a explanar, em certa ocasião, temas literários de seu pleno domínio, Lima Barreto aceitou sem titubeios. Porém, seu não comparecimento ao tal evento onde sua palestra era esperada, deixou uma lacuna inexplicável.

Os amigos que conheciam sua fragilidade, e o temor no enfrentamento com o público, dedicaram-se à sua procura, encontrando-o no fundo de um bar de frequência costumeira, em lastimável estado de embriagues. Nota-se aí a manifestação proveniente do recalque a que foi submetido, tornando-o incapaz de superar a avassaladora resultante de décadas de exclusão social, a despeito da exemplar produção literária, produção reconhecida nacionalmente desde o período de suas publicações, em radical alteridade com o racismo dominante.

---

# **Na balada brega e na batida do funk: a potência da comunicação comunitária na luta antirracista – Como a influência de músicos populares e compositores engajados movimentam a economia criativa no Brasil?**

JOSÉ BRITO<sup>1</sup>

MESTRE PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV

Toda semana é a mesma coisa. Cheirinho de café torrado no ar, o ponteiro do relógio virando para as sete horas da manhã e o som da balada romântica entoada pelo anúncio do ônibus adaptado em forma de feira livre, que já se encontra estacionado ao final da rua: *“Investe em mim, aposta tudo em mim... bom dia senhoras e senhores, já está na sua rua o sacolão-volante, com produtos fresquinhos direto da horta para a sua casa.”* A cena se repete incansáveis vezes por cerca de uma hora, tempo reservado pelo motorista do carro de som, que circula pelo bairro da Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio de Janeiro, com o anúncio das ofertas de produtos orgânicos todas as quintas-feiras.

A melodia escolhida não poderia ser melhor. Convidativa para o consumo e com expectativa alta pela conquista de confiança de seus ouvintes – ou melhor, clientes – a música, escrita por Wesley Santos em 13 de dezembro de 2019, se tornou sucesso na voz do cantor de forró Jonas Esticado, alcançando mais de 260 milhões de visualizações no Youtube. No entanto, o que nos leva a lembrar deste refrão que celebra o amor, a entrega e a promessa de fazer alguém feliz nada mais é do que uma boa estratégia de marketing popular e comunicação direta com o público consumidor de produtos orgânicos no Brasil, que

---

<sup>1</sup> Jornalista, mestre em Ciências Sociais e especialista em educação midiática.

---

movimentou mais de 7 bilhões de reais em 2023, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Com alto-falantes, mensagens curtas e informações precisas anunciadas em horários estratégicos para consumo, os sacolões ou varejões volantes utilizam serviços de comunicação a partir de carros de som. O serviço é bem semelhante aos noticiários e boletins informativos amplamente difundidos em sistemas rádio AM/FM no mundo inteiro, caracterizados pela linguagem simples e direta. De acordo com a Lei 9.612/1998 e o Decreto 2.615/1998, existem atualmente no Brasil mais de 4 mil rádios comunitárias regulamentadas pelo Ministério das Comunicações. Mesmo com o advento da internet, dos serviços de entrega de produtos online, do alto consumo de mídia em redes sociais e plataformas digitais, a comunicação direta, de uma rádio comunitária é um sistema que conseguiu atravessar gerações. Fundada em 27 de abril de 2011, a Rádio Rocinha é uma das rádios comunitárias mais importantes da Zona Sul do Rio de Janeiro. Sintonizada na frequência 107,3 FM e proclamada pelos ouvintes como o “*som que desce o morro*”, a rádio integra o projeto Mídia Rocinha, que inclui rádios, revistas, jornais, portais de internet e outros veículos de comunicação da comunidade com mais de 150 mil habitantes.

A Rocinha teve início com uma roça plantada por portugueses e espanhóis no alto do bairro da Gávea, no Rio de Janeiro, e que se popularizou pela alta qualidade de seus legumes e verduras comercializados em feiras livres na região. Em meados das décadas de 1930 e 1940, com a chegada de imigrantes nordestinos à cidade, a comunidade começou a crescer vertiginosamente. Em mais de um século de história, a Rocinha se popularizou por diversos aspectos que se espelham na realidade brasileira e em suas mais simbólicas raízes. De tantas memórias, mazelas, conquistas e desafios socioeconômicos, a comunidade já foi palco de registros no cinema brasileiro, em novelas, documentários, reportagens e clipes musicais. Com toda a certeza, pode ser entendida como um microcosmos da cidade-maravilha purgatório da beleza e do caos, como já diria a cantora Fernanda Abreu. Em seu caldeirão cultural, que mistura influências do samba, funk, pagode e hip hop, a Rádio comunitária da Rocinha surgiu em 2011 e desde então vem abrindo portas para a divulgação de serviços essenciais no dia-a-dia

---

da comunidade e para revelação de artistas locais. Com programação ao vivo 24h por dia e transmissão também difundida em redes sociais, a Rádio Rocinha mantém grande interação com o público e abre espaço para artistas locais e gêneros musicais popularmente conhecidos na região.

Um destes artistas é o Osvaldo Rui da Costa. Nascido no dia 18 de fevereiro de 1952, Osvaldo é um instrumentista, cantor e compositor responsável por grandes sucessos da música popular brasileira. A canção “Olhos Coloridos”, que ganhou o mundo e fama na voz da cantora Sandra Sá nos anos de 1990, na verdade, foi inspirada por um episódio de racismo que o então autor sofreu ao visitar uma exposição no Estádio de Remo da Lago Rodrigo de Freitas, na Zona Sul da cidade, bairro de classe média. Morador da Cruzada São Sebastião, Osvaldo era carinhosamente conhecido pelos amigos pelo apelido de Macau, por conta da semelhança com chineses quando fechava os olhos ao sorrir de alegria. A referida música nasce do contexto da luta contra o racismo e acabou se tornando uma espécie de hino, símbolo do movimento negro no país.

Na época do ocorrido, Macau confessou aos amigos estar com a “alma fragmentada, ferida”, fruto do preconceito e constrangimento pelo qual passou em uma revista policial. Ele levou um tempo até se dirigir ao mar do bairro do Leblon naquela noite. Ali chorou, percebeu a crueldade da violência policial, do racismo estrutural e do preconceito racial. De frente para aquele oceano vazio, organizou as ideias. Percebeu a potência de sua revolta. Foi invadido por uma catarse acachapante na forma de desabafo. Um desabafo tão legítimo e visceral que, segundo relatos da época e reportagens sobre sua biografia, o levaria para casa na busca do violão para finalizar aquela que se tornaria, tempos depois, uma das mais simbólicas canções da *soul music*, gravada em 1974, mas que estourou nas rádios somente no início da década seguinte, em 1982, e que até hoje repercute a voz potente da luta contra o preconceito racial.

---

# Emanoel Araújo esculpiu e pintou o Brasil como ninguém com seu propósito genial

LUIZ PAULO LIMA  
JORNALISTA E MILITANTE

“O Brasil não é o país do sussurro. É um país onde se precisa gritar”  
*Emanoel Araújo – Programa Roda Vida, 2017.*

A “Paulicéia desvairada” foi a primeira obra literária modernista, escrita por Mário de Andrade, que se consagrou como um dos ideólogos do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922, cujo propósito incitava o rompimento com os ideais parnasianos e antiacadêmicos. Sendo uma inegável inspiração revolucionária. A importância desse histórico movimento cultural está, sobretudo na sua origem paulistana que é uma cidade macunaímica e cosmopolita, como São Paulo. Uma cidade que se constituiu em um sugestivo lugar para o enredo e cenário perfeito, quando se fala dos prováveis elementos inspiradores desse ícone negro, que entra para história como notável homem da cultura o singular Emanoel Araújo.

O filotécnico Emanoel Araújo foi gravador, escultor, cenógrafo, pintor, museólogo e curador, em todas as atividades exerceu se destacando com virtuosidade, que o colocava na mais evidente singularidade idiossincrática. A sua primeira premiação nacional foi em 1966, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), pela sua participação na 2ª Exposição Jovem de Gravura Nacional. Seis anos depois alcança a consagração, conquistando reconhecimento internacional, com a Medalha de Ouro na 3ª Bienal Gráfica de Florença, na Itália. Sua inequívoca genialidade lhe rendeu outros prêmios e honrarias, destacando-se com as premiações: o Prêmio Ciccillo Matarazzo em 1998 e 2007, o Prêmio Clarival do Prado Valladares, a Medalha Zumbi dos Palmares pela Câmara Municipal de

---

Salvador, e; a Medalha Tarsila do Amaral, que é conferida pelo Governo de São Paulo, em 2020.

Em 1988, quando se comemorava os 100 anos de abolição do estatuto da escravidão, Emanuel realizou a exposição, intitulada – A Mão Afro-Brasileira, no Museu de Artes Modernas – MAM de São Paulo. A exitosa exposição resultou no livro homólogo, reunindo o extraordinário acervo de artistas afro-descendentes. Publicação que se constituiu em referência para a educação das relações étnico-raciais do negro brasileiro.

Emanuel Araújo foi incontestavelmente uma pessoa de postura, cavalheira e generosa, isso não lhe furtou de alguns momentos de certa explosividade, característica da sua acentuada orixalidade. Trazia o orixá Xangô, que estava assentado na cabeça, isso é, Ori na língua ioruba, conjugado com Exu, de frente. Essa combinação arquetípica da africanidade se estabelecia nas relações do cotidiano, perfazendo a personalidade desse esteta genial. O traço de religiosidade de matriz africana ficava cristalizado na amizade confidencial que nutriu com a famosa ialorixá Olga de Alaketu.

O famoso e polemico artista baiano foi seduzido pela capital paulistana. Mas, com naturalidade baiana, nascendo no dia 15 de novembro de 1940, no aniversário da república. Sendo, por seu turno, mais um dos filhos ilustres de Santo Amaro da Purificação, que ficou conhecida como a ‘Rainha do Recôncavo’. Santo Amaro da Purificação se constituiu em epicentro, das suas movimentações em busca do novo, seja no trabalho como artista, como também nas suas pesquisas e aquisições para o acervo que se tornou, mais tarde, o mais importante em obras negras contemporâneas, que foram garimpadas com acuidade, desde os anos 60, tornando-se mais adiante no acervo do respeitado Museu Afro Brasil.

Caetano Veloso e Emanuel são conterrâneos e foram também colegas no ginásio, onde Emanuel já era conhecido como um excepcional desenhista. Caetano foi parceiro do Emanuel na primeira exposição, que ele fez na cidade natal, em 1957. Caetano é também conhecido como um bom desenhista, que alega ter aprendido com o seu conterrâneo, mas que o ensinou a cantar. (BRASIL JOURNAL. 2022).

---

Em pleno anos de chumbo, onde imperava a censura, as torturas e as prisões, impostas as pessoas contrárias ao autoritarismo militar Emanoel, como simpatizante do Partido Comunista e crítico do sistema em vigor, ao lado de outros artistas de vanguarda – no Centro Popular de Cultura – CPC, histórico centro de resistência cultural – com sua genialidade afro-baiana, ele fez ilustrações para as cartilhas do educador da liberdade, Paulo Freire. Produzindo também cartazes para celebração dos 25 anos do Partido Comunista. Esse posicionamento do Emanoel Araújo custou-lhe visitas que tentavam intimidá-lo.

Na década de setenta Emanoel, já com espírito inclusivo agregou cores as suas formas geométricas, contraste que valorizava o feminino e a brasilidade miscigênica nas pinturas figurativas. Comportamento que destacou ainda mais as abstrações cenográficas e as vertentes construtivas das suas obras, que produzidas durante seis décadas, fizeram Emanoel ser reconhecido como um ousado e talentoso homem da cultura, tanto no âmbito nacional como internacional, e lhe valeram honrarias e prêmios em evento de grande expressão artística e cultural no mundo.

Na postura polêmica e vanguardista Emanoel não se considerava um gestor cartesiano, quando trabalhava em museus, como se deu na exitosa experiência no Museu de Arte da Bahia – MAB. No período em que exerceu magistério, lecionando artes gráficas e esculturas no Arts College, na The City University of New York, com sua baianidade negra preferia ser visto como um trabalhador braçal criativo.

Em 1996, integrou a Comissão de Museus e o Conselho Federal de Cultura, exercendo concomitantemente a função de gestor da Pinacoteca, que é o mais antigo Museu de São Paulo. Ensejo em que realizou exposições antológicas, por exemplo, Rodin, e Rodin e a Fotografia. Essas duas exposições foram realizadas em parceria com o Museu Rodin de Paris. A duas incursões com o Rodin, juntas receberam mais de 183 mil visitantes. Resultado que concorreu para instituição paulistana consolida a organização de um acervo sobre Rodin. Nessa ação o museu incorporou dez esculturas.

Em 2004 Emanoel Araújo foi procurado pela Marta Suplicy, então prefeita do município paulistano, que buscava criar um museu, voltado para o povo

---

negro brasileiro e as diásporas africanas. A condição de renomado estudioso do patrimônio material e imaterial afrodescendente, do século XVIII ao XX, que se somava a possibilidade de total autonomia, na condução do projeto, levando-o a aceitar o desafio, fazendo uma obra que marcou para sempre sua gloriosa trajetória. Assim foi criado por ele o Museu Afro Brasil, projeto que lhe coube o papel de diretor curador, até sua morte, no dia 7 de setembro de 2022.

### **Referência**

BRASIL JOURNAL. Por: Rita Drummond. 2022. Disponível em: <https://braziljournal.com/memoria-o-genial-e-genioso-emanoel-araujo/> Acesso em 15 abr. 2024

---

# Maestro Moacir Santos

MÁRIO THEODORO<sup>1</sup>

DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSITÉ PARIS I – SORBONNE

Não. Não era parente do Djalma Santos. Mas, como aquele, negro. E Santos. Mais um desses que cotidianamente fazem milagres, embora em casa, em seu país, não logrem o reconhecimento. Aliás demandar reconhecimento é pedir muito para uma sociedade que não tem nem mesmo o conhecimento de sua existência. Fiz a enquête entre meus pares. Os 10% mais ricos e esclarecidos. “Conhece o Moacir Santos?”. “É um novo pagodeiro?”, “É cabeça de área do Bragantino?”, “Aquele que namora a loura do Tchan?”, “Um que participou do Big Brother?”. Chega. A ignorância é a mãe de todas as derrotas. Nossas derrotas de uma não-história, de um eterno “não-saber”, ou um “quase-saber” que em geral sabe errado, o que é o pior dos resultados. “Já sei, é um que tocou com o Chico no disco sobre a Mangueira?”.

Não. Não tocou com o Chico na Mangueira. Não é pagodeiro. Não é jogador de futebol, nem esteve no Reality Show... É simplesmente nosso maior maestro, e que, infelizmente, já nos deixou, isso foi em junho de 2006, e hoje jaz pouquíssimamente lembrado em seu país. Reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes nomes da música mundial. Nascido em Pernambuco em 1926, formou-se Maestro no Rio de Janeiro no começo dos anos 1950, estudando com os maiores nomes de então. Na década de 1960 foi para os Estados Unidos onde morou e seguiu carreira. O fato de ter estado por lá muitos anos deveria ser um elemento de propulsão de sua imagem no Brasil. Fez músicas e arranjos para os principais cantores e compositores. Marcou uma geração de músicos e instrumentistas.

---

<sup>1</sup> Mário Theodoro é Doutor em Economia pela Université Paris I – Sorbonne. Atualmente exerce o cargo de Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito Humanos e Cidadania – PPGDH da UnB.

---

Uma lenda que, efetivamente, não chegou a nos ser apresentada... ou que ainda não quisemos ver. O paralelo com Milton Santos é inevitável, mesmo sob pena de confundir leitores incultos de Brasil. Milton, outro Santos, que morreu no início deste século, foi considerado um dos grandes geógrafos de que se tem notícia. Ganhou prêmios internacionais com os quais nossa elite intelectual sonha e deseja ardentemente. Negro como Moacir, Milton também passou por beque ou cabeça de área. Sua morte foi também aqui pouco carpida; alguns núcleos nas universidades, outros tantos de *experts* e só. Coincidência a negritude presente numa e noutra história de irreconhecimento? Acho que não. A incultura brasileira é permeada pelo racismo, o que de resto a torna ainda mais nociva. “Negros representando o Brasil? Não chega o Pelé?”. “Senão, todos vão nos ver como um país de crioulos, *los macaquitos!* Já nos basta esta pecha junto aos argentinos?!”

A obra de Moacir Santos é emocionante e basilar. Um inusitado e bem configurado caldeamento de elementos africanos misturados ao jazz e à música brasileira. Lá nos encontramos e resgatamos suas “coisas”, que quando ouvidas nos soam tão familiares. Seus poucos discos e CDs lançados no Brasil são momentos que já nascem como marco. Não sei mesmo se os merecemos. Misturá-lo aqui com esse meu discurso sobre o país chega a ser, de minha parte, um sacrilégio. É que o gosto mau-humorado destas linhas tem a ver menos com sua obra e mais com a nossa. Essa obra perene e diária chamada Brasil. Essa construção mal-acabada, onde vê-se ainda negros que se querem pardos, pardos que se querem brancos, brancos que se querem deuses, e, juntos, findam por eternizar a submissão e a iniquidade. (de um feio face a um menos feio ou de um pobre face a um menos pobre e assim por diante). E que não consegue vislumbrar nem valorizar o belo de nossa história e de nossos feitos diários. Que ainda não se deu conta que um dia, uma negra linda africana passou e nos deixou seus fetiches. Generosamente, nos contemplou, a todos, tingindo nossa fala, nossa dança, nossa música, enfim, a vida brasileira, que insistimos em não querer ver nem compartilhar. Acho que o a obra de Moacir Santos é parte desse legado. E nossa ignorância, infelizmente, a contraparte mais perversa.

---

# Manuel Raimundo Querino (1851-1923) e Estêvão Roberto da Silva (1845-1891)

MARISTELA CARNEIRO<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT  
COORDENADORA DO PPG ECCO – ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Construir uma história das artes visuais que seja efetivamente representativa da diversidade de um povo é uma tarefa desafiadora. Poucos nomes, entre os muitos que pintam, esculpem, gravam e escrevem sobre a história desses diversos afazerem chegam a ocupar postos privilegiados nas paredes e prateleiras de maior visibilidade, ou mesmo a manter carreiras estáveis como profissionais que vivem dos frutos de sua criatividade ou das narrativas que tentam registrar tal diversidade de contribuições e caminhos possível, quando tratamos de história da arte. Se o número de artistas reconhecidos é tímido, um número ainda menor se vê preenchendo as páginas dos catálogos e periódicos, o que, por sua vez, limita de forma decisiva as informações que chegam até nós, representadas por exemplo nos livros que guiam professores e estudantes nas instituições de ensino.

De fato, pouquíssimos rompem essa última bolha e vêm a reclamar um lugar especial no imaginário coletivo de uma época e no que chamamos de história da arte, ora nas linhas de frente dos pincéis, lápis e cinzeis, ora nos bastidores da escrita. As listas ditas “obrigatórias” de artistas que guardamos conosco como as criadoras e criadores das imagens mais marcantes de uma época raramente refletem a complexidade e as contradições que atravessam a história de um

---

<sup>1</sup> Doutora em História e atual coordenadora do PPG em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Docente Adjunta lotada junto à Faculdade de Comunicação e Artes – FCA/UFMT e líder do NEC – Núcleo de Estudos do Contemporâneo (CNPq)

---

território, e em geral são dominadas por nomes de homens brancos que produziram imagens para a apreciação de outros homens brancos, sobretudo das classes dominantes.

Mas o problema da falta de representatividade estaria no modo como fazemos e propagamos história da arte, ou essas narrativas são apenas sintomáticas de uma desolação ainda maior, de um projeto de nação que, desde suas origens, é baseado no genocídio, na discriminação e na exploração econômica predatória?

Afinal, antes das políticas de ação afirmativa que começaram a tomar forma nas décadas recentes, até mesmo o acesso a um curso superior era dificultado a quem não integrava as fileiras da elite. Em seu texto mais conhecido, *Por que não houve grandes mulheres artistas?*, publicado originalmente em 1971 e traduzido para a língua portuguesa somente em 2016, a historiadora da arte estadunidense Linda Nochlin lançou provocações que ainda nos assombram. Para a autora,

[...] o milagre é, dadas as esmagadoras chances contra as mulheres ou negros, que muitos destes ainda tenham conseguido alcançar absoluta excelência em territórios de prerrogativa masculina e branca como a ciência, a política e as artes. (NOCHLIN, 2016, p. 9)

Não é incomum que mesmo aqueles que prevaleceram contra essas “chances esmagadoras” sejam negligenciados em levantamentos históricos extensivos, memoriais, monumentos, documentários, palestras e aulas. Quando falamos, por exemplo, da história da arte acadêmica no Brasil, despontam rapidamente nomes como Victor Meirelles (1832-1903) e Pedro Américo (1843-1905), ambos conhecidos por celebrar grandes acontecimentos em telas de proporções monumentais, bem como os de outros artistas que retrataram a elite ou cenas do cotidiano nacional. Todavia, é raro que se faça menção a Estêvão Roberto da Silva (1845-1891), que geralmente assinava suas pinturas apenas como Estêvão Silva ou E. Silva. Negro e filho de um casal de escravizados, presumidamente libertos, ficou conhecido como pintor de naturezas-mortas (Figura 1). Suas composições se notabilizaram por privilegiar representações de frutas familiares às regiões tropicais do Brasil, mas também por fazer isso com excepcional sensibilidade.

---

FIGURA 1: GOIABAS E PITANGAS, ESTEVÃO SILVA,  
ÓLEO SOBRE CARTÃO, DATA DESCONHECIDA, 24CM X 29CM



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira

Conforme comentou o crítico Arthur de Azevedo, sob o pseudônimo Elói, o herói, ainda em 1887:

Visitem a exposição de quadros de Estevão Silva. Este pintor tem uma especialidade; as frutas, pinta-as com uma perfeição admirável; não me parece que nesse gênero encontre no Brasil competidor que o exceda, nem mesmo o iguale. Há nos seus quadros ananases, mangas, ameixas, cambucás, laranjas, carambolas, melancias etc., que fazem crescer água na boca, tal é a verdade e a consciência com que estão reproduzidos. (ELÓI apud FRANÇA, 2007, p. 245)

Dito isso, ainda que a perícia técnica de Silva fosse reconhecida por colegas e comentaristas contemporâneos, isso não impediu que sua produção fosse empurrada para as margens da história das artes visuais no Brasil. Tampouco impediu que angariasse uma reputação de “rebelde” ao contestar uma premiação, da qual julgava ser merecedor, em exposição geral na Academia Imperial de Belas Artes, na presença do próprio imperador, Dom Pedro II, em 1879. Na mesma ocasião, recusando-se a aceitar uma premiação menor, foi suspenso das atividades da instituição por um ano.

---

Teria Estêvão sido punido tão severamente pelo protesto público se não fosse negro? Teria sido recusado a ele o primeiro prêmio caso fosse branco? Podemos apenas especular – em grande medida porque a história que se conta sobre pessoas brancas é sempre mais vasta do que a história sobre pessoas negras. O que podemos reconhecer é que, como frisa o pesquisador Igor Moraes Simões, quando confrontado com os elementos dominantes da sociedade brasileira, o artista negro carrega sempre a marca de sua negritude (2018, p. 31). É possível supor que um artista branco rebelde seria apenas um artista rebelde, mas um artista negro rebelde em um país ainda marcadamente escravocrata, mais que um incômodo maior, era um ultraje: sua insubmissão não colocava em questão apenas um título ou um evento, mas toda uma ordem social, uma ordem que não estava inclinada a esperar ou perdoar uma negritude que não viesse acompanhada de submissão.

De modo comparável, o artista, historiador e abolicionista Manuel Raimundo Querino (1851-1923) (Figura 2), contemporâneo de Estêvão Silva, é também relegado às margens da história intelectual do país.

FIGURA 2: RETRATO DE MANUEL RAIMUNDO QUERINO



Fonte: Portal Literafro/UFMG

Autor de obras como *Artistas Bahianos* (1909) e *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1918), Querino é uma das peças fundamentais para se compor um panorama daqueles que pensaram a cultura brasileira e chamaram

---

atenção para as influências africanas na formação do país. Entretanto, apesar dos esforços em se escrever histórias alternativas às narrativas dominantes, como o documentário dirigido por Isis Gledhill, *Querino – 100 Anos* (2023), segue sendo uma figura negligenciada, especialmente quando comparado com escritores brancos que teorizaram sobre a raça e a formação do país, como Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

Certamente é válido lembrar que a invisibilidade incômoda de Silva e Querino é, em grande medida, fruto do período em que nasceram. Pela maior parte de suas vidas, ambos viveram e produziram em um regime escravocrata, no qual a submissão da negritude era algo tido como natural em círculos religiosos, científicos e artísticos de elite. Mas as invisibilidades não cessaram com a abolição oficial deste regime. Essa é uma história que se repetiu muitas e muitas vezes, e segue se repetindo. A luta de artistas contemporâneos como Rosana Paulino, Flávio Cerqueira, Criola e Renata Felinto é, sobretudo, uma disputa pela memória de um país com um longo histórico de silenciamentos.

## Referências

- FRANÇA, Cristina Pierre de. A pintura de Estevão Silva e sua relação com a brasilidade. *Encontro de História da Arte*. Campinas, SP, n. 3, p. 241–249, 2007.
- NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* São Paulo: Edições Aurora, 2016.
- SIMÕES, Igor Moraes. Notas, fragmentos, visibilidades e encontros para histórias negras da arte. *Paralelo 31*. V. 2, n. 11, 22–36, 2018.
-

# Uma matriarca na Vai-Vai

NENINHO DE ABALUAÊ  
ESCRITOR E MESTRE CAPOEIRISTAS

Dona Olímpia, batizada como Olímpia dos Santos Vaz nasceu em 08 de novembro de 1920, no bairro do Bixiga, ela foi mãe de Teleco, Claudete, Cleuza, Clélia e do caçula Clayton Carlos. O seu primeiro bloco carnavalesco foi o Campos Elísios, situado no bairro do mesmo nome, na cidade de São Paulo. Motivada pela insistência de seus filhos(as), que eram apaixonados pelo cordão carnavalesco Vai-Vai do Bixiga, transferiu-se contudo para esse cordão onde fundou a ala do Império, encenando por coreografia uma corte, em que suas filhas, Claudete representava a rainha, Cleuza e Clélia atuavam como princesas e os filhos, Teleco configurava como batuqueiro e o Clayton liderava na qualidade de chefe da ala que ficou conhecida como Sente o Drama, cuja a estrutura de linguagem se estabelece por relação coreográfica, caracterizada no senso comum por passos marcados.

Foi nessa vivência que pude perceber o sentido coletivo da mãe, em uma sociedade onde os empobrecidos geralmente são, por várias razões, órfãos. Situação que não foi diferente junto aos entusiastas dessa ala, como foi meu caso encontrei na generosidade da Dona Olímpia a mãe de todos nos. Que se fazia presente em momentos alegres e momentos tristes, sempre com carinho, mas quando o bicho pegava, ela sabia ser dura, porém sem deixar o senso maternal. Hoje já não se fala mais em passo marcado, considerando que isso é uma teatralização coreográfica dos cordões carnavalescos. Nessa onda de passo marcado da Ala do Império eu desfilei, desde o ano de 1963 até o 1972 quando a entidade de cordão se transformou em escola de samba Vai-Vai, que quero chamar atenção para o fato que em escola de samba não existe passo marcado, a linguagem da estrutura cênica coreográfica é o chamado samba no pé.

A conhecida Ala Sente o Drama foi inevitavelmente influenciada pelo sucesso do bailarino Lane Daly, norte-americano, que na década de 1960 emprestou

---

para a dança a interpretação cênica teatral, comportamento artístico que acabou por transformar a estrutura da dança do pé no chão para uma representação de totalidade corporal. Esse estilo persiste, ainda como nuance no tradicionalismo contagiante do samba no pé que tem origem no samba rural da cidade de Pirapora, Interior de São Paulo, onde a presença dos negros na população é evidentemente dominante. É bom falar que por sua vez esse samba rural tem origem no batuque, de influência bantu, sendo dessa maneira, diferente do samba carioca e baiano, é por isso um samba tipicamente paulista. Portanto, que os cordões carnavalescos paulistanos e as escolas de sambas brasileiras até então tinham como tradição que seus passistas desfilavam sambando nos pés, improvisando os passos e fazendo os mais incríveis malabarismos. Desse mesmo modo as mulheres denominadas cabrochas, que desfilavam requebrando e gingando as suas cadeiras, pois eu lembro que naquela época o samba no pé era uma prerrogativa somente dos homens.

Como o samba é uma derivação da religião de matriz africana encontra certamente nela alguns elementos que se fazem presentes no processo lúdico e recreativo que é a escola de samba. Por exemplo, assim, como no candomblé, onde as mulheres jogam somente os cauris (búzios), por tradição elas não são presentes no opelè, que é uma prerrogativa exclusiva dos okòs (homens), enquanto que as mulheres são chamadas de monas, na linguagem yoruba.

Os cordões carnavalescos também eram uma tradição paulistanas, os quais tinham características diferentes das escolas de samba, por usarem a maioria dos seus instrumentos predominantemente ditos pesados, enquanto que as escolas de sambas de origem carioca utilizavam instrumentos ditos leves. Então, que em São Paulo havia outrora três cordões carnavalescos, a saber, o Vai-Vai, o Fio de Ouro, ambos no Bixiga e o Camisa Verde Branco, que se localizava na Barra Funda. Entre esses três cordões o sucesso da Vai-Vai e do Camisa Verde Branco era o clamor do carnaval dos empobrecidos e não brancos na cidade de São Paulo. O cordão Fio de Ouro por se localizar na mesma região da Vai-Vai ficou, infelizmente, ofuscado e por isso teve menos apelo popular. Naquela época os desfiles carnavalescos de São Paulo aconteciam na avenida São João e findavam no Vale do Anhangabaú.

---

O Vai-Vai por ter uma origem no cordão que por sua vez tinha gênese no excesso próprio da corte imperial brasileira, que por ser a única no continente e na sua época que vivia da escravidão adotava um luxo que não encontrava precedentes na história dos reinados europeus razão pela qual essa influência levou os cordões a se fantasiarem todos os anos de estilo Luiz XV, com calças e casacas de veludos retas, sendo por isso hostilizada pelo senso popular.

Mesmo com essas transformações no carnaval o espírito de liderança de Dona Olímpia fazia da sua residência uma espécie de sede paralela da Vai-Vai, por lá passavam artistas, atletas e mesmo políticos. Essa movimentação social em torno da sua pessoa permitia que ela pudesse ser uma interlocutora das pessoas simples do Bixiga em momentos de resolver problemas das famílias empobrecidas de pagamento conta de luz atrasada a internação hospitalar. As dificuldades não lhe furtavam o sorriso e o cantarolar do samba da Vai-Vai. Dona Olímpia faleceu aos 101 anos de idade e deixou marcada sua presença gloriosa na Ala Imperial, deixando na nossa memória do povo pobre do Bixiga, e que não somente nos tempos de cordão, mas, que também nos de escola de samba, pois, que sua família continuou prestigiando a escola de samba e o mundo do samba sem esquecer o ensinamento da matriarca que não existe felicidade na gente quando um dos nossos se encontra triste.

---

# Ismael Ivo – O dom de iludir

NEUSA MARIA PEREIRA<sup>1</sup>

JORNALISTA E MILITANTE

Toda vez que assistia um espetáculo de dança do bailarino Ismael Ivo, tinha a impressão que aquele corpo negro retinto, brilhante, articulado com a natureza dos pássaros possuía o dom de voar. Movimentos intensos, longilíneo, de flexibilidade invejável me transportavam para um mundo, bonito e mágico. Acreditava que tal feito era incapaz de ser produzido pelo ser humano, até ver Ismael Ivo dançar.

Ismael Ivo foi um dos principais nomes da dança contemporânea mundial e mais importante representante desta arte no Brasil. É correto afirmar que este deus de ébano conquistou parte do mundo com a força de sua beleza pessoal que resplandecia em seu rosto quando entregava-se ao êxtase da sua performance. Foi e ainda é reverenciado em várias partes do mundo. Seu talento encontra-se no mesmo nível dos aclamados dos bailarinos Rudolf Nureyev, Mikhail Baryshnikov e Vaslav Nijinski. Como era negro não foi devidamente reconhecido no cenário da dança no Brasil, historicamente, eurocentrista, elitista e racista.

Ismael Ivo colaborou com o desenvolvimento da dança e do teatro em diversos países. Na Alemanha, foi diretor do balé de Viana. Em 1983, durante apresentação na Bahia conheceu o coreógrafo americano Alvin Ailey que se interessou por seu trabalho e lhe abriu as portas para uma carreira internacional sólida. Em 1984, mudou-se para o exterior, onde junto com o diretor artístico Karl Regensburger criou o festival de dança contemporânea ImpulsTanz, em Viena, considerado um dos maiores festivais de dança da Europa. Trabalhou com a bailarina e diretora alemã Pina Bausch. Em 2017, foi diretor do balé da Cidade de São Paulo ligado ao Teatro Municipal de São Paulo onde notabilizou-se por popularizar o corpo de baile local, por meio da entrada de bailarinos negros

---

<sup>1</sup> Jornalista e militante

e moradores da periferia no elenco. Também incentivou o acesso desta parte da população a assistir suas apresentações.

Este afrodescendente de talento inquestionável, foi também bailarino, coreógrafo, diretor, curador, interprete, e criador expressionista foi menino pobre, nascido na Vila Ema, zona leste paulistana. Era filho de empregada doméstica que sempre o incentivou a seguir seu sonho. Estudou dança com bolsa de estudo sendo que, por meio delas, conseguiu integrar o corpo de dança do teatro Galpão. Ismael Ivo morreu em 2017, em São Paulo, vítima de complicações da Covid 19, deixando imenso vazio nos corações dos amantes de sua arte primorosa.

---

# Ventura – O primeiro super-herói do cinema negro português

PAULO MORAIS-ALEXANDRE<sup>1</sup>

PROFESSOR COORDENADOR DA ESCOLA SUPERIOR DE TEATRO E CINEMA DO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA – IPL

É os olhos, acho eu. É o que me dizem. É o também puxar muito ao negrume. É um tipo muito destruído e eu também. Muito tradicionalista, teimoso, e muito secreto. E inatingível. Mete medo, é difícil a relação com ele, foi um tipo que se fechou.

Pedro Costa

Embora de conhecimento limitado em Portugal, o manifesto “Gênese do Cinema Negro Brasileiro”, comumente conhecido como “Dogma Feijoadá”, do realizador Jeferson Rodrigues de Rezende, serviu de ponto de partida para uma definição de “Cinema Negro” que se aplica não só ao caso brasileiro, mas em termos globais. Este manifesto prescreve os sete ingredientes necessários para que uma obra se possa incluir nesta definição. Destes sete princípios, centremo-nos apenas em quatro pontos fulcrais: um primeiro ponto é o relativo à cor da pele do realizador, devendo ser os «filmes dirigidos por realizador negro»; no segundo ponto impõe-se um «protagonista negro»; no quinto ponto estabelece-se uma interdição absoluta: «personagens estereotipados negros (ou não) são

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras, área de História, especialidade de História da Arte, Universidade de Coimbra. Professor Coordenador na Escola Superior de Teatro e Cinema. Investigador Integrado do Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA) da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL). Foi ainda pró-presidente para as Artes do Politécnico de Lisboa e presidente da Escola Superior de Educação de Lisboa.

---

proibidos»; por fim, no sétimo e último ponto, relativo aos heróis, mas também aos vilões, é ordenado que: «super heróis ou bandidos serão evitados.»

Aqui entra, sem dúvida, o cinema do realizador português Pedro Costa e o seu mais emblemático ator, homónimo da personagem, Ventura, cabo-verdiano de nascimento, mas português por adoção.

Conteste-se desde logo o primeiro ponto, mas fundamente-se devidamente esta contestação. Pedro Costa é mais ou menos caucasiano, porque os portugueses não são bem caucasianos, como o vem provando a mais recente evolução da ciência genealógica, onde a pesquisa dos antepassados é realizada, não através de manuais mais ou menos fantasiosos, mas, cientificamente, através da análise de DNA que desagrupa a ascendência por região, percebendo-se que a existência de seres autóctones portugueses puros é um mito sem qualquer fundamento. Paralelamente é muito significativo que Celso Prudente catalogue os portugueses, enquanto ibéricos, ao lado dos asiáticos, dos negros ou dos ameríndios, junto de todas as minorias, por oposição ao que designa por “euroheteronormatividade”, estabelecendo também que, mais do que a cor do realizador, o que importa realmente, o elemento verdadeiramente fundamental, é a dimensão pedagógica do cinema negro, sustentando-se para tal em Tommy L. Lott quando este diz que não se deve seguir a visão biologicamente essencialista do cinema negro.

Mas analise-se a personagem/ator Ventura, que desde a sua aparição na obra *Juventude em Marcha*, datado de 2006, e depois entrou em quase todos os subsequentes filmes de ficção do supramencionado realizador.

Relativamente à cor da sua pele não há qualquer dúvida; quanto a poder ser uma personagem estereotipada, basta ver os filmes em que entra, como *Cavalo Dinheiro*, *Juventude em Marcha* e, sobretudo em *Vitalina Varela*, para se provar à saciedade que este ator/personagem foge a todos os estereótipos. Por fim, relativamente à sua heroicidade, a tal que devia ser evitada, é de tal forma redentora que se considera que Pedro Costa conseguiu criar uma nova forma de personagem de negro.

Desde o primeiro filme que Ventura protagonizou, passando por *Cavalo Dinheiro*, de 2014 e sobretudo *Vitalina Varela*, de 2019, e aqui sendo omitidas, injustamente, as curtas em que participou, que se percebe que, apesar do ator

---

jamais ter frequentado qualquer escola, ou sequer cursado qualquer formação na área da interpretação, se está perante alguém que consegue dotar a personagem de Ventura, ou melhor, as personagens de Ventura, de uma personalidade extraordinária, marcante para todos os que assistem aos filmes e que isso sucedeu em todos os papéis que desempenhou.

É, exatamente, isso que passa para os filmes, em cenas absolutamente impressionantes, de um herói proletário, humano, talvez mesmo demasiado humano, nas suas fragilidades, que é capaz de expor a sua intimidade e medos, como os fantasmas que o assombram, as suas jornadas, seja num elevador como em *Cavalo Dinheiro*, ou no Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em *Juventude em Marcha*, ou mesmo a forma como interage com as outras personagens, seja, desde logo, no seu debute no cinema com Vanda, de novo em *Juventude em Marcha*, mas sobretudo com essa extraordinária Vitalina Varela, também ela uma espantosa heroína negra, nos filmes *Cavalo Dinheiro* e na obra homónima da atriz.

Veja-se depois a heroicidade absoluta do padre sem fé, papel desempenhado por Ventura em *Vitalina Varela* que é absolutamente excepcional, construindo uma personagem absolutamente poderosa, épica, num sentido quase bíblico, que vai oscilando entre o patético e o trágico. O realizador Pedro Costa, citado por Ana da Cunha e Ismael Andrade em “Ventura, o herói dos filmes que levou o bairro das Fontainhas a Cannes”, mostra que entende isso tão bem quando refere: «Era um homem imponente, tinha uma espécie de dignidade que não é frequente, mas às vezes via-o muito maltratado, com sujidade, meio aluado. Impressionou-me isso, o facto de ter esses dois lados: imponente e quebrado»

Perante esta afirmação há um nome que vem imediatamente à memória, o de John Wayne, e torna-se, desde logo, imperioso falar e comparar com o trabalho de Ventura com as personagens, também heroicas, desempenhadas por aquele ator, quer nos filmes de John Ford, quer nos de outros realizadores, sobretudo nos de Howard Hawks. Veja-se a afinidade, em ambos, da presença poderosa, da dignidade, que jamais se perde, mesmo na mais terrível das situações, mesmo quando Ventura vagueia perdido e sem destino.

Mas, por outro lado, importa também definir a heroicidade de Ventura como contraponto à de Wayne, antepondo àquele o novo herói negro como

---

o oposto absoluto ao tradicional herói branco, imaculado na sua força, que Ventura contrapõe ao ser de uma imensa humanidade, evidenciando as suas enorme fragilidades, mas que, ainda assim, é por todos querido e respeitado, alguém que se preocupa com a sua comunidade, mas também alguém por quem a comunidade se preocupa e aqui trata-se, não da comunidade da grande metrópole branca, que ele com o seu trabalho ajudou a erigir, mas de uma comunidade maioritariamente composta imigrantes cabo-verdianos que vive num bairro muito desfavorecido e em condições particularmente difíceis onde grassa a pobreza e o desemprego.

Talvez o seu mais extraordinário e heroico desempenho seja em *Vitalina Varela*, onde encarna a personagem de um padre amargurado que perdeu toda fé, criando uma personagem absolutamente poderosa, épica, mesmo num sentido quase bíblico. Perante todas as provas apresentadas e em jeito de conclusão, considera-se que não resta qualquer dúvida que Ventura é, muito objetivamente, o primeiro super-herói do cinema negro português.

## Referências

- Dogma Feijoada lança polémica in *Folha de S. Paulo*. São Paulo : 2000, agosto, 17, s.p.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac1708200002.htm>; Acedido em 2019, maio, 2.
- CÂMARA, Vasco – “O Ventura é um tipo muito destruído, e eu também” in *Público: Ípsilon*. Lisboa : 2006, maio, 27.
- CARVALHO, Noel dos Santos e DOMINGUES, Petrônio – “DOGMA FEIJOADA – A invenção do cinema negro brasileiro” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. São Paulo: 2018, vol. 33, n.º 96. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/0102-6909-rbcsoc-3396122018.pdf>. Acedido em 2019, maio, 2.
- CRESPO, Nuno – “Vanda e Ventura enquanto heróis: ou a ciência ficção de Pedro Costa” in *L+arte: Leilões + Arte + Antiguidades*. Lisboa : 2009, Dezembro, 1, n.º 66.
- CUNHA, Ana da & ANDRADE, Ismael – “Ventura, o herói dos filmes que levou o bairro das Fontainhas a Cannes” in *Mensagem*. Lisboa : 2024, março, 5. Disponível em:
-

<https://amensagem.pt/2024/03/05/ventura-heroi-filmes-fontainhas-cannes/>  
[Acesso: 2024, abril, 2]

- LOTT, Tommy L. – “A no-theory theory of contemporary black cinema” in *The invention of race: Black culture and politics of representation*. London : Blackwell, 1999
- MORAIS-ALEXANDRE, Paulo – “Pedro Costa e o Cinema Negro” in *Revista do Pemo: Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*. Fortaleza : 2023, vol. 5.
- PRUDENTE, Celso Luiz – “A dimensão pedagógica da alegoria carnavalesca no cinema negro enquanto arte de afirmação ontológica da africanidade: pontos para um diálogo com Merleau-Ponty” in *Revista de Educação Pública : Educação e (Des)Colonialidades dos Saberes, Práticas e Poderes*. Cuiabá: 2014, maio-agosto, vol. 23, n.º 53/1.
- PRUDENTE, Celso Luiz – “A dimensão pedagógica do cinema negro” in VALENTE, António Costa (coord.) – *Avanca | Cinema 2018*. Avanca : Edições Cine-Clube de Avanca, 2018.
-

# A Feminista Paulina Chiziane

PAULO MUEREMBE

UNIVERSIDADE LICUNGO – UL/FLH. DOCENTE E CONSULTOR MOÇAMBIQUE

Paulina Chiziane nasceu a 4 de Junho de 1955, em Manjacaze, uma vila moçambicana localizada na Província de Gaza. Aos 6 anos seus pais se mudaram para Maputo, capital do país, onde cresceu e vive até hoje. Filha de família religiosa cristã, casada aos 19 anos e anos depois se separou, mãe de dois filhos, uma mulher temente à Deus. Em tenra idade fora praticante de ronga e chope, línguas locais faladas no seio familiar. Com o andar de tempo, devido aos hábitos ocidentais aprendeu a falar a língua portuguesa na escola de uma missão católica. É graduado pela Escola Comercial de Maputo. Coursou Linguística na Universidade Eduardo Mondlane, o que por razões político-sociais não pode concluiu o curso.

Em sua juventude, actuou de forma arrojada como membro do Partido Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), na qual militou até a sua desvinculação por não comungar com algumas directivas do partido no pós-independência, no que tange à liberdade económica da mulher, as ideologias do socialismo, o que a levou a se dedicar a escrita e a publicação de suas obras.

Com a eclosão da guerra civil no pós-independência de Moçambique, Paulina Chiziane tornou-se voluntária na Cruz Vermelha durante o conflito, e sua actuação política não cessou após o fim da guerra, em 1992. Em 1997, a autora ingressou para o Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), organização não governamental sedeadada na cidade de Quelimane.

A escritora iniciou a sua actividade literária em 1984, com contos publicados na imprensa moçambicana. Os seus escritos vem gerando discussões sobre assuntos sociais, tal como a prática de poligamia no país.

É a primeira mulher moçambicana e em Moçambique a publicar um romance, sendo que em 1990 publicou seu primeiro livro, *Balada de Amor ao Vento*, onde discutia a poligamia no sul de Moçambique durante o período colonial. Devido à sua participação activa nas políticas da Frelimo, a sua narrativa reflete

---

o mal-estar social de um país devastado pela guerra de libertação e os conflitos civis que aconteceram após a independência, mas só em 2002 é que alcança sucesso como escritora através da publicação do livro *Niketche: uma história de poligamia*. Em 2003 pela Associação dos Escritores Moçambicanos, ganha o Prêmio José Craveirinha, que a notabilizou no seio dos demais escritores da sua época.

Chiziane é feminista e defensora dos direitos humanos, pois seus textos retratam o universo feminino, sua essência no desenvolvimento sócio-cultural, histórico e político de Moçambique com destaque para a experiência feminina, o racismo e o colonialismo. Pelos seus escritos, se tornou a primeira mulher africana a ganhar um Prêmio Camões – considerado o prêmio de maior importância na literatura de língua portuguesa, patrocinados pelos governos de Brasil e Portugal, apesar de em 2016 ter anunciado seu abandono a escrita devido a interpretações que se faziam as suas obras, uma luta travada ao longo da carreira literaria. Já em 2023, foi reconhecida pela BBC-Reino Unido como uma das cem mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo.

As obras de Paulina Chiziane, publicadas em diferentes épocas, como a *Balada de amor ao vento* (1990); *Ventos do apocalipse* (1993); *O sétimo juramento* (2000); *Niketche: uma história de poligamia* (2002); *O alegre canto da perdiz* (2008); *As andorinhas* (2009); *Eu, mulher: por uma nova visão do mundo* (2013); *Ngoma Yethu: o curandeiro e o Novo Testamento* (2015); *O canto dos escravizados* (2017), caracterizam-se pelo protagonismo da mulher negra, realismo social e crítica de costumes, reflexão sobre a condição feminina, fluxo de consciência ou monólogo interior, linguagem lírica e pluralidade cultural.

Das obras acima citadas, a mais célebre e famosa de todos os tempos é a intitulada *Niketche: uma história de poligamia*. Essa narrativa busca empoderar a mulher, seu papel sócio-económico e político. Também, é possível perceber que a escritora usa seus romances para fazer crítica de costumes e destacar a diversidade cultural do povo moçambicano, onde tenta resgatar algumas práticas mágico-religiosas ou valores da época.

Sobre *Niketche*: ‘A personagem principal e narradora do romance é Rami. Ela é casada com Tony, mas o marido também tem relacionamentos com outras mulheres. Então, Rami decide conhecer cada uma delas. Começa por Julieta,

---

com quem acaba se desentendendo e partindo para a briga, porém elas ficam amigas em seguida.

Ao conhecer Luísa, a terceira esposa de Tony, Rami novamente se envolve em uma briga. Dessa vez, as duas são presas. No entanto, Rami também se torna amiga de Luísa. A partir daí, conhece Saly, a quarta mulher, e Mauá, a quinta. Decide aceitar a poligamia do marido. Além disso, torna-se a segunda amante de Vito, que tem um caso com Luísa.

A protagonista e as outras esposas decidem se unir. A princípio, Tony não gosta nada dessa amizade, mas as mulheres resolvem fazer uma “escala conjugal”. Assim, o marido pode ficar uma semana com cada uma delas. Quando Tony é, supostamente, atropelado e morre, Rami tem um relacionamento sexual com Levy, o irmão do marido.

O relacionamento com o cunhado, após a morte do esposo, é parte da tradição no país. No entanto, o suposto cadáver de Tony estava desfigurado, e logo fica evidente que o marido de Rami está vivo. Assim, ao voltar para casa, ele descobre que seu irmão é mais um integrante daquela “dança do amor” (niketche)`.

Contudo, a escritora Paulina Chiziane é apologista da poligamia, pois afirma que em vida os seres humanos partilham tudo menos a partilha de seus cônjuges, publicamente mas partilham.

## Referências

- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Paulina Chiziane. Disponível em: [https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=163H832F-05V95.76549&profile=bn&uri=link=3100018~!937092~!3100024~!3100022&aspect=basic\\_search&menu=search&ri=3&source=~!bnp&term=Chiziane,+Paulina,+1955-&index=AUTHOR](https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?session=163H832F-05V95.76549&profile=bn&uri=link=3100018~!937092~!3100024~!3100022&aspect=basic_search&menu=search&ri=3&source=~!bnp&term=Chiziane,+Paulina,+1955-&index=AUTHOR). Catalogo.bnportugal.gov.pt. Acesso: 12 abr. 2024
- BUALA. DÁ FALA. Blog of african contemporary culture. Apresentação do romance Niketche: uma história de poligamia de Paulina Chiziane. Disponível em: <https://www.buala.org/en/da-fala/apresentacao-do-romance-niketche-uma-historia-de-poligamia-de-paulina-chiziane>. www.buala.org. Acesso 12 Abr. 2024
-

- CHIZIANE, Paulina. (2013). *Eu, Mulher... por uma nova visão do mundo..* Abril, *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, v. 5, n.10 (2013). Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/29695-Texto%20do%20Artigo-101786-1-10-20190809.pdf> Acesso: 11 abr. 2024
- EXPRESSO. Moçambicana Paulina Chiziane vencedora do Prémio Camões: “Conquistei o mundo de pés descalços, aprendi a escrever debaixo de uma árvore”. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2021-10-21-Mocambicana-Paulina-Chiziane-vencedora-do-Premio-Camoes-Conquistei-o-mundo-de-pes-descalcos-aprendi-a-escrever-debaixo-de-uma-arvore-8c3f5076>. Acesso: 12 Abr. 2024
- FREITAS, Douglas; HAILER Marcelo. Paulina Chiziane o ato de colonizar está na mente. Disponível em: <https://revistabastiao.wixsite.com/revista-bastiao/entrevista-paulina-chiziane>. Acesso: 12 abr. 2024.
- GABRIEL, Ruan de Sousa (20 de outubro de 2021). «Escritora moçambicana Paulina Chiziane vence Prêmio Camões: «É o resultado de muita luta»». *O Globo*. Acesso: 12 Abr. 2024
- GOODREADS. Paulina Chiziane. Disponível em: [https://www.goodreads.com/author/list/101955.Paulina\\_Chiziane](https://www.goodreads.com/author/list/101955.Paulina_Chiziane) e [www.goodreads.com](http://www.goodreads.com) Acesso: 12 abr. 2024
- MARTINS, Ana Margarida Dias. The Whip of Love: Descolonising the Imposition of Authority in Paulina Chiziane’s *Niketche*: Uma História de Poligamia. Disponível em: <https://www.jpanafrican.org/docs/vol1no1/TheWhipofLove.pdf>.> *scholar.google.pt*. Acesso: 10 abr. 2024
- ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS. Entidades estrangeiras agraciadas com ordens portuguesas. Disponível em: <https://www.ordens.presidencia.pt/?id-c=154&list=1> e em [www.ordens.presidencia.pt](http://www.ordens.presidencia.pt). Acesso: 12 abr. 2024
- OBSERVADOR. Prémio Camões atribuído a Paulina Chiziane, “a primeira romancista de Moçambique. Disponível em: <https://observador.pt/2021/10/20/escritora-mocambicana-paulina-chiziane-vence-premio-camoes/>. Acesso: 12 abr. 2024
- O PAÍS. Documentário sobre Paulina Chiziane lançado hoje no Brasil. O País – A verdade como notícias. Disponível em: <https://opais.co.mz/documentario-sobre-paulina-chiziane-lancado-hoje-no-brasil/> Acesso 12 abr. 2024
- PERDIGÃO, Yovanka Paquete (22 de dezembro de 2015). «Say What! Where are all the black writers from Portuguese Africa?». *Afrikult*. Acesso: 12 abr. 2024
-

- PVMULHER.BBC 100 Women 2023: Quem está na lista este ano?. Paulina Chiziane, Moçambique. Disponível em: <https://pvmulher.com.br/bbc-100-women-2023-quem-esta-na-lista-este-ano/> . Acesso: 12 abr. 2024
- REMÉDIOS, José Maria (11 de julho de 2016). «Paulina Chiziane: «Não volto a escrever. Basta!»». *Geledes Instituto da Mulher Negra*. Acesso:12 abr. 2024.
- SILVA, Érica Luciana De Souza (2019). *Paulina Chiziane e a voz feminina moçambicana através do texto literário*. Disponível em: CHIZIANE. Paulina. (2013). *Eu, Mulher... por uma nova visão do mundo.. Abril, Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 5, n.10 (2013)*. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/29695-Texto%20do%20Artigo-101786-1-10-20190809.pdf>. Acesso: 11 abr. 2024.
- SOUZA, Warley. Paulina Chiziane. Paulina Chiziane é uma escritora moçambicana cujas obras retratam o universo feminino. Seu livro mais conhecido é o romance “Niketche: uma história de poligamia”. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/literatura/paulina-chiziane.htm> . Acesso 12 abr. 2024.
- TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. Narrativas da moçambicanidade : os romances de Paulina Chiziane e Mia Couto e a reconfiguração da identidade nacional. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em; <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/3339> . Acesso: 12 abr. 2024.
- VISÃO. Portugal, Rádio e Televisão. *Escritora Paulina Chiziane homenageada em Maputo pela Casa de Moçambique em Portugal*. Disponível em: <https://visao.pt/lusa/2010-04-21-mocambique-escritora-paulina-chiziane-homenageada-em-maputo-pela-casa-de-mocambique-em-portugalf556150/> Acesso: 12 Abr. 2024
- WOOK. Paulina Chiziane. Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/paulina-chiziane/25818> Acesso: 12 abr. 2024.
-

# Machado de Assis, escritor afro-brasileiro

ROGÉRIO DE ALMEIDA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE/USP

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) conquistou ao longo de século e meio não apenas o posto de melhor escritor brasileiro, como também o de um dos melhores da literatura universal. Suas obras repousam na mesma estante que sustenta Shakespeare, Dostoiévski, Cervantes, Fernando Pessoa, Walt Whitman, Jorge Luis Borges, Gabriel García Márquez, Victor Hugo, Goethe etc. Sua fortuna crítica, que não para de crescer, somada às numerosas traduções de suas obras e à recepção internacional, além do renovado debate sobre a atualidade de sua obra, atestam que não há exagero algum nessa avaliação.

Por outro lado, embora reconhecido em vida como um grande escritor, também foi duramente criticado. Seus detratores o acusaram, por exemplo, de falta de originalidade, como pontuou Sílvio Romero, ou mesmo de ser omissor na campanha da Abolição, como Hemetério José dos Santos. Após sua morte, os ataques continuaram, como o de Octávio Brandão, que, em 1958, dirá que Machado era cético, cínico e pessimista. Martiniano José Silva é ainda mais duro: “Sem amigos negros e mantendo-se com o cabelo pixaim amaciado, branquificou a própria alma e toda a sua louvada e cultuada literatura”.

A polêmica em torno de sua condição étnico-racial começa assim que morre; na certidão de óbito, lavrada pelo escrivão Olympio da Silva Pereira, consta que sua cor era branca, mesmo numa época em que tal declaração não era obrigatória. Um pouco depois, Joaquim Nabuco protesta em carta a José Veríssimo que este não deveria ter escrito: “Mulato, foi de fato um grego da melhor época”. Nabuco diz: “Eu não o teria chamado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. [...]. A palavra não é literária e é pejorativa. O Machado para mim era branco, e creio que por tal se tomava”.

---

Teria Machado contribuído em vida para seu processo de embranquecimento? Teria sido o escritor alheio à escravidão, ao movimento abolicionista, às teorias raciais que grassavam em sua época? Sua ascensão social – do Morro do Livramento ao Cosme Velho – fez com que abraçasse a vida burguesa da elite branca do Rio de Janeiro, cujo modo de vida é descrito em seus romances?

Tudo leva a crer que não; apesar de sua reiterada discrição, Machado de Assis não foi alheio às discussões de sua época, como testemunha Mário Matos, que descreveu sua ida, “supreendentemente, em carro aberto, às portas da Câmara, ovacionar Nabuco e outros abolicionistas”. A recente pesquisa de Raquel Machado Gonçalves Campos encontrou uma carta do poeta português Gonçalves Crespo dirigida a Machado para expressar sua simpatia ao descobrir que o escritor era “de cor como eu” (termo em voga na época). Além disso, como registra Cristiane Garcia, Machado frequentava a tipografia de Paula Brito, que dava guarida à imprensa negra em meados do século XIX.

Nos registros oficiais consultados por Jean-Michel Massa, consta que os bisavós paternos de Machado eram escravos negros, seus avós pardos forros; por parte da família materna, eram brancos. Portanto, seu pai era pardo, sua mãe branca; e o próprio Machado retratado em sua época como “mulato”. Na década de 1930, o termo mais utilizado para descrever Machado era mestiço. Só foi chamado de escritor negro na década de 1960, quando descoberto pelos estadunidenses. No Brasil, sua condição de escritor negro é devedora das lutas iniciadas ainda na década de 1970 pelo MNU (Movimento Negro Unificado), pela posterior criminalização do racismo na Constituição de 1988, e pelas recentes políticas de ações afirmativas.

Isso não impediu que circulasse, em 2011, um comercial da Caixa Econômica Federal em que Machado era representado por um ator branco. O banco se desculpou, o ator foi substituído, mas o episódio em si é revelador dos mecanismos que estão na base da discriminação racial da sociedade brasileira, que julga não só pelas origens étnico-raciais como também pelos diferentes tons da cor de pele.

Em 2015, a ampliação da foto de uma missa campal realizada em 17 de maio de 1888, em comemoração à Lei Áurea, revelou a presença de Machado de Assis ao lado da Princesa Isabel, fato desconhecido de sua biografia e de suma

---

relevância na recuperação de sua condição racial. De igual importância foi a descoberta recente de uma foto publicada na revista argentina *Caras y Caretas*, de 1908, em que o escritor aparece numa pose descontraída; em seus traços fisionômicos, a marca incontestável de sua africanidade, como aliás atestada por sua máscara mortuária. Relevante também foi a campanha da Faculdade Zumbi dos Palmares que recriou a imagem clássica do escritor restabelecendo uma cor de pele mais condizente com a que vemos, por exemplo, nessa foto de 1908. Atualmente, nos livros e apostilas escolares, bem como para os movimentos negros, Machado figura ao lado de intelectuais afrodescendentes do século XIX, como André Rebouças, Luiz Gama e José do Patrocínio.

O modo como Machado de Assis é retratado historicamente: escritor branco, mulato, mestiço, negro, diz menos de sua condição pessoal do que das tensões raciais presentes em nossa sociedade. Não é uma simples questão de vocábulo, mas é o modo pelo qual cada época escolhe interpretar a si mesma.

Hélio de Seixas Guimarães aponta com muita clareza justamente esse processo histórico. Enquanto vivo, os detratores apontavam seus traços mestiços, enquanto os entusiastas os apagavam. No início do século XX, em meio a teorias racistas, a narrativa predominante associava sua condição de mulato à psicopatologia para considerá-lo exceção. A partir dos anos 1930, Machado torna-se um brasileiro exemplar, justamente pela valorização da sua condição de mestiço. Hoje as questões de cor e raça projetam-no como ícone da negritude.

Essa mudança interpretativa converge com o *modus operandi* da Hermenêutica, como observado por Paul Ricoeur, para quem o que se interpreta num *texto* não é seu sentido oculto, mas o sentido projetado pelo próprio intérprete. Por isso, compreender um *texto* é compreender-se diante do texto. O mesmo vale para a condição de afro-brasileiro de Machado. Cada época compreende-se de modo diferente no exercício de tentar compreendê-lo. E é historicamente positivo o fato de sua condição étnico-racial ser atualmente valorizada.

Entretanto, o debate sobre esse tema não pode ser guiado apenas por expectativas e projeções, é preciso retornar ao que verdadeiramente importa no legado machadiano, isto é, seus textos, para pinçar algumas considerações que não podem ser apagadas ou esquecidas.

---

A primeira delas é que o escritor, conquanto fosse irônico e cruel com a elite carioca, jamais fez humor com a condição do escravizado. O fato de não ser um abolicionista engajado, como muito de seus pares, tem a mais a ver com seu temperamento – e com sua *filosofia*, se se quiser – do que com a causa em si. A nada, exceto à literatura, engajou-se Machado. As poucas polêmicas em que se envolveu foram devido a seu exercício de crítico literário, o qual abandonou para evitar debates. Machado, assim como seu personagem de *O Espelho*, não gostava de debates, discussões ou polêmicas. Preferia a discrição, a conciliação, a diplomacia.

Isso na vida; na literatura, não poupou uma visão trágica de mundo. Foi, nas palavras de Alfredo Bosi, um diplomata terrorista. E seu terrorismo trágico aparece em numerosos de seus escritos. Por exemplo, em *O Caso da Vara* ou em *Pai contra Mãe*. Neste último, em vez de iniciar o conto *in media res*, como costumava fazer, isto é, no meio da ação, opta por um ensaio sobre a escravidão, aos moldes de Montaigne. Publicado em 1906, o conto denuncia o horror do cativo imposto aos africanos e seus descendentes: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado”.

---

# Maria Firmina dos Reis: idealista, engajada, precursora e corajosa.

RONALD ACIOLI<sup>1</sup>

CONSELHEIRO NA FUNDAÇÃO VIVA E NA FUNDAÇÃO GEAP SAÚDE

É preciso revisitar com muita frequência a escrevivência de Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, nordestina, abolicionista, escritora, política, feminista, de personalidade histórica e poética. Alguns a chamam de pioneira, palavra que ao ser debulhada com atenção não a define com presteza. Pioneira, quando despedaça a palavra em significados tantos, remete aos desbravadores, àqueles que avançaram sobre as terras indígenas no velho oeste, ou adentraram os interiores brasileiros para caçar índios, a palavra rescende a bravura, musculatura, força e até porções de violência física e psicológica. Não se pode vislumbrar esse tipo de pioneirismo na vida, nos escritos e na escrevivência de Maria Firmina dos Reis. Não é pioneirismo. Ela transcende essa terminologia.

Ao recolher a corda de feijão-caupi nas campinas maranhenses, nos arrozais dos prados de Guimarães, vamos reconstruindo Maria Firmina dos Reis como precursora, palavra essa que melhor a define na tessitura de uma vida metabólica que envolve a produção de novos sentidos, produz alimentos capazes de energizar o corpo e a mente para ir mais além. Quando se diz que Maria Firmina dos Reis não teve filhos, soa quase como não entender todos os seus inúmeros filhos, irmãos e netos que ela firmemente conduziu em metabolismos lentos, porém firmes e exitosos no emprestado barracão das primeiras letras. Ali não se falava de sobrevivências, ali se praticavam escrevivências de vidas em tal profusão que muitas rescendem até os dias de hoje como brisas que se espalham.

---

<sup>1</sup> Historiador pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Brasília – UNB

---

A humanidade não é privilégio de alguns letrados ou iluminados. A humanidade é dever de quem respira e envolve compromissos de todos para com todos. Generosidade e compaixão, verdadeira comoção pelas dores e misérias alheias, tal qual calhambolas indigentes a fugir dos açoites. Quando os humanos se desumanizam a barbárie impera, a descrença e o ceticismo vicejam como volúpia ensandecida sem alma, sem coração, e como maldição infinita, soçobra a vida ao azorrague e ao verdugo e tudo se despedaça, tudo se extermina.

A maldição dos carrascos é o sangue de inocentes e lutadores como Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luís Gonzaga, João de Deus, Ana Romana e Domingas Maria, Adelina charuteira, mártires da luta abolicionista que representaram a força dos ideais libertários. No aluguel ou no ganho é nas ruas que as consciências se acendem e no contraste entre o privado dos casarios e o público das buliçosas ruas e vielas, as repúblicas e os fatos notáveis se vão formando nas dimensões coletivas de todas as possíveis formas de insurreição.

Nos oitocentos maranhenses a opulência se esfacelava, os grandes comércios com o ultramar minguavam, os preços dos produtos agrícolas despencavam, destacando-se o algodão, o açúcar e o arroz, disseminando a crise na agricultura acentuando a decadência dos tempos de outrora, ricos, auspiciosos e faustosos, sustentados em braços alheios, amparados em costados lacerados a chicotadas, fortunas sem conhecimentos, riquezas por servidão e sem lastros capazes de autossustentação.

O definhar da lavoura se equipara à decadência dos senhores que se veem diante de falsa opulência, de bolsos rotos e vidas dantes discretas, mas que no buliço das ruas e praças nada mais lhes segreda, nada mais se oculta. O povaréu comenta e comenta que fulano e sicrano colocaram seus escravizados ao ganho ou ao aluguel e de tão pouca sorte lhes vivem a sugar as moedas e cobrar as rendas que mal lhes sustentam os esteios da casa maior. Guimarães, melhor dizendo, a vila de São José de Guimarães do Cumã, que data de 1758, um centenário anterior ao nascimento de Maria Firmina dos Reis. Guimarães era desenvolvida e bem adiantada nos oitocentos, dá-se conta de diversas etnias existentes entre os habitantes dessa vila, tais como congos, fulas, angolanas, cabindas, ambas, minas, benguelas, mandingas, moçambiques, cassanges, cacheus, bijagós,

---

angicos, rebolos, entre outros e tal pluralidade de povos negros se explicam por ser o porto de São Luiz um local de desembarque dos carregamentos vindos da África e de Lisboa, alimentados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Por aproximadamente um século, além desse tempo, Maria Firmina dos Reis crescia em letramento, em desenvolvimento intelectual e cidadania, participando da vida literária maranhense, lançando seus escritos abolicionistas totalmente sintonizado com as ideias que se propagavam nos meios sociais mais citadinos e intelectualizados, alquebrando as mentes monarquistas e conservadoras cujas propriedades já se deterioravam e os fogos dos engenhos se apagavam reconfigurando a paisagem em novos aquilombamentos e mocambos dando origem às comunidades hodiernamente conhecidas como comunidades quilombolas.

Uma crise dessa envergadura não se faz do dia para a noite e decerto não atinge a todos igualmente. Os empreendimentos rurais e suas extensões nas cidades vão sendo afetados na medida em que os capitais se encontram empregados e vinculados aos bons resultados e quando estes não acontecem, os mais bem aquinhoados se amparam ao passo que aqueles que dependem da empreitada se endividam. É nessa hora que lançam mão dos recursos que dispõem e Maria Firmina dos Reis assim o percebe e denuncia no conto denominado *Escrava*, o desmembramento de uma família pela venda de dois filhos jovens, fato este que, embora narrado em ficção literária, era corriqueiro nas terras maranhenses.

Vender braços ao sul cafeicultor e amealhar alguns mil réis, ainda que ao custo de muita dor, muito sofrimento ao despedaçar laços familiares.

A liberdade de Maria Firmina dos Reis não era plena, não era absoluta. Ela ampliou sua consciência com as leituras, fortaleceu sua musculatura literária e intelectual com seus escritos refletidos, bem elaborados publicados em jornais da época nas praças maranhenses. Esses artigos eram pregoeiros de diversas denúncias das mazelas que acometiam os miseráveis escravizados, clamavam contra a condição desditosa e de descrença que os assolavam cotidianamente sem qualquer dia de alívio possível, alcançado, este, somente com a morte.

Com seus dedos frágeis e mente arguta, Maria Firmina dos Reis buscou forças para semear, enraizar e nutrir as árvores imaginárias dos sentimentos

---

antiescravistas, almejando frutos abolicionistas capazes de alimentar a sociedade maranhense em patamares mais fraternos, de nutrir aqueles senhores criados no antigo regime, prevalentes nos laços da servidão alimentadas pelos tumbeiros que singram mares e mares a saciar a sede de braços capazes de fazer florescer os lucros rápidos. Sim, nutrir esses senhores de uma seiva nova, ao menos um vago sentimento de fraternidade, de irmandade, e quem sabe, senão de amor ao próximo.

O frescor e a liberdade e vicejam na poesia e na literatura de Maria Firmina dos Reis. Liberdade que perpassa o afeto e amor ao próximo, liberdade que embala os cantos sempre invocados em seus escritos, liberdade ornamentada nas flores e aromas de suas letras, liberdade que se contrapõe à tempestade e invoca a brisa em constante prosa e poesia presente, liberdade que cultua o mar como um tapete estendido abrigoando o vai e vem das ondas como um peito a arfar desprovido do pânico, livre do horror, longe da dor. Liberdade que exalta a virgindade como dádiva aos rubores do pejo, liberdade que celebra a alegria, abraça a paixão e a vida vivificada debaixo dos céus. Liberdade que sufoca a aflição em doces folguedos nas campinas e palmares com força tal que sublima os sentimentos e por todos os recantos transforma a dor em brandas delícias.

Aqueles que dedicam tempo a sorver essas poesias e sua precursora incur-são no romance abolicionista recebem bálsamos em generosas doses e cântaros de frescor, de mansidão e de forte comprometimento com a constante busca pelo alívio àqueles que sofrem o peso da escravização. A nossa benfeitora não parou nos escritos, na literatura, no folclore, na música e na poesia. Foi além, habilitou-se em primeiro lugar para ser professora das primeiras letras e cuidou de seus pupilos com tamanho cuidado, carinho e esmero que praticamente todas as procissões cidadinas paravam em frente da sua casa para lhe render homenagens e ouvir as suaves palavras de Maria Firmina dos Reis, que costumeiramente discursava para enaltecer os valores da educação, da liberdade, da vida em cidadania sem escravização.

Em sua precursora ousadia, engajamento e coragem a professora Maria Firmina dos Reis fez emergir a primeira escola infantil para meninos e meninas conjuntamente, rompendo com todos os padrões da época. Ao não praticar a

---

segregação por sexo, fez juntar em um barracão que lhe foi cedido, meninos e meninas e, a todos, indistintamente, ela lecionava. Seu envolvimento com essa tenra infância foi tão forte que ela amparou muitos deles como seus verdadeiros e verdadeiro amor maternal por anos seguidos ao longo de sua vida. Uma longa vida que deixou a terra no tempo em que faltavam poucos anos para completar um centenário de existência. Uma vila longa e plena de feitos notáveis e muitas realizações. Uma vida engajada e dedicada a muitas outras vidas. A escrevivência de Maria Firmina dos Reis foi tão forte que mesmo soterrada por anos de desleixado esquecimento, bastou um vento forte na poeira dos tempos para reacender seus escritos e com tal força que ela reescrevivenciou letra por letra, linha por linha, página por página de suas tantas vidas, as dela propriamente e a de todos que com ele tiveram a alegria de igualmente construir suas histórias, seus escritos e suas vivências na condição de afro-brasileira. Vida longa à memorável obra de Maria Firmina dos Reis, vida longa às escrevivências de Conceição Evaristo.

---

# Luiz Melodia – A voz do morro

TONINHO VAZ

JORNALISTA, ESCRITOR E BIOGRAFO

Abordar a vida e a obra de Luiz Melodia é, além de uma obrigação do biógrafo, um prazer pessoal, pois mesmo antes de escrever – *Meu nome é ébano*, eu já era seu fã e admirador.

A importância do artista Luiz Melodia, no contexto da música popular, não pode ser avaliada apenas pelos seus méritos como cantor ou compositor, razões principais do seu sucesso. Negro, nascido e criado na favela de São Carlos, no bairro carioca do Estácio, ele sempre se identificou e glorificou suas origens. No futuro receberia, inclusive, a identificação “personal” de Pérola Negra, referência ao seu primeiro sucesso musical. Desde o início – melhor dizendo, desde moleque – Luiz entendeu seu papel na história e se apresentou de forma oblíqua diante de vida, destacando o contraditório:

Tente passar pelo que estou passando

Tente apagar este teu novo engano

Tente me amar pois estou te amando

Baby te amo, nem sei se te amo....

Não é difícil perceber, olhando a sua biografia, que Melodia desde cedo encontrou resistência para se posicionar no chamado “sistema” de valores da sociedade. Seus primeiros obstáculos apareceram no trato com as gravadoras, nos primeiros contratos profissionais e derivados. O broto desta planta já nasceu transversal, fazendo sucesso através de outros artistas, pois sua obra, curiosamente, desde o início, ficou conhecida através de “outros”, embora ele fosse um excelente cantor e intérprete. Quer dizer, os primeiros sucessos de Luiz Melodia vieram através de Gal Costa e Maria Bethânia que gravaram, respectivamente, *Pérola Negra* e *Estácio Holly Estácio*, ainda nos anos 1960. Funcionou como o abre alas para uma carreira feita de glórias e conquistas.

---

É possível dizer, olhando em perspectiva, que a força avassaladora do talento de Luiz Melodia funcionou como um aríete abrindo espaço no mercado de trabalho e na vida. Ainda durante a produção dos primeiros discos surgiram os problemas com as gravadoras. Apesar da ótima receptividade dos primeiros álbuns (de vinil), ele costumava fugir das regras, que recomendavam ao artista lançar um disco a cada ano. Mas, com ele, não. Ele dizia:

“Querem me produzir, me direcionar pela visão deles de arte. Não vai dar certo, o artista sou eu.”

No sentido estético da palavra, Melodia mantinha esta coerência em seus discos: o terceiro álbum, *Mico de circo*, de 1978, com a fama já consolidada, era uma homenagem direta ao morro de São Carlos e seus personagens, incluindo marginais e bandidos. Sem distinção. Todos citados no encarte do vinil, dezenas de nomes de pessoas, a maioria desconhecidas do público: Drô, Candeia, Nelson Galinha, Getúlio Vargas, Roberto Dinamite, Djalmão, Paulinho Supri (encarregado do suprimento das drogas) ...etc. Fidelidade com o universo afetivo. Em um certo sentido, é possível dizer que a música e a arte salvaram e protegeram o jovem Luiz da marginalidade. Caso ele não tivesse talento musical, muito provavelmente teria sido um bandido.

Filho de um ex-funcionário do serviço portuário do Rio, Luiz herdou do pai o “sobrenome”, digamos, artístico: Oswaldo Melodia, músico amador e personagem relevante no morro de São Carlos. Era pastor da igreja Batista. A mãe, Eurídice era, singelamente, “do lar”. Tinha três irmãs, com as quais mantinha uma estreita relação afetiva. Por exemplo: desde que tinha o hábito de brincar com as palavras, muitas vezes invertendo o sentido delas, Luiz nominou seu álbum, lançado em 2014, como *Zerima*, homenagem obliqua à irmã Marize, falecida prematuramente. Que artista daria ao seu disco o título de *Zerima*? Neste sentido, Luiz era radical.

Antes de pegar o lápis e a caneta na escola, ele pegou um violão. E com ele se abraçou, deixando o estudo formal em segundo plano. Ou terceiro. Sua expertise e talento com as palavras, era um dom nato e incontornável. Aos 13 anos, ele sabia poucas coisas da vida, uma delas é que queria ser um ídolo da jovem guarda, como Roberto e Erasmo Carlos. E cantava nas vielas do São Carlos:

---

Quero que você me aqueça neste inverno  
E que tudo mais vá pro inferno

A vida largada pelas ruas do Rio de Janeiro, a vida de dândi, chegaria ao fim em 1977 quando ele conheceu Jane Reis, durante um ardente verão em Salvador, Boca do Rio. Deste encontro nasceu Mahal, o filho, que recebeu este nome em homenagem ao músico americano Taj Mahal, um dos seus ídolos na música.

Com o prestígio consolidado, vieram as viagens internacionais, a primeira delas, em 1985, para a França, com apresentação agendada no Festival de Antibes, na Cotê D'Azur. Logo em seguida, outra apresentação igualmente sofisticada na Bélgica, onde cantou na Praça Cívica, no coração da capital, Bruxelas. Pode-se resumir que durante anos Luiz rodou o mundo, Alemanha, Suíça, Angola, Dinamarca, etc, sempre fascinando e encantando as plateias. A civilização branca, europeia, ficava conhecendo a voz de um morro carioca. A imprensa especializada destes países se fartou de assuntos originais, ele aparecia em vários jornais e revistas. Suas duas apresentações em Lisboa, na sofisticada Federação da Caixa de Depósito (muita semelhança com a nossa Casa França-Brasil) fizeram enorme sucesso, arrastando multidões. À passeio, apenas um período de dez dias de férias com a família (Jane e Mahal) em Nova York (aliás, ele detestou a cidade, resmungando ironicamente que “é cheia de bandidos e lugares sinistros”).

Um episódio curioso e emblemático aconteceu durante a negociação para um show na Europa, quando um empresário quis saber se Luiz poderia viajar sozinho, sem a Jane (com o indisfarçável propósito de baratear os custos). Ele respondeu:

Você precisa entender que eu sou convidado dela, que é a minha empresária.

No final, com a vida já resolvida, Luiz Melodia contabilizava 19 discos lançados no mercado brasileiro, além de participações em álbuns de outros artistas. Muitos shows e muitas turnês, dentro e fora do Brasil, enriquecem seu currículo.

E, por fim, um momento significativo na hora da despedida, em 2016, quando, vitimado por um câncer na medula, Luiz sucumbiu diante da doença, apesar do aparato médico que lhe foi dedicado. No seu sepultamento, numa manhã de agosto, no cemitério São João Batista, cercado por um grupo de amigos chorosos e inconformados, uma mulher anônima e emocionada gritou em alto e bom som:

– Viva a resistência negra nesse país, viva a cultura das favelas, viva Luiz Melodia!

# Mostra Internacional de Cinema Negro: a dimensão pedagógica do cinema negro na história a partir das mãos negras.

ANA VITÓRIA PRUDENTE<sup>1</sup>

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FE-USP

Em 1999 tivemos na Faculdade de Educação da USP (FEUSP) o seminário “O negro educação e multiculturalismo”, quando também houve uma visita a convite da professora Selma Garrida, então diretora, professor Afrânio Mendes Catani e o Celso Luiz Prudente, na época doutorando, ao Ministério da Cultura pela FEUSP. O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sugere ao Celso que ele crie uma mostra de cinema negro, (ALMEIDA, 2021). A Mostra Internacional do Cinema Negro (MICINE) surge, então, a partir de uma série de discussões a respeito população negra no contexto da Educação e Cultura, nos espaços acadêmicos da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

A MICINE se apresenta como um espaço de visibilidade e de afirmação das identidades negras por meio das experiências estéticas da negritude, e sobretudo do Cinema Negro – como cinema das minorias vulneráveis, e para tanto seu programa é fundamentado pela Dimensão Pedagógica do Cinema Negro. (...) A dimensão pedagógica da MICINE está no libertar-se do preconceito e por permitir, na possibilidade de as maiorias vulnerabilizadas, notadamente

---

<sup>1</sup> Gestora Cultural e Pesquisadora. Responsável pelos Programas Educacionais da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), bem como o Pedagógico do Festival de Inverno de Campos do Jordão. Assistente de curadoria da Mostra Internacional de Cinema Negro (MICINE) e assistente de produção no programa Quilombo Academia da Rádio USP. Bacharel em Artes Cênicas pela UNICAMP com licenciatura em Artes pela Universidade de Évora, em Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo.

---

minorizadas nos espaços de poder e de saber hegemônicos, construir sua imagem de afirmação positiva. (PRUDENTE, 2023, p. 133).

A sugestão de Gil a Prudente não se deu sem razão, Celso Luiz Prudente foi o primeiro pesquisador a pautar o Cinema Negro em uma pesquisa acadêmica, ao escrever sua dissertação de mestrado em 1995: “Barravento: o negro como possível referencial estético no cinema novo de Glauber Rocha”. A MICINE é, portanto, a Mostra de Cinema Negro mais longeva do Brasil, além de ter sido a pioneira a tratar esse recorte cinematográfico, servindo de inspiração para muitas outras que surgiram a posterioridade, mas que não conseguiram ter essa sequência de edições anuais consecutivas:

Ao longo da história do Cinema Negro brasileiro temos acompanhado, após o surgimento da MICINE (que foi o primeiro empreendimento nesse sentido), o aparecimento de eventos que também celebram a africanidade por meio da linguagem cinematográfica. Entretanto, muitos deles há tempos não acontecem mais, ou não tiveram suas edições continuadas de maneira anual consecutiva, além de geralmente não se envolverem outras linguagens artísticas. (PRUDENTE, 2023, p.99).

A Mostra é um programa acadêmico-cultural. Na perspectiva acadêmica é importante pontuar que é um evento que se estabelece como um projeto de Extensão Acadêmica pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), além de contar com exposições, mesas de debates e publicação em algumas faculdade da Universidade de São Paulo (USP). E como evento cultural acontece em aparelhos culturais do Estado e da iniciativa privada, com exposições de filmes, mesas de debate, apresentações performáticas no campo das Artes Cênicas e Dança, além de performances musicais, por meio das músicas temas que são lançadas a cada edição da MICINE.

A programação integra longas e curtas-metragens; disponibiliza o acesso gratuito às produções fílmicas; gera debates que favorecem a formação de público; homenageia figuras públicas da cena política, educacional, artística e empresarial; além de mais recentemente em sua história lançar livros e músicas temáticas a cada edição, sendo não apenas um projeto pessoal do curador,

---

mas, também, de extensão dentro do contexto acadêmico da universidade pública. (PRUDENTE, 2023, p. 132).

E considerando toda essa ampla de atuação, que ultrapassa o que comumente se vê nas Mostras e Festivais de Cinema; levando em conta, também, que estamos na vigésima edição anual, consecutiva; e reconhecendo o valor e a importância dos espaços culturais e acadêmicos que a MICINE ocupa, que entendo a Mostra Internacional do Cinema Negro não como um evento, ou como um projeto, mas sim como um programa de expressão de singularidades. Conforme é apresentada na dissertação de mestrado “Mostra Internacional De Cinema Negro: A Educação Nas Relações Étnico-Raciais Para Além Da Euroheteronormatividade”, a MICINE é uma tentativa de fragmentação da euroheteronormatividade, utilizando-se de diversas linguagens para uma mobilização do status quo atribuído ao euro-hétero-macho-autoritário:

A MICINE não acontece de maneira inesperada, as edições são pensadas com uma organização de pelo menos dois anos, planejadas do ponto de vista temático e financeiro, a fim de que se torne viável a estruturação de um programa que envolve tantas materialidades: escrita de artigos, publicação de livro, seleção de filmes, exibição de filmes, exposições performáticas (musicais e cênicas), produção de uma música tema, gravação da música tema, planejamento das mesas de debate, planejamento da premiação e até mesmo o lançamento de filmes do curador. Chamar a Mostra Internacional de Cinema Negro de evento seria reduzir esse programa cultural a apenas uma das suas capacidades. (PRUDENTE, 2023, p. 137).

Ao recontar a história a partir das mãos negras não podemos nos esquecer das mãos de Celso Luiz Prudente, idealizador e curador da Mostra Internacional de Cinema Negro; e das mãos de todos os cineastas negros, atrizes e atores, produtores, roteiristas e mais diversa quantidade de artistas e militantes que participam com suas produções nesse programa acadêmico-cultural, e que foram homenageados em premiações que visam fragmentar a proposta de monocultura em um país tão diverso, ainda mais considerando que os elementos da africanidade e negritude são tão marcantes.

---

## Referências

- ALMEIDA, Rogério de. Apresentação. In: Celso Luiz Prudente; Rogério de Almeida. (Org.). **Cinema negro: educação, arte, antropologia**. 1ed.SÃO PAULO: FEUSP, 2021, v. 1, p. 9-11.
- PRUDENTE, Celso Luiz. **Barravento: O negro como possível referencial estético do Cinema Novo de Glauber Rocha**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- PRUDENTE, Ana Vitória L. S., **Mostra Internacional De Cinema Negro: A Educação Nas Relações Étnico-Raciais Para Além Da Euroheteronormatividade**. Dissertação de Mestrado. UNIFESP: São Paulo, 2023.
-

# O cinema negro brasileiro

NOEL DOS SANTOS CARVALHO<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

O termo cinema negro diz respeito às noções difundidas entre os seus praticantes e até entre os acadêmicos para designar as realizações e estéticas propostas por artistas negros no campo audiovisual. Em síntese são designações ligadas aos interesses dos produtores, diretores, críticos e curadores. Nesse emaranhado de definições há tantos cinemas negros quanto o número de interessados em criá-los.

Ocorre que pensar uma teoria acadêmica para o cinema negro pode iluminar questões mais amplas sobre a experiência histórica dos negros na América e no Brasil. Embora todas as designações e explicações sobre o cinema negro sejam eficazes para explicar o fenômeno cinema negro, nem todas são reflexivas o suficiente para testar e criticar as suas afirmações. Em boa medida muitas são essencialistas, interessadas politicamente e não avançam para além da experiência local. Nesse breve artigo apresento algumas teorias acadêmicas originárias de pesquisas sobre o cinema negro brasileiro. Em seguida apresento as formulações dos cineastas e críticos.

## TEORIAS DO CINEMA NEGRO

Alguns acadêmicos construíram teorias para abarcar o cinema negro brasileiro. Para Carvalho (2006; 2012) o cineasta Zózimo Bulbul inaugurou o cinema

---

<sup>1</sup> Sociólogo e professor de cinema no Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Multimeios – UNICAMP. Concentra pesquisas no campo da sociologia do cinema com foco nas conexões entre cinema, política e cultura brasileiras; cinema e identidade negra; produção, inovação e mercado cinematográfico.

---

negro quando incorporou aos seus filmes – *Alma no Olho* (1973), *Aniceto do Império em dia de alforria (?)* (1983) e *Abolição* (1988) – as pautas racialistas, socialistas e africanistas defendidas pelos movimentos negros das décadas de 1970 e 1980. Embora outros diretores negros tenham realizado filmes antes – como Haroldo Costa e Cajado Filho – o que Carvalho chama de cinema negro é o alinhamento estético e político com o ativismo negro promovido por Bulbul.

Já para o pesquisador Celso Prudente (2021) o cinema novo foi o deflagrador do cinema negro. Sua teoria se alinha as posições dos cineastas do cinema novo que viam os filmes do movimento como formas pioneiras de representação não alienada do negro e do povo brasileiros. Para Prudente os marcos do cinema negro são os filmes que compõem a obra do diretor Glauber Rocha que tematizaram o negro. A partir deles, uma geração de realizadores negros produziu um cinema negro que afirmou a negritude, a africanidade e combateu os estereótipos raciais. Essa postura estética e política é a da “dimensão pedagógica do cinema negro” – termo cunhado por prudente – que busca construir imagens positivas da africanidade.

As pesquisadoras Edileuza Penha de Souza e Ceíça Ferreira (2017) chamam atenção para o cinema produzido por mulheres negras. Elas detectam a presença de realizadoras negras nos anos 1980 e 1990 e a produção de jovens diretoras na atualidade. Para dar conta dessa produção, Souza (2020) formulou o conceito de “cinema negro no feminino”, cuja proposta é “denunciar e combater o racismo, o machismo, a homofobia, e as múltiplas formas e especificidades de discriminações e preconceito tão arraigadas na sociedade. (Souza, 2020, p. 180-181) As autoras avançam sobre domínios exclusivos da experiência das mulheres negras: o combate ao machismo, a solidão, os afetos, a educação das crianças negras etc.

Por fim, Oliveira (2016), a partir da sua experiência de curadora, fez o levantamento das pesquisas e movimentos do cinema negro. Seu objetivo é chegar aos filmes produzidos por mulheres negras. Para tanto se apoia nos trabalhos produzidos por Carvalho (2006; 2012), Souza (2013) e na sua experiência de curadora. Seu texto “Kbela e cinzas o cinema negro no feminino do Dogma Feijoadado aos dias de hoje” faz um preciso inventário das teorias e movimentos do cinema negro.

---

Muitos outros estudos foram feitos nos últimos anos, mas não cabem nos limites desse texto. Boa parte deles gravita em torno das questões postas pelos analistas acima. Uma outra parte, mais volumosa, trata das representações do negro nos filmes e não enfrentam diretamente a questão teórica sobre o cinema negro brasileiro.

## MANIFESTOS POR UM CINEMA NEGRO

Nos anos 1960 o impacto das lutas de descolonização no continente africano e pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América colocou a problemática da cultura e do cinema negros na ordem do dia na imprensa, na mídia e na política.

Em 1965 o cineasta David Neves apresentou em Genova o manifesto intitulado *O cinema de assunto e autor negros no Brasil* no qual advogou o nascimento de uma “modesta fenomenologia” do cinema negro brasileiro a partir de cinco filmes: *Barravento* (1962), de Glauber Rocha, *Ganga Zumba* (1964), de Cacá Diegues, *Aruanda* (1960), de Linduarte Noronha, *Esse mundo é meu* (1964), de Sérgio Ricardo, e *Integração racial* (1964), de Paulo Cesar Saraceni (Carvalho, 2006, p. 311). Segundo ele o assunto negro assumia os modos: 1) comercial – em que se explorava o exotismo racial; 2) autoral – baseada em pesquisa cultural; 3) e indiferente ao tema negro – “onde o assunto negro seja apenas um acidente dentro de seu contexto” (Neves, 1968: 75).

Na década de 1970 um cinema negro realizado por cineastas negros entrou em voga alavancado pelos movimentos negros. O cineasta Orlando Senna (2018) em 1979 apontou a necessidade de um cinema negro no texto, *Preto-e-branco ou colorido (O negro e o cinema brasileiro)*. Para ele a ausência de negros na produção de filmes decorria do fato dos produtores estarem distantes dos anseios e da realidade do povo negro. E do fato dos negros não ocuparem as posições de poder na indústria cultural. Concluiu que um cinema negro só seria possível se essa população orientasse as tomadas de decisão na cadeia de produção cinematográfica. Ou seja, assumisse o poder de decisão sobre os filmes.

---

Em 1976 a ativista Beatriz Nascimento escreveu uma dura crítica ao filme *Xica da Silva* (Carlos Diegues, 1976) – *A senzala vista da Casa-Grande* – na qual fica subentendida a demanda por um cinema negro. Depois de criticar a estereotipia da mulher negra feita pelo filme, Beatriz chama atenção para o personagem Teodoro que poderia funcionar como um contraponto à sexualização exagerada da personagem Xica. O texto é uma demanda dos movimentos negros da época que reivindicavam novas imagens para o negro.

No final da década de 1990 dois manifestos propuseram um cinema negro brasileiro: o Dogma Feijoada e o Manifesto do Recife. O primeiro surgiu em 1999 e propôs sete mandamentos para o cinema negro brasileiro: 1) O filme tem que ser dirigido por um realizador negro; 2) o protagonista deve ser negro; 3) a temática do filme tem que estar relacionada com a cultura negra brasileira; 4) o filme tem que ter um cronograma exequível; 5) personagens estereotipados, negros ou não, estão proibidos; 6) o roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro; 7) super-heróis ou bandidos deverão ser evitados.

Já o Manifesto do Recife foi lançado no Festival de Cinema de Recife em 2001, com uma pauta política explícita. Sua tese central foi a de que as representações do Brasil no audiovisual eram deformadas e estereotipadas, devido à ausência de negros nas funções de poder e decisão das empresas de comunicação públicas e privadas. O manifesto propôs que as empresas de comunicação adotassem políticas de ações afirmativas para assegurar a presença dos grupos sub-representados e interromper o ciclo de exclusão dos negros e a alienação das imagens do país.

Nos últimos anos realizadoras negras reivindicaram um cinema negro feminino. Embora não se orientem por nenhum marco fundador, o depoimento abaixo da cineasta Viviane Ferreira é bastante esclarecedor:

“Não existe uma disposição ou uma perspectiva do que a gente chama como o movimento político do cinema negro... pra encaixotar a gente em um formato. Encaixotar esse movimento em uma forma X, Y ou Z, porque a ideia mesmo é ocupar todos os espaços. A ideia é que corpos pretos possam explorar

---

todos os gêneros. Todas as formas de fazer cinematograficamente. Disputar esses espaços e se entranhar neles, sair desconstruindo cada estereótipo sobre este corpo preto. (Monteiro, 2017, p. 232).

## **CINEMA NEGRO COMO CRÍTICA CULTURAL**

O cinema negro é uma prática dos cineastas, críticos e curadores, mas também objeto de reflexão de teóricos e acadêmicos. Se os primeiros têm as políticas de produção na base das suas demandas, os teóricos não são diferentes nos seus interesses e disputas no interior da academia.

No entanto as teorizações buscam fazer proposições apuradas em documentos, teorias e análises. Procuram construir uma história e tradição, propor reflexões críticas dos filmes, estudar os contextos de cada produção e movimento a partir de análises acuradas das relações entre política, arte e cultura negras. Esse esforço de pesquisa demarca um princípio de teorização que a academia pode realizar com rigor e precisão.

Uma análise e teoria do cinema negro pode ser uma modalidade de crítica de cinema. É preciso, para isso, afastar o essencialismo racial, cultural e histórico das explicações nativas reprodutoras dos mitos nacionais e étnicos. As identidades são fundamentalmente fluídas, conjunturais, contrastivas, situacionais e políticas. O antídoto contra a reificação é a abertura para a imaginação e a invenção de novos paradigmas, convenções e métodos para refletir sobre a história e a cultura. Nesse sentido, uma teoria do cinema negro pode ser inovadora e abrir sendas para a reflexão sobre a cultura e o cinema brasileiros.

### **Referências**

CARVALHO, Noel dos Santos. Cinema e representação racial: o cinema negro de Zózi-  
mo Bulbul. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

---

- CARVALHO, Noel dos Santos. “O produtor e cineasta Zózimo Bulbul – o inventor do cinema negro brasileiro”. In: Revista Crioula. n. 12, nov. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57858>>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- SENNA, Orlando. Preto-e-branco ou colorido (O negro e o cinema brasileiro). Catálogo do 20º Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Fundação Clóvis Salgado, 2018.
- FERREIRA, Ceíça; SOUZA, Edileuza Penha de. Formas de visibilidade e (re) existência no cinema de mulheres negras. In: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti. Feminino Plural: mulheres no cinema brasileiro. Campinas, Papyrus, 2017.
- MONTEIRO, Adriano. Cinema Negro: Racialidade e Relações de Poder no Campo do Audiovisual Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Espírito Santo, 2017.
- NASCIMENTO, Beatriz. A senzala vista da casa-grande. Opinião, Rio de Janeiro, p. 20-1, 15 out. 1976.
- NEVES, David. O cinema de assunto e autor negros no Brasil. In: Cadernos Brasileiros: 80 anos de abolição. Rio de Janeiro, Editora Cadernos Brasileiros, ano 10, n. 47, p. 75-81, 1968.
- OLIVEIRA, Janaína. “Kbela” e “Cinzas”: o cinema negro no feminino do “Dogma Feijoada” aos dias de hoje. Avanca, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/27618018/\\_Kbela\\_e\\_Cinzas\\_o\\_cinema\\_negro\\_no\\_feminino\\_do\\_Dogma\\_Feijoada\\_aos\\_dias\\_de\\_hoje](https://www.academia.edu/27618018/_Kbela_e_Cinzas_o_cinema_negro_no_feminino_do_Dogma_Feijoada_aos_dias_de_hoje). Acesso em: 08 fev. 2022.
- PRUDENTE, Celso Luiz. A imagem de afirmação positiva do ibero-ásio-afro-ameríndio na dimensão pedagógica do Cinema Negro. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 47, p.1-19, Dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Dzq-QR53y4s9gZbNH7NGjtWN/>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- SOUZA, Edileuza. P. de. Mulheres negras na construção de um cinema negro no feminino. Aniki: Revista Portuguesa de Imagem em Movimento, Portugal, vol.7, n.1, p.171-188, 2020. Disponível em: <https://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/issue/view/22>. Acesso em: 07 fev. 2022.
- SOUZA, Edileuza. P. de. Cinema na panela de barro: mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Educação, Brasília, 2013.
-

# Maria Firmina dos Reis: mulher, negra e abolicionista, uma maranhense

CLAUDIA COSTIN  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV

Em meio à pandemia, resolvi ler diferentes obras de autoras negras, entre elas a afro-americana Toni Morrison, com o magnífico “Amada” e a nigeriana Chimamanda Ngozi e sua obra ficcional “Meio sol amarelo”, inspirado nas histórias que sua avó lhe contava sobre a guerra da Biafra ( sem contar a moçambicana Paulina Chiziane com seu “Niketche”, com o provocativo subtítulo “Uma história da poligamia, que deixarei para outro artigo). Faltava uma do Brasil, mas ocorreu-me descobrir quem foi nossa primeira escritora negra e, surpresa, dei-me conta que se tratava também de uma das primeiras escritoras brasileiras que a historiografia oficial registrou.

Trata-se da maranhense Maria Firmina dos Reis, com seu romance Úrsula, uma obra precursora da literatura afro-brasileira e um marco na literatura brasileira do século XIX. Publicado em 1859, o romance retrata a vida de uma heroína branca e órfã, Úrsula, e sua trágica história de amor com Tancredo, uma paixão proibida. A narrativa inclui também a história de Túlio e de sua mãe Susana, escravos que sofrem com a brutalidade da escravidão, personagens com que a autora aproveita para mostrar as características da sociedade escravocrata da época.

Desta maneira, Maria Firmina dos Reis utiliza sua obra para denunciar as injustiças e atrocidades da escravidão, e da sociedade patriarcal, oferecendo uma visão crítica e humanizada das vítimas desse sistema desumano. O estilo narrativo é bem diferente do de Morrison e Chimamanda, já que escrito durante o século XIX, no segundo reinado e marcados por vivências bens distintas das de seus contemporâneos, escritores brancos e do sex”o masculino

Na verdade, Firmina dos Reis não estudou na Europa nem pôde debater suas teses com intelectuais do período. Seus escritos, publicados com o pseudônimo

---

de “Uma Maranhense”, refletiam uma reflexão sobre um mundo conhecido de perto: o mundo das “sinhas” brancas, mas nem por isso com autonomia para gerir suas vidas e seus amores, em especial no meio rural e o mundo ainda mais opressivo dos escravizados.

Ao ler a obra, me debati com meu comportamento, um tanto indisciplinado, de leitora apaixonada por ficção, mas certamente não de especialista em literatura ou de crítica literária. Estranhei o estilo que me pareceu, no início, demasiado romântico, certamente espírito de época, e depois evoluiu para torcer por um desfecho feliz. Aos poucos, porém, descobri, entre as páginas do texto, uma escrita fluida e instigante, que combinava uma história bem contada com ativismo contra a opressão de mulheres e escravizados.

Depois de acabar, senti-me dialogando com as outras autoras que preencheram meus dias então marcados pelo isolamento social do período pandêmico. Conversava mentalmente com Toni Morrison, contando-lhe da coragem e pioneirismo da maranhense, de sua luta e da história de amor impossível por ela publicada, que teria se passado pouco antes da relatada pela norte-americana. O belíssimo *Beloved*, ambientado em 1873, inspirado em uma história real, trazia o testemunho de uma época em que os Estados Unidos começavam a lidar com as feridas deixadas pela escravidão abolida 10 anos antes.

Já o livro da Chimamanda Ngozi, *o Meio Sol Amarelo*, traz outra perspectiva, a de uma das inúmeras guerras do século passado, marcadas pelo tribalismo que cindiu seu país, a Nigéria. Romance memorialista, se se pode usar esta expressão, contém muito do que sua avó lhe contava sobre a triste guerra fratricida da Biafra (1967-1970), em que morreram cerca de um milhão de pessoas. Mas na obra também aparecem relatos de opressão e de amores difíceis. Afinal, são temas recorrentes em condições de limitação de recursos e de ódios aos inimigos errados.

Nos meus diálogos imaginários com a autoras, pedi à Chimamanda que me perdoasse por não entender bem o ódio entre irmãos. Lembrei-me de uma música do Alpha Blondy, cantor da Costa do Marfim que ouvia alguns anos depois que voltei de Angola, o *Multipartisme* em que ele criticava o tribalismo.

Mas minha conversa com as autoras negras sobre a obra de Maria Firmina deu um salto quando, no fim da reclusão e já vivendo uma fase de dolorido luto

---

pela perda para a COVID do meu companheiro de vida, tive acesso a um dos livros mais belos que pude ler, *Um defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves. Também passado no século XIX, em período próximo à publicação da obra de Firmina dos Reis, a obra conta a história de uma africana sequestrada no Reino de Daomé quando criança e trazida como escrava para a Bahia. Kahinde, a narradora, consegue mais tarde sua alforria, volta a África, mas retorna para buscar seu filho, para quem escreveria o livro. A necessidade de se defrontar com suas dores resultantes de um estupro ocorrido quando ainda menina, da falta de liberdade, de um medo constante, trouxe para mim uma percepção profunda do que é ser privado do direito de se sentir humano, mas não do impulso de lutar para que se possa resgatar o que nos define, a liberdade e a solidariedade com nossos irmãos.

Com Ana Maria Gonçalves não pude construir um diálogo fictício. Afinal, ela ainda vive e vive em mim o desejo de processar todos estes sentimentos que afloram quando tenho contato com vidas reais ou inspiradas por personagens históricas, que a boa literatura nos proporciona. Um dia, quem sabe tenha a chance de lhe falar sobre Úrsula e o imaginário de uma escritora maranhense negra e abolicionista.

Um dos aspectos mais marcantes de “Úrsula” é sua abordagem da feminilidade branca sob o olhar de uma autora negra. A protagonista desafia estereótipos racistas e sexistas, revelando sua complexidade emocional e intelectual. Ao mesmo tempo em que sofre com a violência e a subjugação, Úrsula também busca se afirmar como sujeito ativo de sua própria história

Além disso, o romance apresenta uma linguagem cuidadosamente elaborada, com descrições detalhadas e diálogos vívidos, que transportam o leitor para o ambiente exuberante e opressivo do Maranhão colonial. A autora também utiliza recursos literários, como metáforas e simbolismos, para enriquecer a narrativa e transmitir suas críticas sociais de forma sutil e poderosa.

“Úrsula” é, portanto, uma obra de grande relevância histórica e cultural, que contribui para ampliar nossa compreensão da experiência afro-brasileira e para resgatar a voz e a dignidade das mulheres negras na literatura brasileira. Maria Firmina dos Reis, através de sua escrita poderosa e comprometida, oferece um testemunho impactante da luta pela liberdade e pela igualdade em uma sociedade marcada pela injustiça e pela desigualdade.

---

# Tula Pilar (1970-2019) – herança e legado

PATRÍCIA CERQUEIRA DOS SANTOS  
IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO

*A caneta é meu troféu, bordar as palavras no papel é tudo o que eu quero dizer.*

Tula Pilar, 2015

A epígrafe neste texto, estrofe do poema “Sou uma Carolina”, da escritora e poeta Tula Pilar, foi recitada em nossa memória porque sabemos que as mãos negras de Tula Pilar bordaram em papel e tinta poemas e prosas que compõem a história de luta de uma mulher nascida pobre, filha de empregada doméstica e ela mesma tendo trabalhado em “casas de família”, para tornar-se uma escritora e viver de sua literatura. Aquela “garota ousada”, como certa patroa a denominou porque resolveu fazer um curso de informática, ousou viver de literatura e de outras artes. A vida e a obra de Tula Pilar têm sido retratadas em pesquisas dentro e fora da academia, artigos jornalísticos e sua produção vem sendo recuperada e publicada após sua precoce morte, conforme lista de referências ao final do presente artigo. Em vida, ela publicou dois livros e participou de várias coletâneas. Neste texto, queremos realçar as características do processo criativo de Tula, apresentando trechos de sua produção poética e destacando as semelhanças de sua biografia e de seu modo de produzir literatura com a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus. Os depoimentos de Tula aqui recortados advêm de entrevista que ela prestou ao Museu da Pessoa em 2015.

## **A vida borda a obra**

Nascida Tula Pilar Ferreira a 25 de abril de 1970 em Leopoldina (MG), seu nome se deve ao pedido que sua mãe, Antonia de Souza Ferreira, fez para

---

Nossa Senhora do Pilar para engravidar. Tula não chegou a conhecer o pai, José Ferreira, de quem, além do nome, só sabia que se parecia com o cantor Milton Nascimento e trabalhava na roça. Sua mãe também trabalhava na roça e era uma excelente cozinheira. Quando se mudou para Belo Horizonte com Tula e outras seis filhas, seus serviços culinários eram clamados por pessoas “da sociedade”.

Como sua mãe, Tula começou a trabalhar cedo, aos sete anos de idade, tendo passado parte de sua infância junto com a progenitora, trabalhando e morando na residência de uma das patroas, retornando para casa apenas nos finais de semana. A rotina de trabalho era dura: “fazia serviço de limpar, varrer a casa, passar pano, tirar poeira dos móveis, lavar as panelas, limpar fogão, vidros, subir na escada e limpar a parte de cima dos móveis onde minha mãe não alcançava limpar”. Essa árdua jornada de trabalho era cumprida no período pós escola. De manhã Tula e as irmãs estudavam. Sua mãe fazia questão de que elas não perdessem um dia de aula. “Minha mãe botava a gente no ônibus e falava [...]: ‘você têm que descer na escola João Pinheiro’, perto da Liberdade”.

Perto da liberdade Tula parecia mesmo estar quando voltava para sua casa, na favela do Morro do Minério. “Nossa, tão bonito tudo aqui na casa de dona fulana, mas eu queria mesmo ficar na nossa casinha. Em casa a gente pode brincar, pode fazer isso, pode fazer aquilo, aqui a gente não pode fazer nada”. Foi pela experiência de estudar e trabalhar em uma área central de Belo Horizonte, convivendo no cotidiano da patroa, que Tula aprendeu sobre a existência do racismo.

Tinha uma loja Sears nessa rua que a gente morava, uma loja chique. De tarde essa patroa levava a gente lá para comer uma pipoquinha [...] e todo mundo me olhava, tipo: “a negrinha está na loja” [...] muitas vezes a vendedora ou o segurança ou alguém falava: “mas a negrinha vai entrar?” [...]. Então fica muito forte isso na gente, essa coisa de que não pode entrar, de passar pela porta do fundo. “Ai, não pode entrar na piscina”, nos clubes, “ah, não pode não sei o quê”. Hoje eu trabalho muito isso nos saraus e essa coisa do preconceito racial. Porque hoje é camuflado, né? Naquela época esse ódio que tinha dos negros era vivo, escancarado. Hoje falam que acabou, mas não acabou, não. Aqui no Brasil não acabou o racismo. Ele é camuflado.

---

Esse tema – o racismo – era recorrente em sua produção literária.

Minha avó chicoteada aos doze anos de idade,  
Apanhou por ‘rebeldia’, ‘desobediência’,  
Sinhá não teve piedade e sim maldade, inconsciência.  
Toquem os tambores, batam palmas!  
A africanidade está cravada em minh’alma!

Hoje é dia de consciência?  
Ainda não recebi minha carta de alforria,  
somente chibatadas dessa sociedade hipócrita! (Pilar, 2019)

Quando completou dez anos de idade, já era considerada grande o suficiente para trabalhar em casa “de família” sem a presença da mãe, prática comum em um país de herança escravocrata, que distribuiu distintas infâncias para crianças desiguais, normalizando o trabalho para aquelas que são pobres e não brancas.

#### **Sou uma Carolina**

Trabalhei desde menina  
Na infância lavei, passei, engraxei...  
Filhos dos outros embalei (Pilar, 2015, p.184-185)

Assim, até os catorzes anos, limpava e arrumava a casa de uma professora, em troca de comida, roupa e sapato. Ali, aproveitava todas as oportunidades para ler o que lhe caísse às mãos, inclusive livros escritos em inglês, mesmo sem saber a pronúncia. Avançou um pouco mais no aprendizado da língua inglesa com um familiar da patroa, vinda dos Estados Unidos. Logo ela e a irmã começaram a se destacar na escola, fato que incomodava a dona da casa.

Nós começamos a tirar notas muito boas. [...] E a patroa um dia falou pra minha mãe: “Mas como pode, dona Antônia, vocês moram lá naquele buraco, a senhora não tem condição nenhuma, minhas meninas têm tudo aqui do bom e do melhor e as suas filhas tiram nota melhor do que as minhas”. Minha mãe falou: “Mas como? As minhas meninas são inteligentes, a senhora pensa o quê?”

---

Já adolescente, Tula migrou para Ribeirão das Neves (MG), onde conheceu um garoto, namoraram e ela ficou grávida, aos 15 anos. Com o apoio de sua mãe, teve sua primeira filha, Samantha. Para continuar apoiando a família Tula foi trabalhar como diarista. Boa na faxina, não lhe faltava emprego, embora fosse lenta por uma razão que, a nosso ver, está relacionada ao seu processo criativo. “Eu era lerda, porque eu ficava lendo as coisas”.

Ao ler certo anúncio no jornal, passou a sonhar com a possibilidade de melhorar de vida migrando para São Paulo. “Forrava jornal no chão pra limpar aquelas coisas engorduradas [...] e lia o jornal; [...] estava bem grande assim: ‘Vá para São Paulo e ganhe tanto’, e era um número estrondoso o salário”. Apesar da atraente promessa, Tula recuou ao se lembrar do que já havia escutado sobre São Paulo ser um lugar “violento, com muito crime, muito frio, distante e caro”. Decidiu ir para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como babá. Naquela época, ela refletia sobre um dos dilemas que atravessam desde sempre a consciência de mães pretas e pobres em um país marcado pela escravidão como o Brasil: “vou deixar a minha filha para olhar a filha dos outros, mas era a nossa condição”. Ficou apenas um ano na capital carioca e, mesmo após os protestos de sua mãe, que não aprovou a ida para São Paulo, ela migrou, deixando sua filha Samanta com a avó em Minas Gerais.

Chegou na terra da garoa em 1989, com 19 anos, onde fez um “cadin de coisas” para sobreviver – essa expressão deu título ao sarau que ela criou e que misturava culinária mineira e arte. Trabalhou em casa de família como arrumadeira, depois em uma lavanderia como passadeira, vendeu planos de saúde, ingressos para teatro no centro da cidade, filtros de água... tudo isso para garantir o sustento da família que se ampliava: em São Paulo nasceram Pedro Lucas e Dandara e a eles se juntou a primeira filha, Samantha, vinda das Gerais. Tula viveu em vários locais na cidade de São Paulo, inclusive em casas onde trabalhava, mas fixou residência no município de Taboão da Serra.

Em meados da década de 1990, conheceu o movimento de saraus nas periferias da cidade e concluiu seus estudos (até o ensino médio) na Educação de Jovens e Adultos, onde continuou sendo exímia aluna, assim como na infância, com facilidade para aprender e escrever.

---

Entrei na quarta série porque não tinha vaga mais na sexta, eu tinha parado na sexta lá em Minas. Falei: “Vou entrar na quarta mesmo, vambora, alfabetização” [...]. E aí estudei lá sete anos. E nisso cada vez que eu vou estudando mais eu vou aprimorando a minha escrita. Na aula de Português, a professora fala: “Essa moça é muito boa”. E os professores se dedicam muito a mim, eles falam: “Você é muito boa pra aprender, você é uma menina muito corajosa”. E eles investiam muito em mim, professor de Matemática, História, e eu tirava muitas notas boas nas provas. Daí lembro das patroas [...] e penso: “Minha mãe podia estar aqui para ela ver”.

## ESPELHO DE CAROLINA

Separadas pelo tempo, considerando o ano de nascimento de Tula Pilar (1970) e o de morte de Carolina Maria de Jesus (1977), elas têm muito em comum. Tula só foi ter ciência da existência de Carolina em 2014, ano em que se comemorou o centenário da escritora, quando leu *Quarto de despejo* e imediatamente se reconheceu em Carolina. “Quando eu li eu falei: ‘Meu Deus, sou eu essa mulher! Sou eu ontem!’ [...] A gente é mineira, a gente teve três filhos com três homens diferentes, os três homens sacanearam a gente. A gente passou fome, a gente morou na favela. A gente catou...”. Tula se lembra que também foi catadora e vendedora de materiais recicláveis, atividade à qual precisou recorrer quando seu segundo filho nasceu e ela não tinha dinheiro para comprar fraldas. Por conta do centenário de Carolina, criou um monólogo em que interpretava uma personagem que era um misto de Carolina e dela mesma, Tula, e em que declamava o poema “Sou uma Carolina”, que veio a ser publicado em 2015.

Autora de uma literatura que tomou como tema e contexto de produção suas experiências vividas como mulher negra, migrante, trabalhadora, periférica e mãe solo, assim como Carolina Maria de Jesus, Tula ousou produzir arte literária e outras linguagens, como dança, canto, teatro. Ávida por conhecer, fez cursos de informática, vendas, escrita poética, fotografia, violão, dança do ventre, dança afro, tango e, como a criadora livre e nata que era, ia incorporando essas novas linguagens à sua produção.

---

A origem mineira e os deslocamentos característicos da migração em busca de melhores condições de vida, a moradia em favelas de regiões periféricas ampliam as semelhanças entre elas. Para além da paixão pela leitura, a escrita e a literatura, ambas tinham em comum a maneira como vivenciaram a maternidade – Carolina teve dois meninos e uma menina, enquanto Tula duas meninas e um menino. Além disso, nunca se casaram, chefiando e sustentando suas famílias.

A filha de Carolina, Vera Eunice de Jesus, reconhecia similaridade também no processo criativo de ambas. Em carta escrita a Tula depois da morte desta, ela afirma:

Ela me entregou um papel rascunhado com um poema e já percebi uma certa semelhança, pois Carolina Maria de Jesus também rascunhava seus poemas em pedaços de papéis, como a escritora Pilar, que me disse que escrevia quando lhe vinham as ideias na cabeça (Jesus, 2019, p.187).

As duas mulheres criavam (liam e escreviam) enquanto faziam seus trabalhos braçais, uma na catação de papelão, outra na faxina. Afinal, não haveria outro tempo para elas, que não abriam mão de seu dom e desejo. Tula sofreu represálias por conta disso.

Foram várias patroas que iam atrás de mim. E eu lembro que tinha uma patroa que rasgava, ela rasgava tudo [...] Primeiro ela lia. “Mas quem escreveu isso aqui?” “Eu, eu estou escrevendo”. “Não, você não tem que escrever, você tem que limpar, você veio aqui pra trabalhar, você não veio aqui pra ficar escrevendo. Você tem que dar graças a Deus que você está numa casa boa, com comida boa, não está naquela favela horrorosa que você mora [...] Você está gastando o seu tempo na minha casa”.

Mesmo assim, não foi só de agruras que Tula nutriu sua produção poética. Ela também produziu poemas eróticos e chegou até a organizar um sarau só para esse tipo de poesia. Esses poemas estão presentes em seu segundo livro, *Sensualidade de fino trato*, publicado em 2017, versando sobre temas como erotismo, amor, sedução, abundância de comida, gozo feminino.

---

### **Comidinha gostosa**

Tocou no baile com meu violão  
Usou até minhas notas musicais  
Usou para me dar uma cantada  
Leu meu nome nos jornais  
Revirou a minha bolsa  
Não pagou a conta  
Me desprezou por cem reais  
Me apertou e me comeu, não doeu  
Me lambeu e me beijou, gostei...  
Me expulsou às 5 e voltei às 10  
Me amou mais uma vez, fingi que era meu freguês  
Enchi seu copo de vinho! Mas derramei  
só para pirraçar!  
Pirraça de amor acaba na cama, eu sei...  
Usei vestido sem calcinha, fiquei na beira do fogão  
Usei cebola para temperar a relação  
Vem comer do meu guisado! Cuscuz, arroz, feijão!  
  
Coma tudo bem gostoso. Que até te faço um ovo frito meu bem!  
(Pilar, 2017, p. 16)

O mais bonito é que na dedicatória do livro, ela o oferece “para todas as mulheres brasileiras que sofrem com relacionamentos abusivos, assédio moral e violência doméstica. Às mulheres da favela, negras e não negras. Que esse erotismo nos liberte dessas amarras e mostre o que a gente quer ser”.

### **Até a morte as uniu**

Assim como Carolina, Tula transitou por várias linguagens artísticas, mas teve sua trajetória precocemente ceifada em 11 de abril de 2019, poucos antes de completar 49 anos. Em outro trecho de sua carta, Vera Eunice comentou que

---

“até na morte se assemelham!”. Carolina faleceu em 1977 de insuficiência respiratória e Tula Pilar morreu em 2019 pela mesma causa, em circunstâncias de explícita negligência médica, como destaca a jornalista e escritora Bianca Santana.

Tula Pilar havia passado algumas vezes no pronto socorro naquela semana. Recebia uma inalação e era orientada a voltar para casa. Nenhum exame. Quase nenhuma atenção. Algum nível de negligência característico do racismo estrutural que tanto denunciamos. E aos 49 anos de idade, é a mulher negra e periférica a morrer cerca de 30 anos antes da expectativa de vida da média da população. (Santana, 2019, p. 8).

Não é possível afirmar com certeza se Tula conseguiu viver exclusivamente da literatura. Se considerarmos que ela parou de trabalhar como doméstica e passou a viver de múltiplos trabalhos na cena artística, tocando violão, conduzindo oficinas, dando palestras, vendendo seus livros em feiras literárias, declamando em saraus, então, ela conseguiu viver da literatura. Porém, ao lembrarmos que ela não conseguiu comprar uma casa para morar, talvez seja mais certo dizer que Tula *sobreviveu* da literatura.

É instigante pensar em Tula Pilar como herdeira e portadora do legado de Carolina Maria de Jesus, no sentido de que sua existência poderá ser *pilar* de transmissão desse legado a outras carolinas, a tantas jovens negras nascidas nos rincões dos campos e das cidades brasileiras, que desejam ser escritoras, mas lutam contra o destino social adverso e perverso.

## Referências

- SANTANA, Bianca. O que dizer diante da barbárie?. Dossiê Walter Benjamin: Cultura e Crítica em Tempos de Novas Barbáries. Revista CULT. N. 245. Ano 22. Maio de 2019, p.8-9.
- SANTOS, José; WORCMAN, Jonas. Uma mineira boa de verso e prosa. Transcrição de Karina M. Barella. Kombiblioteca Poética. Realização Museu da Pessoa. São Paulo, 22 jun. 2015.
-

## PARA LER E SABER MAIS SOBRE TULA PILAR

### Publicações individuais da autora:

- PILAR, Tula. *Palavras inacadêmicas: Poesias da Pilar*. São Paulo: Projeto Metuia, [2004]. Alice A. I. Rezende & Eduardo A. de Oliveira (Colaboradores). Autopublicação.
- PILAR, Tula. *Sensualidade de fino trato*. São Paulo: Sarau do Binho, 2017, 1a ed.
- PILAR, Tula. Futuro presente. Uma antologia para Tula. Textos de Tula Pilar Ferreira. Organizado por Maitê Freitas e Carmen Faustino. São Paulo: Selo do Sarau do Binho. Ed. Oralituras. 2019.
- PILAR, Tula. Futuro presente. Uma antologia para Tula. Textos de Tula Pilar Ferreira. Organizado por Maitê Freitas e Carmen Faustino. São Paulo: Oralituras, 2020, 2a ed.

### Publicações coletivas:

- PILAR, Tula. Frango Verde: alimentando-me do lixão. SANTANA, Bianca (Org.). Inovação ancestral de mulheres negras: táticas e políticas do cotidiano. São Paulo: Oralituras, 2019. p.163-167.
- PILAR, Tula. O amante secreto. ROMIO, Priscila (Ed.). Além dos quartos: coletânea erótica negra louva deusas. [S.I.]. [s.n.]. [2015?].
- PILAR, Tula. Há uma África em nós. Negras de lá, Negras daqui: Antologia internacional de escritoras Negras África-Brasil. Vol 1. [S.I.]. 2018/2019.
- PILAR, Tula. Vem ficar comigo. Negras de lá, Negras daqui: Antologia internacional de escritoras Negras África-Brasil. Vol 1. [S.I.]. 2018/2019.
- PILAR, Tula. Sou uma Carolina. BINHO; SOARES, Suzi (Orgs.). Sarau do Binho – Antologia II. 1a. ed. São Paulo, 2015. p. 184-185.
- PILAR, Tula. Os pés me levam para meus sonhos. FAUSTINO, Carmem; SOUZA, Elizandra (Orgs.). Pretextos de mulheres negras. São Paulo: Coletivo Mjiba, 2013. p. 116.
- PILAR, Tula. Poemas: os homens que amei. FAUSTINO, Carmem; SOUZA, Elizandra (Orgs.). Pretextos de mulheres negras. São Paulo: Coletivo Mjiba, 2013. p.117.
-



# MEMÓRIA





# Clóvis Moura: da dialética marxista a dialética negra do movimento negro

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Clóvis Steiger de Assis Moura, mais conhecido por simplesmente Clóvis Moura, tendo o primeiro e o último como referência de milhões de pessoas no Brasil principalmente, mas também no exterior. Eu tive a possibilidade de conhecer o município que este intelectual brasileiro nasceu, em 1994, quando de ônibus atravessei grande parte do nordeste do país, saindo de São Paulo, passando pelo Rio de Janeiro, São João do Meriti e Belo Horizonte e fui até Floriano (PI) onde ministrei um curso para religiosos negros, em sua maioria franciscanos (OFM), e aproveitei e fui conhecer e dialogar com os quilombolas do município de Amarante. Lá conheci uma realidade quilombola diferente da que fui conhecer posteriormente nos quilombos paulistas. Mas, todos lá no Quilombo Mimbó falavam da importância de terem tido em Clóvis Moura essa pessoa que ao ter nascido naquele município e conhecido aquele lugar e aquelas pessoas, bem como não ter se esquecido de colocar em seus escritos a presença, a resistência e a luta dos quilombolas no Brasil, especialmente pela luta pela preservação da liberdade e a preservação da terra. Mimbó é um dos únicos, senão o único quilombo do Brasil a ser completamente conectado à internet, ou seja, que não vive a exclusão digital no momento.

Clóvis Moura foi uma autoridade maiúscula e continua a ser uma referência de suma importância para as análises sócio-históricas, político-ideológicas

---

<sup>1</sup> Livre Docente em Antropologia Brasileira pela UNESP, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara. Coordenador Científico do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE) e Coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) da referida faculdade.

---

do ponto de vista da sociologia, da ciência política, da filosofia política, da antropologia política, especialmente pela sua contribuição ao pensamento marxista, particularmente porque juntamente com Édison Carneiro dão ao marxismo o protagonismo do movimento negro, do movimento quilombola, quando os pensadores marxistas não o faziam, tornando-o generalista, branco e sem uma conotação política de enfrentamento vigoroso ao racismo presente no Brasil. Clóvis Moura faz esse diálogo com o marxismo e tornando-o também negro e instrumento ideológico-científico para o movimento negro em especial aqueles próximos também aos partidos políticos de esquerda, tais como o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores.

Os trabalhos de Clóvis Moura nessas duas frentes, teve a importância dos quilombos e dos quilombolas para a luta de resistência aos escravismos no Brasil, bem como a sua análise dialética e práxis negra na sociedade brasileira contribuiu para que diversos estudos sobre a vida cultural e realidade social nos quilombos ganhassem maior escopo na agenda acadêmica e política brasileira culminando nas lutas para que as comunidades quilombolas fossem inseridas na Carta Magna da Nação, o nosso texto constitucional em 1988, no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), além de propiciar juntamente com outros estudiosos a denunciarem que o racismo na República e os diversos crimes cometidos no período escravista brasileiro, tivessem o apoio popular, levando aos membros da Assembleia Nacional Constituinte a promulgar o racismo como crime de lesa humanidade, imprescritível e inafiançável no Brasil.

Eu conheci pessoalmente, Clóvis Moura, em 1987, no SESC-Carmo, Zona Leste de São Paulo, quando ministrávamos juntos um curso sobre as relações étnico-raciais na educação para professores da rede pública municipal de São Paulo realizado pela Associação Afro-Brasileira de Educação Produtiva, Cultura e de Preservação da Vida (ABREVIDA). Ele me deu um excelente conselho que reproduzo, mas sem o contexto, pois demandaria muito tempo para o momento. De maneira direta disse-me:

Menino, escute os mais velhos. O Kabê só está te dando um conselho que se eu tivesse escutado os mais velhos quando era jovem não teria feito as coisas

---

que fiz. Eu tinha a língua solta. Eu queria dar aulas na USP ou na UNICAMP e nunca consegui, só era chamado para dar conferências. Não seja como eu fui. Nós precisamos de doutores e de professores negros nas universidades. Você tem potencial e poderá ser. Aprende uma coisa: 'primeiro você entra, depois faz o que é preciso ser feito'. Eu não tive esse conselho, mas estou te dando.

Clóvis Moura sempre foi uma referência bibliográfica para mim, bem como Kabengele Munanga. Aquele conselho que me deu em 1987, sempre repercutiu muito em mim e o faz até hoje. Quando faleceu em 2003, passados algum tempo, pudemos via Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) obter de sua família a autorização para que parte considerável de sua biblioteca viesse para o acervo do CEDEM e fomos eu, já docente da UNESP e doutor pela PUC-SP, os Prof. Kabengele Munanga e João Batista Borges Pereira, ambos da USP, em evento público nas dependências do CEDEM a comentarmos aquela aquisição. Bastante emocionado, eu novamente fiz questão de lembrar aos presentes o que ocorreu naquela noite de 1987.

A importância da obra e da pessoa de Clóvis Moura foi marcante em minha vida de outras maneiras, mas me restrinjo aqui a apenas dizer até para se ter uma ideia de como ele impactou a minha existência, mas sobretudo a de toda uma geração que vem produzindo ciência, teorias e epistemologias novas desde a década de 1980. Lembro em especial quando se sua conferência de encerramento no IV Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, em 1994, na cidade de Recife, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, intitulada "A dinâmica político-ideológica do Racismo no Novo Contexto Internacional" (Moura, 1995, p. 204-225) em que estabeleceu com maestria, generosidade e genialidade os marcos fundamentais para que o movimento negro, a academia brasileira entendessem que os rescaldos da segunda grande guerra não tinham cessado com a guerra fria, com a queda do muro de Berlim, mas que agora teríamos um novo darwinismo social que vinha com a globalização econômica e com o neoliberalismo, o que exigiria de nós uma leitura crítica da realidade justamente porque a África, a América Latina seriam as regiões do globo mais atingidas e o que significaria que os negros seriam os mais violentados pela dinâmica racista-capitalista no novo contexto internacional.

---

Dessa maneira, Clóvis Moura sempre foi uma antena atenta, um visionário crítico a dinâmica da sociedade que temos, olhando para os negros no Brasil e fora dele, sendo um homem do seu tempo, mas vislumbrando o futuro e tornando o marxismo um exercício dialético em que o negro é sujeito histórico de alto valor social e com capacidade transformadora da realidade.

### **Referência**

MOURA, Clóvis. A dinâmica político-ideológica do Racismo no Novo Contexto Internacional. In: O negro: identidade e cidadania. Fátima Quintas (Org.), IV Congresso Afro-Brasileiro, Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco/Fundação Ford, Vol. 2, 1995, p. 204-225.

---

# Luiz Gama: a liderança tem a palavra

ANA VITÓRIA PRUDENTE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FE-USP

*Consinta o imponente juiz (...)*

*que eu lhe dê uma proveitosa lição de direito (...)*

L. Gama, – Foro da Capital

Há a tentativa de imposição de uma história hegemônica a respeito da constituição do Brasil e de seus líderes sociais/políticos. As efemérides que fazem do 07 de setembro uma data comemorativa, visam silenciar a resistência da população negra, africana e afrodescendente, pelo fim da escravidão e independência do Brasil. Não há como pensar a monarquia desconsiderando o cruel processo de escravização dos povos ameríndios e africanos. E não à toa, 07 de setembro é um evento questionado pela intelectualidade negra, uma vez que a liberdade negra aconteceu somente em 13 de maio de 1888, 66 anos depois de Dom Pedro I proclamar a Independência do Brasil. O que reforça a ideia de que a Independência do Brasil foi um processo incompleto, inacabado, que até hoje não representa a libertação de nosso povo – que em sua maioria é negro.

É preciso fazer um movimento de Sankofa, em que resgatamos a cosmo-percepção africana por meio dos símbolos Adinkra, e retomamos ao passado a fim de resgatar aprendizados para o presente e futuro (PRUDENTE, 2023). A história africana e afrodescendente no Brasil é permeada de resistência e lutas que permeiam o processo civilizatório brasileiro que é ancorado na sabedoria ancestral dos nossos artistas, intelectuais e profissionais liberais contemporâneos negros.

Nesse pequeno artigo queremos reconhecer a magnitude da produção, em prol de uma cultura de paz, de Luiz Gama como uma expressão da resistência, transgressão e combate ao projeto desumanizador da colonização no Brasil.

---

Gama, o patrono da abolição, atuou em prol da Justiça mesmo diante do brutalismo da escravidão no contexto colonial, defendendo a ética na medida em que lutava pela libertação de escravizados.

É importante considerar que a vida de Luiz Gama (1830-1882) está situada no período histórico do Brasil Império (1822-1889), esse momento histórico é dividido em três grandes contextos: Primeiro Reinado (1822 a 1831); Período Regencial (1831 a 1840) e Segundo Reinado (1840 a 1889). Gama nasceu em 1830, no final do Primeiro Reinado, ano em que temos o primeiro e único Código Criminal do Brasil e a Lei, sem número, que regula a prestação de serviços feitos por brasileiros ou estrangeiros.

A despeito de ter nascido livre, foi escravizado ainda criança, realidade de um país ainda pouco afeito à independência. Gama conquistou sua condição de homem livre, ao conseguir apresentar documentos que comprovavam que ele era filho de uma negra liberta, sua mãe era Luiza Mahin uma revolucionária em prol da liberdade a população negra e africana. Esses apontamentos históricos se fazem importantes, uma vez que Gama – além de escritor e poeta – foi um ferrenho advogado a garantir a liberdade de mais de 500 negros escravizados.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama vivenciou uma trajetória que faz sua memória ser digna de nota, afinal é um líder negro com compromisso ético. Foi um dos primeiros jornalistas negros do país, escritor e poeta, no período romântico no qual o negro-escravo desponta como tema na poesia ou personagem no romance, o livro as Primeiras Trovas Burlescas apresentam uma figura até então ausente da produção literária brasileiro, o negro como autor. Luiz Gama utilizou, nessa primeira e única publicação literária, o pseudônimo Getulino para enunciar em seus textos que deseja ser visto como negro, e a escolha de seu pseudônimo não é fortuita, pois como nos aponta Ferreira (2007), faz menção ao continente africano. Gama tem uma produção no campo da imprensa e da literatura com registros formalmente documentados, seja em seu livro “Primeiras Trovas Burlescas de Getulino”, publicado em 1859 e reeditado em 1861; seja por seu seminário ilustrado “Diabo Coxo”, ou em suas colaborações em diversos veículos de imprensa como Radical Paulistano, o Correio Paulistano e A Província de São Paulo.

---

Com espaço que criou para si na imprensa e com sua consciência sobre o valor do discurso, o advogado e jornalista apresentava as injustiças dos bastidores das lutas para se fazer valer as leis. A imprensa negra (do qual Luiz Gama foi um importante representante), mais especificamente realizadores do jornal *Progresso* constroem o primeiro monumento público em homenagem a um líder negro em São Paulo. Convém pontuar que a herma de Gama está na Praça do Largo do Arouche, que fica no centro de São Paulo, de frente a Rua Rego Freitas, nome de um juiz suplente escravagista que teve sua incompetência exposta por Luiz Gama no jornal *Radical Paulistano*.

Luiz Gama é acima de tudo um advogado contundente, um escritor pela liberdade, uma referência no ideal de justiça, pela política de paz e expressão de solidariedade e empatia na diáspora. Luiz Gama resiste como um dos nossos principais líderes no campo político e social e se mantém na história como uma expressão da solidariedade própria da Africanidade. Em um contexto histórico de escravidão, Luiz Gama foi uma grande liderança pelo abolicionismo e por isso sua existência, bem como sua obra, é reconhecida como uma das contribuições civilizatórias da negritude, um símbolo da solidariedade e da empatia afrodiaspórica.

## Referências

- BRASIL, *Código Criminal do Império do Brasil, Lei de 16 de dezembro de 1830*. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm) Acesso em 17 de abril de 2024.
- BRASIL, *Lei de 13 de setembro de 1830, regula o contracto por escripto sobre prestação de serviços feitos por Brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Imperio*. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-norma-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-norma-pl.html) Acesso em 17 de abril de 2024.
- FERREIRA, L. F. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.20, n.60, p.271-88, 2007.
-

- FERREIRA, L. F.(org.) Com a palavra *Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011
- PRUDENTE, Ana Vitória Luiz e Silva. *Mostra Internacional de Cinema Negro: A Educação nas relações étnico-raciais para além da euroheteronormatividade*. Dissertação (Mestrado) – Guarulhos: UNIFESP, 2023.
- PRUDENTE, Ana Vitória Luiz e Silva. CARVALHO, Alexandre Filordi de. Luiz Gama: o contributo civilizatório da negritude como uma contra-perspectiva da missão civilizadora ocidental. In: PRUDENTE, Celso Luiz; ALMEIDA, Rogério de. *Cinema negro: D'África à diáspora – o pensamento antirracista de Kabengele Munanga*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2023. Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1167](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1167) . Acesso em 17 abril. 2024.
- STUMPF, L. K.; VELLOZO, J. C. De O. Um retumbante Orfeu de Carapinha no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, p. 167-191, jan. 2018.
- FERREIRA, L. F. Ethos, poética e política nos escritos de Luiz Gama. *Revista Crioula*, n. 12, disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/57813/60862> Acesso em 17 de abril de 2024.
-

# Águas ancestrais: caminhos do professor Azarias Ribeiro de Souza

CLÁUDIA MARIA RIBEIRO<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA

ANDRÊSA HELENA DE LIMA<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS- UFLA

## IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS ENCHARCANDO A HISTÓRIA DE UM PROFESSOR NEGRO

Em que águas mergulhar para falar de um professor negro, preocupado com a educação, em plena Primeira República, no sul de Minas Gerais? O imaginário das águas pode potencializar nossa escrita?

Primeiramente encharcamos-nos do referencial teórico de Bachelard (1978) que trilhou dois sendeiros paralelos em sua obra: ciência e poesia. Buscou fazer não apenas a “psicanálise do conhecimento objetivo” como também a “psicanálise dos elementos” – terra, ar, água e fogo. Especialmente mergulhamos na obra de Bachelard (1989) intitulada “*A Água e os Sonhos*” – ensaio de estética literária, em que a maioria dos exemplos são tirados da poesia e da mitologia, objetivando determinar a substância das imagens poéticas.

Imersas, portanto, neste referencial teórico, inundamos-nos das águas ancestrais para dar um viva ao professor Azarias Ribeiro de Souza e encharcamos-nos de sua ancestralidade.

---

<sup>1</sup> Profa. Titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras – MG. Profa. Emérita desta Universidade. Coordenadora do Comitê Gestor do Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil e Integrante do Colegiado do Fórum Mineiro de Educação Infantil.

<sup>2</sup> Graduada em História (UFOP), Especialista e Mestra em Educação (UFLA). Especialista em Mídias na Educação (UFSJ). Professora de História da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

---

Assim, este mergulho incita-nos a navegar pela letra da música Caminho das Águas<sup>3</sup> que diz de trajetos: “leva no teu bumar, me leva que quero ver meu pai. Caminho bordado à fé, caminho das águas”. Azarias Ribeiro: pai, filho, avô, bisavô, professor, tipógrafo, jornalista, músico, escrivão de paz, diretor de escolas, conselheiro, integrante de círculos literários, liderança em agremiações políticas e esportivas – ancestralidade traçando caminhos considerando a simbologia do imaginário das águas: “fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência (...) as águas, massa indiferenciada, representando a infinidade dos possíveis” (Chevalier e Gheerbrant, 1998, p. 15).

Reverenciamos o caminho traçado pelo professor e a importância de sua ancestralidade que tem um caráter de sagrado “o fato de que um ser tenha resistido à usura do tempo é considerado como prova de solidez, de autenticidade, de verdade” (Id., p. 63).

Azarias Ribeiro é participante do eterno. A dissertação de mestrado intitulada Azarias Ribeiro de Souza e José Luís de Mesquita: professores negros no sul de Minas Gerais – 1882 – 1954 (Lima, 2016) potencializou nossa escrita.

Ao atuar como tipógrafo e jornalista o professor circulou pela imprensa brasileira e internacional. Novamente acionamos a letra da música que instiga nossas problematizações: “a barca segue seu rumo, lenta. Como quem já não quer mais chegar. Como quem se acostumou no canto das águas. Como quem já não quer mais voltar”. Quanto da caminhada de Azarias Ribeiro ainda não foi analisada. Ele seguiu seu rumo. Chegou em muitos lugares seguindo muitos cantares. Este material – grande parte dele – está intocado no Museu Bi Moreira sob a responsabilidade da Universidade Federal de Lavras – MG. O Museu possui um volume considerável de jornais que podem ser organizados numa hemeroteca aberta à consulta para colaboração em outras pesquisas. A imprensa da cidade de Lavras no período tratado na dissertação de Lima (2016), de 1882-1954, era dinâmica e contou com a circulação de 33 jornais. Azarias Ribeiro de Souza era o redator responsável pelos jornais Folha de

---

<sup>3</sup> Compositor: Rodrigo Maranhão.

Lavras (1893) e pelo jornal *O Astro* (1898). Ele colaborava também com outros impressos, circulando por outras tipografias, dialogando com redatores, publicando em diversos jornais.

### **“CAMINHO DAS ÁGUAS”: TRAJETÓRIA BORBULHANTE**

Nascido em Carrancas – MG, em 23 de outubro de 1859, filho de Francisco Felisberto Ribeiro de Souza e Ana da Conceição Ribeiro, onde vive seus primeiros oito anos, quando, então, fixa residência na Vila de Lavras, iniciando seus estudos no Colégio Mineiro. Vilela (2007, p. 229) registra, baseado em pesquisa no Museu Bi Moreira, a inauguração em Lavras deste Colégio, “foi instalado em 1851, na Vila de Lavras pelo Pe. Manoel de Souza Lima, o “Colégio Mineiro” subsidiado pelo Governo Provincial e dirigido pelo Pe. Flávio Ribeiro de Almeida”. Inicia-se uma trajetória borbulhante do professor Azarias Ribeiro (Vilela, 2007): cursa com brilhantismo a Escola de Farmácia de Ouro Preto, tendo feito os estudos preparatórios no Colégio do Caraça. Voltou a Lavras em 1882 e escreveu a peça “Sacrifício por Amor”, um emocionante protesto contra o sistema escravocrata, iniciando, em seguida o magistério na Casa de Instrução. Uma pergunta que não quer se calar: por que Azarias Ribeiro não concluiu seus estudos na Escola de Farmácia de Ouro Preto – MG? Por que retornou a Lavras? Por que tão jovem – apenas 24 anos – transforma a Casa de Instrução no Externato Municipal mantido pela Câmara Municipal? Desta escola seria criado, por ele, o Colégio Lavrense, isto em 1899.

No ano seguinte, 1883, retirou-se para o Porto dos Mendes, na navegação do Rio Grande, transferindo-se logo em seguida para Formiga, onde fundou o Jornal “O Democrata”, e Santana do Jacaré onde editou o “Astro”, jornal que circulou por muito tempo naquela cidade (Vilela, 2007, p. 233. In: Lima, 2016). O quadro a seguir apresenta esta trajetória:

---

QUADRO 1: TRAJETÓRIA AZARIAS RIBEIRO DE SOUZA

Trajetória professor Azarias Ribeiro de Souza		
Data	Local	Atividade
23/10/1859	Carrancas	Nascimento
1867	Lavras	Vem com os pais para Lavras
		Inicia os estudos no “Colégio Mineiro”
–	Santa Bárbara	Estuda para curso de Farmácia no Colégio do Caraça
–	Ouro Preto	Escola de Farmácia de Ouro Preto
1882	Lavras	Retorna a Lavras
		Inicia-se no magistério na “Casa de Instrução”
		“Casa de Instrução”, primeira Escola Municipal de Lavras
		Escreve a peça “Sacrifício por Amor”
1883	Porto dos Mendes	Passagem pela navegação do Rio Grande
	Formiga	Funda o Jornal “O Democrata”
1891	Santana do Jacaré	Edita o Jornal “O Astro”
1891-1897		Exerce a função de Escrivão de Paz
1898	Lavras	Diretor “Externato Municipal”
		Edita o Jornal “Folha de Lavras”
1899		Funda o “Colégio Lavrense”
1905		Criação da “Escola Normal”
1908		Formatura da 1ª turma de normalistas
1920	Piumhi	Diretor “Colégio Piumhiense”
01/11/1926	Campo Belo	Falecimento

Fonte: Vilela (2007, p. 226-234) in: Lima, 2016.

## “CAMINHO BORDADO À FÉ”: CONFIANÇA NA EDUCAÇÃO E NO JORNALISMO

Borbulham na trajetória de Azarias Ribeiro sua esperança no jornalismo e na educação. Assumindo as resistências, atuou em Lavras – sul de Minas Gerais

e região, ocupando espaços decisivos no exercício do poder por meio de escolas, jornais, clubes, bandas, dentre outros. O que nos chama a atenção: eram escolas de coeducação; a música estava presente no currículo; os jornais potencializavam seu compromisso com a educação. Enfim, “traçou uma trajetória comprometida com as problematizações sobre a melhoria e ampliação do acesso à educação e da escola pública”. (Lima, p. 68, 2016).

Nos jornais sob sua responsabilidade veiculava matérias que denunciavam, por exemplo, a falta de acesso à escola. A edição do jornal Folha de Lavras, de setembro de 1899, expõe situações vivenciadas por outros países “em que as massas participaram de processos revolucionários, como na França” (Id., p. 67):

[...] analisando a transformação política da França, do despotismo, para o regime constitucional, onde o povo é chamado a exercer direitos, e para isso, deve conhecê-los, porque não podem exercer direitos, que não se conhecem. Os governos livres são, pois favoráveis aos progressos da razão humana. Esclarecer o povo, não é para eles somente o cumprimento d’um dever, é uma condição necessária de sua existência. A sua segurança está na luz, como a dos governos despóticos está nas trevas. Para julgar, pois das intenções secretas d’um governo, basta lançar os olhos sobre as escolas públicas (SOUZA, 1899, p. 2).

As águas ancestrais encharcaram este texto e fazem borbulhar nossa revelância à este educador que tem ainda tanto a ser revelado de seus caminhos!

## Referências

- BACHELARD, Gaston. *Os Pensadores. Vida e Obra. A Filosofia do Não; O Novo Espírito Científico; A Poética do Espaço*. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. Traduções de Joaquim José Moura Ramos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção: Os Pensadores.
- \_\_\_\_\_. *A Água e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Coleção Tópicos.
-

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. RJ: José. Olympio, 1998.

LIMA, Andrêsa Helena de. Azarias Ribeiro e Souza e José Luís de Mesquita: professores negros no Sul de Minas Gerais – 1882 – 1954. Repositório da Ufla, 2016.

SOUZA, Azarias Ribeiro de. Instrução Pública. Folha de Lavras, Lavras, v. 6, n. 250, p. 1-2, set. 1899.

VILELA, Marco Salviano. A formação histórica dos campos de Sant'Ana das Lavras do Funil. Lavras: Editora Indi, 2007. 450 p.

---

# Wilson Prudente, uma vida contra a opressão

CLÁUDIA REINA<sup>1</sup>

JUÍZA DO TRABALHO. DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP.

Wilson Prudente, um homem que tirou da sombra centenas de outros homens transformados em escravos nos séculos XX e XXI. Sua existência foi dedicada a combater o crime do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, o racismo, a ditadura militar e a morte causada pela violência e a escassez de recursos.

Sob influência da mãe, Aparecida Silva Prudente mulher religiosa e justa, cresceu acreditando na luta contra a discriminação. Ele e seu irmão, Celso Prudente, tornaram-se ativistas de direitos humanos.

Na ditadura militar, década de 70, Celso e Wilson, juntamente com Milton Barbosa, Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Eduardo de Oliveira, Antônio Leite, Clóvis Moura, Hamilton Cardoso, e outros, criaram o Movimento Negro Unificado – MNU, fundamental na luta pela igualdade racial. O MNU foi vital para contestar o governo de Ernesto Geisel. Em São Paulo, na casa dos irmãos Prudente, aconteceu a histórica reunião do MNU com as presenças do cantor Paulinho da Viola e da antropóloga Lélia Gonzalez.

Ativista da imprensa negra, Wilson juntamente com seu irmão Celso Prudente, assinaram vários artigos no Jornal *Versus*, um importante canal para denunciar regimes ditatoriais na América Latina.

Na década de 80, Prudente também foi um dos criadores do SOS – RACISMO do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras. Com sua fé na luta contra o racismo, a sua fala na inauguração, como em seus discursos anteriores, levou ao clamor público:

---

<sup>1</sup> Juíza do Trabalho. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

---

Há necessidade de atender e dar respaldo político aos inúmeros casos dos violentados no dia a dia, porque os negros que são reprimidos, que são cercados quando vão às ruas lutar contra os salários de miséria, os negros que são cercados quando vão as ruas por abaixo aqueles que os oprime, são companheiros, aqueles que são caídos no dia a dia, aqueles que quando não apresentam documentos a polícia são presos, são torturados e não são considerados prisioneiros políticos. (...) são inúmeros casos de negros que no seu dia a dia são presos, são levados, e nem sempre possuem carteira profissional para mostrar, porque a realidade do povo desse País é uma realidade de desemprego, de subemprego (...). Portanto, companheiros, o melhor incidente que poderia ter acontecido no lançamento do SOS Racismo Brasil foi a greve de vocês e a presença de vocês nesta tarde. (GELEDÉS, 2017)

Prudente quase foi assassinado em razão de protestos realizados pelo SOS-Racismo. Fato lembrado pelo jornalista Marcos Mourão:

Certa vez quando seguimos com o Sos Racismo Cidadania e Direitos Civis do IPCN, os protestos dos professores do RJ no Largo do Machado. Os sicários do então governador Moreira Franco, baixaram a porrada nas professoras e professores do Sepe”.

Estes capangas formavam uma milícia de brutamontes, oriundos da antiga polícia da ditadura, e tinham no governo do “Gato Angorá”, cargos comissionados na Fundação Leão XIII, para melhor vigiarem os movimentos sociais. Um dos sicários capangas, conhecido como Miguelão, que morreu a tiros na porta de casa ao deixar o governo, avistou Prudente que estava só observando a manifestação e partiu para cima dele. Prudente correu pela rua do Catete, pois sabia que o Miguelão, andava com uma metralhadora, que era facilmente escondida debaixo do paletó, devido aos seus 2 metros de altura. Quando no meio da massa que corria dos esbirros da repressão, Miguelão sacou sua arma apontando para Wilson, eu que ia no passo atrás do samango do Moreira, coloquei o pé no seu contrapé, fazendo-o cair atirando pro alto. O corno nem me viu e, é a primeira vez que publico isto em detalhes. Para lembrar, as ameaças que Wilson Prudente sofria, era instalado no IPCN” (Geledés, 2017)

---

O seu ativismo o levou a participar da Campanha contra o *Apartheid*. Fez parte da Comissão do Movimento Negro recebida, pessoalmente, por Néelson Mandela, e sua então esposa, Winnie Mandela, no Hotel Copacabana Palace.

Na década de 90, foi um dos responsáveis na organização da Marcha Zumbi Contra o Racismo com Iedo Ferreira, Amauri Mendes, Luiz Carlos Gá, Frei Davi e outros. A partir da Marcha Zumbi dos Palmares “as questões étnico-raciais brasileiras ingressaram em pauta em distintos níveis governamentais e sociais”<sup>2</sup>

Wilson Prudente integrou a Delegação Oficial do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo e a Xenofobia, organizada pela ONU em Durban, na África do Sul, na qual foi aprovada a Declaração e Programa de Ação de Durban. Foi integrante da Delegação Oficial do Brasil no Festival Mundial de Cultura Negra realizado em Dakar, no Senegal, onde participou do encontro de intelectuais negros. Participou da solenidade do discurso proferido pelo Presidente Barak Obama no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Participou, como palestrante, na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro.

Ao se tratar da Educação e da profissão, Wilson Prudente, dono de uma inteligência privilegiada e perseverança heroica, teve um currículo brilhante. Bacharel em Direito, licenciado em Estudos Sociais, Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais todos pela Universidade Federal Fluminense -UFF. Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ. Pós-Doutor pela Escola de Comunicação e Arte da Universidade de SP (ECA-USP), recebendo o certificado de pós-doutor in memoriam. Foi renomado professor, jurista e pesquisador e escreveu obras-primas eternas. São elas: Igualdade Jurídica e Pensamento Racial. Editora PPGSD – UFF. Crime de Escravidão. Editora Lumen Juris. Políticas de Reparação. Edição Cadernos do Ceap. A Verdadeira História do Direito Constitucional no Brasil. Editora Impetus. Justiça Global. Cotas Raciais no Supremo Tribunal Federal. O Regime Internacional de Combate ao Racismo.

---

<sup>2</sup> Duarte, Paulo Cesar. OS AFRO-DESCENTES E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO BRASIL: A MARCHA ZUMBI DOS PALMARES E A LEI 10639/03 – [http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaelectronica/os-afro-descentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03\\_1418917373.pdf](http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaelectronica/os-afro-descentes-e-as-politicas-de-inclusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03_1418917373.pdf)

---

Foi o primeiro negro a ser aprovado em primeiro lugar no Concurso Público de Nível Superior para o Cargo de Oficial de Justiça Avaliador da Justiça do Trabalho – RJ, tendo concorrido com mais de cinco mil bacharéis em Direito. Foi o primeiro negro, a obter Nota 100 na Prova Oral do Concurso Público para ingresso na Carreira de Procurador Ministério Público Federal do Trabalho, tendo sido o orador da cerimônia de posse da sua turma em solenidade realizada em auditório do Senado Federal. Não hesitou em combater o trabalho escravo contemporâneo, o trabalho infantil, a fraude patronal impune, a ausência de efetividade dos direitos humanos fundamentais.

Recebeu vários prêmios. Foi Membro Relator da Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro Relator da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil da Ordem dos Advogados do Brasil – RJ. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC). Conselheiro de Honra do CEDINE (Conselho Estadual dos Direitos do Negro). Membro do Júri Especial do Prêmio Camélia da Liberdade (2011), promovido pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). Pesquisador Colaborador do Departamento de saúde e Direitos humanos da ENSP Fiocruz.

Se levarmos em conta toda trajetória da vida de Wilson, são muitos feitos realizados. A luta pela dignidade humana era para Prudente a base e a virtude maior da vida. Foi testemunha de um mundo que deteriora homens, mas não desistiu de reinventá-lo. Wilson Prudente reinventou uma sociedade em que não há trégua na luta contra a opressão. Um mundo onde existe a doação desinteressada, pois somente assim é possível ter consciência ética.

## **Referências**

DUARTE, Paulo Cesar. Os afrodescendentes e as políticas de inclusão no Brasil: a marcha Zumbi dos Palmares e a Lei 10639/03. Disponível em: <http://www.famper.com.br/arquivos/imagens/revistaeletronica/os-afro-descendentes-e-as-politicas-de-in->

---

clusao-no-brasil-a-marcha-zumbi-dos-palmares-e-a-lei-10639-03\_1418917373.pdf. Acesso em 15 abr. 2024

PORTAL GELEDÉS. Por: Marcos Romão, do Mamapress. Morre ativista negro Wilson Prudente. 2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/morre-ativista-negro-wilson-prudente/>. Acesso em 15 abr. 2024.

---

# Frantz Fanon

ADRIANO BUENO KURLE<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

Frantz Fanon, nascido em 20 de julho de 1925, em Fort-de-France, Martinica, nas Antilhas Francesas, é um dos filósofos mais importantes do que hoje chamamos de pensamento decolonial, sendo um dos seus precursores. Era psiquiatra e versado em dialética, fenomenologia e psicanálise. Foi influenciado por Aimé Césaire (com quem estudou), pela dialética moderna de Hegel, Marx e Engels, pelas psicanálises de Freud e Lacan, pela fenomenologia de Merleau-Ponty, e pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre (quem escreveu o prefácio de seu livro *Os Condenados da Terra*).

Temos em Fanon um pensador decolonial que elabora sua crítica *do interior* dos pensamentos e da sociedade colonizadora, usando as ferramentas das filosofias influentes na França em seu período *a partir de sua experiência enquanto outro* – negro e colonizado. Tomando sua perspectiva não como aquela que escolheu, mas como aquela na qual é posto, deu voz filosófica e política à alteridade ignorada pela filosofia hegemônica. Com isso, Fanon questiona os próprios conceitos hegemônicos da filosofia europeia da primeira metade do século XX, colocando em xeque sua *neutralidade*.

Neste sentido, a experiência de viver na França pode ser considerada um ponto de virada para Fanon – experiência que se torna epicentro do desenvolvimento de suas obras, das quais se destacam os livros *Pele Negra*, *Máscaras Brancas* e *Os Condenados da Terra*. Fanon luta no exército francês. Percebe que apesar de ser bem-educado, falar francês e ser, formalmente, francês, não *é fato* francês. Não é tratado como um. Esta experiência é desenrolada filosoficamente por Fanon a partir de uma leitura crítica da relação de reconhecimento

---

<sup>1</sup> Verbete por Adriano Bueno Kurle Professor do Departamento de Filosofia da UFMT, campus Cuiabá. Doutor em Filosofia pela PUCRS.

na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, na famosa passagem da consciência de si, que desemboca na relação de dominação e servidão.

A França das décadas de 1940 e 1950 vive a recepção de Hegel a partir dos cursos de Alexander Kojève, o desenvolvimento do marxismo, a geração e a ampliação do estruturalismo, além das recepções da fenomenologia e da psicanálise. Essa mescla de recepções não é um processo meramente passivo; antes, produz novas leituras de Hegel com Labarrière e Wahl, o marxismo estruturalista com Althusser, a epistemologia estruturalista com o primeiro Foucault, a nova psicanálise de Lacan, e formas originais de fenomenologia com Merleau-Ponty, Lévinas e Sartre. É nesses termos que atua Frantz Fanon.

Ao tratar do reconhecimento, em Hegel, toca em um ponto fulcral para todas essas correntes que, no mundo de língua francesa da época, se mesclavam criativamente. Para Hegel, o reconhecimento mútuo é uma demanda implícita na estrutura da consciência de si. Por outro lado, a realização desse reconhecimento esbarra na natureza unilateral de cada consciência de si primitiva, pois cada uma delas busca a confirmação de sua *independência absoluta*. Isso conduz ao conflito entre as consciências de si, em que enfrentar o risco de vida é uma prova necessária para que a consciência de si se prove independente da natureza e de toda a objetividade. Mas esta confirmação demanda o reconhecimento de uma outra consciência de si. Assim, a própria prova da independência da consciência de si implica sua dependência – implica reconhecimento mútuo.

Por conta da unilateralidade da estrutura da consciência de si primitiva, não mediada, não socializada, a luta se torna inevitável, e com isso a assimetria: enquanto uma encara o perigo da morte, reconhecendo sua dependência da vida para permanecer existindo, a outra, que ganha a luta, é reconhecida em sua independência. A assimetria gerada é a da relação entre dominação e servidão. O próprio Hegel reconhece que este modelo não satisfaz. O servo reconhece o senhor, o inverso não ocorre. Mas o senhor precisa reconhecer o servo para que possa reconhecer sua própria independência, pois apenas mediante o reconhecimento que vem do servo poderia provar sua independência. Assim, o dominador aceita ser reconhecido enquanto tal, ao mesmo tempo que não reconhece o meio que garantiria esse reconhecimento. Uma contradição. O processo de

---

desenvolvimento da consciência de si na *Fenomenologia do Espírito* é ainda bastante longo e tortuoso, mas não cabe aqui o detalhámos.

O ponto aqui é como Fanon se apropria dessa passagem para interpretar a relação entre o colonizador e o colonizado. Enquanto a França moderna declara a liberdade universal aos seres humanos e abole a escravidão, tem-se a impressão de que, assim, serão todos iguais, pois o dominador declarou o fim da dominação. Aqui, Fanon traz Hegel para afirmar: *não há libertação sem luta*. É da ação do dominado que parte a libertação. O colonizador segue ditando a norma da liberdade, demanda *adaptação ao seu modelo* que, em seu cerne, é o da dominação. Podemos pensar, com isso, que a libertação do colonizador segue demandando reconhecimento de sua dominação, pois segue sendo a cultura dos dominadores a referência, e a tendência a imitá-los tem neles o critério de correção. A capacidade de *transformação* do dominador garante, assim, que ele siga dando a regra. O colonizador *declara* a liberdade ao declarar, no mesmo ato, que ele é a regra. Segue, portanto, dominando.

Não há real libertação a não ser pela *ação* de demandar reconhecimento, e isso implica *fazer* com que o outro aceite que eu *também sou capaz de dar a regra*. O que, por sua vez, implica que o dominado *questione* sua dominação, por conta própria, mostrando que é *ele que se declara livre, em seus termos*. Fanon não está apenas concordando com uma leitura básica para a França filosófica da época, mas usa desse mesmo preceito teórico para defender uma posição concreta contra a dominação colonial e racial, uma vez que a situa no horizonte das lutas por independência dos povos africanos – aqui, em especial, da Argélia, até então colônia francesa. Fanon foi figura ativa e importante na revolução argelina.

---

# Hamilton Cardoso: o ativismo negro como potência intelectual

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Hamilton Bernardes Cardoso, comumente chamado de Hamilton Cardoso, muitos poderão o descrevê-lo como jornalista, repórter, ativista negro, mas com certeza, ele foi um dos maiores intelectuais do século XX no Brasil, especialmente na geração que o viu e o conheceu das décadas de 1970 a 1990, mas ele influenciou as gerações futuras com a sua análise crítica, aguçada, mordaz, sensível e por vezes com um ótimo humor acerca do Brasil e da realidade racista à brasileira que construímos no período republicano.

Hamilton Cardoso denunciava com pertinência com os seus textos curtos, cirúrgicos e eloquentes, bem como e principalmente com a sua oratória forte e enegrecedora de que a luta contra o racismo não era contra os brancos, mas contra os racistas, inclusive para tornar atento a todos de que o racismo era tão violento como dissimulado na vida social, cultural e psíquica brasileira. Ele adentrava os espíritos como as mentes e sempre se deveria ficar atentos as suas armadilhas.

Ele teve uma atuação primordial na constituição do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, na década de 1970, bem como em diversos debates acerca do fim da ditadura militar, sendo um dos organizadores e difusores do Movimento Diretas Já iniciado em 1984 contra o regime de exceção e o golpe militar que sequestraram a democracia no país em 1964.

Hamilton Cardoso marcou profundamente a minha vida por ser esse grande intelectual que eu admirava pela sua capacidade de articulação, oratória e rapidez mental, mas foi sem o conhecer de perto e vice-versa que fomos

---

<sup>1</sup> Livre Docente em Antropologia Brasileira pela UNESP, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras – Campus Araraquara. Coordenador Científico do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE) e Coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) da referida faculdade.

apresentados pela oportunidade acadêmica que a vida na universidade nos propicia a cada momento, como se o inesperado existisse e ponto. O acaso fez um caso de proximidade e trocas de conhecimentos entre mim e esse como já escrevi em outro momento, “o maior intelectual de sua geração no Brasil” (Fonseca, 2018, p. 49), quando em 1989, ele assistia o meu desvirginar acadêmico no 1º Encontro de I Pesquisadores Negros das Universidades Paulistas, na Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília – UNESP, pois

não é possível esquecer em momento algum de Hamilton Cardoso. Não temos condições de fazê-lo, pois, ainda, o vemos largando as muletas, jogando-as para cima no anfiteatro da UNESP de Marília, em 1989, quando do I Encontro de Pesquisadores Negros das Universidades Paulistas, a fim de nos aplaudir de pé e de maneira eufórica após a nossa apresentação. Ele com sua força e entusiasmo trouxe a todos para ficarem em pé e nos aplaudir. Vemos Milton Santos, Joel Rufino dos Santos, os próprios Kabe e Neusinha Gusmão, Wilson Barbosa, Valéria Veríssimo, Carmem e Edemir, Henrique Cunha Jr., Valter Silvério, José Carlos, Claude Lèpine, entre outros. Hamilton Cardoso dizia em altos brados. Ele falava alto. Tinha uma voz e tanto: “Essa é uma pesquisa de respeito. Não repete o que já sabemos”. Hamilton fez isso conosco. Positivou nossa autoestima em um lugar impossível dela cair. Aconteça o que acontecer. É isso que queremos para os meus filhos de dentro e de fora da academia. O clamor de Hamilton Cardoso para que façamos pesquisas inovadoras, que digam algo diverso do que o discurso hegemônico ensina, embute, é necessário e vital para renovarmos a todo o tempo (Fonseca, 2018, p. 49)

A minha geração e eu tivemos as condições de conhecer esse grande intelectual, bem como a conhecer a sua generosidade e liberdade de pensamento, seja nos debates públicos nas diferentes arenas políticas, seja nos diálogos que tivemos na PUC-SP ou em sua casa na cidade de São Paulo, lá na Avenida Prof. Alfonso Bovero, quando ainda se recuperava de seu atropelamento, com a sua nova companheira.

Em meados da década de 1990, Hamilton Cardoso procurava adentrar o universo acadêmico, procurando elaborar um projeto de pesquisa consistente e coerente com a sua trajetória. Falava com diversos estudiosos das relações

---

étnico-raciais no Brasil na PUC-SP, na USP, a fim de fazer o seu mestrado a fim de articular e sistematizar a sua visão acerca das práticas e das perspectivas que tinha acerca do combate aos racismos em suas diferentes formas de atuação na sociedade brasileira. No entanto, não conseguiu voltar para esse ambiente, porém mesmo não sendo um acadêmico com mestrado, doutorado ou livre docência, Hamilton Cardoso produziu muito mais que muitos professores, profissionais da educação universitária, mas sem brilho próprio, sendo apenas operadores e decoradores dos livros clássicos das Ciências Humanas e Sociais. Não eram intelectuais e, ainda, muitos não o são. Hamilton Cardoso era um não acadêmico, mas um INTELLECTUAL que trouxe para a comunidade e o movimento negro brilho e protagonismo nas mais diferentes searas, nas universidades, nos sindicatos, nos partidos, nas diferentes entidades do movimento negro ele o fez.

Hamilton Cardoso foi uma de uma importância ímpar para os movimentos negros nas décadas de 1980 ao final dos anos da década de 1999, especialmente para aqueles situados nos espectros políticos de esquerda, mas também aos ativistas que faziam das universidades os seus espaços de luta contra o racismo na sociedade brasileira. Ele foi um intelectual que promoveu um debate caro à necessidade constituirmos entre nós a nossa própria epistemologia negra, popular e com rigor científico acadêmico. Naquele momento, não se falava em pensamento decolonial ou quaisquer um desses modismos ou cercas epistêmicas, mas Hamilton Cardoso como outros de seu tempo já faziam a promoção e a produção de um pensamento negro livre das amarras racistas, brancocêntricas e pseudocientíficas.

## Referência

FONSECA, Dagoberto José. Uma ideia, um ideal, uma missão: as utopias que herdamos de nossos antepassados e dos que virão – filhos e filhas. In: *Intelectualidade coletiva negra: memórias, educação e emancipação*. FONSECA, Dagoberto J.; MALOMALO, Bas Ilele; FERREIRA, Simone Loiola (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 15-53. Disponível <Intelectualidade coletiva negra: memórias, educação e emancipação – Dagoberto José Fonseca; Bas Ilele Malomalo; Simone de Loiola Ferreira Fonseca (Orgs.) (wixstatic.com)>. Acesso 14/04/2024.

---

# Luiz Gama: uma pedagogia civilizatória para construção de uma democracia substancial

JERRY ADRIANO VILLANOVA CHACON<sup>1</sup>  
FACULDADE SESI DE EDUCAÇÃO – FASESP

HUGO CESAR BUENO NUNES<sup>2</sup>  
FACULDADE SESI DE EDUCAÇÃO – FASESP

CELSO LUIZ PRUDENTE<sup>3</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

Escravo-não, não morri  
Nos ferros da escravidão;  
Lá nos palmares vivi,  
Tenho livre o coração!  
Nas minhas carnes rasgadas,  
Nas faces ensangüentadas

Sinto as torturas de cá;  
Deste corpo desgraçado  
Meu espírito soltado  
Não partiu—ficou-me lá!...  
(Luiz Gama – Primeiras Trovas  
Burlescas – 1859)

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação: Currículo – PUC-SP, 2021. Mestre em Educação: Currículo – PUC-SP, 2017. Atualmente é professor de graduação e de pós-graduação da Faculdade SESI-SP de Educação no Departamento Acadêmico de Ciências Humanas, bem como, coordenador da Residência Educacional.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Integra como pesquisador o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), na Cátedra Otávio Frias Filho. Educador Físico, Pedagogo e Filósofo. Supervisor de Graduação – Licenciaturas – Faculdade SESI de Educação/FASESP. Coordenador do Grupo de Estudos da Diferença na Educação – GEDE/FASESP. Tem experiência com os seguintes temas: currículo, filosofias da diferença, políticas educacionais, organização do trabalho pedagógico e metodologia de ensino e formação de professores.

<sup>3</sup> Livre-Docente, Doutor e Pós-doutor pela FEUSP. Pós-Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cineasta, Antropólogo. Professor orientador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPG FEUSP). Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. Âncora e Diretor do Programa Radiofônico: QUILOMBO ACADEMIA, da Rádio USP, FM 93,7 de São Paulo. Pesquisador do Lab\_Arte da FEUSP

---

Muito há do que se narrar sobre figura tão importante para a história do Brasil. Luiz Gama, autodidata, jornalista, poeta e advogado, condensou em sua existência e em seu legado a esperança que se transformou em luta, a coragem que se manifestou em atos de quem não se sujeitou às estruturas autoritárias do poder colonial escravagista. Mas então, do que falar?

Como toda boa história, convém trazer algumas notas informativas de Luiz Gama, que foi outorgado como patrono da abolição da escravatura brasileira, pela lei nº 13.629 do ano de 2018. Esse ato jurídico foi um gesto que se constituiu em uma homenagem, dada por tanto que o Doutor Gama, um libertador dos escravizados e do atraso dos escravistas fez por essa causa. Trata-se de um feito histórico que o tornou verdadeiro herói civilizador em meio a um tempo, marcado pela violência escravocrata que contrariou a ética essencial a dignidade humana.

Na cidade de Salvador, Estado da Bahia, em 21 de junho de 1830, nasceu o mais significativo herói da justiça brasileira. Filho de Luiza Mahin, uma mulher negra africana livre, vinda da região da Costa da Mina, cujo espírito de luta e bravura ensinou ao filho a lição da liberdade. Era uma mulher ativa e lutadora, que teve protagonismo na Revolta dos Malês, em 1835, mas o positivismo na ciência da história eurocêntrica tentou infelizmente apagar essa significativa base do feminismo negro, que é disruptivo. Não foi feito justiça com essa mãe que ensinava lutando pela liberdade, a despeito dessa sua inequívoca postura pedagógica democrática, ensinando o fim do paroxismo da desigualdade. Aliás, tentou-se ocultar sua presença na insurreição conhecida como Sabinada (1837-1838), que buscava construir uma República com a libertação dos escravizados.

Por outro lado, Luiz Gama teve um pai que lhe furtou de boas lembranças, vendendo-o nos seus dez anos de idade para pagar dívidas. Tamanha foi a violência que Luiz Gama jamais pronunciou o nome dele. Com essa desumanidade racial, ainda assim, era tratado por fidalgo, pois pertencia a uma família rica e importante da Bahia, era uma figura que esbanjava e acabou reduzido à pobreza. De tal sorte que o Luiz Gama foi conduzido pelo tal pai até o porto e, embarcado no navio Saraiva, partindo com o destino ao Rio de Janeiro experienciou a dura saga de uma criança escravizada.

---

Do Rio de Janeiro foi enviado para São Paulo e ao chegar no Porto de Santos, subiu a serra de Cubatão tendo como destino à cidade de Campinas, mas foi rejeitado por vários compradores, considerando que a condição de negro baiano o associava a rebeldia em razão do medo que a Revolta dos Malês causou entre os escravistas. Ao não ser vendido ele foi devolvido para a casa de seu proprietário, na cidade de São Paulo, onde aprendeu os ofícios de copeiro, sapateiro, lavador, engomador e costureiro, mas continuava analfabeto. Situação que começaria a mudar à medida que Luiz Gama conheceu Antônio Rodrigues de Araújo, futuro advogado, um jovem humanista que era contra a escravidão e que estreitou laços com Gama e o ensinou as primeiras letras, alfabetizando-se em um ano.

O acesso às letras o fez identificar que sua escravidão era ilegal, pois sendo ele filho de mulher negra livre e pai também livre não poderia ser escravizado. Isso tudo sustentado pela lei de 7 de novembro de 1831 que considerava como pirataria o comércio de africanos. Dos 10 anos aos 17 anos foi escravizado, mas, com 18 anos, conseguiu provas de sua liberdade e fugiu da violência do cativo.

Gama trabalhou como jornalista, aprendeu a ler e escrever, tipógrafo e escrivão de polícia, passou a lidar diariamente com a legislação. Enquanto jornalista, Luiz Gama teve uma atuação política intensa: foi aprendiz de tipógrafo do jornal *O Ipiranga*, e redator do *Radical Paulistano*, no qual colaboraram, entre outros, Castro Alves e Joaquim Nabuco. Foi também, o responsável pela redação de *O Polichinelo* – primeiro periódico político satírico da cidade de São Paulo, o que faz Alberto Faria atribuir a Luiz Gama a fundação da imprensa humorística paulistana. Nessa linha, atuaria ainda em *O Cabrião* e *O Diabo Coxo*. (LITERAFRO, 2022).

Autodidata, tentou cursar Direito na tradicional Faculdade do Largo São Francisco, mas foi rejeitado pelo grupo dominante que comandava a instituição. Ele só ganharia o título oficial de advogado, dado pela OAB, em 2015, quando sua morte completou 133 anos. Como advogado, Gama realizava conferências e publicava artigos nos quais explicitava seus ideais abolicionistas, motivos que utilizavam para persegui-lo e ameaçá-lo de morte. “Fez da tribuna do direito e do jornalismo, a forma de combate à escravidão e a quaisquer formas de exploração do homem pelo próprio homem” (CÂMARA, 2010, p. 16).

---

Durante sua juventude não se contentava apenas com a liberdade de si, resolveu então, atuar na alfabetização de outros jovens, em sua maioria negros! Desta feita, podemos afirmar que Luiz Gama é um herói que valoriza o coletivo e pensa sempre em outrem, tanto que afirma após receber a licença de um juiz para advogar “*eu advogo de graça, por dedicação sincera à causa dos desgraçados. Não pretendo lucros. Não temo represálias*”.

Faleceu em 24 de agosto de 1882, aos 52 anos, antes da assinatura da Lei Áurea (1888). Mas do que necessário, 139 anos depois de sua morte, Luiz Gonzaga Pinto da Gama, recebe do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, o título mais que merecido de Dr. Honoris Causa Póstumo. De acordo com o Estatuto da Universidade, o título de doutor honoris causa é concedido “a personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham contribuído, de modo notável, para o progresso das ciências, letras ou artes; e aos que tenham beneficiado de forma excepcional a humanidade, o País, ou prestado relevantes serviços à Universidade” (JORNAL DA USP, 2021).

Resta, contudo, afirmar que a memória de Luiz Gama não pode ser esquecida e deve estar presente nas diversas reflexões sociais, sendo elas dos bancos escolares às pautas sociais. Sendo um exemplo de condução da vida, com espírito de luta e coragem democrática, engajou-se em diversas frentes, lutando por um verdadeiro abolicionismo que de sua forma viria a ser o elemento substancial da democracia que se encontra ainda adjetivada. Isso significa, que o contributo de Luiz Gama se tornou um legado pedagógico fundamental para a superação do anacronismo excludente, tentando impedir que entremos nos trilhos da contemporaneidade inclusiva, como a contemporaneidade de Agamben. Pois sem a integração racial não haverá substancialidade democrática que se mantenha diante de olhos críticos e reflexivos frente ao cotidiano que revela o fator discriminante do negro, como dominante nas ruas, mas fora das relações de consumo, dos bens socialmente válidos, que incide a participação cidadã.

Observamos com ele que nem sempre o herói é destacado na história, contudo, não pode ser esquecido, pois é um símbolo da resistência contra a raiz da desigualdade, configurada na erva daninha que constituiu a escravidão, ofuscando com aridez o jardim da democracia substancial.

---

## Referências

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**. São Paulo: Lettera, 2010.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas de Luiz Gama e outros poemas**. Introdução e organização de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORNAL DA USP. USP concede título de doutor “honoris causa” póstumo a Luiz Gama. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-concede-titulo-doutor-honoris-causa-postumo-a-luiz-gama/> Acesso em: 16/04/2024.

LITERAFRO. **O portal da literatura afro-brasileira**. 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>. Acesso em: 14/04/2024.

---

# Roberto da Silva, intelectual, educador e militante

JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Tive a alegria de conhecer, conviver, trabalhar e de partilhar com Roberto sonhos, esperanças, encantamentos e desencantamentos, luzes e sombras, conhecimento e vida. Era um irmão, um amigo. Tudo isso me faz recordar Spinoza, quando diz que uma amizade ética se fundamenta na alegria e na esperança. Com sua morte, ficou mais evidente o quanto nós éramos amigos, o quanto de projetos realizamos juntos, sempre na perspectiva da construção de uma política de direitos humanos desreificada, de uma defesa incondicional da vida. Foram experiências no sentido da sabedoria, que nos permitiram descobrir o sentido do humano, livre de exploração, estigmas, preconceitos e racismos.

Várias vezes, visitamos o livro *Manicômios, prisões e conventos*, de Goffman. Fazíamos a leitura a partir do livro do Roberto, *Os filhos do Governo*, do meu livro, *De menor a cidadão*, e da nossa experiência de vida. Tínhamos princípios. Acreditávamos que se pratica aquilo que se aprende, que cada biografia é um texto e traz expertises para se colocar e se reconhecer no mundo.

Sua concepção de pedagogia social e de educação social pressupõe a biografia e, portanto, suas investigações tomavam o estudo das biografias como fonte de pesquisas. A formação ocorre ao longo da biografia do sujeito, com base nas suas relações, e a produção do conhecimento depende de como se reflete sobre

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação EAHC, do Curso de Pedagogia; líder do Grupo de Pesquisa e Estudo em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie; membro do Socius, Universidade Técnica de Lisboa, do Instituto Catequético Secular São José, da Associação Civil *Gaudium et Spes*, da Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa, São Paulo, SP, e da rede internacional de Pedagogia Social. E-mail: j.clemente@uol.com.br

---

a própria biografia. Para Roberto, as escolhas do cientista e do pesquisador dependem de sua história de vida.

A trajetória de Roberto da Silva o habilita como um dos maiores pedagogos sociais do Brasil e, provavelmente, da América Latina. A institucionalização do sujeito e a educação social eram o tema central de suas publicações, debates, entrevistas e militância. O indivíduo, repetia ele, sempre pode fazer algo a mais, não se reduz às condições da história e do sistema que plasmaram sua vida, ou seja, transfazer sua história. O norte das interpretações de suas pesquisas era a análise da autobiografia, ação e reflexão-reflexão e ação, por uma perspectiva freiriana. Suas investigações e orientações de alunos estavam geralmente ligadas às múltiplas etapas de sua vida.

Uma pergunta perpassava suas buscas. Quem era meu pai? E minha família? Do ponto de vista biológico, era difícil saber. Do ponto de vista prático, seu pai, sua mãe e sua família eram o Governo. Por isso, o foco de suas buscas de interpretar e compreender sua existência sempre se voltaram para o Estado, o Governo, as instituições, a família e as políticas públicas.

“É óbvio – diz Roberto em seu livro *Os filhos do Governo* – que eu não tinha clareza suficiente para entender quem era esse meu pai, nem o que ele fazia, mas isso ficou mais fácil quando tive de entender quem era minha mãe: a Febem. Sempre que um funcionário ou um outro menino me negavam alguma coisa ou tentavam impedir-me de entrar em algum lugar, eu sempre protestava: isto não é seu, é do Governo; da mesma forma que uma criança diria: isto é do meu pai.” A partir dessa constatação, as respostas iam preenchendo o vazio existencial que o afligia.

Autobiografias, como a do Roberto, nos ajudam a interpretar as perversidades humanas, as tragédias, os limites das políticas e do Estado, bem como seus avanços em direção à democracia e às políticas de direitos humanos e do bem-estar social. Sua biografia revela a coexistência de uma política de genocídio, fundada no paradigma da doutrina de situação irregular, para uma política da doutrina de proteção integral, fundada nos direitos humanos.

Ainda com quatro anos de idade, no início dos anos 1960, foi retirado da mãe e separado dos seus familiares pelas autoridades. A justificativa foi a

---

pobreza. Cresceu na Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem), posteriormente Febem e atualmente Fundação CASA. Por volta dos 15 anos, conseguiu ter acesso a documentos e descobriu que não fora abandonado e que tinha mais irmãos. Após a maioridade, sem eira nem beira, foi morar na rua. A biografia de Roberto demarca as etapas do “ciclo de formação da marginalidade”, o roteiro de uma pedagogia da criminalização no interior das políticas das instituições totais e a ação do sujeito nesse contexto.

A produção teórica de Roberto tem como foco os processos de socialização, aprendizagem e as políticas públicas. Sua perspectiva é de que nenhuma ação das instituições totais, especialmente as de privação de liberdade, consegue intimidar ou reeducar pessoas com grande deficiência de socialização, enquanto sujeitos livres. O sistema penitenciário é a última instância para dar conta do processo de socialização. Quando se chega a essa etapa, é porque as demais políticas públicas fracassaram.

Depois de um tempo na rua, condenado por furtos e aprisionado no Carandiru – Casa de Detenção de São Paulo, entre 1979 e 1984, ali se deparou com vários egressos da Febem, com os quais havia crescido. Teve então a evidência de que as políticas públicas de atendimento ao menor mais reproduziam a desigualdade social, a violência, a criminalidade e a exclusão social, do que produziam o bem-estar social e individual.

A partir dessa constatação, tomou consciência de que era usado pelo Estado e pelos agentes para favorecer quase exclusivamente aos interesses de grupos e classes que, se necessário fosse, fortaleceriam uma política de genocídio dentro do Estado. Decidiu, então, interpretar a situação e apropriar-se dela a seu favor e a favor do coletivo. O caminho era estudar e refletir sobre as expertises de sua biografia. Ingressou na Universidade Federal de Mato Grosso, onde se graduou em pedagogia em 1993.

Fez mestrado e doutorado pela USP, terminando em 2001. Sua pesquisa de mestrado teve como foco um estudo sobre meninos abandonados e órfãos, internados na Febem entre 1958 e 1964, na cidade de São Paulo. No doutorado, analisou a atuação sociopedagógica da pena de privação de liberdade. Seus estudos apontam que as instituições totais de privação de liberdade estão voltadas

---

para o controle das pessoas pobres e miseráveis, sem uma intenção de resolver as situações sociais e sim de administrá-las.

Em 2000, durante um encontro na USP, tive a oportunidade de um primeiro contato com o Roberto. Ele ainda estava cursando o doutorado. Em 2005, nos reencontramos, por meio do André Félix Portela Leite e Marla Rejane Pereira, então alunos de Psicologia, no Mackenzie. Tinha um projeto de estudo da pedagogia institucional, financiado pela FAPESP, uma ideia que foi amadurecendo em direção a uma sociologia ou pedagogia do desvio, até avançar para a pedagogia social. Na pesquisa de campo, partiu do estudo dos prontuários da Febem, incluindo o estudo dos abrigos, a exemplo do Projeto Meu Guri. Este trabalho foi o ponto de partida para o estudo da pedagogia social.

Essa visão já circulava na pastoral do menor, provocada pelas reflexões de Antonio Carlos Gomes da Costa e Stella Graciane. O projeto me interessou particularmente, porque já realizava pesquisas e militava no campo da educação social. Passei a participar dele e, em contato direto com Roberto, fui descobrindo um intelectual, educador e militante que tocava no sofrimento humano e buscava interpretar e compreender seu próprio sofrimento e a dor do outro.

As marcas de sua história e de suas experiências faziam dele um ser humano excepcional, no sentido freiriano ou paulino. Ele era o homem novo, comprometido com sua libertação e a de seus companheiros. Afrodescendente e ex-presidiário, apesar de sofrer profundamente com o preconceito, tinha a capacidade de não se prender à vitimização. Ao mesmo tempo que a realidade o fazia sofrer, sua história o impulsionava para a luta e para a conquista dos direitos humanos. Nas suas disciplinas na USP e nos eventos acadêmicos, sempre travava debates em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas de direitos humanos, à luz da pedagogia social.

Quando visitávamos alguns abrigos juntos, víamos cenas que tocavam profundamente Roberto, a ponto de lacrimejarem os seus olhos. Estávamos atendendo a um grupo de adolescentes em conflito com a lei e um deles apenas dependia de uma passagem para resolver sua vida. Roberto não se conformou enquanto a situação não se resolveu e fez isso pensando em todos os meninos.

---

Todos conheciam sua luta para que o sistema prisional oferecesse educação de qualidade a todos os internos.

Nos últimos trinta anos, a elaboração de novos ordenamentos jurídicos e todas as lutas em defesa da criança e do adolescente contavam com a interferência do Roberto. A mesma dinâmica repercutia em outras políticas públicas, como as do sistema prisional, da assistência e da educação, nem sempre bem compreendido. Acredito que a pedagogia social que defendia está vigorosamente comprometida com a vida em todas as suas dimensões. Ele lutou até os últimos momentos de vida em defesa do que sempre acreditou.

---

# Eduardo Gonçalves Ribeiro – O afrodescendente que governou a Amazonia.

LUIZ CARLOS FERREIRA<sup>1</sup>

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – IFAM

REINALDO BENEDITO NISHIKAWA<sup>2</sup>

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR

CELSO LUIZ PRUDENTE<sup>3</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

Popularmente conhecido como Eduardo Ribeiro, nasceu em São Luís-MA em 18 de setembro de 1862 e, precocemente, falecido em Manaus em 14 de outubro de 1900, com 38 anos. Em sua maior atuação, foi o primeiro governador afrodescendente do Brasil, governando o Amazonas em dois períodos: 2 de novembro de 1890 a 5 de maio de 1891, e de 27 de fevereiro de 1892 a 23 de julho de 1896.

Para além de suas notáveis contribuições para a política regional, Eduardo Ribeiro teve outra grande contribuição para a história da política nacional, pois

---

<sup>1</sup> Mestrando pela Universidade Estadual do Amazonas – Professor do Instituto Federal do Amazonas – IFAM

<sup>2</sup> Doutor pela FELCH USP. Diretor do Instituto Federal do Paraná – IFPR

<sup>3</sup> Livre-Docente, Doutor e Pós-doutor pela FEUSP. Pós-Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cineasta, Antropólogo. Professor orientador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (PPG FEUSP). Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. Âncora e Diretor do Programa Radiofônico: QUILOMBO ACADEMIA, da Rádio USP, FM 93,7 de São Paulo. Pesquisador do Lab\_Arte da FEUSP. Doutor Honoris Causa do Instituto Federal do Amazonas IFAM

---

foi o primeiro governador negro da história do Brasil. Ele nasceu no Nordeste e ficou conhecido pela alcunha de “Pensador”, em decorrência de suas contribuições para o jornal homólogo, da época. Eduardo foi uma figura de dimensão nacional emblemática, que viveu anos ativos, no final do Império e início da República, com significativas contribuições ao país, superando a inveja racista que não conseguiu ofuscar a grandeza da sua trajetória.

A tentativa infeliz de apagamento de personalidades na história do Brasil ajudou a cristalizar a violência, que se constituiu a mitológica história oficial eurocêntrica, onde a memória e o esquecimento andam lado a lado. Foi sua gestão que concluiu construção do Teatro Amazonas, que é o mais importante símbolo da cultura amazonense. Seu governo foi rodeado por disputas acirradas e conspirações que visavam destituí-lo do poder, visando a manutenção da hegemonia eurocaucasiana, sustentada pela história única, da dominação monocultura, que tenta abafar a emergência multicultural, caracterizada, nesse caso específico, na africanidade dos amazônidas.

Dessa forma, com ascensão da consciência do respeito à diversidade, objetivamos, em nome da justiça e da paz desconstruir rescrevendo a história desse importante político que, rompeu com uma tradição centenária de governos patriarcais da eurodominação brasileira. Nossa preocupação busca contar por meio da amplitude holística uma história, desarticulando, dialeticamente o anacronismo excludente, que se constitui em alicerce do tentame de silenciamentos praticados pela história do vencedor.

Eduardo Ribeiro, com suas gestões, deixou um grande legado para a cultura amazonense além de abrir um espaço para a divulgação de artistas negros de outros estados do nordeste, que ao fixarem na capital contribuíram fortemente com a cultura amazonense, cuja tradição foi notavelmente observada na pujança étnico-racial da comunidade de São Benedito, que conquistou reconhecimento de Comunidade Quilombola, pelo poder federal por meio da Fundação Palmares, que a designou como segundo quilombo urbano do Brasil. Assim, teve o registro de – Quilombo do Barranco de São Benedito.

Chamamos atenção para urgente necessidade de um repensar, na perspectiva da reparação histórica à sua memória, pois o local em que foi a moradia do

---

Eduardo, onde ele foi infelizmente encontrado morto, é hoje o atual Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, o qual está em precárias condições de uso, talvez no propósito de prescindir do rico significado memorial da sua representação, sugere-se, por isso, que a discussão do seu importante legado é sobretudo um capítulo a ser reescrito com a ética da antiga filosofia africana, ubuntu, na qual lembrar do outro com justiça é permitir que todos encontrem na sua imagem, o conforto coletivo do respeito, que é somente possível na relação com o outro. É por isso que o comportamento distópico do patriarcalismo eurocaucasiano tem sido indiferente à filotecnia social da utopia da gestão de Eduardo Ribeiro, a afrodescendência na governança da miscigênica Amazonia.

---

# Esmeraldo Tarquínio – O primeiro prefeito negro de Santos e seu legado político

LUIZ SALES DO NASCIMENTO<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

ESMERALDO TARQUÍNIO NETO<sup>2</sup>  
ADVOGADO

O ano era 1968.

O mundo estava em ebulição. O Brasil também.

A guerra fria era uma ameaça concreta.

O ciclo do planeta, conduzido, em seu movimento de translação em torno do sol, por antiga e conservadora geração, que se ufanava pelo triunfo da democracia liberal frente ao nazifascismo no pós-guerra, mas que mantinha intocados os valores do mercado, agora conhecia e sofria os abalos de um movimento de rotação, dirigida por jovens em meio a uma cultura própria, que vinha se forjando em razão de eventos como a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, a luta por direitos civis dos negros, o aparecimento e desenvolvimento do Rock'n roll, e muitos outros.

Nos Estados Unidos da América, esse movimento contracultural parece bem representado pelo surgimento dos hippies, que abominavam e punham sob suspeita o patriarcalismo, o nacionalismo, o militarismo e outros valores da elite americana, advogando o livre amar, a sinceridade, a não a hipocrisia nas relações interpessoais e a vida em comunidade permeada por valores de solidariedade – enfim, um novo modo de vida, mais livre, mais feliz, mais leve.

---

<sup>1</sup> Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, e Professor do Programa de Mestrado/Doutorado em Direito da Universidade Católica de Santos

<sup>2</sup> Advogado, Especialista em Política e Relações Internacionais. Foi vice-Prefeito de Santos (1984-1988)

---

Sobre o mesmo pano de fundo histórico, na França, estudantes universitários resolveram protestar contra a divisão dos dormitórios entre pessoas de sexos diversos, e logo encontraram o apoio de uma massa estudantil que, revoltada contra os valores conservadores, que não mais atendiam aos anseios de um novo mundo, pôs-se a fazer ocupações.

Operários aproveitaram o ensejo e paralisaram as fábricas em busca de suas reivindicações trabalhistas e sociais. Partidos políticos de uma esquerda supostamente renovada, e que se mostravam como alternativa à linha Soviética, também aderiram àquele movimento que ficou conhecido como Maio de 68: Uma jornada política e cultural que mobilizou e parou o país, mas que também se espalhou pelo mundo ocidental como inspiração, em razão de seu televisualização transfronteiriço.

## **O BRASIL NÃO FICOU IMUNE A ESTE TURBILHÃO.**

Na década de 60, as guitarras do rock'n'roll foram introduzidas na nova música popular brasileira, desaguando, entre outras tendências, no Tropicalismo. Ecos da Semana de 22, canibalizando o instrumento, deglutindo-o, e fazendo-o tocar acordes de brasilidades com repercussões globais. O Tropicalismo não é só música, é também teatro, com Zé Celso e, vê-se hoje, seu atemporal Teatro Oficina.

O movimento estudantil tinha força política, assim como as ligas camponesas e os sindicatos que paralisavam as indústrias nos polos fabris e os portos... Especialmente o maior porto da América Latina, o de Santos, no qual atracou, pouco depois do dia golpe de 1964, o navio Raul Soares, para o qual foram levados e onde foram torturados não apenas opositores quaisquer do novo regime, mas especialmente comunistas, socialistas e sindicalistas – como o líder dos químicos, o negro Cláudio José Ribeiro.

O Raul Soares mostrou a que vinham coturnos e queques; a ruptura foi anunciada e as sombras já davam o ar da desgraça sobre Santos. A cidade de Santos, chamada por Jorge Amado, em sua trilogia Os Subterrâneos da Liberdade, de Cidade Vermelha, é das mais afetadas pelo golpe violento desde o primeiro dia.

---

Exaltações literárias podem se prender a determinados períodos no tempo, gerando interpretações nem sempre realistas. O fato é que acabam por alimentar uma imagem à qual a aderência depende de reafirmações constantes posteriores aos marcos que a estabeleceram. Foi assim em Santos.

Os conservadores santistas continuaram ocupando as colunas sociais e dando festas para suas filhas debutarem, sinalizando, como de hábito, que a festa não era e nunca será para todos. Mas o povo foi sendo calado a cada Ato Institucional, a cada prisão, a cada inquérito policial militar instaurado contra lideranças civis da oposição.

Ainda havia resistência, e a célebre Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em junho de 1968, foi a maior manifestação até então contra o governo ditatorial.

Havia ditadura, mas em 68 ainda era possível votar para prefeito. E havia um homem progressista, um ajudante de despachante aduaneiro, advogado e jornalista que já fora vereador e deputado estadual duas vezes. Seu nome era Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho. Ele se candidatou, e ganhou o pleito. Era a resposta do povo oprimido: a eleição do primeiro prefeito negro de Santos.

### **NA SUA PELE ESTAVAM SANTOS, A POLÍTICA E A SUA COR.**

Esmeraldo fez uma campanha com participação popular – em um país em que a população opina pouco – pretendendo ampliá-la com discussões nos bairros e distritos da cidade, que desaguariam em encontros anuais de estruturação orçamentária e democrática. Isso em um período ditatorial poucas semanas antes da imposição da censura e do “liberou geral” autorizado pelo Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 (o AI-5), pelo qual o regime passaria a ter o poder de cassar mandatos. E esse foi o instrumento para a cassação dos direitos políticos de Esmeraldo Tarquínio, em 13 de março de 1969, despojando-o de seu mandato como deputado estadual e impedindo-o de tomar posse como prefeito.

Filhota do AI-5, a cassação fez com que Esmeraldo amargasse dez anos sem seus direitos políticos. Ele não foi anistiado. Expiou por dez anos inteiros um

---

crime que não cometeu. Mas o amargor foi sendo superado por uma quase brincadeira familiar: ele contou regressivamente os anos, os meses e os dias até o fim da brutalidade.

Outro elemento que o auxiliou na superação das mágoas foi a música, que ele descobrira décadas antes ser um de seus talentos. Meu pai cantava standards estadunidenses em bailes da cidade – principalmente os promovidos pelo Centro dos Estudantes de Santos, que também serviram para que ficasse conhecido e fosse reconhecido como um bom crooner de orquestra.

No âmbito familiar, as manhãs de domingo eram passadas ao som de seu estilo predileto, o jazz. Isso porque as tardes eram dedicadas aos jogos do Santos Futebol Clube, onde ele foi diretor e presidente do Conselho Deliberativo. Nessa condição, Esmeraldo vivenciou uma pressão contra o time por ocasião das finais do Campeonato Paulista de 1978: O governador da época, Paulo Maluf – torcedor do time adversário – fez ameaças (não tão sutis) no sentido de que ter um dirigente já cassado em seu quadro diretivo não seria bom, e que isso poderia prejudicar o time. O resultado é conhecido: Maluf ficou falando sozinho e o Santos foi campeão.

A convivência com meu pai sempre foi enriquecedora, mesmo durante os eventuais silêncios que antecediam reflexões invariavelmente interessantes. Convivi apenas 19 anos com ele. Foi muito pouco tempo para aprender e aproveitar, porque eu estudava em São Paulo, e vi a convivência, nos últimos dois anos de sua vida, reduzida aos fins de semana e aos almoços ou jantares semanais em São Paulo, onde eu sempre tentava – e poucas vezes conseguia – um reforço para a minguada semanada que recebia.

Em um desses encontros, eu quis saber a razão de não termos saído de Santos ou do Brasil, já que ele tinha sido convidado para trabalhar na OEA, em Washington, nos Estados Unidos. Do meu ponto de vista, deveríamos ter saído, pois eu imaginava que seria bom para nós sob vários aspectos. Ele me disse que aquele foi um dilema que viveu com intensidade e sofrimento, porque se sentia responsável pela segurança e estabilidade de sua família, e que não se perdoava por eu ter sido sequestrado na saída da escola quando tinha 7 ou 8 anos e deixado para ser encontrado várias horas depois. Mas, com o passar do tempo, eu pude

---

compreender o porquê daquela decisão. A ligação de meu pai com sua terra e com gente de sua terra era infinitamente mais forte do que a que a distância poderia proporcionar.

A convenção do MDB, realizada no Centro de Convenções Anhembi, na capital paulista, consagrou o retorno dos cassados, dando-lhes a oportunidade de recuperar seus mandatos por meio da eleição de 1982. Esmeraldo participou ativamente da campanha de André Franco Montoro, e havia indicativos de que comporia seu secretariado. Porém, no dia da convenção, saiu de Santos com minha mãe para me apanhar na república em que eu morava.. Dias depois, minha mãe me contou o que tinha ocorrido no carro, quando eles passavam em frente à Assembleia Legislativa. Meu pai deixara no ar a angustiante dúvida: “Alda, será que eu vou voltar para cá?”

Por azar, não voltou. Foi vitimado pelo aneurisma que o fez morrer a cinco dias das eleições.

Deixou-nos lembranças, imagens e o aroma de seu cachimbo. E assim se tornou uma referência para nossa raça.

---

# Almerinda Farias Gama e a emancipação política das mulheres brasileiras

PATRÍCIA CIBELE TENÓRIO<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

A edição do dia 21 de julho de 1933 do jornal *A Noite* estampava em sua capa a foto de Almerinda Gama, com seu sorriso largo e sua inseparável máquina de escrever. A reportagem trazia o título: “Se fosse eleita... As ideias e impressões da única mulher que votou na primeira eleição dos representantes de classe”. A notícia fazia referência ao seguinte fato: no dia anterior, 20 de julho de 1933, Almerinda Farias Gama, uma alagoana de 34 anos, moradora da cidade do Rio de Janeiro desde o ano de 1929, havia sido, como anunciava a reportagem, a única mulher a participar da eleição de representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte, que iniciaria seus trabalhos alguns meses depois, em novembro de 1933.

Os 272 delegados-eleitores, empregados indicados por sindicatos e associações profissionais (por isso o nome “eleição classista”), disputavam 18 vagas de deputados classistas em uma eleição indireta realizada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Entre tantos homens presentes naquele pleito, chamava a atenção a presença de uma mulher negra que não era apenas espectadora daqueles novos acontecimentos da política brasileira. Representando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, entidade da qual era presidente, Almerinda compareceu à eleição que aconteceu apenas um ano depois da

---

<sup>1</sup> É jornalista e pesquisadora. Doutoranda e mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB), estuda o sufrágio feminino e o ingresso das mulheres na política institucional brasileira. A personagem deste artigo, Almerinda Farias Gama, foi tema de seu mestrado. A dissertação resultante dessa pesquisa foi a vencedora da 3ª edição do Prêmio Todavia de Não Ficção e será publicada em breve pela Editora Todavia.

---

extensão do voto às mulheres alfabetizadas, mudança incorporada pelo Código Eleitoral de 1932. Elegantemente, dirigiu-se à urna e sorriu ao depositar seu voto. Sua missão cívica foi cumprida sob olhares masculinos de desconfiança e de certa ironia. Almerinda não se intimidou. Mesmo não sendo eleita nesse pleito, a moça foi notícia nos jornais. “Minhas impressões? Sinto-me muito bem aqui. Que culpa tenho eu de estar sozinha?”, respondeu ao repórter de *A Noite*.

Em outro trecho da reportagem, o jornalista questiona a sua entrevistada: “E se fosse eleita?”

“Pois bem. Se fosse eleita, minha atuação na Constituinte seria no sentido de defender com ardor a estabilidade de todas as medidas decretadas pelo Governo Provisório, atinentes às garantias asseguradas aos trabalhadores. Lutaria mesmo para que se ampliassem o mais possível essas garantias. Bater-me-ia também pela equiparação dos direitos dos dois sexos, eliminadas todas e quaisquer restrições. Propugnaria a obrigação de prestar o governo assistência à infância, à velhice e à invalidez. Estes são os pontos capitais do meu ‘programa’. Mas não me descuidaria dos demais problemas de interesse nacional, sobretudo o da instrução pública, que pretendo seja obrigatória, em se tratando da primária e da profissional”, afirmou a alagoana.

Todos os temas defendidos por Almerinda em sua entrevista foram norteadores de seu ativismo e atuação pública, mesmo que ela nunca tenha chegado a ser eleita para cargos eletivos. Fez política no movimento de mulheres, no movimento sindical e na vida cotidiana, em especial nos anos de 1930.

Nascida em 16 de maio de 1899, em Maceió, capital das Alagoas, Almerinda Farias Gama era filha de uma professora e de um comerciante que tinham situação razoável na cidade de mar calmo e águas mornas. Aos oito anos, após a morte do pai, ela mudou-se para Belém, no Pará, onde foi criada pela avó paterna e por uma tia. Nesta família de mulheres, foi incentivada à leitura, tanto de livros como de jornais, e embora seguisse uma trajetória tradicional às moças de classe média da época, tendo aulas de prendas domésticas e se preparando para um casamento, Almerinda tinha anseios por independência.

Ainda muito jovem, na adolescência, quando a presença feminina ainda era escassa na imprensa, começou a escrever artigos e contos para jornais. Alguns

---

deses textos já tratavam da condição feminina. À medida que amadurecia e conhecia a situação de vulnerabilidade imposta às mulheres de sua época, mais sentia indignação. A situação piorou e ficou evidente quando a jovem, habilíssima à máquina de escrever, buscou por bons empregos em Belém e encontrou portas fechadas: “No comércio os ordenados sempre foram muito modestos, mas os bancários eram mais bem aquinhoados. Eu quis ser bancária e não podia ser porque era mulher”, contou em depoimento dado à historiadora Angela de Castro Gomes em 1984. Ouviu as mesmas negativas na companhia de seguros. “Ah, mas nós não empregamos mulheres, só empregados homens”. Nos bancos, a situação era a mesma. “Iam fazendo seleção e só deixavam para as mulheres os serviços mais mal remunerados.” A revolta diante das discriminações aumentava.

Nessa mesma época, anos de 1920, Almerinda lia nos jornais as notícias internacionais que davam conta da atuação das *sufragettes*, mulheres inglesas empenhadas na luta pelo direito feminino ao voto. Acompanhava com atenção o movimento.

Em 1929, após a morte precoce do esposo e de um filho ainda bebê, Almerinda se mudaria para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades profissionais. Por lá, conheceria as sufragistas brasileiras, lideradas pela bióloga Bertha Lutz. Em pouco tempo participando das reuniões da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade fundada e presidida por Bertha, Almerinda se tornou uma “franca atiradora”, como ela mesma costumava dizer, do movimento sufragista brasileiro. Em um grupo formado por mulheres brancas, integrantes de famílias com certo prestígio social, ela era o ponto fora da curva. Era uma mulher negra, nordestina, viúva e trabalhadora assalariada. Ganhava a vida como datilógrafa, profissão que teve até a velhice. Muito competente na escrita e dona de um carisma inigualável, Almerinda se tornou a assessora de imprensa da entidade.

Além das notícias e artigos ligados à FBPF, que auxiliam na compreensão da opinião pública sobre o movimento, Almerinda também escrevia artigos, como pessoa física, denunciando o padrão de privação de direitos do qual as mulheres eram alvo. Entre vários temas, defendeu publicamente o divórcio, assunto polêmico que nem as sufragistas ousavam mencionar.

---

A atuação de Almerinda na alta cúpula do movimento feminista foi fundamental na articulação política que resultou na emancipação política das brasileiras. Em outubro de 1934, na segunda eleição desde que as mulheres foram consideradas cidadãs e passaram a poder votar e serem votadas, Almerinda se candidatou a deputada federal. Não chegou a ser eleita, mas figura entre as primeiras mulheres negras brasileiras que se colocaram na disputa pelo espaço da política institucional. É admirável sua coragem e disposição de lutar pelo direito das mulheres e da classe trabalhadora em um mundo político ainda tão masculino, predominantemente branco e potencialmente hostil.

Atenta às questões de classe e às opressões vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho, Almerinda foi ainda uma agente intensamente atuante no movimento sindical. Além do compromisso com o sindicato de sua categoria profissional, o das datilógrafas e taquígrafas, ela foi um auxílio sempre presente para outros sindicatos atuantes no contexto carioca de 1930, em especial aqueles sem experiência de luta. Forjada na FBPF, Almerinda utilizava sua bagagem política e a experiência burocrática para viabilizar a ação sindical de outras entidades.

Essa mulher que era dona de força política incomum também era uma poetisa e musicista. Além das teclas da máquina de escrever, dedicou-se às teclas do piano e compôs dezenas de canções. O terreno da literatura, um espaço que mulheres negras demoraram a adentrar, foi explorado por Almerinda quando lançou em 1942, de maneira completamente independente, seu livro de poemas *Zumbi*, exaltando o valente de Palmares não abaixou a cabeça diante de seus opressores e que organizou a resistência de seu povo. O Quilombo dos Palmares foi erguido, inclusive, em Alagoas, terra de Almerinda.

Pela sua trajetória em favor dos direitos das mulheres, Almerinda não recebeu reconhecimentos em vida. Prova dessa invisibilidade era que a data da morte dessa mulher pioneira não era de conhecimento público até a realização de minha pesquisa de mestrado em História, uma biografia de Almerinda, defendida por mim em 2021 na Universidade de Brasília (UnB). Almerinda faleceu em 31 de março de 1999, a poucas semanas de seu aniversário de 100 anos.

---

Mesmo que desconheçam a história desta sufragista, as mulheres negras que vieram a ocupar lugar na política institucional são, de alguma maneira suas filhas diletas, pois foi Almerinda juntamente a outras poucas companheiras do passado, a mais velha que pisou e preparou este terreno para que outras pudessem caminhar. Ao recusar se resignar ao lugar de subalternidade destinado pela sociedade brasileira a ela, Almerinda nos ensinou que os espaços de poder são também para pessoas como nós. “Minhas impressões? Sinto-me muito bem aqui”.

Almerinda emprestou seu brilhantismo e sua competência em favor da causa das mulheres, mesmo quando vivia a dupla jornada tão comum às brasileiras da classe trabalhadora. Ativa, firme e doce, esta mulher merece ser lembrada e celebrada por todos aqueles que acreditam na liberdade, na igualdade e que são também incansáveis na luta por um Brasil mais justo.

---

# Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria e Wilson Prudente panorama de três ícones da fundação do Movimento Negro Unificado – MNU

RAFAEL PINTO  
SOCIÓLOGO

RENATO SANTOS AGUESSY

Hamilton Bernardes Cardoso (1953-1999), intelectual orgânico do povo negro, em 1970, era um dos militantes mais criativos de sua geração. Participou de incursões no campo das artes, sendo a mais importante sua atuação em “E agora falamos nós”, peça teatral escrita e dirigida por Eduardo de Oliveira e Oliveira e Tereza Santos. Essa peça marcou a origem do CECAN (Centro de Cultura e Arte Negra), uma das primeiras organizações em São Paulo a fortalecer a ideia de negritude.

Ingressa, em 1974, no curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, mas, por conta de sua militância política, não consegue terminar os estudos neste período, completando a faculdade em 1982, na Universidade Metodista, à época Instituto Rudge Ramos. Este período de sua vida é marcado pela atuação na imprensa alternativa, o que o aproxima do Jornal Versus importante órgão de divulgação da pauta negra, agregando discussões basilares nos artigos publicados, que construíram pontes entre os coletivos negros com aqueles organizados pelo viés de classe, como a Liga Operária, organização importante na formação da Convergência Socialista, tendência do PT que, após rompimento, constituiria o PSTU.

Podemos afirmar, portanto, que a militância de Hamilton Cardoso no campo jornalístico articulou diversas forças políticas, especialmente no campo

---

da esquerda, fortalecendo a compreensão dos problemas sociais de forma interseccional, entre raça e classe. A primeira versão do manifesto de fundação do Movimento Negro Unificado – MNU foi escrita por Hamilton e, posteriormente, recebeu contribuições de militantes das várias entidades negras participantes de sua fundação.

Vanderlei José Maria (1957-1992) teve uma vivência bastante intensa no contexto da faculdade de filosofia da USP, onde era considerado aluno brilhante. Este perfil acadêmico o aproximou da construção teórica do movimento negro, no Núcleo Negro Socialista, formado por pessoas negras da Convergência Socialista. Das articulações nascidas neste grupo, viabilizou sua contribuição na seção Afro-latino América, do Jornal Versus, a partir de 1979. Após alguns anos, passa a se interessar no caminho da luta pela via institucional da educação, atuando na promoção da educação para relações étnico-raciais no âmbito da secretaria de governo do Estado de São Paulo, na década de 1980, permanecendo, durante todo este período, atuante nas atividades do Movimento Negro Unificado – MNU, cujas bases sua atuação ajudou a construir.

Wilson Prudente (1957-2017) é referência histórica do movimento negro, sempre atuando ao lado de seu irmão, Celso Prudente. A articulação dos irmãos Prudente foi decisiva para que entidades do movimento negro de São Paulo e o Núcleo Negro Socialista do Rio de Janeiro se reunissem no Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN, em junho de 1978, para organização do ato de 07 de julho de 1978, o qual, com representantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, fundaria o MNU.

Após sua participação ativa, Wilson Prudente mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou estudos de Direito e iniciou carreira jurídica, alcançando o cargo de Procurador do Ministério Público Federal do Trabalho. Pela importância de sua atuação profissional, Prudente recebeu uma homenagem póstuma, em 2022, por seu trabalho como membro relator das Comissões Estadual (RJ) e Nacional da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de seu legado de militância pela causa negra.

Importante dizer que a necessidade do ato de rua, ocorrido nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, fundador do MNU, tem seu consenso

---

construído, entre as várias entidades, por conta de crimes raciais inaceitáveis ocorridos à época, que exigiram uma reação coletiva e organizada. Dentre estes terríveis acontecimentos, destacamos a morte de Robson Silveira da Luz, preso em 29 de abril, torturado por 14 horas e encaminhado, em estado debilitado, para o Pronto Socorro de São Miguel Paulista, onde, após uma cirurgia no rim, não resistiu e morreu, em 4 de maio de 1978, aos 21 anos.

Tais fatos narrados neste texto demonstram a necessidade da luta contínua pelo fortalecimento da democracia ao ponto que garanta a cidadania plena as negras e negros brasileiros. Por isso, a memória da luta antirracista deve ser divulgada todos os dias.

---

# Nilo Peçanha e a gênese do nacional desenvolvimentismo

RAMATIS JACINO<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Nilo Procópio Peçanha nasceu em 2 de outubro de 1867 na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, filho do proprietário rural e comerciante Sebastião de Sousa Peçanha, qualificado como “moreno” pelos seus contemporâneos, e Joaquina Anália de Sá Freire, de uma família oligárquica da cidade. Seus principais biógrafos o descrevem como um homem negro e pobre, que ascendeu socialmente graças unicamente a um talento diferenciado e esforços pessoais admiráveis. Sua trajetória acadêmica e profissional, assim como de seu irmão Alcebides, todavia, evidencia que sua família tinha posses pois um bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, reduto das oligarquias açucareiras do Nordeste e o outro na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudavam os filhos das oligarquias cafeeiras, tornando-se promotor público, intendente de imigração e embaixador.

Em Recife Nilo foi influenciado pelo positivismo e pelo pensamento de Tobias Barreto, Émile Littré e por Herbert Spencer, propagador do darwinismo social. Ao retornar à cidade dedicou-se à advocacia e casou-se com Ana de Castro Belisário Soares de Sousa, de uma família em cuja árvore genealógica existiam barões, condes e viscondes que, por racismo, se opôs ao casamento. Em que pese essa e outras discriminações que sofreu, na sua trajetória política manteve

---

<sup>1</sup> Mestre e doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e possui pós doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. É professor do Bacharelato em Ciências Econômicas, do Programa de Pós Graduação em Política Econômica Mundial e membro do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do ABC.

---

um notório distanciamento de qualquer debate ou movimento que pautasse a questão racial. Assim como para seus colegas brancos de universidade e de partido, qualquer discussão que envolvesse a população negra havia se encerrado com a promulgação do decreto 3353 de 13 de maio de 1888.

Presidindo o Clube Republicado desde sua criação em 1883, sua meteórica carreira política se inicia quando, em 1890, aos 23 anos, é eleito deputado constituinte, com uma plataforma nacionalista e desenvolvimentista, compondo a ala *jacobina* do Partido, então liderada por Floriano Peixoto. Abrasileiramento da navegação de cabotagem, desenvolvimento da indústria de base, educação profissionalizante, busca por autonomia na exploração mineral, que se tornariam marcas de seus futuros governos, já faziam parte das prioridades do jovem deputado. O PL 86, por exemplo, apresentado em 1893, concedia auxílio de 150:000\$000 para reconstrução do Liceu de Artes e ofícios da Capital Federal e a proposta de Emenda Constitucional 128, de 1902, autorizava despesas com estudos e trabalhos concernentes à exploração de minas de carvão de pedra no estado do Pará.

Presidente do estado do Rio de Janeiro a partir de dezembro de 1903, depois de curto período como senador e já contando com sólidas articulações políticas, concilia o liberalismo e o *floralismo* positivista com os interesses dos grandes proprietários rurais pois o desenvolvimento econômico de cunho nacionalista que propunha tinha como base as poderosas oligarquias açucareiras e cafeeiras. Sua gestão no estado foi marcada por grande investimento em modernização; substituiu os bondes “jabutis”, por veículos elétricos e construiu novos prédios escolares, ferrovias e pontes metálicas. Promoveu alargamento de ruas e avenidas na Capital, criou centros de serviços municipais, substituiu o sistema de gás pela eletrificação e promoveu melhorias na travessia marítima da Baía da Guanabara. Sem descuidar dos interesses do grupo social do qual era oriundo, foi um dos protagonistas do *Convênio de Taubaté*, assinado em 1906, em associação com os governadores de Minas Gerais e São Paulo, que beneficiou os cafeicultores do Sudeste. Sua maior obsessão, contudo, era a educação, em especial a profissionalizante, e investiu no treinamento da juventude em ocupações qualificadas e modernas, de maneira a que viessem integrar o mercado de trabalho com boa

---

remuneração e alta produtividade. Em 1906, inaugurou três escolas que formavam operários para a indústria e duas destinadas ao ensino agrícola, aumentando ainda o número de alunos atendidos pelo estado de 5.130 para 15.657.

Cacifou-se, assim, para ser indicado candidato a vice-presidente da república, na chapa encabeçada por Afonso Pena, ex governador de Minas e, com a morte deste, exerceu a presidência de 14/06/1909 à 15/11/1910, quando buscou implementar políticas semelhantes às que havia desenvolvido no Rio de Janeiro. Positivista, norteava-se pela ideia de um Estado com o papel de direção e organização da sociedade visando acelerar a sua transição para a “idade científica”, intervindo na economia em nome do “progresso”. Coerente com pensamento nacionalista que esposava e fiel a ideia da necessidade de “integrar os indígenas a civilização” e mensurar os trabalhadores, principalmente os rurais, pelo decreto nº 8.072, em junho de 1910, cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e nomeia o marechal Cândido Rondon como diretor. A educação profissionalizante continuava, na sua compreensão, sendo a mais importante ferramenta do desenvolvimento, cumprindo papel “civilizador” das classes populares. Em busca da viabilização desse projeto, em 1909, pelo Decreto nº 7.566, cria escolas de aprendizes artífices nas capitais dos estados e ao longo do ano de 1910 inaugurou dezenove destes centros de formação. A agricultura e suas cadeias produtivas eram, para Nilo, o epicentro do projeto de desenvolvimento. Assim, através do Decreto no. 7.502, de agosto de 1909, abre crédito de 200:000\$000 para instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criando, ainda, uma série de serviços que considerava essenciais. Na busca da “modernidade”, investe na mobilidade e nas comunicações decretando a reforma dos Correios e Telégrafos, reduzindo taxas postais, construindo novas de linhas telegráficas, instalando aparelhos radiotelegráficos nos navios do *Lóide Brasileiro*, inaugurando o serviço de radiotelegrafia, abrindo uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Lisboa e reformando o contrato com a *Light and Power*, reduzindo as taxas para o consumo. Cria, ainda, redes de viação, reformula contratos de estradas de ferro, determina prolongamento de outras e concede novas linhas a iniciativa privada. Intervindo na macroeconomia, cria a Bolsa dos Corretores, valoriza a moeda, faz gestões para liberar as alfândegas,

---

cujas rendas estavam hipotecadas em consequência de acordos anteriores, suspende pagamento de dívidas com bancos estrangeiros e renegocia os empréstimos com juros menores, livrando-se das garantias abusivas.

A nacionalização da indústria extrativista era uma de suas prioridades e a materializa através do decreto 7.677 de novembro de 1909 que abre crédito especial de 50:000\$000 para "concorrer às despesas com estudo das indústrias de ferro, da borracha e outros, no intuito de promover a sua implantação no País". Seu discurso nacionalista, todavia, era nuançado por uma prática não tão radical e, em alguns casos, favorecendo os interesses das grandes companhias multinacionais, como quando dá concessão para exploração à *Brazilian Hematite*, lançando em Aimorés, no vale do Rio Doce, a pedra fundamental daquela que viria a ser a grande siderúrgica do País. É possível afirmar, todavia, que a busca pela independência na produção do ferro e seu pioneirismo no planejamento da siderurgia nacional, se assemelha a busca pela independência na produção do petróleo no período varguista.

Findo o mandato como presidente da república, Nilo volta a governar seu estado, de 1914 à 1917, buscando dar continuidade aos projetos e programas anteriores, sem muito êxito. Em 1921, o movimento *Reação Republicana* lança seu nome como candidato a presidente da república, mas o pleito, realizado em março de 1922, é vencido por Artur Bernardes, apoiado pelo então presidente, Epitácio Pessoa. Os opositoristas contestam o resultado, são derrotados no Congresso, que então era o foro de decisão, mas mantem o movimento. Liderados por Hermes da Fonseca, militares *florianistas*, protagonizam insubordinações visando destituir Epitácio Pessoa e impedir a posse de Artur Bernardes, mas também não lograram êxito pois obtiveram pouco apoio das cúpulas das forças armadas. Os revoltosos, a maioria oficiais de baixa patente, se mantiveram organizados e conspirando e deram origem a um movimento mais amplo no interior das forças armadas que ficou conhecido como *tenentismo*.

Traçando uma linha do tempo, é possível perceber um *continuum* nas propostas políticas e econômicas em debate ou implementadas na conturbada Primeira República. O *jacobinismo* dos seguidores de Floriano Peixoto, a modernizadora gestão Afonso Pena/Nilo Peçanha, a derrota do movimento de *Reação*

---

*Republicana*, a insatisfação dos derrotados, que levou aos enfrentamentos militares e ao *tenentismo*, são episódios de um mesmo movimento que acabou por levar Getúlio Vargas ao poder apenas 6 anos após a morte de Nilo, maximizando aqueles projetos e programas econômicos.

As escolhas políticas, administrativas e econômicas de Nilo Peçanha devem ser atribuídas ao seu grupo social de origem, à sua trajetória pessoal e acadêmica e as limitações do período em que atuava. As singularidades de suas escolhas, todavia, são resultado ainda do talento pessoal e das reflexões que fez a partir das correntes de pensamento a que teve acesso, nuançados com o fato de que o país sonhado era vislumbrado pelos olhos de um homem negro. Não encontramos registros de que em algum momento Nilo tivesse se assumido enquanto tal, constatamos que se manteve olímpicamente afastado de qualquer debate sobre a discriminação racial e, ainda, que coadunava com as políticas imigratórias que visavam branquear a população brasileira. Contudo, na prática parte de sua política beneficiou os ex escravizados e seus descendentes pois o *niilismo* – podemos afirmar – foi a gênese política e econômica da primeira e mais profunda transformação social ocorrida após o fim legal da escravidão: A Revolução de 30 e o nacional desenvolvimentismo, que inauguram mudanças estruturais na nossa sociedade, das quais os negros foram um dos grupos beneficiados.

---

# Abdias do Nascimento

RENATO DE SOUSA PORTO GILIOLI  
DOUTOR PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

Ícone do movimento negro, Abdias do Nascimento (1914-2011) nasceu em Franca, diplomou-se em contabilidade em 1929, mesmo ano em que mudou-se para a capital paulista e em que se alistou no Exército. Mudou-se novamente, com 22 anos, para o Rio de Janeiro para concluir o curso superior em Economia. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em várias instituições e chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2010.

Politicamente, militou na Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual se desligou formalmente por haver segmentos abertamente racistas antinegro. Por protestar contra o Estado Novo em 1937, foi preso, ocorrendo nova prisão política em 1941, ocasião em que organizou o Teatro do Sentenciado. Manteve contatos com ex-integralistas ao longo da década de 1940 e início dos anos 1950. Formou-se em Sociologia, em 1957, no Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), *locus* de fluxo de militantes e intelectuais de todas as tendências políticas.

No Iseb, ex-integralistas como Abdias adotaram posições de esquerda. Trajetória do integralismo à esquerda também foi o caso do poeta Vinícius de Moraes. Por outra parte, ex-militantes comunistas durante o Estado Novo, como o jovem Carlos Lacerda, adotaram posturas bastante à direita no partido UDN (União Democrática Nacional), tendo sido Lacerda, como governador da Guanabara, um dos pilares de mobilização e sustentação política para a execução do golpe civil-militar de 1964.

Essa nota contextual é relevante, pois a militância nos anos 1930 significava muito mais do que apenas uma posição política: havia o sentimento de (re) construção da sociedade brasileira e a preocupação com a condução do futuro da nação, pelas mais diversas tendências político-ideológicas. Para todo militante político dos anos 1930, não houve, portanto, uma espécie de “aprisionamento”

---

em torno de sua posição. Nos anos 1940 e 50, as posturas variavam muito considerando-se a referência da militância inicial. Portanto, evitar rótulos e julgamentos precipitados – e, em contraposição, buscar uma compreensão contextual – é um cuidado que há de ser tomado na análise das trajetórias políticas de agentes políticos, intelectuais e militantes no meio do século XX no Brasil.

Um dos criadores do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, teve esta organização como foco a luta pela anistia política de militantes negros. Em 1945-46, teve sua primeira aproximação ao poder legislativo, quando organizou a Convenção Nacional do Negro, que propôs, por meio de um senador constituinte, ainda que sem sucesso, a inclusão na Carta Magna de 1946 do crime de racismo tipificado como de lesa-pátria. Nessa esteira, participou da fundação e foi membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, partido existente de 1946 a 1965), no qual foi um dos fundadores do Movimento Negro do PTB (1948).

Exilou-se durante a ditadura civil-militar (desde quando a repressão se intensificou, em 1968, até o retorno em 1981). No entanto, já em 1977, quando estava ainda no exílio, foi um dos organizadores da refundação do trabalhismo no Brasil, o que desembocou em sua participação, mais tarde, como um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT, 1981), chegando a ser vice-presidente na legenda. O PDT buscou, quando foi fundado, recuperar o trabalhismo varguista no novo ambiente de abertura democrática do fim dos anos 1970 e início dos 1980. Foi deputado federal (1983-87) e senador (1991-92, 1997-99), bem como Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94) e Secretário Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000).

Participou do grupo de poetas brasileiros e argentinos Santa Hermandad Orquídea, tendo viajado pela América do Sul em 1940 e chegou a residir um ano na Argentina, local onde começou a esboçar o que viria a ser o Teatro Experimental do Negro (TEN), inspirado também no Teatro do Sentenciado, por ele organizado na segunda ocasião em que ficou preso (1941-43). Sua soltura foi o preâmbulo para a efetiva fundação do TEN, ocorrida em 1944 e inicialmente funcionando na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). A estreia do TEN nos palcos se deu em 8 de maio de 1945 (dia da vitória aliada sobre os

---

alemães), no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a peça *O Imperador Jones*. No âmbito do TEN, fundou o jornal *Quilombo*, órgão de divulgação do grupo, bem como a primeira peça de sua autoria também foi encenada em 1957 – *Sortilégio: Mistério Negro*.

Seu exílio, durante o regime civil-militar de 1964, foi intelectualmente bastante profícuo, envolvendo atividades de grande prestígio acadêmico nos Estados Unidos da América (EUA), bem como participação em atividades muito intensas em universidades no Caribe, na Europa e na África. Entre outros momentos, denunciou o preconceito racial existente no Brasil — ainda na época bastante ocultado e desconsiderado no plano internacional e nacional, em parte por conta da corrente de pensamento iniciada por Gilberto Freyre — por ocasião da realização do **Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas**, em Lagos (Nigéria, 1977).

Fundador do TEN, no qual atuou de 1944 a 1961, fundou o Museu da Arte Negra (MAN, 1968) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), bem como também esteve entre os idealizadores do Movimento Negro Unificado contra o Racismo e a Discriminação Racial (MNU, 1978) do Memorial Zumbi (1980, mesmo ano em que lança seu livro **O Quilombismo**), destinado a recuperar as terras onde se localizara a República/Quilombo dos Palmares. Tornou-se presidente do Memorial Zumbi e atuou no Conselho Curador da Fundação Palmares.

Além de prestigiado intelectual, teatrólogo, escritor, ativista e militante negro, tanto no Brasil quanto no estrangeiro, foi artista plástico, tendo deixado um riquíssimo legado para o pensamento negro-brasileiro para as gerações seguintes. É uma inspiração eterna para a luta por justiça sociorracial no Brasil.

---

# Maria de São Pedro, uma estrela do mar

ROSANE CRISTINA PRUDENTE ROSE THIOUNE<sup>1</sup>  
MESTRE PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA



Maria de São Pedro dos Santos.  
Foto: acervo Restaurante Maria de São Pedro

A contribuição da mulher negra na formação da sociedade baiana – e, portanto, nacional, com os seus desdobramentos sociais, culturais e econômicos é notória. O legado dos africanos, na formação do povo brasileiro e no seu desenvolvimento econômico e cultural fundamentam a Cidade do Salvador como um espaço de saber e de poder emblemático para a compreensão de diversas práticas sociais decorrentes das diásporas negras transatlânticas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Difusão do Conhecimento – DMMDC/UFBA, Mestra em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA/UFBA, Licenciada em Letras e Literaturas de Língua Portuguesa – DCH-1/UNEB. E-mail: dare.rose@gmail.com.

---

Como o maior polo de recepção turística e cultural do Nordeste, Salvador encena as potencialidades dessas culturas protagonizadas pelas matriarcas negras que construíram os alicerces das culturas negras baianas como um dos mais sedutores do Brasil. A “Roma Negra”, maior concentração populacional e identitária afro diaspórica transformou as suas práticas socioculturais reprimidas e massacradas, durante a escravização em um legado simbólico, que singulariza a cultura e alavanca o turismo soteropolitano.

Como destino mais cobiçado entre os brasileiros (EMBRATUR, 2024), Salvador também conquistou o de melhor do mundo (revista norte-americana Bloomberg Businessweek), o de mais desejado (Reader Travel Awards, da revista britânica Wanderlust) e o de melhor destino criativo, segundo a Rede Internacional de Turismo Criativo (Creative Tourism Network) na Feira Internacional de Turismo (Fitur), em Madri, na Espanha em 2024, dentre 92 destinos mundiais analisados. Fatos que são impulsionados pelo seu patrimônio material e imaterial, no qual a gastronomia é marcante, colocando a moqueca baiana no 18º lugar entre os melhores pratos de frutos do mar do mundo (guia on-line Taste Atlas). A rede formada pela capital do Afro-turismo, reconhece a indústria criativa, cultural e turística negra da Cidade.

Assim, evitar discursos memorialistas estagnados implicam nas desconstruções das visões de culturas populares e folclóricas quanto as questões afro-baianas e africanas. Exigem pontuar a relevância do protagonismo das personagens históricas, pretéritas e presentes, que oportunaram as vozes contemporâneas de suas comunidades e redes.

Maria de São Pedro é um exemplo de uma das grandes matriarcas negras que empoderaram as negras baianas. Consagrada como rainha da culinária baiana nos imaginários literários nos literatos baianos, teve em Jorge Amado e Odo-rico Tavares os relatos mais apaixonados dos encantos da sua gastronomia e na ênfase da sua personalidade marcante.

A sua biografia tem como consenso o sucesso da sua trajetória efervescente e próspera como chef da culinária tradicional soteropolitana de origem africana. Nascida na véspera de São Pedro, 28 de junho, em 1901 na cidade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, passou a maior parte da vida em

---

Salvador, onde construiu uma família com 14 filhos e faleceu em 1958, aos 57 anos de idade.

Comerciava gêneros alimentícios e iguarias em sua quitanda na Ladeira da Barroquinha. Estrela do Mar, o seu primeiro restaurante montado em 1925 na Cidade Baixa, próxima a Receita Federal mudou-se para as proximidades da Água de Meninos em 1942 e desde 1949 está no Mercado Modelo.

Point de artistas, políticos e de todos os interessados em uma boa gastronomia foi impulsionada pelos membros da “Academia dos Rebeldes”, pois esses buscavam consolidar os símbolos da identidade soteropolitana com a sua realidade sociocultural recorrente. Destacada nos relatos de “Bahia de Todos os Santos”, de Jorge Amado, entrou no roteiro de visita de diversos ícones nacionais e internacionais: Roger Bastide, Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Orson Welles, Pablo Neruda, Pierre Verger, Carybé, Stefan Sweig, Calazans Neto etc. O que lhe rendeu autoridade para divulgar a culinária soteropolitana junto a Getúlio Vargas em seu banquete de posse ou nos banquetes pelos país, como os dos Matarazzo no aniversário de 400 anos de São Paulo.

Como desdobramento quanto as questões de Diversidade assinadas com a ONU a Bahia impulsionou, segundo Júlio Souto Salom, pelo Brasil ações pasteurizadas de saberes e ofícios afro-brasileiros com a titulação de griôs “sincréticos”, uma usurpação dos bens simbólicos das culturas africanas da África do Oeste, o que reduziu a potência que nossos líderes tiveram na construção de narrativas pós escravização de salvaguarda e resgates identitários dos saberes e resgastes identitários. Nesta perspectiva, saberes e fazeres das comunidades afro-baianas como saveiristas, marisqueiras, ourives, ferreiros, rezadeiras, bordadeiras, cantadores etc. estão apagados nas políticas públicas de reconhecimentos desses ofícios ancestrais, matrizes que geram as continuidades das culturas afro soteropolitanas.

Na “Cidade das Mulheres” as ganhadeiras tinham uma função de destaque na captura de recursos financeiros para os escravagistas. Após a “libertação” continuou como uma das principais garantias dos seus sustentos familiares. Na posição de ganhadeira ou de vendedora de comidas nas ruas, destaca-se o ofício de baiana de acarajé. Quitute que é tombado pela lei nº 6138/2002 como

---

Patrimônio Cultural de Salvador, já o ofício de baiana de acarajé foi inscrito no Livro de Saberes do IPHAN em 10 de dezembro de 2004, graças aos pedidos da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia, do Centro de Estudos Afro Orientais da UFBA e de Mãe Stella de Oxossi, assinando pelo Terreiro Ilé Axé Opô Afonjá. Fato que avançou na salvaguarda da imagem e fazeres das baianas. Mulheres que tiveram as suas indumentárias divulgadas de forma estilizada por Carmem Miranda, após a sua visita ao Restaurante de Maria de São Pedro na década de 30, embalada pela música de Dorival Caymmi, um dos fregueses do Estrela do Mar, na música “o que é que a baiana tem?”



Restaurante Estrela do Mar. Foto: Pierre Verger

Transpor a dita comida sacra, a que sobrevivia nos Terreiros de Candomblés e a profana das comunidades negras que normalmente era mercada nas ruas da Cidade para espaços de socialização cultural e poder foi uma das principais conquistas, que a chef Maria de São Pedro formalizou nos cardápios baianos entronizando-os na gastronomia das elites.

Dessa forma, a importância da trajetória de Maria de São Pedro continua timidamente reconhecida na contemporaneidade. Singelas homenagens, como o póstumo Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa, ocorrido em 2010 pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador demonstram como precisamos esculpir as faces de nossas heroínas. De como precisamos ressoar e visibilizar as trajetórias de pessoas que tornaram nossos

---

saberes ancestrais salvaguardados, das matriarcas que tornaram mais palpáveis os nossos caminhos de humanização na sociedade brasileira.

## Referências

- SALOM, Júlio Souto. **Quando chega o griô: conversas sobre a linguagem e o tempo com mestres afro-brasileiros**. Tese de Doutorado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós Graduação em Sociologia. 2009. UFRGS.
- Ofício das baianas de acarajé**, livro dos saberes. IPHAN, 2004. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BaianasdeAcarajeRegistro.pdf>
- Salvador é o destino turístico mais desejado pelos brasileiros e recebe 1,7 milhão de visitantes em 2024**. 21/03/2024. Disponível em <https://sociedadeonline.com/salvador-e-o-destino-turistico-mais-desejado-pelos-brasileiros-e-recebe-17-milhao-de-visitantes-em-2024/>
- Prêmios nacionais e internacionais confirmam o alto desempenho do turismo baiano em 2023**. 29/12/2023. Disponível em <https://gazetadosmunicipios.com.br/noticia/75119/premios-nacionais-e-internacionais-confirmam-o-alto-desempenho-do-turismo-baiano-em-2023>
- Fitur 2024: Salvador ganha prêmio internacional de Melhor Destino Criativo por projeto de desenvolvimento do afroturismo**. 25/01/2024. Disponível em <https://embratur.com.br/2024/01/25/fitur-2024-salvador-ganha-premio-internacional-de-melhor-destino-criativo-por-projeto-de-desenvolvimento-do-afroturismo/>
- Maria Felipa**. 23/10/2010. Disponível em <https://reparacao.salvador.ba.gov.br/sp-1163191087/>. **Prêmio maria Felipa 2010**. 21/07/2010. <https://premiomariafelipa.wordpress.com/2010/07/21/dona-maria-de-sao-pedro-um-sabor-especial-da-comida-baiana-in-memoriain/>
-

# De Vinicius Brasilino para Vinicius Junior

VINICIUS BRASILINO<sup>1</sup>

ASSESSOR TÉCNICO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MATO GROSSO E CONSELHEIRO DE ESTADO DE CULTURA DE MATO GROSSO

Vini, peço licença. Resolvi te escrever para dizer que daí de onde estás e daqui onde estou, estamos juntos na luta contra o racismo. Esses dias não tem sido fáceis, eu pelo menos, ainda não consegui absolver aquela imagem de um estádio inteiro te depreciando por ser um jovem preto que é consciente e resiste contra o racismo bravamente em defesa da tua dignidade, da tua história e a do nosso povo.

É visível que a força que sustenta o racismo até hoje no imaginário de uma parcela do povo europeu, infelizmente, ainda tem as marcas do sangue de cada um que foi sequestrado da África para ser escravizado aqui no Brasil e no mundo. Tem o peso de cada grama de ouro e das riquezas que roubaram do continente Africano. É o mesmo ideal dos que outrora nos escravizaram e hoje não mais escravizarão nossos corpos, nem nossas mentes.

Combater o racismo é o desafio do século para um mundo que se propõe a ser diferente, moderno e humano. Mas como fazer? Pois será preciso mudar consciências já formadas, ideologias já construídas. Como podemos modificar um imaginário que há milênios é imposto com regra em uma sociedade completamente diversa? E mais ainda, como tornar o combate o racismo uma bandeira efetiva de promoção de uma cultura de paz mundial?

Aos 22 anos, com a habilidade profissional e consciência que tu tens, tu és exemplo para o mundo. E sua voz é a potência de um povo que por séculos tentaram silenciar. O racismo em suas variadas formas é cruel e o sofrimento que

---

<sup>1</sup> Poeta, ator. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Coordenador de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso.

causa não cicatriza jamais. Porém, é com mesmo brilho no olho que se comemora um gol, com a mesma garra de um contra-ataque precisaremos enfrentar o racismo. Por horas, tem-se a impressão que estamos a sós. Às vezes pergunto, “se não eu, quem faria?” E percebo que em vários lugares e de diversas formas tem pessoas que lutam contra essa chaga que é o racismo. Porém, é preciso unificar essas vozes.

A luta institucional é necessária, ocupar os espaços e modificar as regras, denunciar e criar políticas públicas é fundamental em todo o mundo para que essa prática abominável, violenta, antidemocrática e desumana seja extirpada, mas a mobilização do povo negro é indispensável. Seja esse expoente no mundo, aliás, você já é. Virá um novo Rei Pelé no campo e com ele a luta atual de seu povo por plena liberdade. Tem nome: Vinicius Junior! Um forte, afetuoso e fraterno abraço de outro Vinicius, o Brasilino. Conte comigo!

---

# Rio Grande do Sul: a historiografia negra da fuxicoralidade no presente

PROFA. DRA. LILIAN SOARES DA SILVA  
DOUTORA EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA (UPM)<sup>1</sup>

O verbete tem o propósito de refletir sobre a memória negra sul riograndense e suas personalidade tradicionalistas – Lanceiros Negros e os territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombo, em sua magnitude de história, memória e territorialidade para a formação do estado gaúcho. Recentemente, os “Lanceiros Negros – Soldados que lutaram na Guerra dos Farrapos (Lei 14.795, de 2024): Corpo de soldados formado por negros livres ou libertados pela revolução com a condição de lutarem como soldados pela causa republicana” (AGÊNCIA SENADO, 2024), foram incluídos no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, como um passo e um marco para reescrever a história em terras consideradas de migrantes e imigrantes, ao mesmo tempo que se oculta a trajetória, resistência e existência negra na região.

Por ora, a localização geográfica é importante para definir de onde estamos narrando essa escrita, de uma local de fortes tradições, de revoltas e revoluções,

---

<sup>1</sup> A formação acadêmica no Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura, Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Especialização em Educação (Educação em Direitos Humanos, Formação Pedagógica de Docentes, Educação de Jovens e Adultos e Tutoria a Distância) e Turismo (Gestão/ Guia em Turismo / Atrativos culturais). Estou professora da Educação Básica com experiência interdisciplinar nos estudos em Educação, Turismo e História, desenvolvendo pesquisas nas áreas de conhecimento e, atuando principalmente nos seguintes temas: Territórios negros (rural e urbano); Comunidade Remanescente de Quilombo; Cartografia social, afroafetiva e mapeamento socioafetivo (São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul); História afrobrasileira (escavidão); História de família e genealogia; Narrativas orais, identidade e história de si; Educação para as relações étnico raciais; Turismo e patrimônios culturais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7265091945630944> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1867-7533> | Email: [profadraliliansoares@gmail.com](mailto:profadraliliansoares@gmail.com) | Email: [lilianbv@yahoo.com.br](mailto:lilianbv@yahoo.com.br)

de batalhas e ações para a guerra até a tentativa de independência e separação do território nacional. Todavia, quando mencionamos a população negra, africana e afrodescendente ouvimos a sua vinculação com a escravização e as Charqueadas na cidade de Pelotas/RS, considerada com a história do Sal e do Açúcar, em um período da história imperial e do colonialismo português em terras brasileiras. Enquanto, por ora hoje a cidade de Canguçu/RS é reconhecida como o município sul riograndense com maior quantitativo de Comunidades Remanescentes de Quilombo, capital da Agricultura Familiar e maior número de minifúndios no país, totalizando uma extensão territorial de 3.526,253 km<sup>2</sup>, distribuídas entre a sede e cinco distritos, majoritariamente área rural e fronteiriços e/ou limítrofes com Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerreto, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini.

Cabe ressaltar que estas cidades são fuxicoralidades e cartografias de memória, como a afirmação de Conceição Evaristo (2018, p.12): “na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus” e “rearticulando os fios de sua memória histórica e coletiva” (CARNEIRO, 2011, p.9)

Memória que pauta-se na família, no pertencimento étnico racial e na historiografia negra não contada, seja nos livros didáticos ou na Academia, mas delineadas com uma pesquisa de retorno às origens, a raiz e ao contexto de um passado distante (seis gerações maternas e quatro gerações paternas), de mulheres negras escravizadas e do protagonismo em sua história, da manutenção da família e da sobrevivência em um tempo de luta, dor e sofrimento. Sofrimento este que não fica restrito a uma palavra que para alguns é dita como “mimimi”, ela só fala de escravidão ou de temáticas étnicorraciais, mas será que são só palavras? Será que são dores do passado? Será que são sentimentos que não mais afloram no presente? Será que realmente ficaram no período do Brasil Império e Colonial?

**Tenho a ousadia de dizer que não, elas e eles são do passado,  
do hoje e do amanhã.**

No Brasil, “ser negro não é uma condição dada a priori. No Brasil, ser negro é tornar-se negro”, ao passo que, “em conflito com sua historicidade, dado que se

---

vê obrigado a negar o passado e o presente: o passado no que concerne a tradição e a cultura negras e o presente, no que tange a experiência da discriminação étnico racial” (SOUZA, 1983, p.73).

Isto posto, o ponto chave e linha inicial dessa trajetória são os meus mais velhos, João dos Santos (canguçuense – 1922) e Therezinha Souza Soares (pelotense -1930), bem como, a genealogia da árvore familiar para a pertença no território antes desconhecido, de férias, brincadeiras de crianças e da casa dos avós durante o final de ano e nas festas comemorativas de Natal e Ano Novo. Um momento de infância e adolescência, que constroem a Colcha de fuxicos: tecendo fios negros no território de Canguçu e Pelotas RS, título da tese no Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), sob orientação da Profa Dra Rosana Maria Pires Barbato Schwartz e banca integrada pelo Prof Dr. Kabengele Munanga, Profa Dra Rosy de Oliveira, Profa Dra Antônia Quintão e Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto e, a banca honrosa do Prof. Dr. Roberlaine Jorge Ribeiro. Mencionou a banca para estabelecer a cartografia desses territórios, de Sul ao Nordeste do país, cada docente com a experiência, vivência e narrativa de sua vida ou pesquisa acadêmica sobre a negritude em suas múltiplas narrativas.

Retomando ao contexto dos Lanceiros Negros, sua historiografia perpassa um tempo de revoltas, de lutas e de busca pela liberdade. Liberdade que há alguns nunca chegou, somente com a sua morte para a liberdade de outros homens e outras mulheres que nunca desistiram de viver. A vida não como um dia após o outro, não como um passar do relógio – e de suas batidas, mas de um tempo com propósito, de viver por uma causa (individual e coletiva), de enfrentar uma guerra sem armas, mas com a coragem como seu escudo.

Um escudo invisível a alguns, mas a outros o único escudo que nos protege e nos protegeu até hoje, e sempre nos guiará por todos os caminhos.

Caminhos estes de histórias, memórias, lembranças e narrativas que não são somente minhas e de minha família – Soares (Canguçu) e Souza (Pelotas) -, mas também é sua a medida que narra, contextualiza e compartilha a sua vida, sua historiografia com a Academia ou com uma conversa na porta do elevador ou de um encontro inesperado na correria do dia a dia. Todas elas e cada uma

---

delas tem a sua relevância. Todas elas e cada uma delas deve ser partilhada com quem está perto e distante. Compreendi a importância de minha narrativa como tema de pesquisa na Academia, por objetos de família, de álbuns fotográficos, de documentos e tantas outras recordações que só tive a oportunidade de contar, porque minha família se permitiu compartilhar.

## Referências

- AGÊNCIA SENADO. **Conheça os heróis e heroínas da Pátria**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** / Sueli Carneiro — São Paulo : Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito)
- EVARISTO, Conceição, 1946- **Becos da memória** [livro eletrônico] / Conceição Evaristo. — 3. ed. — Rio de Janeiro : Pallas, 2018.
- SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** / Neusa Santos Sousa. — Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
-

# Movimentos socioculturais negros

RITA DE CÁSSIA DIAS PEREIRA DE JESUS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O povo negro no Brasil desenvolveu uma gama muito variadas de formas de expressão e engajamento social. As, as experiências de mobilização social e política dos quilombos, as irmandades religiosas negras no tempo colonial, os movimentos negros e suas organizações civis e educacionais dos tempos contemporâneos, e as expressões socioculturais, nas inúmeras manifestações da cultura negra, afro-brasileira e diaspórica revelam a um só tempo a riqueza dos etnométodos sociais do povo negro, bem como, o jeito arguto e diverso de mobilização social de nossa comunidade.

Destacaremos aqui, duas manifestações culturais do povo negro do Recôncavo da Bahia, realizadas nas cidades de Santo Amaro da Purificação e Saubara. O Recôncavo baiano é este bastião sócio-histórico da experiência de formação do povo afro-brasileiro, num espaço-tempo e território absolutamente (de) marcado pela experiência de formação cultural negra, intrinsecamente marcado pela vivência afro-religiosa, pela ancestralidade negra e pelas formas de organização e emancipação de uma densa população afrodescendente que viveu o pós-abolição em um território densamente povoado pelo povo negro e sua herança, e desassistido pelas políticas públicas que inserissem dignamente esta população no novo contexto social.

Foi através da auto organização social e cultural que o povo negro do Recôncavo deu azo às estratégias de mobilização e sobrevivência que nos permitiu chegar aos dias de hoje. Em Santo Amaro da Purificação destaca-se a realização do Bembé do Mercado. O maior candomblé de rua do Brasil, reconhecido como patrimônio imaterial da cultura brasileira, celebrado desde 1889, pelos terreiros de candomblé da região. Em Saubara, negros em festa se reúnem nos folguedos das cheganças e marujadas. Expressões lítero-musicais

---

e teatrais que performam a participação negra nas lutas pela independência do Brasil e na navegação brasileira.

## **A NARRATIVA MEMORIAL DE EMANCIPAÇÃO DO POVO NEGRO NO BEMBÉ DO MERCADO.**

Em 1888, o fim da escravidão foi celebrado em todo o Recôncavo da Bahia, com grande efusão e profusão de modos e alegria. A abolição foi um processo no qual muitos negros e negras estavam engajados, com o trabalho para a compra de alforrias, com o “aquilombamento”, e com a atuação política de negros livres, pôs-se fim à atrocidade da escravidão.

Negros/as no Recôncavo celebraram a liberdade:

A notícia rapidamente se espalhou pela cidade e pelos demais centros do Recôncavo. Houve festa em várias localidades da província. Uma autoridade da vila de São Francisco do Conde, coração da lavoura açucareira do Recôncavo, informou com preocupação que, desde o 13 de maio, os libertos se entregaram a “ruidosos” sambas durante noites seguidas. Em diversas cidades da região, recém-libertos juntaram-se a populares nos festejos e desfiles promovidos por associações abolicionistas. Um jornal da cidade de Cachoeira informou que, na noite de 13 de maio, “o povo se derramou pelas ruas” acompanhado de duas bandas de música. Das sacadas dos sobrados muitos discursos e vivas ao grande acontecimento. Naquela ocasião, a câmara mandou celebrar te deum na matriz em ação de graças pela abolição [p.65]. Em Cachoeira, nos dias 14 e 15 de maio, o edifício da câmara foi iluminado com velas e queimaram-se oitenta dúzias de foguetes. Além disso, a câmara remunerou o maestro abolicionista Manoel Tranquilino Bastos pela música e “armação” executadas naquele dia. Na semana seguinte, depois que a câmara recebeu a comunicação oficial da abolição, entre 6 e 7 mil pessoas desfilaram festivamente pelas ruas de Cachoeira e da vizinha povoação de São Félix. Foi no calor dessa passeata que o maestro Tranquilino Bastos compôs de improviso o “Hino ao 13

---

de Maio”. A multidão desfilou também ao som de “Airosa Passeata”, outra composição do maestro para celebrar a multidão nas ruas no dia da abolição (FRAGA, 2011, p.69-70).

Em 1889, um ano após a abolição, no centro da cidade de Santo Amaro dançando, cantando, cultuando os Orixás, as filhas e os filhos de santo ‘batem o seu Candomblé’ na rua. Isto porquê, no dia seguinte à abolição, 14 de maio de 1888, a elite santamarense dizia desconhecer o alcance da Lei Áurea, e requisitava aos poderes instituídos que a lei fosse revogada, enquanto bradavam que nada havia mudado nos rincões do recôncavo, e em seus engenhos escravistas.

O Bembé do Mercado é uma festa advinda da celebração iniciada no ano seguinte à abolição da escravatura, que se originou a partir da reverência e gratidão de pescadores e do povo de santo, à sua ancestralidade e aos Orixás. Segundo as narrativas circulantes, sob a guia de João de Obá, um negro malê, sacerdote de Xangô, levou-se para as ruas o Xirê, as práticas de festividade dos terreiros, num Candomblé de rua que durou três dias, inicialmente, reverenciando aos ancestrais, e, seguida ao “dono” da proteção, o orixá Xangô, e ao final, em oferenda à D’água, e por meio dela às Yabás, orixás femininos do Candomblé, especialmente à Iemanjá e Oxum.

O Bembé integra uma série de manifestações negras pelo Brasil, que evocam a luta do povo negro contra a escravidão, e que por isso, celebrações como esta, afirmam que valores importantes da cultura afro-brasileira, tais como congadas, jongos e reisados, constituem um patrimônio cultural a ser preservado, e representam a atuação sócio-cultural e política do povo negro.

Segundo o célebre historiador Ubiratan Castro de Araújo:

Passado um ano de luta contra a repressão e contra a discriminação, os negros de santo Amaro resolveram festejar em praça pública o primeiro aniversário da lei da abolição. [...] Não se viu nenhuma parada cívica, não se ouviu nenhum discurso de agradecimento à princesa. Amparados pela força dos seus Orixás, os negros ‘bateram Candomblé’ no centro da cidade e no sábado seguinte jogaram um presente no mar em agradecimento aos Orixás. [...] O Bembé do Mercado, em Santo Amaro, tem grande significado para a

---

afirmação da cidadania negra no Brasil. Eliminados quaisquer traços de subserviência agradecida à princesa pela Abolição, emerge a evidência histórica da luta popular contra o cativo e da força da cultura afro-brasileira como propulsora da resistência do povo negro no Brasil. (ARAÚJO, 2003).

Anualmente, o largo do Mercado é transformado em um território sagrado, de celebração da memória ancestral, da força política do povo negro, de celebração e defesa perene da conquista da cidadania e da dignidade de existir como povo livre. No Bembé se cumprem os fundamentos da religiosidade de matriz africana e afro-brasileira. É uma celebração de confraternização entre as várias nações de candomblés, e faz-se comunicarem através da celebração religiosa, as expressões de força social e política, da resistência e da alegria ativa na luta do povo negro do Recôncavo, uma região indelevelmente marcada pela colonização escravista, e pela pujança da herança da Diáspora africana.

No Bembé do Mercado, se realiza um complexo entre a ritualística do sagrado, a celebração festiva da vida em liberdade e a defesa da cidadania e da liberdade de culto e expressão pública do povo negro, interpenetrados que são, faz-se na rua, no mercado, o lugar da feira, dos encontros, das encruzas, das trocas simbólicas e materiais, da comunicação e dos contatos. É um rito político de demarcação de território e proclamação de existência pública. É um espaço de mediação entre o sagrado e o secular, entre o povo de santo, a cidade, os poderes públicos e as instituições civis e políticas. Faz-se, portanto, ano a ano como um espaço de atualização da cidadania conquistada pelo povo negro.

O Bembé do Mercado contemporaneamente é um ato civil-religioso, liderado pelo Babalorixá Pai Pote, presidente da Associação Beneficente Bembe do Mercado, que congrega cerca de 60 terreiros, e que dialoga com o Poder Público, com a educação formal, com a mídia, fazendo da celebração um ato comunitário de defesa da festa como um lugar de política identitária e cidadania negra, que atualiza nos/as participantes e espectadores/as, pela memória viva, ali atualizada, um lugar social e um *ethos* emancipatório do povo negro.

Desde 2015, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, através do CECULT, realiza o Programa Cultura e Negritude, no mesmo período de

---

celebração do Bembé, fazendo dessa ação um ato mútuo de formação e conscientização sobre a identidade negra.

### **A NARRATIVA MEMORIAL DE PROTAGONISMO NEGRO DAS CHEGANÇAS E MARUJADAS EM SAUBARA.**

Segundo Manuel Quirino (1955), as cheganças são um auto patriótico, marítimo, do ciclo das conquistas portuguesas. Ela é uma manifestação cultural, praticada, inicialmente por pescadores, e narra a história epopéica das batalhas marítimas contra os europeus, havidas durante as lutas pela Independência da Bahia. Em 2019, as Cheganças, Marujadas e as Lutas entre Mouros e Cristãos na Bahia foram registradas como patrimônio imaterial da Bahia, no Livro Especial de Expressões Lúdicas e Artísticas, parte da regulamentação sobre as normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural da Bahia. (Dec. 10.039 de 03 de julho de 2006, que regulamenta a lei 8.895 de 16 de dezembro de 2003). Na Bahia, está notificada a existência de 20 grupos ativos, em 8 territórios de identidade da Bahia, em 15 localidades (no Recôncavo, no Baixo Sul, Extremo Sul, no Piemonte da Chapada Diamantina e na região metropolitana de Salvador).

Há os que definam a chegança como uma herança de origem lusitana. Se assim o foi, não mais o é. Esta é uma manifestação que se foi modificando com o tempo, e com o trânsito diaspórico atlântico, tornando-se, nos dias atuais, uma manifestação cultural do povo negro na Bahia. Narra-se através delas “as grandes navegações”, às quais foram submetidos os povos negros, expatriados no criminoso tráfico negreiro, no Atlântico, e a participação do povo negro nas lutas pela independência do Brasil.

Os grupos de Chegança, Marujadas e Lutas entre Mouros e Cristãos caracteriza-se por uma singular dramaturgia, uma musicalidade que lhe é própria e peculiar, pela utilização de instrumentos percursivos, especialmente, os pandeiros, e pelo vasto cancionário poético e apologético, transmitido pela prática afrorreferenciada da oralidade, por gerações sucessivas. Na Bahia, há ainda uma

---

diversidade de enfoques entre os grupos, citemos aqui duas que se distinguem, as Cheganças de Marujos, narram acontecimentos das lutas pela independência na Bahia, e o louvor a santos católicos, e as de Mouros que representam as lutas entre cristãos e mouros que aconteceram na Europa, Ásia, África e América Latina. Nelas se retrata e performa, a partir da (re)interpretação sobre a reconquista dos territórios na Península ibérica, ocupadas pelos mouros, muçulmanos, considerados infiéis por não professarem o cristianismo, um drama das guerras de conquistas e evangelização no Brasil, tendo nos indígenas, que representam os mouros ou vice-versa, os mouros que representam os indígenas, uma disputa por cosmovisões, religiosidade e cultura.

Segundo o pesquisador Rosildo Rosário (2019), as Cheganças de Marujos retratam acontecimentos ocorridos no Brasil, em especial nas lutas pela independência, e sua ocorrência está ligada à religiosidade, pois costumam ser realizados durante os festejos dos santos católicos São Benedito, São Domingos e Santo Antonio, e às datas festivas da Igreja, o Natal, a Festa de reis e a Festa do Divino. Entretanto, há uma forte presença da religiosidade de matriz africana entre os grupos, pois a estratégia de estabelecer relações, foi o modo sobrevivência da herança cultural africana e negra que agregou à religião do colonizador muitos elementos de tradições africanas. Inseriu especialmente o corpo, seu pulsar, ritmo e movimentos, como modo de adoração, através da musicalidade e dança.

Em Saubara, cidade do recôncavo baiano, sob a liderança do grupo Chegança Fragata Brasileira realiza-se, anualmente, desde agosto de 2013, o Encontro de Cheganças da Bahia. A Fragata Brasileira tem com atividades ininterruptas há 40 anos, foi reestruturada a partir de 1977, mas tem registros orais de sua existência desde a década de 30 do século XX. Narra em suas apresentações o imaginário de uma embarcação brasileira baiana que enfrenta os lusitanos, defendendo a Baía de Todos os Santos. Suas cantigas exaltam a participação do povo do Recôncavo nas lutas pela Independência da Bahia, em 1823. Ela louva o padroeiro da Cidade, São Domingos Gusmão, um santo católico negro.

Há que se destacar que este universo de batalhas e conflitos é também um universo de ludicidade, alegria, vitalidade e liberdade. As músicas, as danças, as

---

“rezingas”, apresentam outras narrativas sobre o cotidiano do povo negro no Recôncavo, falam de suas formas de vida, dos seus fazeres, crenças e modos de existir, sendo, portanto, uma atualização epistêmica e estética na vida, a partir da cultura popular de mobilização social e política do povo negro, através de expressões culturais, manifestações que reinterpretam e atualizam o protagonismo do povo negro na constituição da sociedade e da cultura brasileira. Nisso, atualizam a luta e as práticas antirracistas, por meios de variadas tecnologias, tem sido uma das formas pelas quais os povos negros e afrodescendentes no Brasil, na Diáspora africana, definem suas existências e seus modos de resistir. A cultura, as artes, a estética, a religiosidade e a ritualística negras são patrimônios de uma memória viva, em atos, nos corpos e consciências negras que se movem livres pela vida.

São ações afirmativas no campo da cultura e da formação, ações identitárias de emancipação e liberdade, aquilo que Joseph Ki-Zerbo (2006, p.12) nos alerta, quando diz: “trata-se do papel da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio.

---

# Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra do Brasil

SÁTIRA PEREIRA MACHADO<sup>1</sup>  
NAIARA RODRIGUES SILVEIRA<sup>2</sup>  
OLIVEIRA FERREIRA DA SILVEIRA<sup>3</sup>

## NASCE O DIA NACIONAL DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA

*Livres, mas não muito, diz o poeta* OLIVEIRA FERREIRA DA SILVEIRA (1941-2009), membro do *Grupo Palmares* de Porto Alegre, para o jornal *Folha da Tarde* na capital do estado do Rio Grande do Sul, no 13 de maio de 1971. Naquele ano, a primeira evocação ao VINTE DE NOVENBRO foi realizada em alusão à resistência negra do *Quilombo dos Palmares* ao sistema econômico escravista brasileiro, imortalizada pelo mártir *Zumbi*. Foi um evento promovido pelo *Grupo Palmares* no *Clube Social Negro Marçílio Dias* de Porto Alegre em 20 de novembro de 1971, que abriu caminhos para as futuras comemorações da consciência negra no Brasil. No dia seguinte, o comunicador OLIVEIRA SILVEIRA publicou o artigo *A epopeia dos Palmares* no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre (21/11/1971). E OLIVEIRA SILVEIRA nunca mais deixou de festejar a consciência negra brasileira, nos posteriores 20 de novembro.

Em novembro de 1972, a matéria – *Os quilombos de Palmares*, saiu no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre. Mas o divisor de águas na divulgação da data para a imprensa brasileira e mundial foi a matéria *Negro no Sul não quer mais abolição como data da raça*, publicada naquele 13 de maio de 1973. Ela resultou de entrevistas com o *Grupo Palmares* para o *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro. A reportagem foi escrita pelo repórter Alexandre Garcia e repercutida pelo jornal francês

---

<sup>1</sup> Jornalista e professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

<sup>2</sup> Professora e presidenta do Instituto Oliveira Silveira (IOS).

<sup>3</sup> Professor, pesquisador, comunicador, produtor cultural, ativista e muito mais.

---

*Le Monde*. Já no 20 de novembro de 1974, o *Jornal do Brasil* abriu espaço para o *Grupo Palmares de Porto Alegre* publicar seu *Manifesto*. E todo ano aconteciam solenidades no dia 20 de novembro, principalmente em Porto Alegre.

Nesse caminho, Oliveira Silveira impulsionou a criação do GT Palmares do RS para integrar o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) do Brasil. Segundo Lélia Gonzalez (1982, p. 31)<sup>4</sup> “o alerta geral do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul para o deslocamento das comemorações do treze de maio para o vinte de novembro”, “transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro”. Foi quando o 20 de novembro se tornou o Dia da Consciência Negra no *Manifesto do MNU*, em 1978<sup>5</sup>. Na atualidade, o VINTE DE NOVEMBRO é o *Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra – FERIADO NACIONAL* no Brasil (Lei Federal 14.759/23).

## **OLIVEIRA SILVEIRA POR OLIVEIRA FERREIRA DA SILVEIRA**

Poeta Negro brasileiro (negro misto, cor mista afro), nascido em 1941, na área rural de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Distrito: Touro-Passo, na Serra do Caverá. Comunidade familiar do tipo remanescente de quilombo. As demais famílias se transferiram para o local Invernadinha, próximo e conhecido daí em diante como Rincão dos Ferreiras. Filho de Felisberto Martins Silveira, branco brasileiro de pais uruguaios, e de Anair Ferreira da Silveira, negra brasileira de cor preta, de pai e mãe negros gaúchos. Filha Naiara, do casamento com Julieta Maria, negra. Netos: Thales e Elias. O autor: graduação em Letras – Português e Francês com as respectivas Literaturas – pela UFRGS.

Como escritor, publicou até 2005 dez títulos individuais de poesia – *Pêlo escuro*, *Roteiro dos tantãs*, *Poema sobre Palmares*, entre outros – e participou de

<sup>4</sup> GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

<sup>5</sup> SILVEIRA, Oliveira. *Vinte de Novembro: história e conteúdo*. In.: SILVA, Petronilha B. G; SILVÉRIO, Valter R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2002.

antologias e coletâneas no país e no exterior: Cadernos negros, do grupo Quilombohoje, e A razão da chama, de Oswaldo de Camargo, em São Paulo-SP; Quilombo de Palavras, organização de Jônatas Conceição e Lindinalva Barbosa, em Salvador, na Bahia; Schwarze poesia/Poesia negra e Schwarze proza/Prosa negra, Organizadas por Moema Parente Augel e editadas na Alemanha por Édition diá em 1988 e 1993, com tradução de Johannes Augel, revista Callaloo volume 18, número 4, 1995, e volume 20, número 1 (estudo de Steven F. White), 1997, Virgínia, Estados Unidos.

Na imprensa, publicou artigos, reportagens, e alguns contos e crônicas. Participou com artigos ou ensaios em obras coletivas. Entre algumas distinções recebidas: menção honrosa da União Brasileira de Escritores, do Rio de Janeiro, pelos originais do livro 'Banzo, Saudade Negra' em 1969; medalha cidade de Porto Alegre, concedida pelo Executivo Municipal em 1988; medalha Mérito Cruz e Sousa, da Comissão Estadual para Celebração do Centenário de Morte de Cruz e Souza – Florianópolis-SC, 1998; Troféu Zumbi, obra de Américo Souza, Concedido pela Associação Satélite-Prontidão, da comunidade negra de Porto Alegre, 1999; Comenda Resistência Civil Escrava Anastácia, da Rua do Perdão evento cultural negro, Porto Alegre, 1999; e 'Tesouro Vivo Afro-brasileiro', homenagem do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, realizado entre 25 e 29 de agosto de 2002 na UFSCAR – SP – ato em 27 de agosto.

Atuação em outros grupos a contar de meados da década 1970: Razão Negra, Tião, Semba Arte Negra, Associação Negra de Cultura. Integrante da Comissão Gaúcha de Folclore. Conselho da SEPPIR/PR, integrando, nesse órgão com status de ministério, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, Órgão consultivo, período 2004 – 2007, no primeiro mandato da ministra Matilde Ribeiro. Alguns exercícios em texto teatral paradidático (cenas, montagens simples) e música popularesca. Poemas musicados por Haroldo Masi, Wado Barcelos, Airton Pimentel, Luiz Wagner, Marco de Farias, Paulinho Romeu, Flávio Oliveira, Vera Lopes e Nina Fóla, Lessandro e, na Suécia, pela compositora Tebogo Monnakgotla<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> SILVEIRA, Oliveira. **Poemas: antologia**. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009. Saiba mais em: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/>

# Neon Dos Afonso Cunha

LÍGIA RAMOS<sup>1</sup>

Me chamo Ligia Ramos, tenho 36 anos, sou mulher negra, cisgênera e sou nascida e criada no bairro da Saúde, São Paulo, Capital. Sou jornalista e publicitária, e tive o prazer de conhecer Neon Cunha em Janeiro de 2017, quando eu entrei na prefeitura de São Bernardo do Campo (São Paulo) na secretaria de comunicação da cidade. Nossos olhares se entreolharam de imediato, e eu já havia escutado ruídos dela no processo de transição de um governo para o outro. O que eu não sabia é que Neon seria uma referência em minha vida. Neon me ensinou o que significa cada gênero, Neon me encorajou a ser a mulher liberta da branquitude política que eu sou hoje. Neon me mostrou o que por sete anos na vida política eu não soube enxergar, pois estava dentro de uma bolha onde me manipulavam e eu tinha medo de ir além (falta de coragem).

Neon é Mulher negra, ameríndia e transgênero, por ordem de importância e percebimento, Neon Cunha é uma das maiores ativistas LGBTQIAP+ que arriscou a vida para que pessoas trans pudessem retificar nome e gênero sem a necessidade de judicialização. Neon tem um currículo de invejar, de uma inteligência absurda e de uma sensibilidade indescritível. Sua história começa em uma família humilde que migra de Minas Gerais para o ABC Paulista, na década de 1970, em busca de melhoria de vida. Não lhe faltava amor, principalmente da mãe, Dona Salette, que a entendia e acolhia. Por isso, ainda na primeira infância, a mãe a levava para o trabalho de faxineira a fim de protegê-la da violência de gênero do meio machista em que estava. E foi na faxina que Neon afirma ter se descoberto feminina. Lavando prato, limpando a casa, cozinhando. Seguiu seu trajeto, repleto de violências e de exclusão. Racismo, homofobia, aporofobia. Mas não parou. Estudou, aprendeu, produziu, sobreviveu e se destacou, sem

---

<sup>1</sup> Lígia Ramos, Ex-secretária de cultura e juventude de São Bernardo do Campo – SP (nov/2021 a abril/2023), publicitária e jornalista. Podcast Lígia Ramos convida.

---

perder de vista as belezas. Formou-se na universidade, trabalhou como publicitária, diretora de arte, no mundo da moda, sempre atenta às suas iguais trans, e levando em sua trajetória quem podia. Em 2016, pediu à Justiça o direito à morte assistida caso não pudesse mudar de nome e de gênero sem o diagnóstico médico de uma patologia. Conseguiu e abriu uma porta para muitas outras pessoas seguirem esse caminho.

O que mais me comoveu nesses anos todos de convivência com Neon, entre os nossos bate papos, seja na cozinha do serviço ou até mesmo em sua sala onde é tida como a sala dos excluídos (Sim! A secretaria de comunicação da atual gestão de 2017 até 2024 é totalmente preconceituosa e cabide de emprego) foi quando ela me relatou que na infância comia pedaços de papel de seu caderno para não passar fome. Isso de uma certa forma mexeu comigo. Eu quando a encontro me vem essa cena na cabeça e me alegra pensar o quão vencedora Neon é e onde essa potência chegou.

Hoje vê-la como referência para pessoas trans e para muitos me orgulha sim, ter tido meu convívio com ela por 5 anos foi um aprendizado e uma experiência que levarei para o resto da vida. Durante nossa convivência diária ela me contava as histórias do trabalho que ela desenvolvia nos presídios na ala LGBTQIAP+. Quem conversa com Neon sai com conteúdo pra vida inteira. Sua maior referência é sua mãe (in memoriam) que deixo aqui todo o meu carinho e admiração por Dona Sallette que sempre era lembrada em nossas conversas. Recentemente Neon perdeu uma de suas irmãs, mas mesmo assim tem que seguir a vida. Em 2022 ela disputou as eleições como candidata a deputada estadual pelo partido PSOL e conseguiu mais de trinta mil votos pelo estado de São Paulo. Nesse ano de 2024 vem como candidata a vereadora pelo PSOL também e tenho a certeza que vai ser eleita, pois precisamos de representatividade na câmara municipal de São Paulo. Como ela mesma diz “vamos ocupar todos os espaços”.

Neon sempre é procurada para dar palestras pelo Brasil afora, quem tem a oportunidade de escutá-la com certeza sai com uma semente de autoconhecimento e autoestima elevados. Em São Bernardo do Campo – SP existe uma casa de acolhimento para pessoas trans em situação de vulnerabilidade social que leva o seu nome. A Casa Neon foi fundada em 2018 com o objetivo de ser um

---

lar para a população LGBTQIAP+ que sofre a rejeição da família, da sociedade e do Estado. Uma pena a prefeitura da cidade não dar a devida atenção a Casa que precisa de doações para se manter em perfeito funcionamento.

O nome Neon Cunha na cidade de São Bernardo é vista como ameaça ao atual prefeito Orlando Morando (gestão de 2017 a 2024), pois ela sabe que não existem políticas públicas na cidade voltada ao público LGBTQIAP+. Não só ela, mas muitos dos munícipes que são menos favorecidos em uma cidade que é a 4ª maior do Estado de São Paulo com um orçamento totalmente comprometido com outras situações que acaba deixando a desejar quem mais necessita/precisa de atenção e ajuda.

Mulheres trans, travestis são assassinadas na cidade de São Bernardo do Campo – SP e não se tem respaldo da prefeitura. Corpos são encontrados nas ruas da cidade e não se tem uma explicação por parte dos órgãos públicos e nem nas mídias da cidade. O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e infelizmente é um assunto ignorado pelos homens da lei.

Neon é uma mulher que guarda em sua vida várias premiações, a mais recente foi o prêmio Trans Baile na categoria Pioneirismo que aconteceu no início de junho/2024, evento promovido pela NIVEA BRASIL.

Na véspera da consciência negra de 2021, o prefeito Orlando Morando (gestão 2017 a 2024) me convidou para assumir como secretária de cultura e juventude da cidade de São Bernardo e na verdade foi um tapa buraco para ele se livrar da denúncia da ONU como o prefeito racista e o prefeito que não liga para igualdade racial. Mês de novembro na época e a cidade com dois finais de semana com a festa Oktoberfest (festa alemã) totalmente contraditório. Depois disso eu e Neon ficamos trocando figurinhas via WhatsApp e jantares, mas como ela tem a vida corrida e é muito requisitada sempre que eu preciso ela me socorre e suas orientações e conselhos sempre me levam para caminhos melhores. Eu a chamo de Diva e o fato dela estar viva nesse Brasil preconceituoso, transfóbico e homofóbico é um milagre de Deus.

Eu poderia enumerar diversas atitudes e ações que Neon faz e proporciona, o quão o seu trabalho como diretora de arte e suas produções para desfiles de moda, como São Paulo Fashion Week é impactante. A sua linha de criação é

---

incrível, o que o cliente pede ela entrega com sua total sensibilidade. Sinto muito a prefeitura e seus colegas de trabalho atuais não darem o merecido valor que só eu tive o privilégio de ter.

Neon é um milagre. Neon é inspiração. Tenho orgulho de encher meu peito e declarar para todos que estão lendo esse artigo que vale a pena ter uma Neon em sua vida e o quanto eu sou grata a Deus por ele ter cruzado os nossos caminhos.

Viva Neon Cunha. Laroyè!

## Referências

Referências

CUNHA, Neon. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/neoncunha/>.

Acesso: 01 jul. de 2024

ITAÚ CULTURAL. Documentário. Neon Cunha. Disponível em: <https://youtu.be/OSHTKI2S0pM?si=u3YxKeUH94T9kmvp>

Acesso: 01 jul. de 2024

---

# MÓVIMENTOS





# Revoltas solitárias dos africanos e afro-brasileiros

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

PROFESSOR DA ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV/EESP) E PROFESSOR EMÉRITO DA SORBONNE – PARIS

Há uma significativa historiografia sobre a resistência coletiva africana e afro-brasileira ao escravismo. Porém, é grande nossa ignorância sobre atos individuais e sem registro no sertão africano, na travessia oceânica, nas fazendas e cidades brasileiras. Às vezes um documento deixa transparecer a sideração do colonizador frente ao heroísmo de sua vítima. Numa correspondência de Luanda, datada de 1581, no começo da pilhagem escravista em Angola, um missionário jesuíta descreve um ataque português a uma aldeia ambundo. “Aqui aconteceu que indo um pai com um filho fugindo de nós, vendo que não podia salvar seu filho se virou para nós e lançou quantas flechas tinha, Até que o mataram sem se quer mexer de um lugar, para que o filho pudesse se esconder...Outro estava dentro de uma casa com duas mulheres e se defendeu de dentro tão fortemente sem querer se entregar, até lhe porem o fogo à casa, e ali arderam todos três”.

Nas travessias do Atlântico, houve insurreições que se tornaram célebres, como o caso do *Amistad*, tema do filme do mesmo nome, de 1997, dirigido por Steven Spielberg. Mas a maioria dos atos de resistência a bordo, incluindo o suicídio de africanos que se jogavam no mar, permanece desconhecidas. Apesar disso, D. Eltis e D. Richardson, organizadores do Trans-Atlantic Slave Trade Database, calcularam que houve ataques a navios no litoral africano e levantes em alto-mar em 10% dos tumbeiros que saíram dos portos de embarque da África.

Paralelamente às rebeliões, fugas e incêndios de canaviais, há o registro de automutilações e outros atos isolados de sabotagem, como a autoinfecção com o parasita do bicho-de-pé. Assim, numa carta de 1801, escrita na Bahia, o visconde de Cairu, tido como o primeiro economista do Brasil, alinha as

---

contendas da gestão escravista que lesavam os senhores: “Todos os dias recebem más notícias de um preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bichos, por preguiça e ainda para desgostar o seu senhor”.

Por vezes, livros conhecidos contêm indícios de dramas íntimos. Um deles está na obra que melhor sintetiza a economia escravista colonial, “Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas” (1711), escrito na Bahia pelo administrador de engenho e padre jesuíta Andreoni (Antonil). De permeio às dezenas de observações precisas sobre a produção açucareira, Antonil alerta os senhores sobre o cuidado com que deviam tratar seus escravizados para não terem prejuízo ao lhes infligirem violências mortais. Na sequência, ele escreve: “algumas escravas procuram de propósito o aborto, para que os filhos de suas entranhas não cheguem a padecer o que elas padecem”. A frase é curta, mas o desamparo e o sofrimento dessas mulheres até hoje impressionam os leitores de Antonil. Para além dos especialistas, esta passagem do livro de Antonil é agora bem mais conhecida, ilustrando questões sobre o escravismo em concursos públicos brasileiros. Entretanto, a verdadeira dimensão do trauma causado por essa rebeldia dolorosa e recôndita só aparece na obra de grandes autores, como no romance *Beloved* (1987), da escritora afro-americana e premio Nobel de Literatura (1993), Toni Morrison.

---

# Miragens Atlânticas: rota do escravo, patrimonialização e memórias do cativo

PETRÔNIO DOMINGUES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

O Projeto *A Rota do Escravo* foi criado em 1993, por ocasião da 27<sup>a</sup>. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e lançado oficialmente em 1994, na cidade de Ouidah, no Benim, cumprindo um importante papel no reconhecimento da escravidão e do tráfico de africanos escravizados como “crimes contra a humanidade” na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Fez parte dos esforços da Unesco pela cultura da paz, pelo aprofundamento dos valores universais, combate à ignorância e promoção do diálogo intercultural (ARAUJO, 2010).

Entre as finalidades mais importantes do projeto *A Rota do Escravo*, salientamos a preocupação de trazer à baila histórias ocultadas, incidir na construção de memórias públicas e sensibilizar públicos diversos para a tragédia humana da escravidão e do tráfico. Ao romper o silêncio sobre o assunto, o projeto visa discutir as consequências na vida das sociedades que passaram por essa experiência histórica e se transformaram em sociedades multiétnicas e multiculturais.

Três princípios básicos – Resistência, Liberdade e Herança – norteiam as diretrizes do projeto *A Rota do Escravo*. Com a noção de resistência, busca-se demonstrar como as vítimas da escravidão jamais deixaram de resistir; com a ideia de liberdade, atina-se que a luta contra a escravidão redefiniu as próprias noções de liberdade, de dignidade e de humanidade como direitos universais; já pela herança, reconhece-se e se valoriza o patrimônio cultural criado pela experiência diaspórica no Novo Mundo e presente na atualidade (MATTOS, ABREU e GURAN, 2014a).

---

Entre as várias ações preconizadas e executadas pelo projeto *A Rota do Escravo* estão o apoio à produção de pesquisas científicas, o desenvolvimento de materiais pedagógicos para o ensino de história da escravidão e do tráfico de escravizados, a elaboração de mapas e atlas das interações e das diásporas africanas, a criação de novas formas de representação da escravatura nos museus, a organização de eventos, festivais e exposições que dignifiquem heranças culturais comuns, a coleta e preservação de arquivos e tradições orais, a produção e divulgação de materiais de informação e sensibilização (como filmes e documentários), a escolha de datas e anos comemorativos relativos à luta contra o cativo e sua abolição.

Ao longo dos anos, o projeto *A Rota do Escravo* da Unesco tem patrocinado iniciativas de governos, universidades e entidades da sociedade civil. No Brasil, isso ocorreu com o “Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil”, um projeto que – coordenado pelas historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pelo antropólogo Milton Guran, então representante no Brasil do Comitê Internacional Científico d’*A Rota do Escravo* – procurou construir um inventário de identificação e divulgação dos lugares de memória da escravidão africana e do tráfico de escravos para o Brasil. Foram reunidos 100 lugares de memórias, com referências precisas, documentais e bibliográfica, formando uma espécie de acervo da história dos africanos no Brasil. Obviamente, o Inventário não esgotou as possibilidades de explorar o campo temático, mas é um importante ponto de partida para novas ações, nos domínios tanto da pesquisa histórica quanto do ensino, educação patrimonial, divulgação e desenvolvimento do turismo cultural (MATTOS, ABREU e GURAN, 2014a).

Para melhor compreensão e maior visibilidade dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos, os coordenadores do projeto organizaram os 100 lugares em 7 diferentes temáticas que dizem respeito aos “locais de entrada e campos de atuação dos africanos no Brasil: portos de chegada, locais de quarentena e venda; desembarque ilegal; casas, terreiros e candomblés; igrejas e irmandades; trabalho e cotidiano; revoltas e quilombos; patrimônio imaterial” (MATTOS, ABREU e GURAN, 2014, p. 261).

---

Na seleção dos lugares de memória, foram priorizados “locais com patrimônio material visível, locais de referência do patrimônio imaterial – as culturas vivas em suas diferentes manifestações” – e locais onde apenas se pode imaginar o que se passou ou o que foi “vivido pelos africanos a partir das narrativas dos historiadores, já que não há mais vestígios visíveis e materiais” (MATTOS, ABREU e GURAN, 2014, p. 261).

Dos lugares de memória, destaca-se aqui o Cais do Valongo, local de compra e venda de africanos escravizados recém-chegados na cidade do Rio de Janeiro no período do tráfico transatlântico, que ultimamente ganhou visibilidade pelas descobertas arqueológicas na área central da cidade. Em 2013, a Unesco considerou o sítio arqueológico como parte d’A *Rota do Escravo* e lá fixou uma placa. Foi o primeiro lugar no mundo reconhecido pela agência da ONU como patrimônio da memória da diáspora africana. Em 2017, o sítio arqueológico do Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Histórico da Humanidade. Após mais de um século de silêncio, a memória da escravidão tem despertado a atenção da agenda institucional. Isto tem ocorrido à luz de um “cenário crescente das políticas multiculturais e das ações afirmativas de cunho racial” (CICALO, 2016, p. 50).

À medida que a história da escravidão e do tráfico se torna pública, possibilita a ressignificação de narrativas, mas também de políticas patrimoniais e a afirmação da identidade e construção de sustentabilidade econômica para os detentores de todas essas histórias. O reconhecimento dessas experiências pode se converter em ferramenta de luta para as comunidades negras presentes nos lugares de memória e seus legados, o que decerto suscita novos caminhos e desafios às pesquisas acadêmicas e à história pública.

\*\*\*

Nas últimas décadas, algumas agências internacionais, como a Unesco, determinadas instâncias governamentais e setores do mundo acadêmico e dos movimentos sociais envidaram esforços para a patrimonialização do passado escravista. Essa onda patrimonial se caracteriza não somente pelo reconhecimento

---

dos patrimônios material e imaterial da escravidão (AGOSTINI, 2013), mas também por coleta e preservação de acervos, arquivos e tradições orais; criação de museus, organização de eventos, festivais e exposições; construção de monumentos, produção audiovisual (filmes e documentários) e hipermídia, além da publicação de mapas, atlas e livros de divulgação.

No ímpeto do processo de patrimonialização do passado escravista, cabe lembrar que é impossível falar de uma única memória do cativo, mas, sobretudo, de memórias plurais, que podem, eventualmente, ser convergentes. Pois, na maior parte das vezes, consistem em memórias divergentes, em disputas, que se traduzem, por exemplo, no espaço público, marcado por clivagens em lugares de memória. Por outro lado, a memória da escravidão também está longe de ser unicamente ligada ao passado da nação. Ela atualiza no tempo presente as disputas políticas entre os diversos grupos que buscam obter uma melhor posição social, seja ela econômica ou simbólica, entre os membros da comunidade local e da diáspora (ARAÚJO, 2009).

É nesse sentido que se faz necessário enfatizar: a “rota do escravo” não é apenas um evento que se remete ao tempo pretérito; faz parte da história do mundo atlântico e moldou o caráter de várias sociedades modernas, impulsionou laços e conexões entre povos e continentes, e transformou de maneira irreversível o destino, a vida social, a dinâmica cultural e o patrimônio material e imaterial de nações.

Ao lidar com um passado sensível, que envolve as responsabilidades no tráfico negreiro das democracias modernas ocidentais, bem como eventos traumáticos vivenciados pelos escravizados, a experiência da diáspora africana pavimentou os fluxos e refluxos de uma memória pública, por vezes fabulada (HARTMAN, 2021). Ao mesmo tempo engendra os legados culturais da globalização forçada, resultado da resistência dos escravizados, e seu papel para as definições contemporâneas de liberdade e direitos humanos com quais pactuamos.

O tráfico transatlântico de escravos constitui entre as mais extremas violações dos direitos humanos de toda a história. Nestes 30 anos d’*A Rota do Escravo*, o projeto tem destacado as transformações globais resultantes dessa tragédia humana, assim como tem contribuído na conscientização sobre a escravidão e suas

---

consequências. Essa iniciativa da Unesco tem inspirado as lutas atuais contra os preconceitos e discriminações raciais e todas as formas de escravidão que ainda atingem mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo (GOMES e GUIMARÃES NETO, 2018).

A análise do conjunto dos lugares de memória do tráfico Atlântico de escravos e da História dos africanos escravizados no Brasil, no quadro do projeto *A Rota do Escravo*, nos faz questionar o uso das noções patrimônio e memórias do cativo. Para além de diferentes representações da escravidão e do tráfico atlântico, o projeto da Unesco tem fomentado uma releitura do passado. No cruzamento de diversas memórias e múltiplas histórias da escravidão, pouco a pouco a narrativa de sujeição dá lugar à afirmação cultural e política que valoriza a arte, as religiões, as epistemologias ancestrais, os saberes tecnológicos, as experiências históricas e as culturas africanas que resultaram do comércio transatlântico, abrindo, assim, a porta a novas representações dos africanos e seus descendentes que, na experiência diaspórica, foram capazes de ultrapassar a condição de simples vítimas para tornaram-se sujeitos da história.

## Referências

- ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009, p. 129-148.
- \_\_\_\_\_. *Public memory of slavery: victims and perpetrators in the South Atlantic*. New York: Cambria Press, 2010.
- AGOSTINI, Camilla (org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- CICALO, André. Uma voz para o passado: a construção de patrimônio da escravidão na região portuária do Rio de Janeiro. In: MATTOS, Hebe (org.). *História oral e comunidade: reparações e culturas negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 49-70.
- GOMES, Angela de Castro e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
-

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha e GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, 2014, p. 255-273.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha e GURAN, Milton. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. Niterói, RJ: PPGH/UFF, 2014a.

---

# Imigrantes Negros no Brasil, na virada do século XX

ELAINE PEREIRA ROCHA<sup>1</sup>

UNIVERSITY OF THE WEST INDIES, CAMPUS CAVE HILL, BARBADOS

No dia 25 de fevereiro de 1909, o governo brasileiro assinou um contrato para a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré com o investidor americano Percival Farquhar, que influenciou decisivamente a história do Brasil, particularmente dos estados de Rondônia, Pará e Amazonas. O projeto, que era parte dos grandes projetos de modernização da Amazônia, abriu o porto de Belém para a entrada de trabalhadores imigrantes negros, vindos do Caribe inglês. Uma corrente migratória de pouca representatividade numérica, e que durou aproximadamente duas décadas, desafiando as leis brasileiras, que proibiam a entrada de imigrantes negros no país e promovia a política social brasileira era o branqueamento, pela miscigenação e pela entrada massiva de imigrantes europeus.

A importação de trabalhadores vindos das colônias inglesas do Caribe foi considerada uma opção a partir de 1905, para suprir a necessidade de trabalhadores qualificados que se submetessem às terríveis condições ambientais e de

---

<sup>1</sup> Historiadora com doutorado pela Universidade de São Paulo, professora Associada do Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies, campus Cave Hill, Barbados. É autora de mais de 40 artigos e capítulos acadêmicos, e onze livros, entre os quais: *Many Rivers to Cross. Black Migrations in Brazil and the Caribbean* (2024); *Canal de Desvio. Um Estudo da Experiência de Agricultores e Índios no Confronto com a Itaipu Binacional* (2021); *Ideias Fora do Lugar. Representações e Experiências de Raça e Gênero* (2021); *Mosaico: Mosaico: Construção de Identidades na Diáspora Africana* (org. com Nielson Bezerra, 2020); *Milton Gonçalves: Memórias Históricas de um Ator Afro-Brasileiro* (2019); *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora* (org. com Nielson Bezerra 2015); *Racism in Novels: a Comparative Study of Brazilian and South African Cultural History* (2010).

---

trabalho na Amazônia, na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e nos projetos de urbanização das cidades de Belém do Pará e Manaus.

A ideia partiu da experiência dos investidores e engenheiros em projetos na América Central no final do século XIX, em Costa Rica e em Cuba, onde foram empregados os trabalhadores caribenhos, particularmente daqueles que tinham experiência de trabalho em projetos semelhantes. No Caribe inglês, a construção de ferrovias e a adoção de navegação a vapor teve início por volta de 1840, enquanto projetos de iluminação elétrica, telégrafo e telefonia tiveram início a partir das últimas décadas do século XIX.

Nas colônias inglesas do Caribe a escravidão foi abolida em 1837, quando tiveram início os primeiros esforços para educação dos negros, principalmente de homens e meninos. Por isso, aqueles homes foram considerados ideais para o trabalho no norte do Brasil, falarem inglês, serem alfabetizados e experientes. Isso não impediu que mulheres e homens analfabetos e sem experiência encontrassem maneiras de emigrar também.

Agentes foram enviados para várias ilhas, para recrutar trabalhadores. O porto de embarque para o Brasil era em Bridgetown, Barbados. De lá trabalhadores vindos de outras ilhas como Santa Lucia, São Vincent, Granada, Jamaica, Martinica, e Dominica, embarcaram para o com destino a Belém do Pará. Dali, partiam em direção a Rondônia e ao Amazonas. O movimento foi maior entre 1908 e 1912, causando estranhamento dos brasileiros que rejeitavam os imigrantes negros, ressaltando a preferência pelos europeus, que para eles eram mais “desenvolvidos”. Também entraram no país por terra, via Guiana, atraídos pelo ciclo da borracha. Todos tinham o mesmo sonho, o de encontrar fortuna fácil, juntar dinheiro e voltar para suas ilhas com uma perspectiva de vida melhor. Alguns tinham contrato oficial de trabalho, outros tinham apenas uma promessa.

No Brasil, eram chamados “Barbadianos”, independentemente de sua nacionalidade. Entraram no Brasil como súditos ingleses, com permissão especial do governo, uma concessão aos investidores. Os trabalhadores com melhores contratos eram especializados e deveriam ter pelo menos cinco anos de escolaridade. Eram mecânicos, foguistas, especialistas em motores, marinheiros e

---

trabalhadores de embarcações a vapor, havia até engenheiros. Vinham sem família, com contrato limitado, uma precaução para evitar que se estabelecessem no Brasil. O número de imigrantes caribenhos que entraram no país é impossível de se determinar, porque os registros são esparsos. Aparentemente, para cada imigrante legal, havia outros que entraram no território brasileiro ilegalmente, e isso afeta principalmente as mulheres imigrantes, que vieram de forma independente ou seguindo algum familiar.

Muitos desses imigrantes eram de trabalhadores de baixo escalão, alguns com contratos, outros empregando-se em diversos trabalhos no porto ou em outros projetos, aventurando-se como seringueiros, disputando com outros imigrantes pobres as poucas oportunidades que a região oferecia e lutando contra as inúmeras doenças. Os mais especializados e educados assumiram posições intermediárias. No meio urbano eles faziam parte de uma classe média educada, homens e mulheres bem-vestidos, com chapéus e ternos, que faziam questão de reter sua cultura britânica, caracterizada pelo chá das cinco, a preferência pelo chá ao invés do café, o distanciamento das batucadas e festas populares, a religiosidade protestante. Esses concentraram-se na cidade de Belém, sede das grandes empreiteiras. Essa presença na capital do Pará levou à construção de uma Igreja Anglicana, concessão especial do governo aos ingleses. Para os imigrantes caribenhos, ser anglicano era sinônimo de status.

Contratos eram renovados, pessoas mudavam de trabalho, mudavam de cidades, casaram-se e formaram família. A endogamia facilitou a manutenção da língua e da cultura. A grande preocupação com a educação e os esforços do governo em ampliar o sistema público de educação fez com que a primeira geração nascida no Brasil investisse na educação de meninos e meninas. Educados e bilíngues, essas pessoas encontraram melhores trabalhos. Mulheres se empregaram como secretárias, enfermeiras e professoras. Homens também se empregaram no magistério, como telefonistas, gerentes, entre outros. Os Barbadianos formaram sociedades teatrais, corais de música, eram boxeadores, ciclistas, remadores. Famílias empregavam professores também de origem caribenha, para ensinar inglês para as crianças. A cultura anglo-caribenha se perdeu nas gerações seguintes, mas a memória dos imigrantes foi preservada por seus

---

familiares. Mais de um século depois, os descendentes dos Maloney, Blackman, Mottle, King, White, Edwards, Williams, Phillips, Banfield, entre outros, têm orgulho da contribuição de seus familiares para o progresso do Brasil.

## Referências

FONSECA, Dante; TEIXEIRA, Marco Antonio. “Barbadianos: os trabalhadores negros caribenhos da estrada de ferro Madeira Mamoré” in TEIXEIRA, Marco Antonio, FONSECA, Dante Ribeiro e ANGENOT (org.) Afros e Amazônicos: estudos sobre o negro na Amazônia. Porto Velho: Edufro/Rondoniana, 2009, p. 137-66.

---

# “Cismas Étnico-raciais” na *Orbis Christianus*: fechando cicatrizes e desacorrentando corpos e mentes da implacável Ordem Escravista.

ANTONIO LUIZ DO NASCIMENTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT<sup>1</sup>

SUELME EVANGELISTA FERNANDES<sup>2</sup>  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

A devoção à Nossa Senhora da Boa Morte chegou aos cristãos do Ocidente, através da tradição cristã do Oriente. Nesse culto mariano os fiéis expressam uma profunda devoção à Virgem Maria, figura espiritual poderosa e compassiva para descobrir o sentido da vida e da morte e, assim, encontrar a libertação das incertezas e medos existenciais.

Esta dimensão de fé e espiritualidade, de certa maneira, ilumina os mais recônditos e obscuros aspectos da nossa brasilidade umbilicalmente ligada à chamada *Orbis Christianus*, ou seja, a comunidade global dos cristãos que institui a crença de que Mundo é de Deus e que a Igreja Católica Apostólica Romana é a sua legítima representante na Terra.

Para olhar, em extensão e profundidade, o Mundo Cristão, circunscrevemos ao antigo e intrigante culto prestado à Virgem Maria e que deita raízes no cristianismo primitivo, a chamada “Dormição da Assunta”, crença cristã que se refere ao sono da morte, na qual a Virgem Maria assunta, eleva-se aos céus de corpo e alma. Portanto, é com base nessa crença e convicção de fé que surgiu o

---

<sup>1</sup> Professor Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Mestre pela UFMT

<sup>2</sup> Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

---

culto a chamada Nossa Senhora da Boa Morte, perpetuado no catolicismo até os dias de hoje.

A rigor, a religiosidade constitutiva da cultura brasileira nasceu de um parto a fórceps, ou seja, pela força combinada do colonialismo com o catolicismo, metodicamente, implementado por um complexo movimento de esgrima, no qual a cruz se converte em espada e vice-versa e o objetivo quase sempre foi tinger a submissão e a sujeição de povos indígenas e de africanos que aqui chegavam sequestrados e escravizados para riqueza da empresa mercantil-comercial. No geral, tais movimentos ocorriam no lusco-fusco de uma História que ainda hoje revela pouco, mas, oculta muito dos fatos e acontecimentos.

Portanto, acendamos as velas e com o terço em mãos, vamos iluminar estruturas sociais, bem como, aspectos de fés idiossincráticas instituídas e ritualizadas sincreticamente. Desta maneira, ouviremos o sibilar de chicotes que estalaram nos corpos negros e que regou de sangue e suor as Terras *Brasilis*.

Para esses cativos da terra não lhes restavam muitas escolhas, a não ser direcionar preces e orações aos céus e, suplicar por uma liberdade transcendental, porém, com pés e mãos freneticamente a macerar a terra e criar o que chamamos de: “adobe afro-católico”, ou seja, a matéria-prima fundamental para a edificação de templos que pudessem servir de um refúgio fugaz para fechar as cicatrizes dos corpos e desacorrentar as mentes da implacável Ordem Escravista.

Raios rasgam o céu noturno durante intensa tempestade

Durante uma tempestade um raio fulmina a torre de uma igreja na capital de uma distante Província no Brasil profundo. A estrutura onde se alojava o majestoso e simbólico sino que badalava os momentos solenes e festivos da comunidade foi severamente danificado. Quase como um presságio, tanto o raio quanto o estrondo do trovão que se seguiu não deixavam dúvidas dos poderes e das forças que vem de cima. Talvez, por isso, a torre do sino nunca foi reparada por aqueles que creem firmemente nos desígnios divinos.

A imagem de ascender aos céus por arrebatamento em corpo e alma apresentada no altar da igreja, não era apenas um alívio e promessa divina no cotidiano de uma sociedade escravista colonial, era também a garantia de um funeral e uma encomendação digna aos filiados da irmandade que cumpria o papel de

---

garantir o auxílio nos últimos dias e os ritos fúnebres necessários numa sociedade de corte.

A espera da morte e a arte de bem morrer era comum na cosmovisão colonial, comportamento que nos assusta tanto nos dias atuais sob as iluminações do racionalismo moderno foi, aos poucos, deixando de existir da igreja, e, estão perdidos no tempo e presas nas dependências internas da igreja que já não celebra mais seus rituais, pois estar a maior parte do tempo fechada e praticamente abandonada.

Falamos aqui da Igreja da Boa Morte da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, inaugurada em 1810. Edificada por mãos calejadas de afroindígenas-católicos determinados em (re)estabelecer suas identidades, singularidades, crenças e convicções de fé.

A narrativa do episódio da queda do raio que destruiu a torre do sino da Igreja, encerra-se no nosso objetivo poético-epistêmico para o falar e o sentir de um local de memórias transcendentais, apesar da ausência significativa de seus falecidos Griôs e Griotes cujas estórias e histórias não reverberam mais nas novas gerações, mas mais deixaram seus testemunhos de desejos, ladainhas, estruturas, móveis e ornamentos que, hoje, compõem um templo-síntese, expressão da força espiritual de uma fraternidade de pessoas que ansiavam por uma mítica libertação e o término de sofrimentos numa morte em vida.

O historiador mato-grossense Joaquim Murтинho ressalta que a irmandade da Igreja Boa Morte de Cuiabá foi criada para construir e zelar pela capela e teria como obrigação realizar a festa da santa todo dia 15 de agosto, dar assistência aos irmãos filiados. A composição dos membros da irmandade pressupunha apenas pessoas da cor parda, pois o templo nasceu de uma cizânia entre os afroindígenas-católicos e membros brancos da Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus com predominância de “homens de bens”.

Como sublinhamos, a “cizânia” resultou na empreitada de uma nova igreja, conhecida por Igrejas de pretos e pardos. Assim, essa capela modesta tornou-se a expressão cabal de como o catolicismo temporã (sic!) das Américas fraturou-se pelo impacto de “Cismas Étnico-raciais” que ousamos afirmar sê-lo mais profundo e intenso do que o “Grande Cisma” que causou a ruptura da Igreja Cristã

---

no ano 1054, separando-a em duas: Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Católica Apostólica Ortodoxa.

Embora os sincretismos religiosos sejam as faces mais aparentes dos “Cismas Étnico-raciais”, intrínsecos à própria *Orbis Christianus*, eles decorrem em larga medida do entrelaçamento de complexos processos que envolveram colonizações e colonialidades, conforme destaca o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga, o sincretismo afro-brasileiro é um exemplo de resistência e uma importante estratégia de transculturação entre povos que reflete a sabedoria africana, na qual, os escravos africanizados e seu descendentes nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes.

---

# Chaguinhas, o herói da brasilidade<sup>1</sup>

BARTOLOMEU PEREIRA DE SOUZA<sup>2</sup>

COORDENADOR DO COMITÊ CHAGUINHAS/ BAIXADA SANTISTA



Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas, nasceu no final do século XVIII, em São Paulo, na várzea do Carmo. Filho de negros escravizados foi convocado ao serviço militar, no período colonial. Serviu na vila portuária de Santos, no Primeiro Comando dos Caçadores, onde chegou à patente de cabo devido ao reconhecimento de sua dedicação. Muito carismático entre os soldados, exercia naturalmente a liderança, sem constranger seus subalternos. O rigor hierárquico era dissolvido na camaradagem.

Em 1820 ocorreu em Portugal, a Revolução do Porto, que repercutiu diretamente na situação política, social e econômica do Brasil. Dom João volta a Portugal em 1821, deixando um vazio de poder, que o príncipe regente não conseguiu preencher. A Corte portuguesa exige que o Brasil volte a ser colônia nos moldes originais.

---

<sup>1</sup> Elaborado pelo Comitê Chaguinhas – Memória da Resistência Santista, sob a coordenação do escritor Bartolomeu Pereira de Souza, 30 de março de 2024.

<sup>2</sup> Escritor, poeta e militante nas causas da cidadania e contra o racismo

---

No Brasil surgiram três tendências: dos portugueses e seus descendentes que defendiam o pacto colonial; dos brasileiros que constituíam as oligarquias agrárias escravocratas e que queriam romper com a tutela portuguesa; e dos radicais constituída de brasileiros mestiços pobres livres e escravizados que não suportavam mais a exploração dos elementos que compunham as outras duas tendências.

Os soldados atrasados e a disparidade das condições trabalhistas entre soldados portugueses e descendentes contrastavam profundamente com as condições dos soldados brasileiros, contingente geral composto por negros, indígenas e mestiços, que eram tratados praticamente como escravizados. Aconteceu em São Paulo, uma revolta do Segundo Comando dos Caçadores, que foi logo contornada, mas em Santos, o Primeiro Comando dos Caçadores se levantou em armas, sob o comando do cabo Francisco José das Chagas.

A revolta nativista trabalhista, ocorreu na última semana de junho de 1821 e teve suas ações mais intensas no dia 27. Em troca de cartas com seu pai, o príncipe regente assim se referiu ao levante:

(...) Na cidade de Santos, as tropas revoltaram-se e exigiram o pagamento do que lhes era devido. (...)

Algumas pessoas morreram nesta escaramuça, mas a vitória foi dos soldados (rebelados), que depois de tudo pilharem acabaram por despender dois navios prestes a partir, um para Lisboa, outro para não sei onde. (...)

(...) setecentos homens marchavam da cidade de S. Paulo contra os rebeldes.(...).

(trechos da Carta de D. Pedro príncipe regente ao pai D. João VI, p. 14 – trecho da Carta de 17 de julho de 1821). ]

D. Pedro admite que a luta era justa, quando diz que “exigiam o pagamento que lhes era devido”. O movimento revoltoso foi de pouca duração, mas impactante. Por ironia do destino, os soldados que na capital precederam eventos de revolta, foram os mesmos que foram destacados para reprimir o movimento santista.

Os líderes do movimento foram condenados à pena capital e foram levados à forca. Cinco santistas: o sargento José Corrêa, o furriel Joaquim Roiz, os

---

soldados José Maria Ramos e José Joaquim Lontra e o cabo Floriano Peres e dois paulistanos: o soldado Joaquim José Cotindiba e o cabo Francisco José das Chagas, reconhecido como a principal liderança.

Os santistas foram enforcados no mastro de um dos navios que atacaram durante a revolta, enquanto os paulistanos foram levados a São Paulo, para serem executados no Largo da Força, no antigo distrito da Glória, nas imediações onde ficavam o Cemitério dos Aflitos, a Casa da Pólvora e a Santa Casa da Misericórdia e próximo dali a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, todos no lado sul da Sé.

Dia 20 de setembro de 1821 foi a data escolhida para a execução dos dois militares negros rebeldes em São Paulo (SEVCENKO, 2004, p. 16). Cotindiba foi o primeiro a subir no patíbulo da morte e foi imediatamente enforcado, mas quando chegou a vez de Chaguinhas, fatos inusitados aconteceram para indignação do povo presente, conforme relato do senador padre Diogo Antônio Feijó, que foi testemunha ocular daquele espetáculo de horror. (CALDEIRA, 1999, p. 101)

Foi por esse evento fatídico e ilegal, das circunstâncias de sua morte, que Chaguinhas entrou para a história, como Mártir da Liberdade, dando a aquele sítio conhecido como Largo da Força, o nome de Praça da Liberdade. Nome que também recebeu o bairro. Chaguinhas também é considerado o santo dos excluídos na Capela dos Aflitos que fica no bairro.

A população em geral que estava presente, conforme a tradição oral, se manifestou bradando por liberdade, nas vezes que as cordas se romperam e que a bandeira da Irmandade da Misericórdia foi lançada sobre o corpo vivo de Chaguinhas. A questão foi levada às autoridades do governo provisório, que não foram clementes. O responsável pelo assassinato de Chaguinhas foi Martin Francisco Ribeiro de Andrada, irmão caçula e ao mesmo tempo genro de José Bonifácio que era a autoridade presente.

A família Andrada foi chave no processo da independência do Brasil e fica claro que Chaguinhas tinha que ser apagado da história oficial, para não manchar a reputação do patriarca da Independência, mas sobretudo porque tivemos uma independência feita pelo alto, pelas elites num processo excludente da participação popular e isso imprimiu em nossa história uma marca indelével nas demais transições políticas.

---

# O encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) – 14 a 17/11/1991

DENNIS DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ECA/USP

De 14 a 17 de novembro de 1991, mais de 500 delegados representando cerca de 250 organizações do movimento negro brasileiro realizaram o I Encontro Nacional de Entidades Negras (I Enen) no Ginásio do Pacaembu, em São Paulo. A construção deste encontro foi resultante de um processo político e organizativo do movimento negro que toma pulso particularmente após o centenário da Abolição em 1988, momento este que várias novas entidades negras são fundadas, destacando-se o Núcleo de Consciência Negra da USP, em 1987; o Geledés – Instituto da Mulher Negra, em S. Paulo e a União de Negros pela Igualdade em Salvador, ambas no ano de 1988.

Este momento foi a confluência de dois processos contraditórios. Um é a redemocratização do Brasil consolidada com a promulgação da Constituinte neste mesmo ano de 1988. A redemocratização do país ocorre por meio de uma transição de acordos que culmina com a eleição em 1985 da chapa Tancredo Neves, para presidente (que falece antes de tomar posse) e José Sarney, candidato a vice-presidente que acaba tomando posse como presidente dentro do Colégio Eleitoral criado pela ditadura militar. Foi posto fim ao ciclo de 21 anos de ditadura militar.

A luta pela redemocratização ganha perspectivas com o enfraquecimento do bloco político que deu sustentação da ditadura, particularmente com a reorganização dos movimentos sociais no final dos anos 1970. O movimento

---

<sup>1</sup> Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, membro da Rede Quilombação. E-mail: dennisol@usp

---

negro entra nesta cena da luta pela redemocratização com a fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em julho de 1978 que traz a agenda antirracista como componente necessário a real redemocratização do país.

A partir desta reorganização, a população negra brasileira começa a ocupar a cena política do país de forma singular, articulando as bandeiras de combate ao racismo e a necessária reestruturação social e econômica da sociedade brasileira. Uma geração de intelectuais públicos negros e negras teve papel destacado na construção desta reflexão política. Lelia Gonzales com suas reflexões a respeito do impacto do modelo de desenvolvimento econômico da ditadura sobre a situação da mulher negra; Hamilton Cardoso, sobre as relações do movimento negro brasileiro com a luta dos povos da diáspora negra no continente africano e latino-americano; Luiza Bairros sobre o papel da mulher negra na construção de uma nova sociedade no Brasil; Clóvis Moura e os estudos sobre as rebeliões da senzala como o início da rebeldia do trabalho contra a opressão; entre outros. A impossibilidade de construção da plena cidadania negra enquanto perdurasse o modelo de capitalismo dependente construído sob as bases do escravismo era a tônica que atravessava o conjunto destas reflexões e pautava as ações de luta do movimento negro de então.

Entretanto, o final dos anos 1980 ocorriam mudanças significativas no cenário econômico mundial. A derrota do bloco liderado pela então União Soviética no conflito político da Guerra Fria em 1989 criou as condições objetivas para uma avalanche conservadora sem precedentes fazendo com que a nascente democracia brasileira fosse colocada em uma encruzilhada no final daquela década: ou a ruptura com o modelo de capitalismo dependente ou o mergulho no paradigma do neoliberalismo que aprofundaria ainda mais a dependência e todas as chagas sociais, entre elas o racismo. Infelizmente, a segunda opção foi vitoriosa simbolizada pela vitória do candidato de direita Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989.

Por isto, o I ENEN foi a primeira grande articulação de resistência popular contra o neoliberalismo. A sua organização passou pela constituição de fóruns de entidades negras em todos os estados, realização de assembleias populares

---

por parte das organizações que participaram do encontro de forma que todos os delegados foram produto de processos de debates capilarizados. No documento base, elaborado pela comissão organizadora do encontro que foi impulsionador dos debates nas organizações, é mencionado que:

Os indicadores sociais sinalizam para uma queda vertiginosa do nível de vida do conjunto da população e em especial da população negra.

A tendência é os indicadores econômicos ficarem ainda mais desfavoráveis: no primeiro ano de administração Collor de Mello, o Produto Interno Bruto (PIB) despencou para 6,87% negativos, levando a população brasileira a ficar 12% mais pobre, por habitante, em relação a 1985, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse período, os salários caíram 57% em seu poder de compra, conforme dados divulgados pelo Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Tendo esse cenário como pano de fundo, os problemas graves que atingem o povo negro tenderão a se intensificar: o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, a esterilização em massa de mulheres negras e pobres e o aumento geométrico dos cinturões de pobreza. (ver em <https://www.geledes.org.br/a-perspectiva-de-unidade-na-diversidade-o-i-encontro-nacional-de-entidade-negras/>)

Produto da realização deste I ENEN, foi formada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), uma espécie de “central das entidades do movimento negro” que funcionou como uma “rede de organizações” e pautou diversas lutas da população negra contra a intensificação do racismo estrutural por conta da aplicação do projeto neoliberal. Esta experiência organizativa teve desdobramentos importantes no movimento negro brasileiro recente, como a organização da Marcha Zumbi de 1995; a participação brasileira na Conferência de Durban em 2001 e a construção da agenda das ações afirmativas. O I ENEN foi a consolidação da população negra como sujeito político coletivo no cenário da democracia recente brasileira.

---

# Esboço de memória sobre o papel do CEERT no surgimento das ações afirmativas no mercado de trabalho do Brasil

FLAVIO CARRANÇA<sup>1</sup>

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES – CEERT.

Este texto pretende destacar, de maneira sucinta, o importante papel desempenhado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT – entidade com a qual este autor mantém longa trajetória de parceria – na fase inicial formulação e implementação de políticas de combate ao racismo no âmbito do mercado de trabalho do Brasil. Criado em fevereiro de 1990, em São Paulo, o CEERT é uma organização não governamental voltada para a luta por igualdade justa e democracia.

Começou na segunda metade da década de 1980 a articulação de sindicalistas antirracistas que impulsionou a realização de debates, seminários, produção de vídeos e cartilhas e a criação de comissões de negros em sindicatos e centrais sindicais, o que resultou, no decorrer da década seguinte, na aprovação nos acordos coletivos de *cláusulas de promoção da igualdade racial* que previam o desenvolvimento de políticas antirracistas nas empresas. Foi também como resultado da ação do Movimento Negro, com significativa contribuição de sindicalistas antirracistas, que o estado brasileiro foi obrigado a reconhecer oficialmente a existência do racismo no Brasil e o seu efetivo papel na configuração das enormes desigualdades da renda, acesso à educação, à saúde, à cultura e ao mercado de trabalho existentes no país, abrindo espaço para as políticas de ação afirmativa.

Em março de 1992 – sob orientação do Ceert -, a CUT denúncia à Organização Internacional do Trabalho – OIT o descumprimento pelo governo brasileiro

---

<sup>1</sup> Formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero em 1980. Integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira SP, órgão do Sindicato dos Jornalistas de São Paul. É colaborador do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – Ceert.

da Convenção 111, que trata da Igualdade de oportunidades e tratamento em matéria de emprego e ocupação. Durante muitos anos, o Brasil enviou relatórios à OIT que omitiam as desigualdades de raça e gênero no mercado de trabalho. Porém, dados do SEADE-DIEESE e do IBGE, levantados pelo CEERT, não deixavam dúvidas quanto ao que a CUT denunciava naquele momento. Ainda em meados da década de 1990, as três centrais sindicais brasileiras então existentes (CGT, Força Sindical e CUT) se unificaram em torno de propostas para a questão racial, participando de duas conferências interamericanas, uma realizada em Salvador em 1994 e outra em Washington, em 1995. Como resultado desses encontros, foi criado, ainda em 1995, o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir)<sup>2</sup>, que tinha como objetivo capacitar dirigentes sindicais e fornecer subsídios para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial na sociedade e, especialmente, nos empregos. Nesse sentido, o Inspir concentrou seus esforços nas relações trabalhistas, com foco nas negociações coletivas, fornecendo subsídios para a elaboração de cláusulas da promoção da igualdade nos acordos coletivos negociados por diversos sindicatos.

A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, realizada em 1995, assinala a formação de um consenso no Movimento Negro em torno da opção pelas políticas de ação afirmativa enquanto ferramentas de combate ao racismo estrutural, e marca também o início da formulação das políticas públicas antirracistas que após a virada do milênio passariam a ser efetivamente implementadas por órgãos públicos e governos nas esferas municipais, estaduais e federal.

No âmbito federal, em 1997, foi lançado o Programa Brasil, Gênero e Raça, que teve como um de seus principais resultados a implantação, nas Delegacias e Subdelegacias Regionais do Trabalho, dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão os quais, além de receberem denúncias sobre práticas discriminatórias no acesso e nas relações de trabalho, promoveram ações preventivas, educativas e de conciliação entre empregados e empregadores por meio da conscientização sobre a ilegalidade da prática de qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho.

---

<sup>2</sup> O INSPIR foi desativado na segunda metade década passada por conta da grave falta de recursos que passou a afetar o movimento sindical naquele período pós golpe.

Em 2002, o Ministério Público do Trabalho (MPT) instalou a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE, que em 2005 lançou o *Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos* (PPIOT) que tinha como objetivo último a alteração das práticas de contratação e promoção de pessoal de empresas de proeminentes setores da economia. Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Docente (ANTD) uma atividade impulsionada pela OIT e que tem entre seus elementos fundamentais a promoção da igualdade de oportunidades e a eliminação de todas as formas de discriminação e que teve como um desdobramento a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD). Criado em 2005 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, a partir de 2009, passou a incluir a temática racial.

Nos últimos anos, cresceu na opinião pública brasileira a compreensão da necessidade de iniciativas de combate ao racismo e promoção da equidade no mercado de trabalho. Apesar de importantes, é preciso destacar que a maior parte das experiências se restringe à oferta de vagas para aprendizes e estagiária(o)s, caminho por meio do qual será muito demorada a chegada a um patamar real de equidade nas empresas do país. Tendo em vista o caráter estratégico de tais políticas, cabe destacar a importância de iniciativas que consistem, por exemplo, em preparar profissionais negros por meio de treinamentos e cursos para que possam ter maior presença nos conselhos gestores de empresas, ocupem cargos de liderança, tenham postos na pesquisa de vanguarda, nos lugares estratégicos e de destaque das empresas.

## Referência

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Agenda Nacional de Trabalho Docente. Brasília. 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_226229.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226229.pdf)

---

# Maria Luiza de Carvalho Nunes, Liderança Quilombola Paraense

HILTON P. SILVA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA E UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

KAROLINE BEATRIZ OLIVEIRA BARROSO<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

URIEL MELQUISEDEQ LOPES COELHO<sup>3</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

O Pará é o segundo maior estado do país, detentor de enorme sociobiodiversidade e, segundo o Censo Demográfico de 2022, cerca de 79% da sua população se autodeclara negra (preta ou parda). Mesmo em maioria, a população negra paraense ainda padece de invisibilidade no cenário Amazônico, onde as questões ambientais tomam precedência sobre as sociedades humanas.

Maria Luiza de Carvalho Nunes veio ao mundo no que considera o centro de produção cultural, que a sociedade veio a chamar de Quilombo. Oitava filha do casal Manoel Santana Nunes, pescador, vaqueiro, agricultor, rezador, musicista que construía seus próprios instrumentos musicais, e Maria de Lourdes, uma mulher extremamente corajosa, batalhadora, muito inteligente nas

---

<sup>1</sup> Médico, Biólogo, Mestre em Saúde Pública, Doutor em Antropologia, docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na Amazônia (PPGSCA), Universidade Federal do Pará, Belém e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, DF, Brasil.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais, Mestranda em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Sociais, Doutorando em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

---

(ciências) exatas. Luiza se orgulha da mãe, que nunca foi para a escola, mas sabia fazer cálculos de matemática muito bem, até hoje aos 106 anos de idade.

Nascida em 18 de agosto de 1958 é uma mulher negra, de cabelos brancos, que se considera acima do peso, mas não muito. Professora aposentada, mãe, avó, uma das grandes lideranças negras brasileiras contemporâneas, se declara uma mulher preta amazônica, afro-indígena, cujo pai era negro e a mãe pertence ao povo Arari.

Oriunda do Marajó, da comunidade Buca da Mata, veio para Belém na década de 1960, em um êxodo rural, porque o pai queria que as filhas fossem normalistas (professoras), as cinco mulheres, e os irmãos, policiais militares. Esse era o sonho do patriarca, que as filhas não ficassem analfabetas, como era comum no interior da Amazônia. Na cidade sentia falta de comer o que plantava, colher as frutas que a natureza ofertava, do sabor da caça e da pesca tradicional, dos parentes e das avós, do sagrado do rio, da mata, dos mais velhos, da vida em comunidade. Na cidade, além de estudar e se formar, se apaixonou, teve a primeira gravidez, descobriu o racismo, a discriminação e a pobreza. “Na escola que eu aprendi que não era bom ser o que eu era”. “Para não apanhar, tinha que se fazer de valente, né?”. “Nós éramos as pessoas que tinham a pele mais escura, que tinham o cabelo de pixaim”. “E a gente ia bem cheirosinha para a escola, mas mesmo assim diziam que o nosso cabelo era fedorento, que a gente fedia”. “Foi na escola que nós nos sentimos rejeitadas, afugentadas também desse lugar, mas foi também na escola que nós nos sentimos proibidas de comungar com outras crenças, com outros credos, com outras religiosidades”. São essas algumas das dores atroztes que levaram Maria Luiza ao ativismo social. Ela não queria que outras crianças passassem pelas mesmas coisas que passou. Sobretudo as diferenças que nunca eram evidenciadas, as diferenças enquanto preta e mulher.

Sua militância começou ainda muito jovem, na Igreja Católica, na Juventude da Paróquia de Icoaraci (JUPAI), vila próxima a Belém. Depois passou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas, mas, assim como na igreja, ali também as mulheres eram ignoradas na liderança. “No máximo a gente fazia a secretária” relata. Em 1995 foi indicada pelo sindicato para um debate sobre gênero. “Eu pensei que era gênero alimentício. Aí eu falei, gente, será que

---

agora nós vamos discutir o preço do arroz?”. “Nunca passou pela minha cabeça que eram esses papéis que seriam discutidos ou compreendidos de uma outra linguagem”. No processo do debate, percebeu que as questões de gênero e raça acompanhariam sua militância pelo resto da vida.

Em 1996 teve uma crise de anemia falciforme. Foi quando, após várias consultas, descobriu que era portadora da doença, que havia anos pensava ser “reumatismo”, “artrite”. Nessa época também descobriu a importância de lutar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Na época começou a participar das discussões do Conselho da Condição Feminina da Prefeitura Municipal de Belém. Tornou-se conselheira, e ali conheceu o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará). Fundado em 1980, ainda hoje é uma das principais instituições de defesa dos direitos da população negra no Brasil. Foi uma “virada de chave” em sua vida. Segundo ela, antes da Constituição de 1988, o CEDENPA já falava de terras quilombolas, de território, de racismo, de direitos da população negra. Foi o primeiro movimento social a fazer uma audiência pública contra um grande projeto na Amazônia, em Oriximiná, no Pará. No CEDENPA ela descobriu que era quilombola ao ouvir as pessoas falarem de quilombo, e a importância do engajamento nas lutas dos movimentos sociais das mulheres como o IMENA no Amapá, o CCM no Maranhão, o Movimento de Mulheres do Pará, o Pretas Paridas da Amazônia, a Rede Pan-Amazônica Fulanas, dos quais participa ativamente ainda hoje.

O Centro foi a ousadia de uma juventude negra Amazônida que teve a coragem de dizer não à ditadura militar. Foi a primeira instituição a fazer constar em seu papel timbrado: *Belém, Amazônia, Pará, Brasil*, identificando-se indelevelmente com a região. Dentre as suas principais contribuições para o movimento negro brasileiro, Maria Luiza aponta a inclusão do direito às terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas na legislação nacional e a Lei 10.639, de 2003, que é baseada na experiência de uma escola que se chamava Ori de Erê, no Pará.

Sua atuação se diversificou ao longo dos anos, ao compreender que é muito difícil falar de titulação de terra se não tiver escola de qualidade, se não houver serviços de saúde, se não tiver alimentação adequada, sem falar de políticas

---

públicas, sem falar do papel do corpo enquanto território. Atualmente está engajada na luta em defesa dos quilombolas do Marajó contra o impacto da monocultura do arroz, que utiliza intensamente agrotóxicos, afetando diretamente suas práticas tradicionais, suas águas, sua saúde e ameaçando seu território.

Mesmo na aposentadoria, continua intensa na luta pelos direitos do povo negro e contra todas as formas de racismo e discriminação. Foi nomeada Vice-Presidente do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (CONSEP), no biênio 2021-2022, e foi indicada pelo CEDENPA para compor o Grupo de Trabalho Interinstitucional para a elaboração de instrumentos que fortaleçam a saúde da população quilombola do Estado do Pará (Portaria Nº 548/2022, de 21 de junho de 2022). Com frequência faz defesa feroz e intransigente no GT quando o Estado viola os direitos dos quilombolas à saúde. Tem a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Igualdade Racial, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Estatuto de Equidade Racial do Pará a lhe apoiar integralmente. “Eu já achava que quando meus filhos crescessem isso estava acabado. Eu tinha a ilusão que ia estar acabado”. Infelizmente, não acabou.

A afro-indígena, quilombola marajoara, continua com atuação cotidiana na comunidade negra paraense, pois gosta de interagir com as pessoas, principalmente com a juventude. “Porque eu ainda sou daquelas que acredito na juventude, que eu acredito nas crianças. Mas na força, na potência das mais velhas também”. Maria Luiza entrou no Movimento para evitar que seus filhos sofressem com o racismo, que ela sentiu no corpo. Hoje, a luta é para proteger os netos e a juventude negra do Pará. Todos os domingos pode ser encontrada na Praça da República, em Belém, no quiosque-quilombo do CEDENPA, costurando artesanato a mão, que aprendeu com a avó. Ali vende seus produtos, distribui afetos, “querências”. “O CEDENPA contribuiu para essa minha autoestima. A gente não quer só sobreviver, a gente quer viver. A gente luta pelo bem viver. Por viver bem”.

Vida longa, Maria Luiza!

---

# Repensar Histórias: a ditadura militar no Brasil e a memória negra

LUCAS SCARAVELLI DA SILVA<sup>1</sup>  
FACULDADE SESI DE EDUCAÇÃO – FASESP

Escrever e pensar a história e a historicidade dos movimentos sociais no Brasil, sendo no período colonial ou no período republicano, é sobretudo ter em mente e na ponta da caneta a memória oficial dos fatos e que mesmo sendo uma perspectiva progressista é então um resgate fundamentalmente branco.

Ainda que soergamos a visão contracolonial<sup>2</sup> na realidade dos fatos, precisamos fazer como a mão de um arqueólogo, que sobre os escombros dos acontecimentos e versões históricas, com nosso pincel em uma mão limpamos a forma opressora de nos revelar, e com a outra contamos e escrevemos com nossa caneta a nossa versão como nossa vez de falar e ser escutado, e com o intuito de que seja pelos nossos.

Assim proponho olharmos os 21 anos de ditadura civil-empresarial-militar no Brasil, e sentir com biografias negras um verdadeiro levantamento da memória negra dos acontecimentos e que foram invisibilizados como categoria política de morte, ainda que também nas vertentes memoriais do protesto revolucionário.

Quando nos recordamos das pessoas que foram sequestradas, torturadas e sumiram em decorrência da brutalidade dos aparatos de segurança pública

---

<sup>1</sup> Professor na Faculdade Sesi de Educação de São Paulo. Doutorando em Antropologia Social pela USP. Cofundador e Coordenador do GEAM: O Pensamento Social Negro no Brasil. Cofundador do Coletivo “A Tradição Viva” Hampaté Bâ Membro militante da SOWETO Organização Negra

<sup>2</sup> O Pensador negro e quilombola Nego Bispo (2023), sugere que possamos buscar uma análise de realidade baseada na contracolonialidade em nossas práticas e nossas vivências um movimento de ir de passo contrário a visão do opressor/dominador e, portanto, colonizador

---

do Estado, temos como farta literatura a exposição dos motivos dessas ocorrências a militância política, a organização social ou até o posicionamento político, e como citado anteriormente são lembradas como vítimas desses condicionantes, militantes brancos, de classe média e universitários. Será que não havia um engajamento político e progressistas de trabalhadores e trabalhadoras negros, estudantes secundaristas e universitários negros, militantes de organizações sociais negros?

Para recuperar esses fatos nos espelhamos no ordenamento filosófico e cosmológico do pensador malinês Amadou Hampâté Bâ (1981; 2010), primeiramente para humanizar o conceito de pessoa negra, entendendo o direito a existência enquanto dignidade humana e na sequência o direito à uma memória de si para si, nos contornos da oralidade e da narrativa fiel aos fatos sendo um sabedor deles, como também preceitua Conceição Evaristo (2007) nos termos da ‘escrivência’.

Temos como elaboração rápida a memória dos assassinatos de Vladimir Herzog<sup>3</sup>, Stuart Angel<sup>4</sup> e a repressão e tortura contra a Família Teles<sup>5</sup> e Dilma Rousseff<sup>6</sup>, sempre descritas como ações cruéis e violentas – o que de fato foram e é inegável essa preceituação – mas o ponto ao qual recorreremos é que são poucos os materiais na literatura histórica e memorial que denotem perseguidos políticos negros e suas sevícias sofridas também violentamente e seus desaparecimentos, e entendemos que este apagamento/silenciamento histórico ocorre em decorrência de um racismo estrutural (Almeida, 2018) que permeia

---

<sup>3</sup> Vladimir Herzog, nascido Vlado Herzog, foi um jornalista, professor e dramaturgo brasileiro, que foi encontrado enforcado na prisão, e até hoje os fatos não foram evidenciados.

<sup>4</sup> Stuart Edgart Angel Jones foi um estudante de economia da UFRJ, membro do MR8. Participou da luta armada contra a ditadura militar no Brasil, sendo preso, torturado, assassinado e dado como desaparecido político.

<sup>5</sup> Maria Amélia de Almeida Teles e César Teles militantes do PC do B, foram presos e violentamente torturados pela equipe do cel. Brilhante Ustra, na frente dos seus filhos Edson e Janaína Teles.

<sup>6</sup> Dilma Vana Rousseff como militante do VAR-Palmares, foi presa torturada e violentada também pela equipe do cel. Brilhante Ustra, vindo a se tornar Presidenta da República no Brasil.

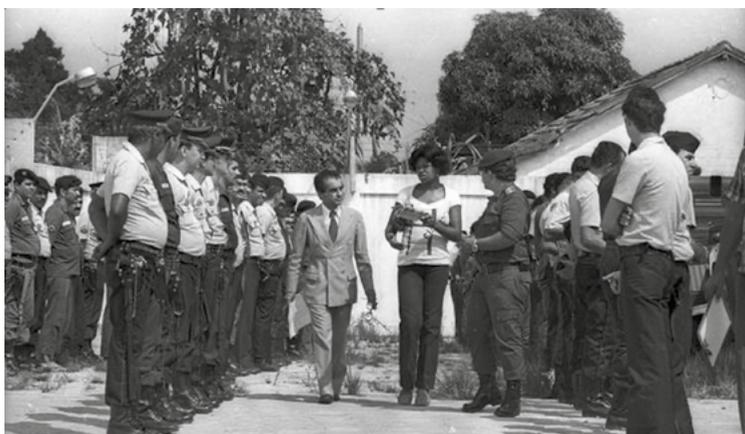
---

a construção do imaginário social e que enxerga a pessoa negra como menor seja em qualquer papel ou atuação que venha ter na sociedade, inclusive independente de sua classe social.

Para provocar discussões e algumas aproximações diante desse tema duplamente incômodo (primeiro porque versa sobre a memória de um período que ainda não está resolvido no imaginário popular, segundo porque falar também do racismo ainda exige um labor mental acurado), para a partir disso podermos coletivamente termos ciência histórica para contrapor o negacionismo e revisionismo histórico que na contemporaneidade faz com que metade da população do Brasil, suscite o retorno desse período nebuloso, assim seguimos resgatando algumas primeiras memórias para existirmos com voz e ouvido.

- Robson Silveira da Luz- Jovem negro comerciante, morador de Guaianases, foi morto violentamente pela polícia civil da 44º DP, acusado de roubar frutas da camionete de um feirante local após voltar de uma festa com colegas. Sua morte e a saga de sua viúva Sueli da Luz foram somadas a expulsão de jovens negros do vôlei no Clube de Regatas Tietê e a morte de Nilton Lourenço um jovem operário negro morto no bairro da Lapa, e assim se tornaram forças impulsionantes para a reorganização do Movimento Negro Brasileiro.
  - Marli Pereira Soares – Conhecida como Marli Mulher ou Marli Coragem, sua história ficou gravada no livro “Marli Mulher: Tenho pavor de barata, polícia não!”, em 1979 a polícia militar do Rio de Janeiro invadiu sua casa e matou seu irmão – Paulo Pereira Soares- na frente de todos, ela seguiu enfrentando o aparato e denunciando as atrocidades, sendo perseguida até sua morte.
  - Carlos Mariguelha: Um dos mais destacados líderes no combate a ditadura civil-empresarial-militar e a mais conhecida liderança negra dos anos de chumbo, o mulato baiano, como ele mesmo se denominava e se tornou letra musical de Caetano Veloso, Racionais Mc é e um filme dirigido por Wagner Moura.
-

- Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão: Foi campeão de boxe, e estudou engenharia na antiga Tchecoslováquia. Logo após se torna um dos expoentes referência da resistência no Araguaia.
- Luiz José da Cunha, o Comandante Crioulo: Membro da ALN, Luiz José foi morto em 1973, durante tortura no DOI CODI. Os documento e atestado de óbito caracterizam sua cor como branca, o que somente sofreu correção por intervenção do Ministério Público de São Paulo em 2006.
- Preto Chaves – Francisco Manoel Chaves: Ficou também conhecido, como o “bruxo” do Araguaia, sendo filho de uma família de camponeses. Incorporado da Marinha, lutou na Guerrilha do Araguaia, onde foi assassinado e teve seu corpo ocultado pelos militares;
- Neninho de Obaluaê – José Augusto Gonçalves da Silva: cofundador do MNU, teve como mote sua prisão arbitrária para o protesto negro na década de 70 que solicitava o reconhecimento de prisão política para pessoas negras presas, sendo esses acontecimentos fatos políticos e sociais somados.
- Helenira Resende de Souza Nazareth: Presa, morta e torturada e corpo ocultado, foi uma estudante que aderiu a guerrilha armada no Araguaia



Marli no reconhecimento da tropa do 20º batalhão da PM. Alberto Jacob — 1980

---



Representantes de várias entidades negras, comemorando a abertura dos arquivos do Caso Robson da Luz, 1 de abril de 2022 – Lucas Scaravelli da Silva

## Referências

- BÂ, Amadou Hampaté. *A noção de pessoa na África Negra*. Tradução para uso didático de: HAMPATÊ BÂ, Amadou. *La notion de personne en Afrique Noire*. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros.
- BÂ, HAMPATÊ A. *A Tradição viva*. In: *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. Unesco. Brasília, 2010.
- BISPO, Nego. *A terra dá, a terra quer*. Ed. Ubu. São Paulo, 2023.
- EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas Brasileiras: Teorias, Práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- OLIVEIRA LIMA, Ana Gabriela. *Resistência negra à ditadura teve personagens ‘encantados’, arapongas e mulheres invisibilizadas*. Matéria disponibilizada em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/04/resistencia-negra-a-ditadura-teve-personagens-encantados-arapongas-e-mulheres-invisibilizadas.shtml#:~:text=A%20>
-

pesquisadora%20cita%20mulheres%20importantes,dormir%20e%20o%20que%20comer.. Acessado em 10 de Abril de 2024.

SANTANA, Igor. *Marli Pereira: sinônimo de coragem contra a Ditadura Militar: A mulher que, sozinha, encarou o regime ditatorial para prender os assassinos e torturadores do seu irmão*. Matéria disponibilizada em <https://medium.com/mem%C3%B3rias-de-um-griot/marli-pereira-sin%C3%B4nimo-de-coragem-contra-a-ditadura-militar-c7d485432d5e>. Acessado em 10 de abril de 2024.

---

# Se “sou porque nós somos”, até quando precisaremos de heróis?

LUIZ TIAGO DE PAULA

FACULDADE SESI DE EDUCAÇÃO – FASESP

Um povo que precisa de heróis precisa necessariamente ser salvo? Essa pergunta retórica e provocativa nos ajuda a refletir de como a figura do herói pode ser cativante e, a um só tempo, problemática. Dos episódios historiográficos aos roteiros do cinema, os heróis (ao contrário dos vilões) cativam por suas características que estabelecem identificação e empatia ao grupo que pertence: coragem, determinação, perseverança e, fundamentalmente, um desejo profundo por mudanças. O herói, talvez, “só era, por que seu povo era”. Como fundamento essencial da Filosofia Ubuntu, o arcebispo Desmond Tutu em sua obra “No Future Without For Forgiveness” (tradução livre: Sem Perdão Não Há Futuro), exprime a essência da relação entre o indivíduo e a comunidade a qual pertence. Com o mesmo potencial semântico, Emicida versa em sua canção Principia, no antológico álbum “Amarelo” de 2019:

“Eu me refaço, fato, descarto  
De pé no chão, homem comum  
Se a benção vem a mim, reparto  
Invado cela, sala, quarto  
Rodeio o globo, hoje ‘to certo  
De que todo mundo é um e...

*Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós.” (Canção: Principia – Emicida, 2019)*

A Filosofia Ubuntu celebra a comunhão, a circularidade, a horizontalidade comunitária das relações intersubjetivas. Talvez, o nosso triste vício colonial crie revés para praticá-la, para além de compreendê-la, sendo assim necessário a criação e recriação não mais de uma história de heróis, mas de um povo!

---

Mas, ainda, voltamos a refletir sobre este ponto. Não faltam exemplos na história sobre heróis e heroínas. O que seria do orgulho peruano sem a figura histórica de Tupac Amaru? Dos sul-africanos sem Nelson Mandela? Do povo mexicano sem Emiliano Zapata e Fridah Khalo? Dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos sem Angela Davis, Malcom X, Martin Luther King e Rosa Parks? De nossa Maria Felipa? Abdias Nascimento? Luiz Gama? Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar? Obviamente, não caberia neste breve ensaio a lista com a quantidade de personalidades que poderíamos citar. Todos e todas, sem sombra de dúvidas, com virtuosidades próprias do espírito de seu tempo e das lutas de nosso povo.

Djavan, em seu álbum *Seduzir* (1981) produzido por Luiz Avellar e a épica banda Sururu de Capote, foi muito feliz. Aliás, mais do que feliz, genial na canção “Pedro Brasil”:

“Sorria para mim, meu Brasil  
 Assim,  
 Ria largo do fundo, aqui  
 Ria aqui do nada  
 Não vá trair  
 O seu dom de cair de pé  
 Logo agora que eu escrevi  
 Uma canção de fé  
 Atenção, quem descobriu o Brasil foi Pedro  
 Quem libertou o Brasil foi Pedro  
 Quem construiu o Brasil foi Pedro  
 Quem descobriu...  
 Quem libertou...  
 Quem construiu...  
*Quem já se viu tanto Pedro viver assim...*” (Canção: Pedro Brasil – Djavan, 1981)

Fica claro que Djavan não se referia a Pedro Álvares Cabral, muito menos a Dom Pedro I, mas aos milhões de “pedros”, “josés”, “marias” e “cidas” que no anonimato cotidiano brasileiro dos campos, cidades, sertões, ribeirões e nas orlas

---

de nosso extenso litoral habitam, trabalham, batalham e faz do “brasil”, Brasil. Parece-me, portanto, que a noção de herói precisa ser revisitada, repensada e redigida. Mas espera aí! Também já pensaram nisso.

O escritor, militante, poeta Oliveira Silveira, no final dos anos 1960 reuniu um grupo de intelectuais interessados em pesquisar sobre as trajetórias biográficas de homens e mulheres pretas no Brasil em geral e, em particular, no Rio Grande do Sul. Eles chegaram em um resultado que alterou o calendário oficial nacional, mais especificamente, o mês de novembro.

O grupo reunido por Oliveira Silveira, com Ilmo da Silva, Antônio Carlos Cortes, Vilmar Nunes, Anita Leocádia Prestes Abdad e Nara Helena Medeiros Soares, Helena Victória dos Santos Machado e Marisa de Souza da Silva, depois de discutir diversas figuras negras e heroicas, passou a contestar a data 13 de Maio para abolição da escravatura, apontando uma interpretação racista da história da população negra no Brasil. Ora, a assinatura da Princesa Isabel sobre um documento formal do Império não poderia resumir uma história longa e complexa de lutas e resistências. Daí o poeta Oliveira Silveira e seu grupo tomaram uma decisão que iria repercutir não apenas no calendário oficial brasileiro, mas em pautas, discussões no plenário e elaborações de políticas públicas no campo étnico-racial: o 20 de novembro, como Dia da Consciência Negra, suscita hoje mobilizações em diversas discussões da esfera pública e social brasileira.

Para elaborar o 20 de novembro, a pesquisa feita pelo poeta e os outros integrantes do grupo foi minuciosa. Ao revisar documentos históricos sobre o Quilombo de Palmares, revelou-se que para além de “um” quilombo, Palmares era uma complexa organização que reunia vários grupos quilombolas, com um sistema político e ideológico singular, o que lhe garantiu existir por gerações de décadas. Outro aspecto fundamental foi um exame sobre a vida e morte de Zumbi, liderança que é assassinada em 20 de novembro de 1695, dando origem à data comemorativa.

Hoje, algumas interpretações historiográficas colocam uma dúvida sobre a etimologia do termo “Zumbi”, de origem quimbundo *nzumbi* ou *nzambi* – que pode significar deus ou divindade. Se o termo não era um nome propriamente dito, sua origem pode estar associada ao cargo que determinado líder político e militar exercia sobre o grupo quilombola. O Zumbi, morto em 1695, portanto,

---

poderia ter sido um entre outros “Zumbis”, isto é, um entre outros vários heróis. Isto diminui a história do povo preto?

Não! Pelo contrário, revela como uma organização social articulada consegue criar estratégias de sobrevivência e reprodução plena da vida! E, novamente, voltamos à Filosofia Ubuntu “só sou porque somos”. Na perspectiva milenar de orientação ubuntu, aprendemos sobre a indissociabilidade entre indivíduo-comunidade, uma vez que os sujeitos só existem na correlação com outros sujeitos, ou seja, sua comunidade e o lugar de onde ele é e está.

Com maestria e mérito, outro intelectual que também merece ser mencionado aqui é o professor e historiador Petrônio Domingues, especialmente, quanto aquilo que nos atentou em sua obra “Protagonismo Negro em São Paulo: história e historiografia”, também de 2019. Petrônio nos revela que, após a abolição, muitas lutas foram travadas pela população negra. No entanto, quando analisamos a primeira metade do século XX, as “pessoas de cor”, como em um passe de mágica, somem dos registros historiográficos, muito em razão de uma narrativa ao molde do “cativeiro” ou do “cativo”. Há um princípio discursivo, ansioso para explicar a modernização tardia de uma nação, que enaltece o papel da força de trabalho imigrante europeia, porém invisibiliza qualquer tentativa de compreensão de como a população afrodescendente teve papel preponderante no ciclo econômico industrial.

Petrônio Domingues, dialogando e sustentando seus argumentos sobre algumas análises de Florestan Fernandes e da também historiadora Surya Aaronovich Pombo de Barros, demonstra que a historiografia brasileira teve dificuldades para superar a sinonímia “negro-escravo”, colocando erroneamente indivíduos negros dentro de uma categoria que E. Durkheim classificaria como um “sujeito-anômico”. Ou seja, produto de uma anomia social.

Essa narrativa priorizaria um desajustamento da estrutura social da população afrodescendente tão grande, herdadas diretamente dos engenhos e das senzalas, que este heterogêneo grupo seria incapaz de se articular por um bem comum.

Ainda bem que essa corrente historiográfica estava errada, muito errada. O século XX nos mostrou que indivíduos negros foram dotados de vontades próprias e procuraram reorganizar a vida a partir de sua própria perspectiva:

---

inventaram e reinventaram cotidianamente a liberdade, emprestando significados singulares (nem sempre convencionais) a suas ações no campo político, social e educacional. A Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro Unificado, Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, Sociedade Amigos da Pátria e o Centro Cívico Palmares, entre outras organizações esforçaram-se por promover estratégias de escolarização da população negra e reformas educacionais inclusivas. Este que vos escreve é uma, entre milhares, de provas empíricas disto!

Precisamos sim de nossos heróis! Construir nossas próprias mitologias e inspirar novas epifanias é um desafio geracional! A construção de nossas identidades (no plural, mesmo) dependem da vinda de mais Antônio Bispo dos Santos, Silvios de Almeida, Manos Brown, Conceições Evaristo, Laudelinas de Campos Melo e Muniz Sodré! Ao mesmo tempo, também precisamos estar atentos com as armadilhas da “heroização meritocrática”, que não analisa, cuidadosamente, as ações que foram e são orquestradas socialmente e possibilitaram caminhos institucionais da inserção de pessoas negras no mercado de trabalho, na academia científica, na arte, no campo educacional, na política etc. Todos os nossos heróis e heroínas só são por que nós, com certeza, somos...

## Referências

- BARROS, Surya A. P. **Intelectuais negros entre o século XIX e início do XX: novas perspectivas para a história da educação brasileira**. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e19826, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19826>.
- DOMINGUÊS, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia**. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- POMPEU, Fernanda. **Oliveira Silveira: um dos idealizadores do 20 de Novembro**. *Portal Geledés*, 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/oliveira-silveira-um-dos-idealizadores-do-20-de-novembro/>
- FELIPE, Roniel. **Negros heróis: histórias que não estão no gibi**. Campinas, 2021.
- TUTU, Desmond. **No Future Without Forgiveness**. Nova York: Doubleday, 1999.
-

# Entrelaçando Raízes: a Luta pela Africanidade no Contexto Social e Cultural do Brasil

MARCOS JOSÉ ZABLONSKY

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. ESCOLA DE BELAS ARTES DA PUCPR

No tecido social brasileiro, a africanidade se manifesta através de uma tapeçaria rica e complexa, onde a cultura, a política e os movimentos sociais entrelaçam-se na luta pela justiça racial e pela valorização da herança africana. Este pequeno artigo explora as manifestações contemporâneas dos movimentos sociais, políticos e culturais ligados à africanidade, revelando uma dinâmica vibrante e em constante evolução, refletindo como a luta pela igualdade racial está profundamente entrelaçada com a identidade nacional brasileira.

Fanon (1968) explora os efeitos psicológicos e culturais do colonialismo e é uma voz crucial no estudo do descolonialismo e da psicopatologia da colonização no Brasil e no mundo. “Cada geração deve, relativamente à sua relativa opacidade, descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la.” Essa fala pode ser interpretada como um chamado para que cada geração reconheça seu papel na luta contra as opressões que enfrenta, como o racismo e o legado colonial e particularmente relevante para os movimentos sociais, que buscam redefinir e reafirmar identidades e direitos historicamente marginalizados no Brasil.

Nos últimos anos, o Brasil testemunhou um fortalecimento dos movimentos sociais que buscam promover a equidade racial. O assassinato de Marielle Franco em 2018, por exemplo, catalisou uma onda de ativismo contra a violência racial e a marginalização das minorias. Sua morte não apenas trouxe luto, mas também uma renovação no compromisso com a luta pelos direitos humanos e justiça social, evidenciando a urgência de abordar a violência que desproporcionalmente afeta as comunidades negras. Mbembe (2019) alerta

---

sobre a prática da necropolítica, uma forma de poder que determina quem pode viver e quem deve morrer, o que é especialmente relevante no contexto de violência racial e ativismo no Brasil. “A soberania significa a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é, e quem deve viver e quem deve morrer.” Ao analisar a dinâmica de poder em jogo no assassinato de Marielle Franco e o subsequente ativismo que se seguiu, percebemos como as estruturas de poder determinam a distribuição desigual da vida e da morte, algo que é central na luta dos movimentos sociais que buscam justiça e equidade racial. A morte de Marielle Franco, uma voz ativa contra a violência racial e em favor das minorias, se torna um exemplo da necropolítica em ação, enquanto o movimento que se fortaleceu em resposta a sua morte busca desafiar e transformar essas mesmas estruturas de poder e exigir a condenação de todos os envolvidos na trama do seu assassinato. Em uma decisão histórica em abril de 2024 o Supremo Tribunal Federal determinou que é ilegal a utilização do chamado perfilamento racial nas abordagens policiais em todo o território nacional. Essa resolução marca um avanço significativo na garantia dos direitos individuais e na luta contra a discriminação racial e parafraseando Angela Davis (2016) , a liberdade e a busca pela justiça são uma luta constante.

Outro ponto de grande relevância na luta dos movimentos sociais são as ações afirmativas como uma ferramenta crucial na redução das desigualdades raciais. Instituídas principalmente através de cotas raciais em universidades e concursos públicos, essas políticas ajudaram a abrir caminho para que mais afro-brasileiros ascendessem social e economicamente. Fanon (2008) reforça que, “O que importa não é saber se o homem negro pode afirmar-se em relação ao branco ou qualquer outra raça, mas sim estabelecer o destino do homem negro desde o momento em que ele se torna consciente de si mesmo como sujeito responsável e independente”. As ações afirmativas, por meio das cotas, são um meio de quebrar barreiras históricas e construir um ambiente mais inclusivo e equitativo, permitindo que os afro-brasileiros assumam papéis ativos e influentes na sociedade. A fala de Fanon destaca o valor transformador dessas políticas para a conscientização e autonomia dos indivíduos.

---

Já no campo da cultura, o Brasil tem visto um florescimento de expressões que celebram a africanidade. O crescimento do afro empreendedorismo, com negócios que vão de cosméticos a moda com identidade africana, demonstra um movimento em direção ao reconhecimento e valorização da estética negra. Além disso, o cinema e a televisão brasileira começam a retratar mais profundamente as experiências afro-brasileiras, movendo-se além dos estereótipos para apresentar narrativas ricas e diversificadas. Hall (2003) ressalta a dinâmica de poder envolvida na representação e na formação da identidade cultural, “As identidades são formadas no, através e em relação ao, o que permite que os sujeitos se posicionem ou sejam posicionados dentro dos fluxos e das intersecções de poder”. Ao celebrar a africanidade por meio de expressões culturais com uma representação mais autêntica em mídias visuais, a sociedade brasileira está reconfigurando as posições de poder e permitindo que as identidades afro-brasileiras sejam mais visíveis e valorizadas. Hall nos seus estudos reforçava como as identidades são negociadas em contextos de poder, o que é relevante quando se considera a emergência de uma nova estética e narrativas na cultura brasileira, movendo-se além dos estereótipos para uma representação mais rica e diversificada.

Apesar dos progressos, os desafios persistem. A representatividade na mídia e nas esferas de poder ainda é limitada, e o racismo estrutural continua a impor barreiras significativas. No entanto, a crescente mobilização através das redes sociais e o engajamento dos jovens em movimentos sociais apontam para um futuro promissor, onde a luta pela justiça racial e a valorização da africanidade continuam a ganhar força. A jornada da africanidade no Brasil é marcada por uma luta constante contra as adversidades, mas também por conquistas significativas que moldam o cenário social, político e cultural do país.

Enquanto os desafios permanecem, a resiliência e a riqueza da cultura africana continuam a inspirar novas gerações a buscar um Brasil mais justo e inclusivo, onde a diversidade é não apenas aceita, mas celebrada. Hall (2003) nos lembra que a identidade é um processo ativo, dinâmico e criativo, não algo fixo ou meramente descoberto, “As identidades são constituídas dentro, não fora da representação. Elas relacionam-se com a invenção de tradição, não com sua

---

descoberta natural, com a ‘produção’ de tradições culturais e com a ‘invenção’ de histórias, não simplesmente com sua recuperação.”

Portanto, há diversas maneiras de se representar culturalmente dentro da sociedade. Podemos nos representar através da fala, escrita, música, dança, arte, moda e diversas outras formas. Tais representações trazem consigo uma determinada linguagem que faz parte do contexto social do sujeito e essa linguagem traduz suas crenças, perspectivas de vida e raízes, ou seja, que constroem sua identidade enquanto sujeito social.

Em contextos de luta dos movimentos sociais que buscam afirmar e celebrar a africanidade no Brasil, essa perspectiva é essencial para compreender como as comunidades negras redefinem e negociam suas identidades em resposta a estruturas de poder e representação. Por fim, “Entrelaçando Raízes” simboliza, a integração da africanidade nas várias dimensões da sociedade brasileira, destacando tanto a complexidade da luta quanto a profundidade da influência cultural africana no Brasil. Essa escolha captura a essência de como a identidade, a cultura, a política e a luta social são interdependentes e como a africanidade está no cerne dessa interação.

## Referências

- DAVIS, Angela Y. *Freedom Is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- HALL, S.). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- MBEMBE, A. *Necropolitics*. Duke University Press, 2019
-

# Mahommah Gardo Baquaqua: a escrita de si e a reescrita da história negra no Brasil

NIELSON ROSA BEZERRA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

A narrativa de Mahommah Gardo Baquaqua tem se popularizado no Brasil ao longo dos últimos anos. A sua história é uma narrativa escrita em primeira pessoa que conta a sua odisseia desde sua infância, a experiência com a escravidão e a liberdade e seu desejo de retornar para a sua terra natal. A sua odisseia se inicia em Djougou, sua terra natal, e seguiu para o litoral da África Ocidental, no poderoso reino de Daomé durante o auge de sua participação nos negócios de exportação de escravos para as Américas. A embarcação que o levou na travessia do Oceano Atlântico, foi enviada para Pernambuco, onde ele foi inicialmente escravizado por um padeiro em uma cidade nos arredores de Recife, por volta de 1845. Contudo, a sua postura cotidiana de rebeldia, reclamações e tentativas de fuga e suicídio, levaram o seu primeiro senhor a vendê-lo para Clemente José da Costa, um capitão marítimo especializado na navegação do comércio de cabotagem. Depois disso, Baquaqua tornou-se parte da tripulação da barca Lembrança, comandada por seu senhor. As suas experiências se multiplicaram, uma vez que ele conheceu algumas das principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis e Rio Grande, esta última a cidade onde vivia o capitão Clemente José da Costa. É desse período que Baquaqua passou a ser chamado de José da Costa.

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação na Baixada Fluminense – PPGCECC/UERJ. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural A Cor da Baixada (UERJ/CNPq). Diretor de Pesquisa do Museu Vivo do São Bento – MVSB

---

Em 1847, o capitão Clemente José da Costa foi contratado para transportar uma carga de café para a cidade de Nova York. Nesta viagem, Baquaqua foi acompanhado por mais dois outros africanos escravizados: Maria, a ama de leite do filho mais novo do capitão, e João, um africano do Congo que, depois de algumas tentativas de fuga, também se tornou um trabalhador embarcado. Segundo as palavras do próprio Baquaqua, um cidadão americano explicou para os três trabalhadores africanos que Nova York era um território livre da escravidão, bem como lhe ensinou sua primeira palavra em inglês: FREE. Quando a barca chegou em Nova York, os abolicionistas fizeram muitas denúncias, pois havia trabalhadores escravizados na cidade. Como sua bandeira era brasileira, a barca Lembrança tinha a jurisdição do Império escravista do Brasil. Assim, os três africanos foram orientados a pular do navio, correr pelo porto e gritar que eram escravos para que se pudesse abrir uma investigação. Depois de muitas diligências e um caso diplomático, Maria resolveu retornar para a barca Lembrança que a levaria de volta para a sua vida de escravizada no Brasil. Porém, os dois homens ficaram presos e o julgamento seguiu para saber sobre a liberdade de ambos. Quando se percebeu que os trabalhadores escravizados seriam devolvidos para a embarcação, um grupo de abolicionistas empreendeu um engenhoso resgate dos dois homens da prisão municipal de Nova York, embebedando o carcereiro, roubando-lhes a chave e retirando os dois escravos da prisão. Então eles foram conduzidos pela *Underground Railway* para que fossem refugiados e depois enviados para a República Negra do Haiti. Infelizmente, não se sabe muito o que aconteceu com João da Rocha, o outro trabalhador africano que também estava no Lembrança. Contudo, José da Costa (seu nome de escravizado no Brasil) pediu para voltar a ter o seu nome africano: Mahommah Gardo Baquaqua que remetia a sua origem muçulmana, uma vez que Mahommah era uma das diferentes formas de mencionar o nome do profeta Mahomed; Gardo significava “aquele que nasceu depois de gêmeos”, como ele explica a sua posição entre os filhos de seus pais, bem como Baquaqua, que significava “aquele que é amado pela mãe”, o que demonstrava a sua grande proximidade com a sua mãe durante a sua infância.

---

No Haiti, surpreendentemente, Baquaqua declarou que foi a pior de suas experiências, onde conheceu um aprofundamento da solidão e voltou ao velho hábito de bebidas alcólicas que já lhe tinha trazido problemas tanto na África quanto no Brasil. Contudo, o seu destino cruzou com o reverendo William Judd e sua família que estavam naquele país como missionários da Missão Batista do Livre Arbítrio, uma instituição protestante, mas de radicais abolicionistas do norte do estado de Nova York, Boston, Canada West, entre outras. O Rev. Judd e a sua esposa acolheram Baquaqua, deram-lhe um trabalho de cozinheiro, iniciaram o ensino da língua inglesa e passaram a escrever muitas cartas para outros abolicionistas contando sobre aquele encontro no Haiti. Depois de algum tempo, a família Judd retornou para os Estados Unidos e levou Baquaqua consigo, organizou palestras e contatos com diferentes pessoas e instituições abolicionistas do grande estado de Nova York e outras cidades próximas, até que em 1849, Baquaqua foi aceito como o primeiro africano para estudar no *New York Central College*, uma instituição progressista pouco conhecida que ficava na pequena cidade de McGrawville, atualmente McGraw, com a intenção de prepará-lo para uma missão na África.

A ideia de retornar para a África fez Baquaqua mergulhar na ideia de ser um missionário ou um intérprete de alguma Missão em seu continente. Em função disso, deu palestras em inúmeras igrejas e organizações na tentativa de recolher fundos que financiasse o retorno para a sua terra natal. Essa empreitada fez-lhe buscar contato com famosos abolicionistas, como Frederick Douglas, entre outros. Durante um período em Canada West (atual Ontário) iniciou a escrita de sua autobiografia, publicada em Detroit, em 1854. Apesar de seu apelo abolicionista, Baquaqua não conseguiu dinheiro suficiente para retornar para a África. Então, depois disso, ele foi para a Inglaterra em busca de uma vigem que o levasse para a sua terra natal. Infelizmente, a autobiografia de Baquaqua se encerra neste momento de sua vida. Por meio de suas cartas e papéis manuscritos arquivados, sabe-se que ele esteve empregado em um navio britânico no mar Mediterrâneo ainda distante dos portos da África Ocidental. Porém, também há registros da presença de Baquaqua na tripulação de uma embarcação na Libéria, em 1862 que, apesar de ainda distante de

---

Katsina e Djougou, as cidades que aparecem em suas memórias de infância, aquela cidade do litoral africano poderia ser uma porta de entrada para um reencontro com a sua mãe, a sua família e a sua comunidade, desejo muitas vezes expressado em sua autobiografia e em suas cartas.

Apesar de um período curto que conhecemos sobre a vida de Baquaqua, é possível dizer que ele viveu experiências de africanos que lutaram contra a escravidão no Brasil, como Zumbi, Rosa Egipcíaca, Domingos Sodré, Rufino, entre muitos outros. Do mesmo modo, a sua trajetória nas fileiras das campanhas abolicionistas nos EUA e no Canadá também lhe empresta um lugar ao lado de Harriet Tubman, Equiano ou Gustavus Vassa, entre tantos outros. Contudo, Baquaqua foi um dos poucos que percorreu o Atlântico Negro, viveu diferentes experiências da diáspora no Brasil, nos EUA, no Haiti, no Canadá, na Inglaterra, além de realizar o seu desejo de retornar para o continente africano. Desse modo, a trajetória de Baquaqua é singular e sua autobiografia e os demais documentos sobre ele encontrados em diferentes arquivos em três continentes são escritas que reescrevem a história negra na diáspora africana e possibilita novas reflexões sobre a luta contra o racismo no Brasil.

## Referências

- BAQUAQUA, Mahommah Gardo, *Biography of Mahommah G. Baquaqua. A Native of Zoogoo, in the Interior of Africa (A Convert to Christianity,) with a Description of that Part of the World; including the Manners and Customs of the Inhabitants* (Detroit: George Pomeroy, 1854)
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo, *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro* (trad. de Robert Krueger, Brasília, 1997)
- BEZERRA, Nielson Rosa, "The Trajectory of Mahomman Gardo Baquaqua in Brazil: Slavery, Freedom and Emancipation in the Atlantic World," in Bezerra and Elaine Pereira Rocha, eds., *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora* (Cambridge: Cambridge Scholarly Publishing, 2015), 156-170
-

- BEZERRA, Nielson Rosa, "Biographies of Africans in Diaspora: Individual Trajectories and Collective Identities," in *UNESCO General History of Africa* (Paris: UNESCO, forthcoming), vol. 10
- LAW, Robin and Paul E. Lovejoy, *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua: His Passage from Slavery to Freedom in Africa and America*, Princeton: Marcus Wiener Publishers, 2<sup>nd</sup> ed., 2005)
- LOVEJOY, Paul and Bezerra, Nielson. Mahommah Gardo Baquaqua: An African Muslim in the Black Atlantic. North Caroline Press, 2024. (fortcoming)
- LOVEJOY, Paul; Bezerra, Nielson. Mahommah Gardo Baquaqua: um africano muçulmano no Atlântico Negro. Rio de Janeiro: Pallas, 2024. (no prelo)
-

# Da Revolução dos Cravos em Portugal à independência de São Tomé e Príncipe – o papel da Associação Cívica pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP

OLAGÁRIO TINY<sup>1</sup>

JURISTA E EX-MINISTRO DA JUSTIÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – ÁFRICA

## NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UMA HISTÓRIA POR CONTAR

No dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas – MFA levou a cabo a “Revolução dos Cravos em Portugal”. Saí à rua e parti de Odivelas, onde residia, para Lisboa, pois era um dia de libertação e festa que merecia ser comemorado nas ruas com o povo português. Pessoalmente, para além de sobejas motivações políticas que, desde a minha tenra juventude, nortearam a minha consciência de rebeldia e resistência contra o colonialismo e a opressão instalados em São Tomé e Príncipe – STP, cabe aqui recordar um episódio peculiar que me envolveu diretamente, cerca de um mês antes dessa data histórica do 25 de Abril: em data que não me recordo, após as aulas da manhã, fui almoçar à “Cantina Velha”, na Cidade Universitária, acompanhado de alguns colegas santomenses, nomeadamente, Carlos Tiny, meu irmão mais velho, sendo ambos bolsiros da Fundação Calouste Gulbenkian.

À entrada da cantina, fui impedido de entrar pelo segurança de serviço com a alegação de que o meu nome constava de uma lista de estudantes que distribuíam panfletos subversivos na Universidade. Embora essa acusação não fosse verdadeira, não tinha como o provar; o dia 25 de Abril significou igualmente a minha libertação dessa malfadada proibição de acesso à cantina Universitária (aquela e outras). Imaginem o sufoco que era para um estudante

---

<sup>1</sup> Jurista e ex-ministro da justiça de São Tomé e Príncipe – África

---

santomense, bolseiro, ficar proibido de fazer as refeições na cantina, cujo preço era fortemente subsidiado.

Com a Revolução dos Cravos, abriu-se um corredor de esperança para os povos africanos então colonizados por Portugal. No que se refere a STP, um grupo de cidadãos e estudantes em Portugal, no qual me incluía, fazia parte do movimento de contestação e luta pela Independência Nacional, sob a liderança do MLSTP, cujos membros se encontravam maioritariamente no exílio. Compunham o grupo de Portugal, nomeadamente: Gastão Torres (Advogado), António Lombá, Carlos A. Pires Tiny, Alda Bandeira, Norberto Costa Alegre, Filinto Costa Alegre (engenheiro), Manuel Vaz Afonso Fernandes, Olegário Tiny, António Ramos Dias, Jacinto Amado, Mário Silva, Carlos Neves, Felicidade Elsa Mata e outros. Para além de aderirmos à movimentação política que passou a inundar toda a sociedade portuguesa, desde logo procedemos a uma profunda análise da situação, com o fito de tirar o melhor proveito em prol da Independência Nacional.

As aulas nas Universidades foram suspensas por um longo período. Os estudantes e outros cidadãos dos (hoje) Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP consertaram ações de contestação comum, desde logo, mediante a criação da Casa dos Estudantes das Colónias – CEC, no início da Avenida da República em Lisboa, onde antes funcionava a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos. A CEC tornou-se a “sede política” em Portugal, o centro de coordenação da nossa atividade política e cultural. A riqueza desse intercâmbio foi inestimável no tecer dos laços de amizade e solidariedade pessoais e políticas, cujos efeitos perduram no tempo.

## **CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CÍVICA E O REGRESSO A STP DE UM GRUPO DE ESTUDANTES**

As nossas ações concertadas resultaram na implementação de uma diretiva do Bureau Político do MLSTP no exterior, no sentido de criar em STP a sua face política e legal, sob a forma de uma associação de carácter cívico, que tivesse a capacidade de sensibilizar, mobilizar e conduzir o povo santomense, na luta pela

---

sua independência nacional. É neste contexto que foi concebida a Associação Cívica pró-MLSTP, a ser formalizada em São Tomé e que implicava o regresso urgente de alguns dentre nós, de forma voluntária, a fim de dar vida aos objetivos preconizados. Partimos em pequenos grupos a partir de Maio conforme programação estabelecida.

A Associação Cívica Pró-MLSTP (a CIVICA) foi criada em 15 de Junho de 1974, no bairro do Riboque, Cidade Capital. Do seu Programa sobressaiam os objetivos de Independência imediata e total, Regime democrático e reconstrução económica. A “Cívica” foi presidida por Alda do Espírito Santo, professora e poeta de renome, que já havia sido presa pela PIDE em Portugal, e Daniel Daio (ex-oficial das Forças Armadas de Portugal); e integrou inúmeros cidadãos de todos os quadrantes da nação santomense, irmanados na aspiração pela independência e pela liberdade. Alda do Espírito Santo já liderava nessa altura em São Tomé, uma movimentação de jovens estudantes e outros adultos, alinhados na mesma causa.

As tarefas eram hercúleas e foram desempenhadas com abnegação e zelo irrestritos. Sob os motes “Independência total e imediata ça kuá cu povô mêcê” (Independência total é o que o povo quer), “Unidos venceremos” e “a vitória é nossa”, partimos para o desafio.

A estratégia assentou na sensibilização e mobilização do povo, sabendo que a via armada não constituía opção. A utilização plena da maré humana, da vontade política, da exaltação e do elã da juventude, foi a arma mágica para as constantes reuniões de esclarecimento, comícios, manifestações, greves; as incansáveis equipas móveis calcorrearam o país de lés a lés. Fizemos agitação política no mais lídimo sentido do termo, abanámos os alicerces da economia das ilhas – as roças (agrícolas) de cacau e café – o bastião económico do poder colonial em STP, pois nelas concentravam-se os indescritíveis atos de exploração humana, maus-tratos e injustiças, dignos da escravatura moderna.

A primeira grande manifestação da CÍVICA foi realizada na tarde do dia 6 de Julho de 1974. Outra de grande relevância foi à chegada a STP do novo Governador português (Alto-Comissário), o tenente-coronel Pires Veloso, o homem que conduziu, pelo lado português, o processo de descolonização até à Independência. O primeiro comício foi a 3 de agosto, ao largo do Mercado Municipal. O

---

Governador declarou à sua chegada, o reconhecimento de todos os movimentos existentes, incluindo o MLSTP, o que configurava uma clara tentativa de dividir para reinar. Acentuou a necessidade da presença do MLSTP em São Tomé, de modo a ajudar no processo de descolonização, tendo prometido a todos os seus elementos as liberdades proclamadas no Programa do Movimento das Forças Armadas – MFA. A pressão política provocou a fuga dos administradores das roças para a cidade capital, onde procuraram refúgio e proteção das autoridades coloniais. Orientada pela Associação Cívica para evitar desacatos violentos, a força dissuasora das massas populares foi convincente, e conseguiu evitar ações mais violentas ou sangrentas. Sucederam-se reuniões de concertação e conversações entre as autoridades portuguesas no país e a Direção da CÍVICA.

Em princípios de Agosto de 1974, o Bureau Político do MLSTP, “reitera total apoio à Associação Cívica, rende homenagem aos seus militantes pelo espírito de abnegação na luta pela independência, declara que a CIVICA é o seu único porta-voz e que apoia incondicionalmente as atividades realizadas e a realizar pela Associação Cívica pró-MLSTP para acelerar a libertação do nosso povo”. Já em finais do mesmo mês, realizaram-se em Libreville as primeiras conversações com uma delegação do Governo Português, chefiada pelo Dr. Victor Pereira de Castro. Esse momento marcou o reconhecimento do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP como o único interlocutor para as negociações com vista à Independência. Seguiu-se a assinatura do Acordo de Argel em 26 de Novembro de 1974, pelo qual se fixou a data de 21 de Dezembro para o início do Governo de transição e Leonel d’Alva foi o I Ministro desse Governo.

### **DA TRAIÇÃO AOS PRINCÍPIOS DE BOA FÉ E CAMARADAGEM, À EXTINÇÃO DA CÍVICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.**

Dividir para reinar – surgiram divergências graves entre as partes representadas no Governo de transição, quanto à manutenção ou não dos militares santomenses e à postura política mais vigorosa do Ministro da Justiça, Gastão

---

Torres. Pires Veloso via a Associação Cívica como seu inimigo principal e passou, de forma arguta, a ter contactos regulares com Pinto da Costa. Seguindo a tática dividir para reinar, aquele logrou instilar em Pinto da Costa o sentimento de inquietação e medo de ser ultrapassado pelos dirigentes da CÍVICA, persuadindo-o a entrar o mais cedo possível no país, sob pena de alguém de dentro assumir o poder no arquipélago e mantê-lo exilado no Gabão. Pinto da Costa decidiu, contra a vontade expressa do Bureau Político, regressar ao país a 17 de Março. Chegado a São Tomé, passou a ceder às exigências e ameaças do Alto-comissário e ambos passaram ao ataque. Urdiram desde logo um plano para pejorativo e afastar Gastão Torres e Pedro Umbelina, Ministros da Justiça e da Comunicação Social respetivamente, e bem assim os membros mais destacados da CÍVICA, Guadalupe de Ceita e Onet Pires dos Santos, demarcaram-se dessa ação desonesta e de traição aos princípios do próprio MLSTP.

Com apoio dos militares, organizaram dois dias depois um comício na Praça Yon Gato, no qual acusaram com falsidades e destratarem violentamente a CIVICA e Gastão Torres. Foi decretada então a extinção da Associação Cívica Pró-MLSTP e começaram as ações de purgas e perseguição sistemática dos seus dirigentes. Detiveram e vilipendiaram alguns dos seus membros, e tanto o primeiro Ministro Leonel d'Alva, como Pinto da Costa, secretário-geral, proferiram dolosamente, falsas acusações difamatórias contra membros da Cívica; inventaram inclusive disparos de arma de fogo contra um dirigente do MLSTP, assim como furtos e desvios de fundos da CÍVICA, por meio de panfletos distribuídos à população. Em meu entendimento, tais factos decorreram por quatro razões fundamentais, a saber:

- a. Divergências ideológicas e ajuste de contas entre duas fações do Movimento
  - b. A constatação pelo MLSTP de que não tinha qualquer implantação no país real, junto da população, em manifesto contraste com a profunda implantação da CÍVICA; a sua manifesta incapacidade ou vontade de diálogo, resulta da provável premeditação da maioria dos membros do Bureau Político para afastar os dirigentes da Cívica, assim que alcançassem o poder.
-

- c. A (má) “escola política” dos principais dirigentes do MLSTP, cimentada nos países africanos muito atreitos a golpes e contragolpes de Estado, tais como Gabão, Guiné Equatorial, Gana, Congo, Nigéria e outros.

## **CONSEQUÊNCIAS/IMPACTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

- Os dirigentes da Cívica, como eu próprio, que tinham regressado a STP, suspendendo os seus estudos sobretudo em Portugal, foram forçados a abandonar o país e, assim, impedidos de presenciar a Independência por que tanto lutaram, e dar o seu contributo na reconstituição do país. Constituíam uma massa crítica valiosa, dentre os mais experientes e com melhor formação da sua geração, num país com uma gritante falta de quadros. Foi uma perda irreparável para STP. No que me toca, tive o grato prazer de, em (parcial) compensação, ir participar na Independência de Cabo Verde.
- Dos quadros que ficaram no país, graças à perseguição continuada do regime implantado, uma parte significativa ficou condicionada na sua participação plena no processo de desenvolvimento do país. Outros, por opção própria, ficaram arredados do processo.

Parece cristalino que essa traição madrugadora aos princípios são de coabitação política em prol do bem-estar do povo, envenenou todo o percurso deste novo Estado de STP e persiste nos dias de hoje. Instalou-se que nem uma praga, um cancro na nossa idiossincrasia e vai corroendo as nossas estruturas a diversos níveis e parâmetros. A origem remota das conflitualidades políticas atuais estará algures entrincheirada nesses comportamentos do antanho. Urge debruçar-se sobre eles, pois as manifestações são amiúde cristalinas. Em favor da democracia e o respeito a diversidade que são fundamentais para a cultura de paz, é necessário:

**RECONCILIAÇÃO NACIONAL URGENTE PRECISA-SE!!!**

---

# Canelas pretas, mais do que canelas, foram corpos negros em resistência!

ROBERLAINE JORGE RIBEIRO<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB

Uma das faces mais cruéis imposta aos povos da diáspora africana foi a tentativa de negação da identidade negra. Limitando-a a um persistente tentame de subserviência, que produziram sequelas até os dias atuais. Na tentativa de subjugação da teologia africana a religiosidade da população escravizada no Brasil deu-se por meio do sincretismo. Essas citações nos servem de reflexão para entender a importância de movimentos como a criação da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense (LNFP), conhecida popularmente como a Liga das Canelas Pretas, alcunha dado inicialmente com a conotação pejorativa pelos dirigentes dos clubes estabelecidos dos segmentos dominantes brancos de Porto Alegre.

No final de 1910, a LNFP foi criada no município de Porto Alegre, com o intuito de unir as equipes de futebol compostas na sua maioria, por jogadores negros e empobrecidos. Entre os anos de 1910 e 1920, as cidades de Rio Grande e Pelotas, inspirados pela criação da Liga das Canelas Pretas criaram as ligas Rio Branco e Patrocínio, que se deram por motivação identitária, como segue:

- a. O Visconde do Rio Branco foi senador do partido conservador, atendendo o Dom Pedro II, no discurso de abertura dos trabalhos legislativo 1867. Em que o monarca solicitava, dos legisladores, projetos para acabar gradualmente com a escravidão. Rio Branco apresentou a contraditória

---

<sup>1</sup> Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor Associado da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Reitor da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (2020-2023). Doutor Honoris Causa pela Faculdade SESI-SP de Educação.

---

Lei do Ventre Livre, que foi aprovada 28 de setembro 1871. Contradição que se dava com a determinação cujo rebento ficava tutelado pelo senhor de escravos até os oito anos de idade. Por essa tutela o escravista recebia 600 mil reis de indenização do estado com juro de 6% ao ano. Caso o valor não fosse pago, por qualquer razão, cabia compulsoriamente ao adolescente a escravidão até os 21 anos de idade. Esses detalhes contraditórios da lei não tiveram, 'ao nosso quase cego ver', divulgação em épocas, de informação restritiva;

- b. O José do Patrocínio foi notável abolicionista, atuando como jornalista e escritor negro, destacando-se, também, como um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi um Intelectual que lutava fervorosamente pela assinatura da Lei Aurea. Reiteramos, com efeito, que os nomes dessas ligas são sugestivos de inequívoco fator identitário. Ambas tinham o mesmo objetivo da LNFP, que se caracterizou em congregar as equipes de futebol com atletas predominantemente negros e não brancos despossuídos.

No Rio Grande do Sul, as ricas e principais ligas de futebol, no início do século XX vetavam a participação de clubes negros e de operários. Essa marginalização demonstrou fundamental para que surgisse a Liga das Canelas Pretas em Porto Alegre. Os torneios organizados pela LNFP ganharam destaque em razão da virtuosidade, que atletas negros demonstravam atuando na prática do esporte, tido como bretão, porém com origem ázio-afro-ameríndio, Prudente (2019). Roger Machado, ex-jogador do Grêmio e atual treinador do Sport Club Internacional de Porto Alegre, em reportagem no *The Players Tribune* no ano de 2021, lembrou que os grandes jogadores de futebol estavam na Liga dos Canelas Pretas e não no Grêmio e Internacional.

Os grandes clubes do futebol brasileiro no século passado estavam concentrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e nesses locais a presença negra, nas equipes, era também proibida, ou seja, o racismo futebolístico não se limitava no sul do país.

Para entender em Porto Alegre a importância da Liga das Canelas Pretas no início do século XX, que se caracterizou como um movimento contra o racismo

---

no futebol e no esporte como um todo, é fundamental contextualizar o cenário histórico e social da época. Analisando o impacto dessa liga nas dinâmicas esportivas e sociais no estado do Rio Grande do Sul.



EL PAÍS – Cruzairinho de Novo Hamburgo, um dos times que participou da Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense. Fonte: Diogo Magri, 2019.

No início do século XX, o Brasil vivenciava profundas disparidades sociais e raciais, considerando que classes e raças sempre se confundiram no Brasil, IANNI (1982). Essas disparidades são decorrentes da corte imperial, que encontrava a razão da sua existência na América Portuguesa, na escravidão. A corte estabelecia violenta exploração, marginalizando a população negra escravizada, Alencastro (2019).

O futebol foi, assim como outros esportes, reprodução das desigualdades sociorraciais. Na atualidade os negros e os não brancos são os craques, porém estão fora da gestão futebolística. De tal sorte que, o futebol é um lugar onde as pessoas negras tem protagonismo, mas enfrentavam diversas formas de discriminação, desde a exclusão de equipes até atos racistas que são criminosos, feitos por parte do público e até mesmo de outros jogadores.

O futebol é considerado como um esporte popular, mesmo assim, o racista não admite que um protagonista negro de origem humilde se torne rico e famoso e se assim o é, isso lhe incomoda. É provável que o preconceito seja uma estrutura preconceituosa, formada por vários preconceitos. Vale dizer que, o preconceituoso é constituído de todos os preconceitos, revelando-os

politicamente conforme a conveniência. Posicionando sempre com “resiliência” com o elemento discriminado, quando ele se encontra em uma condição dominante, de maior presença. Por outro lado, quando o elemento discriminado se localiza em uma circunstância, fragilizada de menor presença, evidenciando o fator discriminante, aí sim que o intransigente expõe toda sua ira.

A Liga das Canelas Pretas surge como uma resposta direta a essas injustiças e como um espaço de resistência e empoderamento para os jogadores negros. Fundada em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a liga representou um marco na luta contra o racismo no futebol, propiciando oportunidades para que atletas afrodescendentes pudessem competir participando independente da desigualdade de oportunidade. Revelando, contudo, o talento e habilidade, fazendo-se reconhecidos independentemente da tentativa racista de cor da pele. A Liga das Canelas Pretas foi disruptiva com o rompimento das normas segregacionistas da época, desafiando-as. Essa liga negra de futebol foi civilizatória, como percussora na inclusão, de negros e não brancos. Fez, nesse ato, com vanguardismo a valorização da diversidade racial no cenário esportivo. Ao organizar campeonatos e jogos entre equipes formadas, por jogadores negros e miscigênicos empobrecidos, a liga não apenas oferecia, na época, uma plataforma para expressão atlética, mas também servia como um espaço de afirmação da identidade e da cultura afro-brasileira. Colocando-se, contudo, como referência aos não brancos oprimidos.

Desafiando as estruturas de poder estabelecidas no esporte, a Liga das Canelas Pretas abriu, de maneira pedagógica, caminho para uma maior representação e participação de indivíduos negros em todas as esferas da vida esportiva, seja como jogadores, treinadores, dirigentes, jornalistas ou torcedores, tratando-se de um caminho, cujos lugares de qualidade, são marcados, ainda, infelizmente, de incompreensões do anacronismo excludente.

É importante ressaltar que a luta contra o racismo no esporte tem inequívoco contributo pedagógico em proveito da cultura de paz. Fenômeno educativo que se dá em decorrência do apelo que o esporte propicia, junto ao povo, na sociedade como um todo. Lembrando que o futebol é permeável a todas classes e raças. Significa que a luta, democrática e inclusiva, dessa liga negra constituiu

---

esforço civilizatório, no qual o propósito se mostra em processo de construção. Para nossa percepção os desafios persistem até os dias atuais. No entanto, a história da Liga das Canelas Pretas serve como um marco importante, no âmbito da reflexão crítica ao poder do esporte, constituindo uma ferramenta de dimensão educativa à transformação social.

A Liga das Canelas Pretas em Porto Alegre no início do século XX foi um movimento contra o racismo no futebol e no esporte como um todo não pode ser subestimada, sua história precisa ser contada a todos. Ela foi disruptiva, rompendo com as normas segregacionistas da época, ao mesmo tempo em que inspirava influenciando gerações futuras na luta pela igualdade e pela justiça racial no mundo do esporte, que foi, indubitavelmente, um contributo civilizatório em proveito do respeito à diversidade, sendo inspiradora para construção da cultura de paz.

## Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia de Bolso. 2019. 446p.
- IANNI, Octávio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1982. 360p.
- PRUDENTE, Celso Luiz. Futebol e samba na estrutura estética brasileira: a esfericidade da cosmovisão africana versus a linearidade acumulativa do pensamento ocidental. In: Celso Luiz Prudente; Dacirlene Célia Silva. (Org.). A dimensão pedagógica do cinema negro aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: O olhar de Celso Prudente. 2ªed.São Paulo: Anita Garibaldi, 2019, v. , p.87-111.
-

# A presença negra na cabanagem

SANDRA COSTA DOS SANTOS  
FACULDADE SESI DE EDUCAÇÃO – FASESP

Olhar para a história do Brasil e nela encontrar a presença negra nos movimentos políticos é um exercício cada vez mais necessário. No século XIX, por exemplo, não foram poucos os episódios em que a resistência se fez com apoio ou com a presença decisiva de lideranças negras escravizadas e/ou libertas. Em um destes momentos está a Cabanagem, revolução popular realizada no Brasil entre 1834 e 1840, na região onde hoje é Belém e em seus arredores, no Pará.

O alcance social demonstra a amplitude do movimento. O seu primeiro ato foi desencadeado pela inconformidade de lideranças liberais locais contra a forma de condução política da metrópole. Nas palavras de Pasquale di Paolo, forças políticas liberais, aproveitando-se das condições objetivas, a partir de um momento de crise da direção da província, tomou o poder e destituiu a ordenação legal (PAOLO,1986).

Alguns personagens historicamente conhecidos como Batista Campos, Felix Malcher e os irmãos Vinagres entraram para a história como os responsáveis por realizar um feito inédito naquela região do país. Estes liberais propunham a destituição do poder e a organização de uma nova administração social e política que, por consequência, deveria estar atrelada às demandas vindas de setores sociais e políticos locais.

No entanto, o principal fator ao se procurar entender o que foi a Cabanagem e as expressões populares no século XIX, é se atentar para os grupos sociais que fizeram realmente o movimento acontecer. Ao lado dos liberais e comerciantes, marcadamente brancos, outros paraenses também ganharam proeminência. Em destaque no Pará estavam os cabanos.

Personagens únicos da população eram formados por pobres, ferreiros, ourives, pequenos lavradores. Mas a principal marca era a miscigenação. Indígenas,

---

mestiços e negros africanos escravizados compunham a massa popular que se apropriou do ideário de liberdade e defendeu uma sociedade mais justa nas terras paraenses.

As declarações do militar e presidente da província Francisco José Soares de Andrea, deixam evidenciado o caráter racial que fez parte da Cabanagem. Em suas palavras o movimento foi uma disputa entre “uma classe dominante, fortemente minoritária e branca, racial e culturalmente diversa das demais categorias, ameaçada por uma conspiração geral das gentes de cor a semelhança das revoltas da ilha de São Domingos e da Martinica” (RAIOL, 1970, p. 831).

E esta semelhança não era apenas hipotética. O trânsito de ideias revolucionárias vindas do fluxo de escravizados do Haiti e da Guiana Francesa foi uma constante na região norte. Escravizados fugidos de Caiena fugiram para Belém e lá difundiram a luta pela libertação negra. Tal fato corrobora, de acordo com Santos (2004), a ideia de que a Cabanagem esteve inserida em discussões de seu tempo e não foi um movimento descolado da realidade.

Na análise de Vicente Salles (1992), importante historiador da vida amazônica, distintamente da liderança conservadora que defendia a manutenção do *status quo*, os cabanos passaram a se organizar em torno de ideais revolucionárias. O exército revolucionário era formado em sua maioria por escravizados. Ocupavam as funções de comandantes de armas.

Dentre tais expoentes esteve Benedito de Aquino, ex-escravizado alforriado que ocupou o cargo de comandante de defesa do hospital da caridade da cidade durante uma Cabanagem. Outro destaque importante citado por Raiol, é João Manoel do Espírito Santo, também conhecido como negro Diamante, um dos mais ressaltados por sua bravura liderando a população pobre na busca pela liberdade. Há que se destacar também a figura de Joaquim Antônio, oficial das tropas rebeldes, conhecido como Patriota que comandava cerca de quinhentos homens e tentou proclamar a independência a seu modo (SALLES, 1971).

Desta forma, na região que hoje forma o estado do Pará, a luta de classes se tornou também uma luta por liberdade e igualdade. Os ruídos vindos das revoluções negras no continente americano, contribuíram para que novas perspectivas fossem apresentadas aos revolucionários brasileiros paraenses. Ao mesmo

---

tempo a rudeza das tropas do poder central exterminaram cerca de quarenta mil pessoas com direito a episódios de extrema violência.

Os autos historiados por Domingos Raiol, revelam que após o fim da Cabanagem alguns cabanos foram anistiados. No entanto, a maioria juntamente com a população indígena que tão forte se mobilizou durante os fatos, foram enviados para campos de trabalho nos arredores de Belém como forma de controle. Outros cabanos conseguiram fugir para o interior onde continuaram a luta de resistência em meio à floresta e na organização de importantes quilombos.

Mesmo com toda demonstração de força, organização e consciência, a Cabanagem, diferente de outros movimentos políticos e sociais que marcaram a história do século XIX brasileiro, foi caracterizada por muitas décadas como uma luta infame e desordeira. Esta interpretação certamente vem em decorrência da forte presença negra e indígena no movimento. As camadas populares e trabalhadoras foram intencionalmente apagadas e depreciadas do campo político brasileiro. O registro histórico dominante mais uma vez tentou apagar a ação pensada, consciente e decisiva do povo preto e povo na edificação do povo brasileiro.

Entretanto, o espírito de luta se faz presente na memória local, nos monumentos e na luta contínua do povo preto pelo reconhecimento de sua presença de resistência ao longo da história.

## Referências

- PAOLO, P. *Cabanagem: a revolução popular do Brasil*. Belém: CEJUP, 1986.
- RAIOL, D. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, v.2.
- SALLES, V. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SALLES, V. *Memorial da Cabanagem*. Belém: CEJUP, 1992.
- SANTOS, S. *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas: 2004.
-

# A revolta dos Malês

MARC ADAM HERTZMAN<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, URBANA-CHAMPAIGN (EUA)

Toda nação tem sua mitologia e seus paradoxos. Nos Estados Unidos há o mito do “melting pot”, por exemplo, que mantém que pessoas de todas as partes do mundo se misturaram sem conflito, ou a contradição entre as palavras na Declaração de Independência –, todos os homens são criados iguais – e a persistência de escravidão por quase um século depois da declaração. Em França, o credo de *liberté, égalité, fraternité* circulava junto com a defesa de colonialismo e escravidão. Como estas nações e qualquer outra, o Brasil também tem sua própria mitologia e paradoxos.

Uma lenda tipicamente brasileira é sobre a independência da nação que, de acordo com a lenda, não tinha as guerras sangrentas que aconteceram em América do Norte e o resto das Américas nas primeiras décadas do século dezenove, quando a maioria do hemisfério conseguiu independência política. Em contraste a estes países, diz a lenda, a independência do Brasil, em 1822, era pacífica e tranquila. Dom Pedro disse *eu fico*, e acabou o jogo. A independência era, numa palavra, cordial.

Há uma certa veracidade com esta narrativa, pelo menos no fato que é verdade que não era movimento militar unificado ou coordenado contra Portugal na mesma maneira como em outras partes das Américas contra outros colonizadores europeus. Mas se pensamos na independência como um processo que nasceu antes e estendia além e depois de 1822, vemos uma história mais completa. Visto assim, também aparecem protagonistas além do Dom Pedro e outros homens brancos, ou, quer dizer, vemos que não podemos entender o Brasil e seu nascimento sem considerar as pessoas (e mãos) negras que lutavam por diversos objetivos e que moldavam a forma e trajetória da nação.

---

<sup>1</sup> Professor Associado da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign (EUA)

Ao longo dos séculos dezoito e dezenove, pessoas não brancas—, especialmente povos indígenas, africanos e afrodescendentes – militavam contra escravidão e colonialismo. Em 1835, pouco mais do que uma década depois da declaração de independência brasileira, na Bahia havia uma das maiores e mais importantes levantes de pessoas escravizadas na história do mundo, agora conhecido com a Revolta dos Malês. O relato clássico da revolta é *Rebelião escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*, escrito pelo historiador baiano, João José Reis, que narra os eventos e protagonistas principais de 1835. A revolta toma seu nome da identidade de muito dos protagonistas centrais: escravos muçulmanos, tirados da África oeste e chamados Malês.

Em 1835, Salvador da Bahia tinha em torno de 65,500 habitantes. Mais do que quarenta por cento era escravizado, e um terço da população nasceu em África. Entre o final do século dezesseis e a revolta, *mais do que 1.600.000 pessoas* escravizadas passaram pelas portas da Bahia. A grande maioria delas vinham ou da África oeste (hoje em dia, Nigéria e países vizinhos) ou da África centro-oeste (Angola e países vizinhos). Dentro das ondas constantes de africanos escravizados, os malês representavam um contingente forte, com sua presença anotada por vários viajantes e oficiais coloniais. Foi este grupo que protagonizava uma das revoltas mais importantes na história das Américas.

A Revolta dos Malês começava como muitas outras, surgindo de planos feitos cuidadosamente em reuniões escondidas e apesar da vigilância constante dos escravizadores e oficiais coloniais. A ideia era lançar a rebelião no dia 25 de janeiro, durante as festividades para Nossa Senhora da Guia. Rumores do plano circulavam o dia antes, e nas horas em que o dia 24 passou para o dia 25, começavam enfrentamentos violentos entre autoridades e os revolucionários. Reis estima que em torno de 600 pessoas participavam na rebelião. Quando o tumulto terminou, a polícia tinha prendido mais do que 300 pessoas, quase todos nascidos em África oeste, mas podemos dizer com muita confiança que afrodescendentes participavam em maior número do que a documentação escrita indica, e que, se a revolta tivesse durado por mais tempo, outras pessoas teriam mobilizado também. Além dos 300 presos, mais do que 70 pessoas morreram no conflito. As penas para os presos corriam entre prisão e morte, e toda a

---

comunidade negra sofria depois da rebelião, quando as autoridades vigiam uma cena de violência contínua contra africanos e afrodescendentes, todos agora suspeitos de ser rebeldes.

Para muitos dos rebeldes, a religião era central de suas vidas e com certeza influenciava seus atos durante a rebelião. Podemos pensar também em outras motivações. Ao contraste de algumas outras revoltas e insurreições, que destruíam engenhos e mataram escravizadores em suas casas, a Revolta dos Malês foi direcionada explicitamente contra instituições políticas, incluindo a Câmara Municipal e o Palácio do Governo Provincial. O governo provincial admitiu que o objetivo da revolta era de natureza “política”, e o Consul francês concordou. Mesmo se definimos qualquer revolta como ato político, esta revolta foi direcionada claramente nas sedes do governo. Isto indica como os protagonistas participavam numa luta sanguenta sobre a definição e conteúdo da nova nação. Assim, podemos pensar nos protagonistas como *founding fathers* e *mothers* do Brasil. Planejado e executado nos anos depois de 1822, a Revolta dos Malês é mais um exemplo de como o processo de independência era muito mais do que uma frase dito por Dom Pedro – era violenta e com muitos protagonistas, não somente brancos.

---

# A segunda abolição: a revolta de João Cândido contra a chibata na Marinha (1910)

SÍLVIA CAPANEMA<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE SORBONNE PARIS NORD

O *Potemkin brasileiro*. Este teria sido o título do livro do poeta surrealista francês Benjamin Péret sobre a revolta dos marinheiros de 1910. No entanto, tal livro nunca foi publicado, seu manuscrito foi destruído pela polícia de Vargas nos anos 1930 e o autor expulso do Brasil.

Durante boa parte do século XX, era difícil falar do tema. O acontecimento também era conhecido como “revolta de João Cândido”, retomando o nome do principal líder que se transformou num herói popular. Em 1975, durante a ditadura civil e militar, os compositores Aldir Blanc e João Bosco compuseram o samba *Mestre Sala dos Mares*. O texto, censurado, concluía que o “navegante negro” tinha como “monumento as pedras pisadas do cais”, denunciando a inviabilização de homens negros e figuras populares. Mas o que foi a revolta e quem foi João Cândido?

Na noite de 22 de novembro de 1910, mais de 2300 marujos se revoltam na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Eles ocupam os principais navios brasileiros, como os encouraçados Minas Gerais e São Paulo, e o *scout* Bahia, que tinham sido encomendados na Europa. Os rebeldes, homens jovens e pobres, na maioria negros e pardos, em grande parte nordestinos e nortistas, apontam os canhões dos navios contra a cidade do Rio de Janeiro, visando o poder federal. A principal exigência do movimento é a supressão das punições corporais,

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela EHESS, Paris, professora na Universidade Sorbonne Paris Nord. Autora do livro: *João Cândido e os navegantes negros: a revolta da chibata e a segunda abolição* (Rio de Janeiro, Malé, 2022).

---

principalmente da chibata. As outras reivindicações: substituir os superiores “autoritários” e “incompetentes”, aumentar o soldo, melhorar a educação dos marujos e reduzir o tempo de trabalho. Nos comunicados, eles exigiam “liberdade” e pediam para que fossem tratados como “marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos” e não como “escravos de oficiais”. Como sabemos, o Brasil foi o último país do Atlântico a abolir a escravidão, em 1888, e a República foi instaurada um ano depois, em 1889.

A revolta dos marujos dura 5 dias e mobiliza a opinião no Brasil e mundo afora. Vários órgãos da imprensa manifestam simpatia pelos marinheiros e os castigos corporais causam repugnância. A revolta encontra também apoio de diversos políticos, como o jurista e senador Rui Barbosa. A maior parte dos parlamentares se pronuncia favoravelmente pela anistia aos “reclamantes”, como os marujos também se identificavam.

O plano de revolta foi elaborado durante meses e em absoluto segredo, a partir da experiência internacional dos marujos em contato com outros trabalhadores navais, com importante papel da comunicação escrita. Nas páginas de jornais, os marujos aparecem como oficiais e comandantes negros e do povo. João Cândido (1880-1969) recebe a alcunha de Almirante Negro. Essa inversão das hierarquias é uma escolha dos próprios praças, que apontam entre si capitães e imediatos para cada navio rebelde.

No entanto, o Estado autoriza, alguns dias depois da assinatura da anistia e através de um decreto, a exclusão dos indivíduos considerados “prejudiciais” à disciplina a bordo. Aproximadamente mil marinheiros são expulsos da Marinha em dezembro do mesmo ano. Os oficiais desejam vingar a morte dos colegas – são mortos 6 oficiais e 6 marinheiros na noite de tomada do poder dos navios – e não aceitam a quebra das hierarquias. Quanto aos marinheiros, alguns se mostram descontentes com o fato de não terem obtido nenhuma garantia concreta, nenhuma mudança na legislação e decretos. Circulam rumores de um possível ataque aos navios pelas forças do Exército. Nesse contexto, uma segunda revolta acontece no início de dezembro no Batalhão Naval. Essa revolta de soldados navais provoca centenas de mortes e feridos e é rapidamente reprimida pelas autoridades. Os parlamentares, não sem oposição, aproveitam para declarar estado

---

de sítio. Um navio é preparado para extraditar na Amazônia brasileira centenas de pessoas, dentre as quais marinheiros e outros identificados como “vagabundos, prostitutas, soldados do Exército.” Muitos morrem durante a viagem, 9 são fuzilados. Dezenas de membros da revolta de novembro de 1910 são presos em celas na Ilha das Cobras, presídio da Marinha, durante o Natal do mesmo ano. A maior parte morre ao cabo de três dias, sufocados com cal e desidratados. Em uma das celas, onde foram colocados 18 homens, somente João Cândido e um soldado naval.

Um Conselho de Guerra é instaurado. Dentre os 70 intimados, só 10 estão presentes, os outros são considerados “desaparecidos, fuzilados, mortos por insolação.” Todos são absolvidos em dezembro de 1912.

O conjunto desses acontecimentos ficou conhecido pela historiografia brasileira como *Revolta da Chibata*, título de uma obra clássica do jornalista Edmar Morel de 1959, lançada no contexto do “intervalo democrático”, antes do golpe civil e militar de 1964. Trata-se de um caso exemplar de repressão do Estado contra rebeldes anistiados, afrodescendentes e classes populares. Uma revolta que revela contradições na jovem República brasileira. Um momento de tomada do poder e da palavra por marinheiros subalternos, organizados em torno de reivindicações ligadas às suas origens, memórias, experiências, classe social e anseios. João Cândido continuou perseguido depois da revolta, teve dificuldades financeiras. Seus descendentes ainda vivem e, junto com movimentos sociais, buscam reconhecimento e reparação histórica.

---



RELIGIÃO





# A benção meu Rei, João Tomaz

JOÃO ALEGRIA<sup>1</sup>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – PUC RIO

João Tomaz, o filho da terra e guardião das tradições de Santo Antônio da Alegria, era mais do que um agricultor; ele foi a encarnação da história e da cultura do povo negro do interior de São Paulo. Com cada banana que brotava de suas mãos calejadas em seu roçado, ele tecia a narrativa de um povo resiliente, que encontrava na simplicidade do trabalho no cultivo do arroz, do milho, especialmente das bananas, uma forma de resistência e afirmação cultural.

Seu balaio de bambu carregado de frutas e preso à garupa da bicicleta, que ele utilizava para vender as frutas pelas ruas da cidade, mais que um recipiente para transporte, era um baú de histórias, cada fibra entrelaçada com os sonhos e esperanças de uma comunidade que via nele um líder silencioso, mas poderoso. “Olha a banana!... A banana é boa, né?!” repetia em seu aboio do final do dia. Sempre elegante, com suas botinas, calças azuis e camisas claras com bolsos de lapela larga.

Nas ruas de paralelepípedos, o rodar suave da bicicleta de João era como uma melodia que anunciava a chegada não só de alimento, mas de um legado vivo. Crianças corriam para vê-lo agarradas às saias de suas mães, idosos o saudavam com respeito, e todos sabiam que, com João, vinha a certeza de que a identidade de Santo Antônio da Alegria jamais se perderia pelos labirintos do esquecimento. Ele não vendia apenas bananas; compartilhava memórias, a certeza de que, enquanto houvesse terra para cultivar, a cultura de seu povo floresceria.

Mas durante o Congado no mês de setembro João se transformava. Seu papel de Rei do Congado não era uma mera representação festiva; era a materialização de séculos de história, uma ponte entre o passado e o presente, entre a África

---

<sup>1</sup> Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio

e o Brasil. Sob sua coroa improvisada, ele não era apenas João; ele era cada Rei e Rainha que haviam pisado nas terras africanas, cada escravo que havia lutado por liberdade, cada descendente que carregava no sangue a força dos seus antepassados. Com cada passo na dança, com cada nota entoada, João recontava a história de seu povo, uma história de dor, mas também de uma beleza admirável.

O Congado, uma expressão cultural rica e multifacetada, é um dos mais belos legados dos africanos no Brasil. Essa manifestação artística e religiosa, que combina elementos da fé cristã com tradições africanas, é uma forma de resistência cultural e de afirmação da identidade afro-brasileira. Originário dos rituais de coroação dos reis congos na África, o Congado brasileiro transformou-se, incorporando elementos do catolicismo e das lutas dos escravizados pela liberdade.

No estado de São Paulo, assim como em outras regiões do país, o Congado se manifesta através de festas que incluem música, dança, e vestimentas coloridas, refletindo a história e a memória dos negros ex-escravos e de suas comunidades. Através do Congado, a herança africana continua viva, influenciando a cultura brasileira e enriquecendo o mosaico de tradições que define a nação.

A vida de João foi uma tapeçaria rica, onde cada fio compôs uma lição de vida, cada nó uma superação de adversidades. Ele ensinava, sem palavras, que a verdadeira riqueza não estava no ouro ou na prata, mas na terra que se ara, no suor que se derrama, na comunidade que se apoia. Em sua simplicidade, João era um filósofo, um poeta do cotidiano, cuja sabedoria não estava em livros, mas espalhada nos campos de banana que douravam ao sol.

Quando João partiu, não deixou bens materiais; sua herança foi a inspiração. As bananas continuaram a crescer, as festas de Congado a acontecer, mas agora havia uma saudade no ar, uma saudade de João, o homem que foi raiz e flor, que foi terra e céu. Seu legado vive em cada semente plantada, em cada história contada, em cada criança que aprende o valor da terra. João Tomaz, o Rei Congo de Santo Antônio da Alegria, viveu como vive a terra: em ciclos, em estações, em eterno renascimento. A benção, meu Rei.

---

# A Festa do Divino e a presença negra no Vale do Guaporé

FÁBIO SANTOS DE ANDRADE<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

LAUDICÉIA FAGUNDES TEIXEIRA<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO – UNEMAT

MARIA APARECIDA COSTA OLIVEIRA<sup>3</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

Tradicionalmente, tendo como base o pensamento católico europeu, a celebração da vinda do Espírito Santo marca o dia de Pentecostes, celebrando os cinquenta dias que o antecedem, iniciando no domingo de Páscoa. Atualmente, apesar de estar inserida em tempos e espaços diferentes daqueles que deram origem à festa, a lógica dos cinquenta dias de celebração à espera da chegada do Espírito Santo permanecem. Mesmo tendo sua origem questionada por vários historiadores, muitos afirmam que os festejos celebram a devoção de Dona Isabel de Aragão, Rainha de Portugal (1271-1336), à Terceira Pessoa da Santíssima

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor Associado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atuando no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED/Vilhena) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf).

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Professora no curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso – (UNEMAT), Campus de Pontes e Lacerda.

<sup>3</sup> Doutora em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduada em Pedagogia. Supervisora Pedagógica no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Colorado do Oeste/ RO.

---

Trindade. Dona Isabel foi canonizada em 1625 como Santa Isabel de Portugal e a festa do Divino Espírito Santo passa a fazer parte do calendário de celebrações religiosas do país.

Conta-se que a então rainha portuguesa determinou que, durante a festa, fosse coroado rei um menino, alimentos fossem distribuídos entre os mais humildes e que alguns presos fossem soltos. Tudo isso ocorreria porque o Divino iria imperar, cair sobre todos e a terra então viveria em fartura e perdão. A festa simboliza, desta forma, o começo de uma nova era marcada pela prosperidade, bondade, igualdade, fraternidade e outros valores cristãos. (FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2021).

A festa portuguesa não celebra uma data ou o tempo passado, mas sim, o futuro, compreendendo que o Espírito Santos simboliza a vida harmônica na terra onde o paraíso divino deverá ser construído. Pela tradição portuguesa a Festa coroa o Menino Imperador que representa a esperança de um futuro melhor, cabendo a ele, em um gesto simbólico, alimentar toda a população para que a fome deixe de existir e libertar os prisioneiros para que todas e todos possam viver em um mundo sem crimes e violência. Dessa forma, uma das tradições mais marcantes da festa é a distribuição gratuita de comida aos participantes.

Após a coroação, cabe ao Imperador escolher sua corte, composta por diversas pessoas que lhe ajudarão no preparo e execução da festa, cabendo destaque à figura do copeiro. O copeiro apresenta-se como o principal responsável pela festa e representante do Imperador. A ele cabe a escolha dos ajudantes que darão vida à festa.

O simbolismo católico na festa do Divino é marcado pelos objetos litúrgicos, palas vestimentas e ornamentos e pelos gestos corporais. A bandeira e as vestes vermelhas representam o fogo, característico da manifestação bíblica do Espírito Santo. A pomba que representa o Espírito Santo é colocada num grande mastro que é transportado na embarcação principal. Seus sete dons (sabedoria, inteligência, fortaleza, temor de Deus, conselho, piedade e ciência) aparecem em uma corroa ornada com fitas coloridas que representam a devoção e a presença de Deus na terra.

Estima-se que a primeira festa do Divino Espírito Santo tenha ocorrido em Abrantes, se espalhando rapidamente por toda a região de Portugal e domínios

---

portugueses, sendo celebrada com mais intensidade no Arquipélago dos Açores, e depois se expandiu pelas regiões de emigração açoriana, dentre elas o Brasil no século XVII.

A festa chega ao Brasil pelas margens do oceano Atlântico, tomando a região litorânea e posteriormente se espalhando por todo o país. Logo se torna uma das principais festas católicas, com ampla aceitação e participação popular. Por não ser uma festa oficial do calendário cristão católico e por estar fora do controle rígido da igreja “[...] a comemoração adquiriu feições e características populares que resultaram no contraste entre momentos sagrados e profanos distribuídos ao longo das festividades.” (FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2021).

A incorporação de festejos culturais portugueses pelo Brasil está ligada à história de apropriação das terras da América do Sul por portugueses e espanhóis, à escravização de povos africanos e indígenas e à imposição de um novo pensamento cultural e social. Dessa forma, diferentes povos assumiram como suas as festas de tradição europeia, incorporando a elas suas singularidades e significantes. Isso fez com que a festa do Divino Espírito Santo, antes restrita à população branca da elite portuguesa, fosse absorvida pelas populações negra e indígena, que a ela incorporou seus costumes e tradições. A festa ganha nova leitura onde a multiculturalidade se manifesta. Quando analisamos a história do processo de escravização da população africana e afro brasileira fica evidenciado que a participação em festejos e liturgias católicas era uma forma de vivenciar momentos de liberdade sem o peso do chicote. Essa participação fez com que a população negra tomasse para si os festejos, incorporando elementos africanos, para assim manter viva suas culturas e suas histórias.

A festa do Divino acompanhou o desenvolvimento social, político, cultural e urbanístico brasileiro, se espalhando por todas as regiões, fazendo com que hoje sua presença seja identificada em diversas cidades e povoados. No entanto, as regionalidades deram forma singular a cada festa, que passou a incorporar simbologias e costumes dos povos tradicionais de cada região, o que fez com que a festa também se tornasse foco das políticas eleitoreiras. Dessa forma, a festa deixa de ser uma manifestação exclusivamente católica e se transforma em patrimônio cultural.

---

Na região de Rondônia os festejos do Divino Espírito Santo ocorrem principalmente no Vale do Guaporé e estão inseridos em contextos multiculturais amplos por envolverem a diversidade de povos que ocupam o Vale: indígenas, extrativistas, quilombolas e ribeirinhos.

A presença de quilombolas às margens do Guaporé pode ser explicada a partir do processo de abandono da região pelas elites brancas. Não havendo mais necessidade de esconderem-se em áreas menos acessíveis, as populações quilombolas da região do Riozinho e do São Miguel, afluentes do Guaporé, mudaram-se para as suas margens, tornando-se visíveis e estabelecendo-se como pequenos proprietários, agricultores e extrativistas.

A presença da população negra em um território historicamente indígena (Amazônia – Brasil e Bolívia) está ligada à migração para as margens do rio Guaporé, no século XVIII, tendo em vista a descoberta de riquezas minerais que passaram a substituir as minas esgotadas da região de Cuiabá. Isso fez com que a festa do Divino realizada em Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso, também migrasse para o vale do Guaporé e fosse celebrada pela população local.

Dessa forma, a festa do Divino Espírito Santo realizada às margens do Guaporé deixa de ser uma festa católica portuguesa e passa a ser um patrimônio local que celebra o encontro dos povos e a manifestação da interculturalidade que envolve as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas – boliviana e brasileiras.

Em Rondônia, o Vale Guaporé é composto por treze municípios: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta, Alvorada d'Oeste, Primavera, Cerejeiras, São Felipe, Alto Alegre, Pimenteiras, São Miguel do Guaporé, Parecis, Seringueiras e Cabixi. Os municípios desta região, pelos registros elaborados pela Irmandade do Divino em Costa Marques, foram os primeiros a receber os festejos do Divino.

Atualmente, a festa do Divino Espírito Santo é uma das mais antigas e difundidas tradições do catolicismo brasileiro. No entanto, as celebrações incorporaram elementos multiculturais pertencentes à diversidade dos povos que historicamente marcam a formação do Brasil. A festa do Divino Espírito Santo celebrada no Vale do Guaporé marca os lugares dos diversos grupos, suas culturas e tradições, as identidades religiosas e a história da colonização católica portuguesa.

---

O início da festa é marcada pelo cortejo marítimo, onde a embarcação principal é o Carité que transporta o baú da coroa, o mastro da bandeira e os membros da corte do Imperador. Junto a ela seguem as embarcações de apoio, alojamento e outras que transportam devotos de várias localidades. Os cuidados com o Carité ficam sob a responsabilidade do encarregado do Batelão, que deve fazer toda manutenção e reparos necessários durante a Romaria. Ele também é responsável pelos informes de viagem, atualizando as paragens sobre a localização da romaria, dias e horários de chegada e partida de cada localidade.

No Carité, há dois baús que servem para guardar a coroa e o dinheiro, fruto das esmolos oferecidas pelos devotos. O batelão é um pequeno barco decorado de vermelho e azul, com uma pequena cobertura feita de palha de broto. Este telhado é chamado de penteado, técnica usada no entrelaçado das palhas. A tão esperada embarcação realiza um percurso de 45 dias e nela está a comitiva responsável pelo mastro e pela coroa do Divino. A tripulação é formada pelo comandante do barco, o zelador, o alferes da bandeira, o encarregado do Batelão, o encarregado da coroa, mestre dos foliões, foliões, dentre outros, responsáveis pelo transporte dos símbolos, fundamentais para a celebração da festa.

Dentre os símbolos cabe destaque à Coroa do Divino, que é transportada em um baú de madeira sob a responsabilidade do encarregado da Coroa. Este também é responsável pela administração de todas as doações recebidas, principalmente o dinheiro. Já o mastro da bandeira fica sob a responsabilidade do Alferes da bandeira. Dentro dos barcos, existe hierarquia e obediência, portanto, cada pessoa tem sua obrigação e ninguém pode fazer algo que não seja de sua competência. Nesta ordem hierárquica, o Alferes da bandeira é considerado a autoridade máxima.

O mestre dos foliões, figura de destaque na Romaria, ganha participação privilegiada no documentário por conta de sua imensa responsabilidade durante a Romaria e a festa. É ele quem cuida, coordena e ensaia as crianças e adolescentes, denominadas de foliões. É o violeiro que rege o coral formado por 08 ou 10 meninos. O coral de meninos, formado pelos foliões trajados com um lenço branco na cabeça, entoam cânticos de louvor ao Divino.

---

A situação escolar das crianças envolvidas com a festa merece uma análise a parte, sendo uma preocupação da coordenação. Como a festa acontece em período letivo, a ausência escolar é extremamente prejudicial ao aprendizado. No entanto, com objetivo de minimizar os prejuízos, os organizadores de Romaria têm optado pela contratação de professores(as) que seguem no cortejo, mantendo a rotina escolar e as atividades de ensino e aprendizagem obrigatórias.

O percurso da Romaria é marcado pelas paradas em cidades e povoados que compõem o Vale do Guaporé. Nelas são realizadas paradas de devoção onde a coroa do Divino é venerada pelos fiéis. Nas casas onde a coroa ficará exposta deve haver uma identificação com uma flâmula do Divino, marcando os locais onde os devotos deverão se concentrar. Nessas paradas, toda a comitiva da romaria é recebida por devotos que lhes fornece abrigo, alimento e entregam as doações arrecadadas para a festa principal. Na despedida, as doações são colocadas na estiva da embarcação para serem transportadas e entregues ao Imperador.

No destino final, a chegada da Romaria marítima é anunciada pelo Salveiro que, sob o som dos fogos de artifício (também chamados de ronqueira), atrai a comunidade para a beira do rio. O Carité se aproxima das margens levando em mastros as bandeiras do Brasil, de Rondônia e da Bolívia que marcam a territorialidade da festa. O público ornado com camisetas e lenções vermelhos se aproxima da embarcação levando nas mãos fitas multicoloridas, revelando a devoção que mantém viva a tradição da festa, e recebem o Carité entoando músicas católicas. A embarcação se aproxima levando na proa o Salveiro, seguido dos doze remeiros, que com remendas sincronizadas impulsionam a embarcação até as margens do rio, e ao centro estão o mestre dos foliões e os foliões que entoam cânticos de louvor ao Divino.

No desembarque é a coroa do Divino ganha destaque e admiração, pois representa o poder de cura e perdão de Deus. Em terra ela deve ser venerada primeiramente pelo Imperador e pela Imperatriz e só depois, guiada por um mordomo, segue o cortejo terrestre em direção à igreja, realizando paradas de oração e devoção em casas de devotos previamente selecionados. Pelas ruas os mordomos levam a coroa do Divino e o mastro da bandeira ornados com fitas coloridas. As fitas, na tradição da festa, representam os raios, a luz de

---

Deus que toca a terra e age em todos(as) fazendo milagres, abençoando e perdoadando os pecados. Assim, alguns devotos, em sinal de extrema devoção, se ajoelham para serem abençoados ao tocá-las.

Os devotos, em maioria negros(as), indígenas e ribeirinhos(as), fazem fila para tocar e beijar as fitas da Coroa e do mastro. Essa diversidade étnica distancia a festa do Divino do Guaporé da festa portuguesa composta por uma maioria branca europeia. No Guaporé, diferente da tradição portuguesa, não é coroado um menino como Imperador e sim um casal de adultos, o Imperador e a Imperatriz, eleitos por sorteio. Juntos são responsáveis pela recepção, acolhimento e alimentação de todos e todas que chegam para os festejos. A fé e a devoção deixam ecoar a voz de um povo que acredita no sorteio dos nomes do Imperador e da Imperatriz com benção divina, um chamado para servir a Deus que deve ser aceito com grande honra.

Dentre os pratos servidos na festa, destaca-se o vatapá, típica comida de tradição africana que foi incorporada à culinária da Região Norte, ganhando uma nova leitura cultural. Isso demonstra que festa do Divino Espírito Santo realizada no Vale do Guaporé incorpora diversos elementos histórico-culturais dos povos indígenas e africanos.

Durante o cortejo, das margens do rio até a igreja, a devoção se manifesta nas cantorias, nos símbolos e nas expressões corporais que tomam conta da festa. Ali todos(as) se tornam iguais em fé e tradição, assumindo a festa como sua, como parte da história que representa a vida no Vale do Guaporé. Na igreja onde será celebrada a missa de Pentecostes é erguido grande mastro com a bandeira do Divino e decorado com fitas coloridas. Em torno dele, passam a se reunir fiéis que acendem velas e rezam ajoelhados em devoção ao Divino Espírito Santo.

## Referência

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. Museu Afrobrasil, São Paulo – SP, 2021. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indicebiografico/manifestacoes-culturais/festa-do-divino-espírito-santo>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

---

FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. Portal do turismo da prefeitura de Pirenópolis. Pirenópolis – GO, 2021. Disponível em: <https://pirenopolis.tur.br/cultura/folclore/festa-do-divino>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

O DIVINO GUAPORÉ. Documentário. Direção de Ederson Lauri Leandro. Porto Velo – RO: Laboratório de Narrativas Visuais (LabNavi) e ELDORADO Filmes, 2021. Digital (82 min.).

---

# De professora à promotora da justiça social: a história de mãe Rose

FÁBIO SANTOS DE ANDRADE<sup>1</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

CELSO LUIZ PRUDENTE<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

No ano de 1951 nasceu, no Estado da Paraíba, uma menina negra que recebeu o nome de Rosinete da Costa Oliveira. Aos dois anos de idade ela se muda com sua família para Rio de Janeiro, onde passa a residir até a vida adulta. No Rio, cresce seguindo, junto com sua família, as tradições da Igreja Católica. Ao casar-se, desperta o desejo de acompanhar, com a herança da oralidade africana, os trabalhos de sua sogra, Elisa Seixas Leite, que era Mãe de Santo Umbandista. Assim, Rosinete passa a vivenciar os ritos e a cultura da religião de matriz africana, lembrando que a umbanda é a única religião brasileira, refletindo a

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACIE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa sobre História, Educação Social e Vida Cotidiana (Humanize/CNPq). Pesquisador da Mostra Internacional do Cinema Negro – MICINE.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP). Doutor e Livre-docente em Cultura pela Universidade de São Paulo (FEUSP). Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. Professor Associado da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre História, Educação Social e Vida Cotidiana (Humanize/CNPq). Pesquisador do Lab\_Artes da FE/USP Âncora e Diretor do Programa Radiofônico: Quilombo Academia, da Rádio USP, FM 93,7 – São Paulo.

---

amálgama cultural do ibero-ásio-afro-ameríndio, formados pelos diversos, pelo sagrado, que são as raízes da nossa cultura. Conjugado com a vertente francesa do espiritismo kardecista.

Quando sua sogra faleceu Rosinete assume à condição de Mãe Pequena do terreiro, passando a ser conhecida como Mãe Rose, mulher negra umbandista, vinculada à Federação Umbandista de Madureira (RJ).

Rosinete se torna a professora, tendo que lidar com duas identidades, ser mãe de santo e professora, em seus discursos de comunhão entre os diferentes ela sempre dizia “nós somos partes uns dos outros”. Essa sua máxima teológica-pedagógica foi derivada do pensamento – ubuntu dos povos egípcio-bantu, entendendo que “eu sou” tem como polissemia o “porque tu és”. A humanidade se dá na relação com o outro. Não há possibilidades da humanidade, na condição de pessoa, nos limites do individualismo.

Seguindo princípios de sua religiosidade vinculada ao sagrado e às divindades africanas, tinha o desejo de ir para a floresta trabalhar com as pessoas negras e indígenas e isso a levou escolher Rondônia com possível espaço de vida e sociabilidade na década de 1970. A situação de eco integração religiosa, dessa sacerdotisa afrodescendente tem, ‘ao nosso quase cego ver’, gêneses na cosmovisão africana primeva, que constituiu a primeira manifestação de respeito à biodiversidade. Mesmo sem conhecer Rondônia, Mãe Rose alimentou, guiada pela subjetividade ancestral, esse sonho por anos e passou a colecionar manchetes de jornais, tratando de Rondônia. Com 31 anos de idade, no ano 1986, a professora Rosinete deixa o Estado do Rio de Janeiro e parte de ônibus para o Estado de Rondônia levando seus dois filhos pequenos, Luciana na época com 10 anos e Lucas que tinha 02 anos de idade.

Sua chegada à cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, é marcada pelo desconhecido, pelo novo, pois havia chegado em uma terra nova, com costumes e culturas bem diferente das que havia vivenciado no Rio de Janeiro. Mas havia uma certeza, estava sendo guiada pela pedagogia subjetiva da orixalidade, pelas divindades que traçavam seu caminho. Ao chegar em Porto Velho, seu desejo era conversar com o governador e contar sobre seu sonho de estar e trabalhar em Rondônia. Assim, arruma-se com as melhores roupas sua filha Luciana e seu

---

filho Lucas e vai ao gabinete do governador, que na época era Ângelo Angelin. Esse comportamento destemido e vanguardista da Mãe Rose é herdado do antigo matriarcado africano, onde diferente do autoritarismo patriarcal eurocaucasiano, a mulher formava a referência existencial, das relações de familiaridade.

Dessa maneira Mãe Rose e os filhos, sem hora marcada ou qualquer agendamento, chegam ao gabinete e avisam a secretaria que o governador os esperava. Ao ser recebida pelo governador, ele diz não se lembrar de Rosinete ou de ter agendado qualquer conversa. Então ela abre uma pasta repleta de manchetes de jornais que falavam de Rondônia, tudo o que juntara ao longo de muitos anos, conta ao governador sobre seu deslocamento do Rio de Janeiro para Rondônia e sobre o desejo de trabalhar com pessoas negras e indígenas da Região. Assim o governador responde, “professora Rosinete é de pessoas como a senhora que essa região precisa”. Com isso assume o posto de professora do magistério na rede estadual de educação de Rondônia, atuando na cidade de Porto Velho. Formando-se em pedagogia na sua práxis pedagógica em sala de aula, ensinava as crianças a compartilhar seus objetos. Isso era reflexo de sua preocupação com a justiça social

Sua filha Luciana retorna ao Rio de Janeiro para concluir os estudos, quando também se torna professora. No ano de 1994, Luciana deseja retornar para ajudar a mãe (que havia se separado de primeiro marido) e Lucas em seus trabalhos, principalmente os espirituais. Mas havia uma condição para sua volta, sua mãe deveria se mudar de Porto Velho para uma cidade de Rondônia que fosse menos distante do Rio de Janeiro. Assim, escolhem para moradia a cidade de Vilhena, que fica a aproximadamente 700 km de Porto de Velho, na divisa com o Estado do Mato Grosso. Em 1997, Luciana se casa com Rodrigo, companheiro que passa a acompanhá-la em sua jornada profissional e espiritual. No entanto, o aceite de mudança de cidade vai acompanhado de um também desafio imposto por Rosinete (agora Mãe Rose) à Luciana: “Filha, Você vai me ajudar a criar um projeto para ajudar as pessoas”. Desafio aceito pela filha e as duas professoras umbandistas criam na cidade de Vilhena a Associação Beneficente, Cultural e Educacional Sete Estrelas – ABCESE, vinculada à sua espiritualidade umbandista. Atividade que também passa a contar com a colaboração de seus companheiros, Rodrigo e Juraci (como quem Mãe Rose havia se casado).

---

Sem sede própria, elas abrem sua própria casa para dar vida à ABCESE, que surge com o objetivo de ajudar pessoas que estivessem em situação de vulnerabilidade social, principalmente em situações de pobreza. Em seus trabalhos, Mãe Rose, Luciana, Lucas e seus familiares começam a pensar em como poderiam desenvolver o trabalho, tendo em vista que não possuíam recursos suficientes para tal. Assim, visitam feiras e mercados, solicitando doações de alimentos que poderiam ser distribuídos em cestas às famílias participantes do projeto. Sob a luz dos orixás e dos guias umbandistas, conseguem sucesso em sua empreitada inicial e logo a ABCESE se torna um local de referência e acolhimento a todos e todas que precisavam de alimentos e/ou auxílio espiritual.

A casa se torna pequena para a grandiosidade da ABCESE e mais uma vez a luz do sagrado invade os sonhos de Mãe Rose e um empresário decide ceder, por tempo indeterminado, uma casa para que os trabalhos fossem desenvolvidos. A ABCESE se desenvolve e se torna Organização Não Governamental (ONG).

Além do trabalho de distribuição de alimentos, e de cestas básicas passa a oferecer também o sopão para os que tinham fome, desenvolvendo também diversas atividades profissionalizantes e educativas: aulas de manicure, cabeleireiro, corte e costura, karatê, ponto cruz, histórias com fantoches, artesanato, dança, reforço escolar e alfabetização de jovens e adultos. Três palavras passam a mover a ABCESE: sabedoria, respeito e estudo.

Mas Rosinete (Mãe Rose), tinha a preocupação em separar a ABCESE do seu Terreiro de Umbanda (a Tenda Espírita Sete Estrelas). A matriarca acreditava que a ABCESE não deveria ser vinculada a um espaço umbandista e sim um lugar para acolher e respeitar pessoas de diversas religiões e culturas. Lembrando que um dos aspectos fundamentais na longevidade da centenária resistência palmarina foi o respeito à diversidade, entre negros, índios e brancos pobres. O Quilombo dos Palmares, primeira experiência republicana brasileira se baseava também na liberdade religiosa. Foi nessa trilha, que cada atividade era iniciada com uma oração feita por um(a) dos(as) participantes, católicos, umbandistas, evangélicos dentre outras denominações religiosas. Cada um(a) deveria fazer a oração seguindo os princípios de sua religiosidade. Assim, a ABCESE passa e se configurar como um espaço ecumênico e pedagógico. Era nisso que Mãe Rose

---

acreditava, em uma sociedade onde o respeito às diferenças, às diversidades e à multiculturalidade imperasse. Como ela dizia, “Somos o que construímos”.

O amor de Mãe Rose ao próximo(a) era tão grande que extrapola as paredes da ABCESE. Além dos cuidados com as famílias, ela, Luciana, Lucas, Rodrigo e Juraci também passam a adotar crianças desamparadas e desabrigadas. Assim, a família aumenta com a chegada de Sheila, Eric, Reinaldo, Cristiane, Gustavo, Guilherme e Neny. Mas a adoção vinha acompanhada de uma exigência, a formação escolar. Para Mãe Rose e Luciana os estudos eram a porta de entrada para um novo mundo, o do conhecimento. Como isso, Sheila se forma em Serviço Social, Lucas em Educação Física e Reinaldo, Cristiane e Neny em Pedagogia. Tal bondade e cuidado fez com que Luciana a denominasse carinhosamente de Pérola Negra.

Infelizmente, mas seguindo o ciclo da vida, Mãe Rose morre no ano de 2012. Luciana então decide encerrar os trabalhos da ABCESE e doa os bens para o Lar do Idosos de Vilhena. Para Luciana era impossível e doloroso continuar os trabalhos sem a presença de sua mãe. Mãe Rose morre, mas seu nome fica marcado na história de Vilhena. Seu reconhecimento fez com que o governo municipal nomeasse a Casa dos Conselhos com seu nome: Rosinete da Costa Oliveira Leite, uma placa na entrada da Casa registra tal ato.

De acordo com a Lei nº 3.477, de 17 de maio de 2012, artigo 1º: “Fica criada a Casa dos Conselhos como instância municipal de caráter permanente e deliberativo, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS”. Dentre os vários objetivos da Casa, um deles é “congregar em única sede todos os Conselhos constituídos no município, conforme a respectiva legislação”. Esse objetivo demonstra o desejo de Mãe Rose em criar um espaço de comunhão onde todos pudessem trabalhar conjuntamente pela justiça social.

Seu reconhecimento também extrapola os limites do município de Vilhena e em 2013 o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, concede Título Honorífico de cidadã do Estado de Rondônia, *in memoriam*, à senhora Rosinete da Costa Oliveira Leite pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Professora Rosinete, Mãe Rose, Mulher Negra, Pérola Negra, tantos nomes para uma mulher humilde que teve um sonho de mudar o mundo,

---

e conseguiu. Tonou-se em Vilhena, em Rondônia e agora para o Brasil e o mundo um símbolo de luta contra as desigualdades, combate ao preconceito religioso e pela Justiça Social.

IMAGEM: MÃE ROSE



Foto: Arquivo familiar

## Referências

- VILHENA. Lei nº 3.477, de 17 de maio de 2012. Dispõe sobre a criação da Casa dos Conselhos. Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Vilhena (RO), 17 de maio de 2012. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa\\_com\\_deficiencia/conselho/o\\_que\\_e/estatuto\\_do\\_conselho/index.php?p=11351](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/conselho/o_que_e/estatuto_do_conselho/index.php?p=11351). Acesso em 13 abr. 2024
- RONDÔNIA. Projeto de Decreto Legislativo nº 135 de 14 de novembro de 2013. Concede Título Honorífico de cidadã do Estado De Rondônia, in memoriam, à senhora Rosinete da Costa Oliveira Leite pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia. Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/materia/5814>. Acesso em 13 de abr. de 2024.
-



# REESCREVENDO A HISTÓRIA COM AS MÃOS NEGRAS

HOMENAGEM À TRAJETÓRIA DE ORLANDO DA MATA

O propósito da organização desta obra é chamar a atenção para as multiplicidades de relações que expressam a escravidão na vida dos brasileiros.

Nosso objetivo é observar como a instituição do escravismo influenciou as relações de trabalho, gerando uma sociedade marcada pela contradição social, com a negação do trabalho como forma de ostentação de privilégio, diante da desigualdade social que se mostra interseccionada pela marginalização de raça, gênero, etnia, cor, sexualidade e outros.

Considerando as diferentes áreas do conhecimento – história, economia, sociologia, antropologia, psicologia, educação e arte –, o livro *Reescrevendo a história com as mãos negras* conta com especialistas, acadêmicos, ativistas e militantes, que escreveram artigos, apontamentos e notas, configurando a diversidade de pensamento em proveito do empreendimento para superação da escolaridade e editoralidade monoculturais, constituído num edifício criminoso, estabelecido como pseudodemocrático, mas movimentada pelas violentas relações de mercado, que se mostram estranhas às ontologias dos diferentes.

Acredito que este livro [...] será um importante instrumento de luta pacífica e civilizatória contra a violenta tentativa de apagamento da contribuição negra na história brasileira, que é impregnada pelo vírus da história única (Chimamanda, 2014), que tem sido a disfunção geradora da síndrome de excessiva sede de poder do euro-hetero-macho-autoritário.

CELSO LUIZ PRUDENTE

## REALIZAÇÃO



## APOIO

